

Honra a quem Honra

Expoentes da Maçonaria Brasileira



Volume I

1º Aniversário da AMVBL

Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras

Honra a quem Honra
Expoentes da Maçonaria Brasileira

Volume I

1º aniversário da AMVBL

CMSB

Brasília, 2022

© 2022 por Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras
Todos os direitos reservados.

Organização:
Paulo Benevenute Tupan

Ilustração de capa:
Joel Guimarães de Oliveira

Diagramação:
Kennyo Mahmud Ismail

Honra a quem honra – Expoentes da Maçonaria Brasileira /
Paulo Benevenute Tupan (Org.) Brasília: CMSB, 2022.

Formato digital.

ISBN 978-65-992450-3-9

1. Maçonaria 2. Personalidades 3. História.

CDD: 366.1

CDU: 061.25

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a permissão do detentor dos direitos. Nenhuma parte desta obra pode ser disponibilizada eletronicamente, em qualquer formato ou meio, sem a permissão do mesmo.



QUADRO DE MEMBROS DA AMVBL

CAD	ACADÊMICO	PATRONO	QUALIDADE
01	Paulo Benevenuto Tupan	Lauro Nina Sodré da Silva	FUNDADOR
02	Kennyo Mahmud Ismail	Montezuma	FUNDADOR
03	Antonio Juliano Breyner	Luís Gonzaga Pinto da Gama	FUNDADOR
04	Izautonio da Silva Machado Jr.	Nicola Aslan	FUNDADOR
05	Eleutério N. da Conceição	Jerônimo Francisco Coelho	FUNDADOR
06	Amilcar Alabarce Mathias	Zé Rodrix	FUNDADOR
07	Alexandre Gomes Galindo	Joaquim Nabuco	FUNDADOR
08	Joel Guimarães de Oliveira	Jerônimo Borges Filho	EFETIVO
09	Rafhael Guimarães de Freitas	Antônio Carlos de Andrada	EFETIVO
10	Jonilson Silva Bogéa	Castro Alves	EFETIVO
11	João Guilherme da C. Ribeiro	Kurt Prober	EFETIVO
12	Márcio dos Santos Gomes	José Bonifácio	EFETIVO
13	Luiz Gonzaga da Rocha	Manoel Arão de O. Campos	EFETIVO
14	Evangelista Mota Nascimento	Alvimar de Oliveira Brauna	EFETIVO
15	Jorge Luiz Berardi	Dario Vellozo	EFETIVO
16	Cassiano Teixeira de Moraes	Quintino Bocaiuva	EFETIVO
17	Sebastião Joaquim L. Bonfim	Joaquim Gonçalves Ledo	EFETIVO
18	Aldino Brasil de Souza	Mario Behring	EFETIVO
19	Denizart Silveira Filho	José de Souza Marques	EFETIVO
20	Walter Celso de Lima	Manoel José de S.França	EFETIVO
21	Gustavo Vernaschi Patuto	Hipólito José da Costa	EFETIVO
22	Vanderlei Coelho dos Santos	Ruy Barbosa de Oliveira	EFETIVO
23	Ademar Valsechi	Manoel Gomes	EFETIVO
24	Almir Sant'Anna Cruz	Barão do Rio Branco	EFETIVO
25	Oduvaldo Álvaro	Raimundo Rodrigues	EFETIVO
26	Ailton Elisário de Souza	Alberto Mansur	EFETIVO
27	Michael Winetzki	Benjamin Constant	EFETIVO
28	Walter de Oliveira Bariani	Oswaldo Ortega	EFETIVO
29	Aleksandar Jovanovic	José Castellani	EFETIVO
30	Antônio Teixeira de Medeiros	Armando de Lima Fagundes	EFETIVO
31	Luiz Vitorio Cichoski	Octacílio Schüller Sobrinho	EFETIVO
32	Carlos Brasílio Conte	José Ebram	EFETIVO
33	Enio Carvalho	Antônio Carlos Gomes	EFETIVO
34	Francisco Feitosa da Fonseca	Benjamin de Almeida Sodré	EFETIVO
35	Bento Adriano M. Duailibi	Bento Gonçalves	EFETIVO
36	Ernesto Quissak	Rodrigues Alves	EFETIVO
37	José Airton de Carvalho	Sátiro Dias	EFETIVO

SUMÁRIO

PREFÁCIO

LAURO SODRÉ, LÍDER POLÍTICO E MAÇOM

MONTEZUMA: uma vida de pioneirismo em prol do Brasil

O LEGADO DE NICOLA ASLAN À ARTE REAL

JERÔNIMO COELHO - Esboço Biográfico

JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE ARAÚJO

JERÔNIMO BORGES FILHO

ANTÔNIO FREDERICO DE CASTRO ALVES

JOSÉ BONIFÁCIO – O PATRONO DA INDEPENDÊNCIA

DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO

JOAQUIM GONÇALVES LÊDO:

MÁRIO MARINHO DE CARVALHO BEHRING:

JOSÉ DE SOUSA MARQUES

MANOEL JOSÉ DE SOUZA FRANÇA

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA PEREIRA:

RUI BARBOSA: O ESTADISTA DA REPÚBLICA

MANOEL GOMES

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR

RAIMUNDO ACREANO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE

ALBERTO MANSUR

BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES

JOSÉ CASTELLANI, FORTE LUZ DISSEMINADORA DO SABER

ARMANDO DE LIMA FAGUNDES

OCTACÍLIO SCHÜLER SOBRINHO

JOSÉ EBRAM: IRMÃO, AMIGO, MESTRE E PATRONO

PREFÁCIO

Instituída a partir de fragmentos de cunho maçônico de eras remotas, de raças, tribos, nações; de movimentos evolucionistas, de novas descobertas, das construções das catedrais medievais, ordens iniciáticas, instituição da igreja primitiva e damis, reforma protestante, escolas teológicas, enfim. Surgiu a Instituição maçônica ou franco-maçonaria, para nós simplesmente MAÇONARIA, com registros operativos, especulativos de 1717, até nossos dias.

Uma instituição que tem por objetivo tornar feliz a humanidade, arregimenta em seus quadros homens livres e de bons costumes, que confessam a crença em ser superior, creditando a este a existência de uma única verdade. Em um processo lento e gradual o iniciado em suas fileiras, em uma marcha continua em busca do conhecimento, apresenta-se melhor e com isso influencia uma melhoria perceptível no meio social, em especial através da célula familiar mater.

Entre as demais diversas definições, temos a de que a Maçonaria se trata de uma escola de filosofia, que tem por escopo promover o aperfeiçoamento de seus membros, pelo aprimoramento de suas virtudes, se tornando uma pedra essencial na construção do edifício social.

Com a parada total e de todos, independente de raça, cor, credo ou posição socioeconômico, ocasionado com a eclosão da pandemia do Coronavírus COVID-19, no ano de 2020. O mundo sente a necessidade de se comunicar por outros meios, face ao isolamento social, surgindo as reuniões virtuais on line, em plataformas digitais, para todas as atividades, em todos os níveis, jurídico, político, administrativo e campo privado. Não sendo diferente com os organismos religiosos, bem como, com a maçonaria.

Surgindo então as LIVES diversas, lojas maçônicas, que buscaram despertar seus membros com magnificas palestras,

apresentadas no modo virtual on line, algumas potencias saindo na frente com a instituição de lojas maçônicas virtuais, como foi o caso da GLOMARON, que fundou e instalou a primeira loja maçônica virtual regular no brasil, no segundo semestre de 2.020, reunido centenas de irmãos do brasil e do mundo, espargindo o conhecimento.

Oportunidade ímpar que um grupo de maços vanguardistas, se reuniram e fundaram a primeira Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, com uma visão oportuna de ocupar essa lacuna, marchando no comboio do desenvolvimento, acompanhando o avanço tecnológico do mundo digital, reunindo todos os escritores maçônicos, em um grupo que irá traduzir seus conhecimentos na esfera virtual, com economia esplêndida de recursos.

As Academias Maçônicas de Letras, por sua vez, se constituem em sodalícios de maçons que possuem a afinidade em comum da escrita. Nesse sentido, buscam incentivar a leitura via elaboração de obras úteis ao aprendizado maçônico, nessa leira através do meio virtual.

Desde a Academia de Platão na Antiguidade, passando pela escola criada pelo Imperador Carlos Magno na Idade Média, até as diversas instituições do gênero surgidas durante a Idade Moderna, as academias sempre preservaram o interesse natural de colaborar para a evolução da cultura. Estamos cá em pleno século XXI testemunhando um dinamismo nas comunicações sem precedentes na história.

A Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, fundada no dia 21 de abril de 2021, foi concebida dentro do contexto desta nova era de tecnologia. Seu propósito, pois, é o de integrar uma rede nacional de escritores maçons voltados para a produção literária, trazendo para si o desafio de incorporar a produção do conhecimento aos avanços tecnológicos.

Esta obra, que ora, temos a subida honra de lhes apresentar, se trata de um pequeno compêndio de biografias de Patronos das Cadeiras da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras. A

história sintetizada de grandes maçons, que contribuíram cada um a seu modo para a elevação da cultura, e que, portanto, podem e devem servir de inspiração a todos nós.

Nesse compasso, fazemos o apontamento de uma bela frase do filósofo grego Antístenes, que foi discípulo de Sócrates: “A gratidão é a memória do coração”. Agradeço aos acadêmicos que participam desta produção, e dedicaram seu precioso tempo à pesquisa e elaboração deste caderno, desejando que o Pai celestial continue a inspirar a cada um, nessa solitária missão da arte literária, bem como abençoe e guarda a todos nós.

Paulo Benevenuto Tupan
Grão-Mestre da GLOMARON
Presidente da AMBVL

LAURO SODRÉ, LÍDER POLÍTICO E MAÇOM

Paulo Benevenute Tupan
Cadeira nº 01

1. Apresentação

O Maçom e General do Exército Lauro Nina Sodré e Silva, mais conhecido como Lauro Sodré, foi um militar, escritor, político e líder republicano, sendo considerado por muitos historiadores o personagem mais importante do Estado do Pará no período republicano.

Na sua trajetória política, Lauro Sodré exerceu os seguintes mandatos:

- Deputado Federal (PA): 1891.
- Governador do Estado do Pará: 1891-1897; 1917-1921.
- Senador (PA): 1897-1902, 1912-1917 e 1921-1929.
- Senador (DF): 1903-1912.

Na sua carreira maçônica, Lauro Sodré foi Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, eleito em 1904, e reeleito sucessivas vezes em 1907, 1910, 1913 e 1916.

Em decorrência do Grão-Mestrado, com base em regras vigentes na época, Lauro Sodré assumiu também o posto de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.

2. Vida pessoal e política de Lauro Sodré

Lauro Sodré nasceu na cidade de Belém do Pará no dia 17 de outubro de 1858, filho de Antônio Fernandes Sodré e Silva e Ana Check Nina Sodré e Silva.

Filho caçula de uma família pobre, se destacou desde a época do colégio, fazendo os primeiros estudos no Liceu Paraense. Porque não possuía recursos financeiros para cursar Direito, aos 18 anos de idade, no ano de em 1876, ingressou como cadete na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império, onde teve como professor Benjamin Constant.

Estudiosos da vida de Lauro Sodré afirmam que o contato com Benjamin Constant teve sobre ele forte influência, fazendo-o abraçar a causa republicana e a doutrina positivista de Auguste Comte.

No ano de 1878, aliado a outros alunos da Praia Vermelha, Lauro Sodré fundou um clube secreto republicano.

Em 1883, recebeu o título de Bacharel em ciências físicas e matemáticas, e foi diplomado pela Escola Superior de Guerra, onde posteriormente seria docente de economia política.

Obtendo distinção máxima em todos os anos do curso, foi um aluno brilhante, tornando-se um oficial militar crítico da monarquia, da existência de uma religião oficial, da relação entre o Estado e a Igreja, da escravidão e da estrutura social da época. Para ele, o Brasil precisava se desvencilhar de tais elementos para encontrar o caminho do progresso.

Diz-se que quando da campanha republicana, fazia discursos destemidos, mesmo sabendo estar sendo vigiado por espiões da monarquia, e concluía sua retórica com frase: *“quem fez esse discurso foi o Tenente Lauro Sodré”*.

Dentre as inúmeras manifestações públicas da causa que defendia, merece destaque a “Carta ao Imperador”, publicada em 1885 no jornal A Província do Pará, onde ele afirmou, com base nos métodos das ciências naturais, a inevitabilidade do progresso, *“a marcha indefectível da civilização para diante”*.

Em 11 de abril de 1886, Lauro Sodré teve participação na criação do Clube Republicano do Pará, sendo o redator do manifesto publicado em Belém em 31 de maio daquele ano, em que afirmou ser objetivo da associação a eliminação da realeza,

que para os republicanos representava motivo de atraso da sociedade brasileira.



Com a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, Lauro Sodré foi nomeado secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra, cargo que ocupou no período de 15/11/1889 a 12/03/1890. Em seguida, foi nomeado para a Secretaria de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, cargo que exerceu entre 19/04/1890 e 20/01/1891. Nessa mesma época, Lauro Sodré foi nomeado lente catedrático da Escola Superior de Guerra.

Nas eleições realizadas em 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, Lauro Sodré sagrou-se eleito para o cargo de deputado pelo Estado do Pará, sendo em virtude disso um dos signatários da Constituição da República de 1891.

Em 1891, embora tenha tomado assento na Câmara dos Deputados para o exercício da legislatura iniciada em junho daquele ano, Lauro Sodré não chegou a exercer o mandato, pois em 23 de junho foi eleito novamente, desta vez pelo Congresso Constituinte Paraense, por unanimidade, para exercer o cargo de Governador do Estado do Pará, tomando posse no dia seguinte.

Este foi o seu primeiro mandato como Governador, que se estendeu até o ano de 1897, sendo reeleito posteriormente para um segundo mandato, no período de 1917 a 1921.

Na sua atuação como Governador, Lauro Sodré promoveu inumeráveis trabalhos de relevo, dentre os quais destacamos: construção de escolas; reorganização da economia paraense, até então baseada tão-somente no extrativismo; abertura de núcleos ocupacionais ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança, que depois deram origem a cidades; criou um Conservatório para ser dirigido por Carlos Gomes, em reconhecimento ao destaque do músico no cenário internacional da Ópera.

Seu governo teve grande aprovação popular, e a maneira como conduziu a missão pública o levou um dia a proferir a seguinte frase: *“Ato meu nunca levou à dor e à humilhação aos lares de minha terra”*.

Lauro Sodré foi o único Governador que se posicionou contra o golpe de Estado cometido pelo Marechal Deodoro de 03/11/1891, que dissolveu o Congresso. Na ocasião, os demais Governadores, para se manterem cargo, apoiaram o golpe. Por essa razão, Deodoro enviou o General João Nepumuceno de Medeiros Mallet ao Pará para destituí-lo do governo. Entretanto, diante da reação contrária ao golpe, do Almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, o Marechal Deodoro renunciou à presidência em 23/11/1891. Por consequência disso, todos os Governadores que haviam apoiado o golpe foram depostos. O então Capitão Lauro Sodré foi único mantido no cargo de Governador, até a conclusão do mandato no ano de 1897.

Ainda como parte de sua trajetória política, Lauro Sodré foi eleito Senador por quatro vezes, sendo três pelo Estado do Pará (1897, 1912 e 1922), e uma vez pelo então Distrito Federal (1902).

No ano de 1897, com a cisão do Partido Republicano Federal, foi escolhido com apoio de republicanos e positivistas, como candidato à Presidência da República, para suceder a

Prudente de Moraes. Nas eleições de 1898 foi derrotado por Campos Sales, que foi eleito pelo Partido Republicano Paulista.

Fato notório ocorreu em sua segunda eleição para Senador. Em 1903, como o governo federal tentava articular a derrota de sua candidatura ao Senado pelo Pará, Lauro Sodré conseguiu, em uma campanha que durou apenas sete dias, ser eleito Senador pelo então Distrito Federal (RJ).

Outro episódio curioso da vida política de Lauro Sodré foi o seu envolvimento na Revolta da Vacina, no ano de 1904. Ele se opunha à vacinação obrigatória alegando ser a medida cerceadora das liberdades individuais: "*uma lei arbitrária, iníqua e monstruosa, que valia pela violação do mais secreto de todos os direitos, o da liberdade de consciência*". No entanto, a sua participação na Revolta da Vacina lhe acarretou sérios prejuízos. Na ocasião, Lauro Sodré sublevou os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha e teve influência sobre o levante frustrado da Escola Preparatória de Realengo. Em meio a um tiroteio com tropas legalistas na rua da Passagem, no bairro de Botafogo, Lauro Sodré chegou a ser atingido. Como resultado, Lauro Sodré acabou sendo preso e foi encarcerado a bordo da escuna Floriano, sendo libertado e anistiado em 04/09/1905.

Em 1912, foi novamente eleito Senador pelo Estado do Pará.

No ano de 1913, após 37 anos de serviço prestados ao Exército Brasileiro, Lauro Sodré foi reformado, na patente de General.

Em 1º de fevereiro de 1917, Lauro Sodré assumiu pela segunda vez o governo do Estado do Pará, cargo que exerceu até o dia 1º de fevereiro de 1921.

Tendo sido em 1920 eleito Senador pela terceira vez, pelo Estado do Pará, retornou ao Rio de Janeiro, exercendo o mandato até o ano de 1929.

Com a Revolução de 1930 e os resultados desfavoráveis nas eleições de 1934 no Estado do Pará, Lauro Sodré decidiu abandonar a sua vida pública.

Faleceu em 16 de junho de 1944, no Rio de Janeiro.

Como escritor, a produção literária de Lauro Sodré englobou, além de inúmeros artigos e discursos, as seguintes publicações:

- “A idéia republicana no Pará” (1890)
- “Palavras e atos” (1896)
- “Crenças e opiniões” (1896)
- “A evolução política do Brasil” (1906)
- “Pelo norte da República”.

Em sua homenagem, existe um Palácio histórico em Belém que leva seu nome. Construído na época do Brasil Colônia, no ano de 1772, o Palácio abrigava os Capitães-Generais. Durante o Império, era a casa dos presidentes das províncias. Este local foi palco da reunião em que o Estado do Pará aderiu à República, no ano de 1889. Na República, se tornou o Palácio dos Governadores. Atualmente, abriga o Museu do Estado do Pará. Recebeu o nome de “Palácio Lauro Sodré” já no século XX.

Lauro Sodré também deu nome ao Colégio onde funciona hoje o Tribunal de Justiça do Pará, e à “Banda Lauro Sodré”, considerada patrimônio histórico do Estado do Pará, sendo uma das melhores e mais antigas bandas do Brasil, com mais de 150 anos de existência.

Por todo o Brasil há um incontável número de logradouros e instituições que levam o nome de Lauro Sodré.

3. Dados maçônicos de Lauro Sodré

Lauro Sodré foi Iniciado nos Augustos Mistérios da Ordem no dia 1º de agosto de 1888, na Loja Harmonia, ao oriente de Belém do Pará, que praticava o Rito Moderno. Essa loja histórica foi fundada pelo Padre Eutíquio Ferreira da Rocha no ano de 1856.

Também em Belém do Pará, Lauro Sodré foi agraciado pela Loja Cosmopolita, que praticava o Rito Escocês Antigo e Aceito, com o título de “filiando livre”.

Em 20 de maio de 1904, Lauro Sodré foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Em decorrência do cargo, porque na época ambas as organizações maçônicas eram lideradas pelo mesmo dirigente em comum, se tornou também Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.



Em novembro de 1904, por consequência de sua prisão no episódio do levante da Escola Militar da Praia Vermelha durante a Revolta da Vacina, foi afastado do Grão-Mestrado.

Posteriormente, Lauro Sodré foi reeleito outras quatro vezes para o cargo de Grão-Mestre, em maio de 1907, junho de

1910, maio de 1913 e maio de 1916, quando então se afastou do Grão-Mestrado para reassumir o Governo do Estado do Pará.

Em abril de 1917, Lauro Sodré recebeu o título de Grão-Mestre Honorário do Grande Oriente do Brasil, e a Distinção de Grande Benemérito da Ordem.

No Rio de Janeiro, foi homenageado com o título de Benemérito pelas lojas maçônicas “Dezoito de Julho”, “Luís de Camões” e “União Escocesa”.

Em sua homenagem, foi cunhada pelo GOB uma Medalha de Prata que leva o seu nome.

Em virtude de sua importância para a história da Ordem, várias lojas maçônicas no Brasil tem o nome “Lauro Sodré” como título distintivo.

4. Considerações finais

Conforme evidenciado, a vida de Lauro Sodré é repleta de fatos marcantes de sua atuação na vida pública e maçônica brasileira de sua época.

Militar corajoso, nunca se esquivou de expressar seus pensamentos e ideais, se tornando um grande líder republicano.

Escritor, deixou o legado de várias obras.

Político influente, foi eleito sucessivas vezes para os cargos de Deputado Federal, Senador e Governador, deixando um verdadeiro legado de serviços prestados ao Estado do Pará e ao Brasil.

Homem esclarecido e ousado, Lauro Sodré foi um visionário, que fez da política o palanque para ideais revolucionários.

Divisor de águas na história do Estado do Pará, sua história pessoal também se confunde com a própria história do Brasil durante o período em que atuou na política nacional.

Foi um grande estadista, qualidade rara na política brasileira dos tempos atuais.

Maçom ilustrado, que conhecia a história da Maçonaria e a sua importância para a pátria e a sociedade, dedicou muitos anos de sua vida na direção dos trabalhos da Ordem no Brasil, emprestando suas virtudes a serviço da humanidade.

Eis, em síntese, as razões pelas quais Lauro Sodré se tornou o Patrono da Cadeira nº 01 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras.

5. Referências

FIOCRUZ. Disponível em:

<<http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/lauro-sodre>>. Acesso em: 21/10/2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,Lauro.pdf>>. Acesso em: 21/10/2021.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Disponível em:

<<https://www.gob.org.br/macom-general-ee-exercito-governador-do-para-e-senador-da-republica-lauro-sodre/>>. Acesso em: 21/10/2021.

LOJA MAÇÔNICA LUZ NO HORIZONTE. Disponível em:

<<https://masonic.com.br/rito/sodre.htm>>. Acesso em: 21/10/2021.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <[Lauro Sodré – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lauro_Sodré)>. Acesso em: 21/10/2021.

YOUTUBE. Canal TV GOB. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=uwoEvmOUW3o>>. Acesso em: 21/10/2021.

_____. Matéria do Jornal SBT Pará: Sobre Lauro Sodré Primeiro Governador - Belém da Memória. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=Y0zydzbl8bo>>. Acesso em: 21/10/2021.

MONTEZUMA: uma vida de pioneirismo em prol do Brasil

Kenny Ismail
Cadeira nº 02

Montezuma foi um governante asteca do início do Século XVI, cuja gestão levou ao auge daquele império e cuja diplomacia levou à sua destruição. O sucessor deste foi Guatimozin, já sob a tutela dos espanhóis. E esses dois nomes, símbolos de liderança e busca da liberdade, viriam a ser adotados por dois maçons no Brasil: Francisco Gomes Brandão e Dom Pedro I.

Contudo, enquanto Dom Pedro I adotara o nome de Guatimozin apenas maçonicamente, quando de sua iniciação e curta “carreira maçônica”; Francisco Gomes Brandão adotou o nome de Montezuma “de papel passado”.

Baiano, pardo, estudou direito em Coimbra. Ao retornar ao Brasil e vivenciar o movimento de Independência, passou a adotar novo nome, substituindo os sobrenomes por “Jê” (origem indígena não-tupi-guarani), “Acaiaba” (tupi-guarani) e “Montezuma”, do imperador asteca. Assim, passou-se a se chamar “Francisco Jê Acaiaba de Montezuma.

Sua luta pela independência teve início assim de seu retorno de Portugal à Bahia, tendo sido um dos protagonistas da luta pela Independência do Brasil na Bahia, ou seja, para que a Bahia integrasse o movimento de independência do Brasil como um estado da nova nação, não mantendo-se vinculada a Portugal. Por suas conquistas, Dom Pedro I concedeu-lhe inicialmente o título de Barão da Cachoeira.

No ano seguinte à Independência, em 1823, Montezuma foi eleito Deputado da Assembleia Constituinte. Destacava-se por sua oratória e liderança na assembleia, em prol de uma constituição mais liberal, o que desencadeou a famosa Noite da

Agonia, em 12 de novembro de 1823: o Exército, sob ordens de Dom Pedro I, fecha a Assembleia e suas principais lideranças são condenadas ao exílio.¹ Dentre os únicos seis deputados exilados, estava Montezuma e os três irmãos Andradas: José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco.

Os três Andradas, apesar de famosos, eram considerados oradores fracos. Já Montezuma era considerado “lúcido”² e “destemido lutador”,³ tinha “sarcástica eloquência”⁴ e “vigorosa argumentação”, além de “vibrante palavra”⁵ que, quando atacava, “parecia um atirador livre”⁶.

Em seu exílio, Montezuma foi muito bem recebido na França, tendo posteriormente vivido na Inglaterra e na Bélgica, que na época era parte dos Países Baixos. Nesta, recebeu de seu Supremo Conselho a Carta Patente para a instalação de um Supremo Conselho no Brasil, em 12 de março de 1829.

Foi somente após a abdicação de Dom Pedro I, ocorrida em 07 de abril de 1831, que Montezuma decidiu por seu retorno à pátria amada. A abdicação de Dom Pedro I teria consequência dos fatos desencadeados com a dissolução da Assembleia Constituinte que Montezuma tão bem participava, e a criação de um sistema baseado em um Conselho de Estado subordinado, tendo o Imperador o poder moderador. Com a abdicação de Dom Pedro I, o Brasil poderia sonhar com um sistema mais liberal, como o povo exigia.

Retomando sua vida política, como Deputado, já em 1831, Montezuma inicia sua guerra contra a abolição da escravatura, sendo o primeiro político da história do Brasil a discursar e

¹ DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. Fragmentos de Estudos da História da Assembleia Constituinte do Brasil. In: *Edições do Senado Federal*, Vol. 66. Brasília: Senado Federal, 2006.

² Idem, *Ibidem*, p. 229.

³ Idem, *Ibidem*, p. 263.

⁴ Idem, *Ibidem*, p. 242.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 360.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 345.

apresentar propostas legislativas nesse sentido. No entanto, sua bandeira abolicionista acabou retirando suas chances de reeleição.

Foi nesse período de retorno ao Brasil e à vida pública que Montezuma fez uso de sua Carta Patente, concedida pelo Supremo Conselho da Bélgica, para instalar em solo brasileiro o então Supremo Conselho dos Poderosos Soberanos Grandes Inspetores Gerais do 33 e último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito para o Império do Brasil, em 12 de novembro de 1832.

Montezuma volta a ser deputado em 1837, afastando-se do cargo temporariamente (entre maio e setembro de 1837) para servir o país como Ministro da Justiça e Ministro das Relações Exteriores.⁷

Em 1840, reeleito como Deputado, foi nomeado embaixador do Brasil na Inglaterra, tendo sido o primeiro diplomata não-branco do Brasil. E quando de seu retorno ao Rio de Janeiro, foi Deputado Estadual por duas gestões. Nesse período, mais precisamente em 1843, Montezuma foi um dos fundadores e primeiro Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, órgão que precedeu a OAB. Presidiu o órgão até 1850, quando compôs o Conselho de Estado e, entendendo ser incompatível, renunciou a presidência do Instituto.

Em 1851, Montezuma tornou-se Senador pela Bahia, cargo vitalício à época. Em 1854, tornou-se o primeiro e o único Visconde de Jequitinhonha. Em 1865, como Senador, Montezuma propôs um prazo máximo de 15 anos para a abolição da escravatura. Um de seus projetos serviria de base para a famosa “Lei do Ventre Livre”, do Visconde do Rio Branco, de 1871, precursora da Lei Áurea, de abolição definitiva da escravatura.

Sobre a gestão de Montezuma enquanto Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho, seus primeiros decretos

⁷ CABRAL, D.; BARCELOS, F. C.; CAMARGO, A. R.; NETTO, R. S. *Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

sugerem as dificuldades encontradas em implementar e consolidar um rito novo em uma Maçonaria recém reerguida no Rito Moderno e já sofrendo com um cenário de disputas e perseguições.⁸

Montezuma contava com Candido Ladisláo Japi-Assú como Grande Secretário Adjunto, com quem assinou os primeiros decretos. Japi-Assú era médico e famoso advogado e jurista baiano que atuava no Rio. Ainda em dezembro de 1832, apenas alguns dias após sua instalação, o Supremo Conselho já decretava que um membro expulso de um de seus corpos não pode ser admitido em outro, assim como um irmão rejeitado em um corpo somente pode ser reapresentado no mesmo e observado um prazo mínimo de um ano para tal. Se esse assunto mereceu atenção já no primeiro momento do Supremo Conselho, pode-se imaginar a prática maçônica brasileira daquela época.

Em 1833, o Supremo Conselho definiu as taxas de iniciações, filiações e regularizações. Essas chegavam a até 50 mirreiros, relativa à investidura ao 33º grau, o que equivaleria a aproximadamente seis mil reais nos dias de hoje. Também decretou-se um sistema de correspondência (ou equivalência) entre o Rito Moderno e o Escocês, de forma a incentivar a filiação e regularização de membros oriundos do primeiro, ainda majoritário, no segundo: o 4º grau do Moderno (ou 1ª Ordem) correspondia ao 11º do REAA, o 5º (ou 2ª Ordem) ao 14º, o 6º (ou 3ª Ordem) ao 17º, e o 7º (ou 4ª Ordem) ao 18º. Quanto a isso, cabe informar que o Rito Moderno tem tradicionalmente apenas sete graus. O 8º e o 9º graus do Rito Moderno (5ª Ordem),⁹ que apresentam certa relação alegórica com os 30º e

⁸ SUPREMO Conselho dos SSS GGG III GGG 33 e Ult. Gr. REAA para o Imp. do Braz. *Decretos*. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial do Ir. Francisco de Paula Brito, 1837.

⁹ A 5ª Ordem existia originalmente no Rito Moderno, havendo menção à mesma no estatuto do Grande Capítulo francês, de 1784. Entretanto, essa 5ª Ordem não possuía graus e rituais, sendo dedicada a reuniões para estudo de outros graus (BAUER, A.; MEYER, G. *Le Rite Français*. Paris: Presses Universitaires de France, 2012).

33º grau do REAA, não existiam à época, sendo inovações brasileiras mais recentes, de 1999.¹⁰

O ano de 1834 foi de muito trabalho e Montezuma já não contava mais com Japi-Assú como seu secretário, tendo sido substituído por Fidellis Martins Bastos, ilustre médico e um dos fundadores da Academia Imperial de Medicina. Naquele ano, o Supremo Conselho criou seu manual de paramentos, padronizando cores e formas das fitas, faixas, joias e aventais de cada grau. Os interstícios entre os graus foram definidos, totalizando um mínimo de 70 meses entre o 3º e o 33º graus. Também passou-se a exigir a apresentação de documentação maçônica aos visitantes, e criou-se regras mais rígidas para filiação e regularização, passando a ser obrigatória a emissão de *placet* do Supremo Conselho para a concessão dos graus nos corpos, o que gerou certo incômodo de algumas lideranças dos mesmos que, até então, tinham total liberdade para concedê-los.¹¹

Outros decretos que geraram transtornos em 1834 ano foram: um que restringia a saída de membros de um corpo para a fundação de outro; um que proibia publicações sobre o Rito Escocês Antigo e Aceito sem a prévia permissão do Soberano Grande Comendador; e outro que vetava discussões políticas e religiosas nos corpos filiados ao Supremo Conselho e tornava obrigatório o Juramento de Silêncio ao final de todas as reuniões.

Aparentemente, até mesmo seu novo secretário, Fidellis Martins Bastos, sentiu-se indisposto com a rígida postura de Montezuma. Em dezembro de 1834, Bastos já não assinava mais os decretos com Montezuma, que passava a contar com José Pereira Pinto como Grande Secretário Adjunto, um militar que depois se tornaria Ministro da Marinha.

¹⁰ BATALLA, J. M. B. A sobrevivência extraordinária das ordens da Sabedoria do Rito Moderno Francês no Brasil. Trad. José Antônio Filardo. *Revista Bibliot3ca*. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/a-sobrevivencia-extraordinaria-das-ordens-da-sabedoria-do-rito-moderno-frances-no-brasil/> Acesso em: 21-08-19.

¹¹ ISMAIL, K. *Ordem sobre o Caos*. Brasília: No Esquadro, 2020.

Essa situação criou o ambiente propício para que alguns insatisfeitos e opositores, liderados pelos ex-Grandes Secretários Adjuntos, Japi-Assú e Bastos, começassem a tramocar contra sua gestão. Então, em agosto de 1835, um decreto ilegítimo assinado por Japi-Assú, Bastos, Antonio Pereira Barreto Pedrozo, Joaquim Antão Cezar de Andrade, João Fernandes Lopes, e Manoel Antonio Teixeira, demite Montezuma do cargo de Soberano Grande Comendador. Como justificativa para tal, o decreto acusava Montezuma de: usar sua posição maçônica para favorecer-se no mundo profano; inovar nos rituais; centralizar poder, reduzindo direitos e prerrogativas dos corpos; passados três anos de sua instalação, não publicar o estatuto do Supremo Conselho; não apresentar prestação de contas detalhada; e julgar irmãos sem dar o direito de defesa.¹²

No mês seguinte, em 12 de setembro de 1835, os mesmos signatários decretaram Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva como Soberano Grande Comendador e seu irmão consanguíneo, José Bonifácio de Andrada e Silva, como Lugar Tenente. Entretanto, todos sabiam que Antonio Carlos vivia na Europa desde 1833, sem qualquer previsão de retorno; e José Bonifácio acabara de ser absolvido da acusação de traição, por conta da qual vivia desde 1833 em prisão domiciliar, na ilha de Paquetá. Por que razão trocariam Montezuma, fundador do Supremo Conselho e político em ascensão, por dois irmãos estranhos ao rito, ausentes do Rio de Janeiro, e em decadência política? Simples: Japi-Assú, o arquiteto do golpe, era fã declarado dos Andradas, tendo, por sua conta, advogado em favor de José Bonifácio. Inclusive, credita-se a Japi-Assú a autoria do epíteto de "patriarca da independência" concedido a Bonifácio.¹³

É a partir do golpe dado em Montezuma a favor de Bonifácio que, paulatinamente, o Supremo Conselho passa a ser

¹² Esta última uma acusação um tanto quanto estranha contra aquele que viria a ser o fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros e idealizador da OAB.

¹³ Idem, Ibidem, p. 49.

cedido à potência simbólica, o que somente seria corrigido em 1927, por Mário Behring.

O advogado, diplomata, político, patriota e maçom Montezuma faleceu no dia 15 de fevereiro de 1870, no Rio de Janeiro. Era pai de cinco homens e uma mulher. Sua iniciativa maçônica transformou-se no segundo país em praticantes dos Altos Graus do Rito Escocês Antigo e Aceito de todo o mundo, atrás apenas dos EUA. E suas iniciativas advocatícias e políticas ajudaram a desenhar o Brasil enquanto Estado e muitos de seus alicerces jurídicos. Dada a sua importância histórica, seu nome foi utilizado para renomear, em 1943, um município mineiro na região de Salinas: Montezuma – MG.¹⁴

Referências:

BATALLA, J. M. B. A sobrevivência extraordinária das ordens da Sabedoria do Rito Moderno Francês no Brasil. Trad. José Antônio Filardo. Revista Bibliot3ca. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/a-sobrevivencia-extraordinaria-das-ordens-da-sabedoria-do-rito-moderno-frances-no-brasil/> Acesso em: 21-08-19.

CABRAL, D.; BARCELOS, F. C.; CAMARGO, A. R.; NETTO, R. S. Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. Fragmentos de Estudos da História da Assembleia Constituinte do Brasil. In: Edições do Senado Federal, Vol. 66. Brasília: Senado Federal, 2006.

ISMAIL, K. Ordem sobre o Caos. Brasília: No Esquadro, 2020.

SUPREMO Conselho dos SSS GGG III GGG 33 e Ult. Gr. REAA para o Imp. do Braz. Decretos. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial do Ir. Francisco de Paula Brito, 1837.

¹⁴ Fonte: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/montezuma>

O LEGADO DE NICOLA ASLAN À ARTE REAL

Izautionio da Silva Machado Junior
Cadeira nº 04

A missão da Maçonaria moderna consiste unicamente em dar ao Maçom a plena consciência de si mesmo, mostrando-lhe, depois de lhe facilitar os meios de transformar a sua Pedra Bruta em Pedra Polida, o papel transcendente que ele poderá desempenhar dentro de um mundo que, a olhos vistos, caminha a largos passos para um trágico impasse, por falta de HOMENS, com letras maiúsculas, homens que tenham plena segurança no leme do comando e que, evitando habilmente os escolhos, tenham a capacidade de conduzir esta sofrida humanidade ao porto seguro, manso e acolhedor da Fraternidade universal (ASLAN, 1979, p. 33/34).

1. Apresentação

Reputo a arte de escrever uma das mais nobres invenções humanas. Através da escrita, o autor deixa registrado o seu pensamento àqueles que estão à distância ou no futuro. Embora através de uma via unidirecional, é “mágico” poder ter contato com a mente de outrem através de seus escritos, principalmente quando se trata de um mestre. É o caso de Nicola Aslan.

Falar de Nicola Aslan não é uma tarefa tão simples. Embora seja ninguém menos do que um dos maiores escritores maçônicos em língua portuguesa, portador de um currículo e história de vida épica, que fazem sombra a grandes personalidades de nossa história, como comprimir a grandeza de

nosso homenageado no espaço limitado de poucas páginas? Eis a proposta do presente trabalho.

Antes, no entanto, de tecer considerações sobre aquele que tivemos a honra de eleger para ser o Patrono da Cadeira nº 04 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, vamos apresentar alguns dados de sua vida pessoal, biografia maçônica e obras publicadas, a fim de melhor conhecer a trajetória de nosso homenageado.

2. Dados da vida pessoal de Nicola Aslan

Nicola Aslan nasceu no dia 08 de junho de 1906, na ilha de Quios, à época um território sob o domínio do império otomano. Embora tenha nascido na Grécia, sua nacionalidade era italiana, herdada de seus pais Pedro Aslan e Josefina Carneri, ambos italianos.

A partir dos 4 anos de idade, Nicola Aslan iniciou a sua educação formal em uma escola dirigida por Lassalistas franceses. Em 1914, seus pais foram trabalhar em Constantinopla, deixando Nicola Aslan e seu irmão Noel sob os cuidados do avô paterno. Em virtude da eclosão da Primeira Grande Guerra Mundial, Nicola Aslan ficou isolado de seus pais, com quem só iria se reencontrar no ano de 1919.

Desde cedo, a partir dos 9 anos de idade, Nicola Aslan passou a se dedicar aos estudos de seu interesse, com predileção para as letras e a história. Aos 13 anos de idade, foi residir em Constantinopla, onde estudou até o 2º ano técnico de um curso de contabilidade, porém não pôde concluir o 3º e último ano, por razões supervenientes.

Aos 17 anos, Nicola Aslan passou a trabalhar como bancário, inicialmente no *Crédit Lyonnais*, e dois anos depois, no Banco Imperial Otomano. A essa altura da vida, ele já publicava artigos literários em pequenos jornais.

Em decorrência de mudanças nas leis da Turquia, ele perdeu o emprego e migrou para o Brasil no ano de 1929, com a idade de 23 anos. No Brasil, trabalhou em escritórios comerciais e como professor de português e francês, até que finalmente abraçou a profissão de representante comercial, a qual exerceu até a sua aposentadoria.



(Nicola Aslan jovem)

Em 1941, com 35 anos de idade, casou-se com a Sra. Guiomar Barroso Aslan, com quem teve dois filhos.

Em 1942, em plena Segunda Grande Guerra Mundial, Nicola Aslan ficou preso durante 19 dias para averiguações, pelo simples fato de ser italiano. A Itália, como cediço, era inimiga de guerra.

Além das representações comerciais, ele trabalhou também com artigos de camisaria e couros, sendo a sua zona de

atuação algumas cidades do Estado do Rio de Janeiro, chegando a estabelecer uma minifábrica de artefatos de couro na cidade de Niterói/RJ, onde residia.

Como características pessoais, Nicola Aslan era dotado de uma personalidade forte e inteligência extraordinária. Considerado polêmico e contestador, chegou a travar batalhas literárias em jornais e por intermédio de trocas de cartas.

Proprietário de uma grande biblioteca maçônica, com obras em diversos idiomas, passou muitos e longos períodos pesquisando e elaborando um dos maiores acervos de cultura maçônica de nossa história. Se tornou um historiador autodidata, com ênfase no ramo da cronologia.

Poliglota, dominava o grego, o francês, o italiano, o inglês, o turco, o português e o espanhol.

Em 1974, mudou-se para Cabo Frio/RJ, onde faleceu no dia 02 de maio de 1980, enquanto exercia o cargo de Venerável Mestre da Loja que havia fundado naquela cidade. Em sua homenagem, existe uma importante rua com o seu nome, na cidade de Cabo Frio/RJ.

3. Dados da biografia maçônica de Nicola Aslan

Nicola Aslan iniciou na Maçonaria no ano de 1956, com a idade de 50 anos, na Loja Evolução nº 02, de Niterói/RJ, jurisdicionada ao Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro, depois Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1960, foi instalado no cargo de Venerável Mestre da Loja Libertação nº 19, de Niterói/RJ.

Alcançou o Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito seis anos após a sua Iniciação como Aprendiz.

Em 1964, transferiu-se para a Grande Loja do Estado da Guanabara, filiando-se à Loja Rei Salomão nº 41. Nesta obediência, foi nomeado instrutor da “Escola Hiram”.

Em 1966, foi nomeado Diretor do Departamento de Propaganda Maçônica e Cultura do Grande Oriente do Brasil.

Em 1967, tornou-se Grande Secretário Geral de Cultura e Orientação do Grande Oriente do Brasil e Membro do Conselho Federal da Ordem, da Comissão do Mérito Maçônico, e ainda da Comissão de Cultura do Conselho Federal da Ordem.



(Nicola Aslan com paramentos maçônicos)

Em 1968, foi nomeado Membro da Comissão de Liturgia do GOB, da Comissão Especial para Revisão dos Rituais Escoceses e Assessor da Comissão de Assuntos de Relações Maçônicas da Soberana Congregação da Ordem.

Em 1969, foi Presidente da Comissão de Instalação dos Veneráveis Mestres eleitos no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1970, no Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro, alçou os postos de Grande Secretário de Inspeção de Liturgia e Ritualística, Grande Secretário e Membro do Conselho Estadual da Ordem.

Nicola Alan foi Membro Fundador e titular da Cadeira nº 06 da Academia Maçônica Brasileira de Letras, criada em 1972, cujo Patrono era Joaquim Gonçalves Ledo, a quem Nicola Aslan atribuía o mérito de ser o verdadeiro pai da Independência do Brasil, e a ele dedicou uma biografia com dois volumes.

Em 1973, ajudou a fundar o Grande Oriente Independente do Rio de Janeiro - COMAB.

Em 1977, fundou na cidade de Cabo Frio/RJ a Loja “Regeneração e Ordem”, filiada ao Grande Oriente Independente do Rio de Janeiro - COMAB.

Em sua carreira maçônica, foi homenageado com dezenas de medalhas, diplomas e títulos.

De orientação religiosa cristã católica, Nicola Aslan buscou promover o esclarecimento da Igreja Católica sobre a Maçonaria, por intermédio de seus estudos: “Nossa Posição em Face do Concílio Vaticano II” (1965), apresentado na Convenção Nacional do GOB e “O Enigma da Gênese da Maçonaria Especulativa” (1973), publicado pela Revista Eclesiástica Brasileira da Editora Vozes.

Em sua homenagem, seu nome se tornou título distintivo de lojas maçônicas espalhadas pelo Brasil.

4. Obras publicadas

A seguir, apresentamos a relação de obras maçônicas de autoria de Nicola Aslan, com a respectiva data de publicação:

- História da Maçonaria, Cronologia, Documentos - 1959;
- Estudos Maçônicos sobre Simbolismo - 1969;

- Landmarques e Outros Problemas Maçônicos - 1971.
- O Livro do Cavaleiro Rosa-Cruz - 1973;
- Pequenas Biografias de Grandes Maçons Brasileiros - 1973;
- Subsídios para uma Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo (2 volumes) - 1973;
- Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia (4 volumes) - 1974/1976;
- Instruções para Lojas de Perfeição, Grau 4 - 1976;
- Instruções para Lojas de Perfeição, Graus 5 a 14 - 1976;
- Instruções para Capítulos, Graus 15º ao 18º - 1977;
- Instruções para Conselhos Kadosch, Graus 19º ao 30º - 1977;
- Comentários ao Ritual do Aprendiz Maçom - 1977;
- Uma Radioscopia da Maçonaria - 1977;
- A Maçonaria Operativa - 1979;
- História Geral da Maçonaria – Período Operativo - 1979;
- História Geral da Maçonaria – Fastos da Maçonaria Brasileira – 1979.

Além das dezesseis obras acima referidas, publicadas em forma de livros, Nicola Aslan também nos deixou um considerável número de artigos, que foram publicados em revistas e boletins maçônicos. Pela relevância, não poderíamos deixar de registrar os seguintes:

- Nossa posição em face do Concílio Vaticano II - 1965;
- Evolução histórica e Missão da Maçonaria - 1971;
- O enigma de gênese da Maçonaria especulativa – 1973.

Vê-se, portanto, que Nicola Aslan nos legou uma vultosa produção literária, desenvolvida ao longo de cerca de vinte anos.

5. Considerações sobre Nicola Aslan

Nicola Aslan, foi um cidadão do mundo e teve uma história épica, que lhe proporcionou grandes experiências. Viveu em outros países, falava vários idiomas, testemunhou as duas Grandes Guerras Mundiais, lutou e venceu na vida nos deixando o seu exemplo, para dizer o mínimo.

Embora por circunstâncias alheias à sua vontade, ele tenha podido concluir os estudos formais somente até o que seria nos dias de hoje o equivalente ao ensino médio, Nicola Aslan se tornou um autodidata e um dos mais eruditos escritores maçônicos brasileiros e da língua portuguesa em geral.

Os livros e artigos de Nicola Aslan contém uma infinidade de lições fundamentadas na história, na filosofia e na ciência. Extremamente ético e analítico, ele evitava agir como outros autores, que à guisa de suprimir lacunas, preenchiam os vazios com suposições muitas vezes fantasiosas ou respaldadas em fontes duvidosas - isso quando havia fontes. Nicola Aslan tinha por hábito fornecer aos seus leitores as informações obtidas por intermédio de suas laboriosas investigações, mas deixava a eles a possibilidade de alcançar as suas próprias conclusões.

Sua sólida formação de cultura geral, englobando áreas como filosofia, simbologia, história, ritualística, jurisprudência etc., fizeram dele um maçom de envergadura, intelectual, historiador, educador, pensador, instrutor, ritualista, enciclopedista, escritor, poliglota, entre outras qualidades que o caracterizavam. No dizer de Morivalde Calvet Fagundes, então Presidente da Academia Maçônica de Letras, no ano de 1974, a respeito de Nicola Aslan:

A sua cultura maçônica é incomensurável, tanto no terreno da História, como da Filosofia, da Simbologia, do Ritualismo, da Jurisprudência, da Psicologia, da Moral, da Metafísica, e, eu seria capaz de dizer, até da Teosofia. (...)

É um filósofo, ou seja, amante da sabedoria, no melhor sentido de Pitágoras (ASLAN, 2012, p. 25/26).

Nicola Aslan se ressentiu do fato de que, à sua época, a literatura maçônica em língua portuguesa era muito pobre, com poucas obras disponíveis, pelo que tomou para si a missão de produzir em nosso idioma, se tornando destarte, um precursor de outros escritores que surgiram nas décadas seguintes.

Em suma, por tudo quanto acima descrito, pode-se afirmar que Nicola Aslan gravou, com letras de ouro, o seu nome no livro do tempo, no Capítulo da “História da Maçonaria Brasileira”, para sempre ser lembrado, e acima de tudo, estudado e reverenciado.

Desde o início de minha jornada maçônica, Nicola Aslan desponta como uma das principais referências sobre as quais baseio meus estudos da Arte Real. Seus livros, com destaque para o “Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia”, são verdadeiros cursos de cultura maçônica e geral, que me guiam nos tortuosos labirintos das pesquisas.

Eis, portanto, em breves linhas, as razões pelas quais Nicola Aslan se tornou o Patrono da Cadeira nº 04 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras.

6. Referências

[ASLAN, Ítalo. **Palestra sobre Nicola Aslan**. YouTube, 22 de fevereiro de 2020. Disponível em <\[Palestra sobre Nicola Aslan - Parte 1 - YouTube\]\(#\)> <\[Palestra sobre Nicola Aslan - Parte 2 - YouTube\]\(#\)> <\[Palestra sobre Nicola Aslan - Parte 3 - YouTube\]\(#\)>.](#) Acesso em 13/10.2021.

[ASLAN, Nicola. **Comentários ao Ritual do Aprendiz-Maçom – Vademecum Iniciático** – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1986.](#)

[ASLAN, Nicola. **Estudos maçônicos sobre simbolismo**. Londrina: Ed. Maçônica “A TROLHA”, 1997.](#)

ASLAN, Nicola. **Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia** – 3 ed. – Londrina: [Ed. Maçônica “A TROLHA”, 2012.](#)

ASLAN, Nicola. **Instruções para Lojas de Perfeição (O 4º Grau)**. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1979.

MOREIRA, João Fernando. **Nicola Aslan – Uma vida dedicada à cultura maçônica**. Blog do Bianchi, 6 de maio de 2020. Disponível em <[ESTUDOS: NICOLA ASLAN - UMA VIDA DEDICADA À CULTURA MAÇÔNICA \(iblanchier3.blogspot.com\)](#)>. Acesso em 14/10/2021.

JERÔNIMO COELHO - Esboço Biográfico

Eleutério Nicolau da Conceição
Cadeira nº 05

Em 30 de Setembro do ano de 1806, na histórica Vila de Laguna, Província de Santa Catarina, nascia o menino Jerônimo Francisco Coelho. Eram seus pais o Sargento-mór Antônio Francisco Coelho e Dona Francisca Lina do Espírito Santo Coelho, ambos naturais de Laguna. Três anos depois, a família, agora com dois filhos, toma um navio no porto de Laguna e transfere-se para o Rio de Janeiro, capital do país, fervilhante de atividades desde a chegada da Corte portuguesa no ano anterior.

A França tinha dado um ultimato em setembro de 1806: Portugal deveria fechar seus portos aos ingleses, ou seria invadido. O exército português não tinha condições de enfrentar as tropas de Napoleão, mas Portugal não desejava apoiá-lo contra a Inglaterra. Depois de longas discussões, a corte portuguesa decidiu fugir para o Brasil. Porém, o príncipe regente D. João só decidiu partir quando o exército francês cruzou os Pirineus. Em sua fuga, a Corte levou todo o aparato administrativo para o Brasil. A frota portuguesa pôs-se ao mar, escoltada por navios ingleses. Depois de 54 dias, chegaram na Bahia em 22 de janeiro de 1808. Eram cerca de 15000 pessoas. Em Salvador, D. João foi recebido com festas e aclamações. Enquanto isso, Rio de Janeiro preparava-se para acomodar toda a corte. Era 7 de março quando a Família Real chegou à capital. O primeiro ato significativo de D. João, foi abrir os portos a todas as nações amigas. Esse fato alterou definitivamente a história da antiga colônia, agora sede da Corte e Reino Unido de Portugal e Algarves, como em 1815 seria oficializado. As medidas tomadas pelo então Príncipe Regente D. João colocaram, definitivamente, o Brasil na trilha do progresso

O Sargento mor Antônio Francisco Coelho instalou-se com sua família na cidade, onde seu irmão já residia. Quatro anos

depois de sua chegada ao Rio, foi transferido para o Ceará. Lá assumiu o comando de um batalhão de infantaria do forte de Nossa Senhora da Assunção. Era também sua função inspecionar as tropas em toda aquela capitania. Desejando cedo assegurar o futuro de seu primogênito, Antônio decidiu encaminhá-lo na carreira das armas. Assim, aos 7 anos, o menino Jerônimo Coelho deu entrada na Companhia de Artilharia como primeiro Cadete, em 17 de dezembro de 1813. Mas, no ano seguinte seu pai foi acometido de grave enfermidade. Procurando melhor tratamento, a família teve então que viajar de volta à Corte. Por essa razão, o menino recebeu baixa do serviço militar. Três meses após sua chegada ao Rio de Janeiro, faleceu Antônio Francisco Coelho, deixando a esposa e três filhos ainda crianças. O irmão de Antônio, João Francisco Coelho assumiu o encargo da educação de Jerônimo. O menino começou a estudar Latim, Filosofia e Moral, tendo como professores, os padres Florêncio Alves de Macedo Pereira e Jacob Policarpo. Infelizmente seu tio veio também a falecer 3 meses depois. A família de Jerônimo ficou em difícil situação financeira. Sua mãe, ele e seus dois irmãos dependiam do meio soldo da pensão deixada por seu pai. Sem outros recursos para financiar a educação do filho mais velho, D. Francisca decidiu fazer seu filho retomar a carreira militar. Aos nove anos Jerônimo sentou praça como Cadete do Regimento dos Caçadores, passando depois para o regimento de Artilharia da Corte. Aos 14 anos Jerônimo matriculou-se na Escola Militar. Jerônimo Coelho destacou-se em seus estudos, pois era aluno dedicado e possuía elevados dotes intelectuais.

A situação política no Brasil chegava então a um clímax. O Príncipe D. Pedro decide não mais se submeter a Portugal e proclama o Brasil independente em 7 de setembro de 1822. Mas a concretização da independência não se deu sem conflito. Em várias províncias, tropas portuguesas revoltam-se, mantendo-se fiéis a Portugal, o que exigiu ação militar para sua pacificação. No Rio, D. Pedro foi aclamado Imperador em 12 de outubro de 1822.

Na Escola Militar, Jerônimo seguia a trajetória almejada por seu pai. Como fruto de sua dedicação aos estudos, obteve primeira

colocação no terceiro e quarto ano do curso. Foi promovido ao posto de 2º Tenente em 20 de junho de 1823, e a 1º Tenente em 12 de outubro. Tinha então apenas 17 anos. Em 1824 Jerônimo foi promovido ao posto de Capitão, sendo comissionado para examinar quais dos oficiais estrangeiros em serviço no Exército Nacional não tinham aderido à independência. Em todo o Território Nacional existiam ainda focos de oposição à independência, com manifestações de fidelidade a Portugal. Terminada a missão, ele retornou ao rio. Jerônimo Coelho foi iniciado na maçonaria no Rio de Janeiro. Não se conhece exatamente o ano nem a loja onde a cerimônia ocorreu, mas as manifestas ideias liberais do jovem capitão devem ter despertado a atenção de maçons, que o conduziram à sua agremiação.

Também é desconhecida a data em que Jerônimo conheceu sua futura esposa. Seu nome era Emília Carolina da Costa Barros, filha do Tenente Coronel Francisco da Costa Barros e D. Mariana Costa. Segundo os costumes da época, os primeiros encontros se davam na presença da família. O pretendente tinha a oportunidade de se dar a conhecer, deixando claras suas intenções. Chegava então a data, quando as duas famílias se reuniam para o pedido formal de casamento. Na véspera de natal de 1827 realizou-se a cerimônia de casamento. Jerônimo e Emília Carolina deram início a uma feliz e frutífera união. Nos anos seguintes nasceram-lhes três filhos: Jerônimo Francisco, José Francisco e Jerônima Francisca.

A política no Brasil passava ainda por turbulências. D. Pedro era acusado de atitudes absolutistas, e de dar mais importância à política portuguesa do que aos assuntos do Brasil. Temia-se também o retrocesso no processo de independência, com uma eventual união das coroas brasileira e portuguesa, pois D. João VI havia falecido e D. Pedro era herdeiro da Coroa de Portugal. D. Pedro abdicou do trono em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara, em 7 de abril de 1831. O ex-imperador partiu para Portugal, onde assumiu o trono com o título de D. Pedro IV.

A maçonaria restabeleceu-se plenamente após a partida de D. Pedro I. Do Rio foram enviados emissários a várias províncias para fundar lojas e defender um ideário político liberal, opondo-se ao resquício de dominação portuguesa ainda existente nas províncias brasileiras.

Defensor de ideais liberais, Jerônimo era politicamente ativo. No Rio de Janeiro, distribuiu manifesto redigido por Evaristo da Veiga, pedindo apoio popular para a regência provisória.

Jerônimo Coelho voltou para sua província natal em 1831. Em 12 de junho daquele ano foi designado para o segundo Corpo de Artilharia, com sede em Nossa Senhora do Desterro, Capital da Província. Nessa época a cidade tinha 7 207 habitantes, dos quais 2 500 eram escravos. Sua vinda para Santa Catarina, porém, parece ter sido orientada por outros objetivos além dos militares. Mesmo não existindo registro desses objetivos, sabe-se que lojas maçônicas do Rio e o comerciante Domingos Souza França, financiaram a compra de um prelo e todo o material tipográfico necessário para impressão de um jornal. Esse equipamento fazia parte da bagagem do Capitão Jerônimo Coelho em sua viagem para Desterro. Na Capital da Província, Jerônimo e sua família instalaram-se em uma casa na Rua do Livramento (hoje Trajano). Com o auxílio de Miguel Antônio da Silva, Jerônimo instalou em uma sala de sua casa a redação e oficina para impressão de um jornal. Assim, veio à luz o primeiro jornal publicado nessas terras, com o título de “O Catharinense”, em 23 de julho de 1831.

No primeiro número o editor expõe suas ideias, objetivos e aspirações:

(...) meu estilo, ainda que rude, exprimirá somente a linguagem pura da verdade; despido de lisonja e das vis adulações, eu não tributarei homenagens senão à lei, à razão e à justiça. (...) por este modo eu vos abro o santuário da Imprensa; pelo seu intermédio vós podereis comunicar mutuamente vossos

pensamentos e ideias, e desta arte as luzes se propagarão com rapidez e facilidade.

Jerônimo Coelho fundou também em Desterro a **Sociedade Patriótica Catarinense**, em 5 de outubro de 1831, com objetivo declarado de *“Sustentar a Liberdade e Independência Nacional”*. Para ser membro dessa sociedade eram exigidas certas condições: ser brasileiros natos ou adotivos. No segundo caso, exigia-se 25 anos de permanência no Brasil para os solteiros, ou 16 anos quando o postulante estrangeiro fosse casado com brasileira e tivesse no mínimo quatro filhos brasileiros. Outras qualidades eram também exigidas, como moral elevada e amor pela liberdade do país. Eram membros dessa sociedade, entre outros, José Antônio Rodrigues Pereira, João Francisco Coutinho, José da Silva Mafra, José Maria da Luz, Joaquim Machado de Souza, José Caetano Pereira, Francisco Luiz Livramento, Feliciano Nunes Pires, em um número inicial de quase 40 membros. Essa sociedade reunia-se, a princípio, também na casa de Jerônimo.

Deve-se também a Jerônimo Coelho a fundação da primeira loja maçônica em Santa Catarina, com o sugestivo nome “Concórdia”. Já em 12 de setembro de 1822 o maçom Alexandre José Tinoco tinha sido enviado por lojas do Rio de Janeiro para divulgar os ideais da instituição e conseguir adeptos em Desterro. Esses foram os primeiros membros da loja fundada por Coelho.

Em 1832 a Sociedade Patriótica passa a se reunir na Casa da Câmara Municipal. A Sociedade preocupava-se com temas de cunho social, político e administrativo, como criação de escolas, melhoria de estradas e portos. Entre as obras promovidas pela Sociedade, destaca-se a criação da primeira biblioteca pública da província, chamada “Gabinete de Leitura”, em 19/08/1832. A princípio restrita aos membros da Sociedade, o Gabinete de Leitura foi aberto ao público em 9 de dezembro daquele ano. Muitas personalidades contribuíram com o acervo do gabinete com a doação de livros, como o jornalista Evaristo da Veiga, que do Rio de Janeiro enviou 140 volumes. A Sociedade comprou de Jerônimo o prelo e os demais materiais tipográficos, criando uma

comissão de redação para edição de um jornal semanal, chamado *Expositor*. Em uma casa alugada no centro da cidade instala-se a redação e oficina do novo jornal. Para o mesmo local são transferidas as reuniões da Sociedade Patriótica. A Sociedade exerceu suas atividades por cerca de 5 anos. Foi extinta em 26 de fevereiro de 1835, devolvendo-se o acervo a seus doadores.

Jerônimo foi transferido em 8 de janeiro de 1834 para o Corpo de Engenheiros do Exército no Rio de Janeiro. Continuava no posto de Capitão, pois estava em vigência uma lei proibindo promoções.

Em setembro de 1837, finda a medida que bloqueava o avanço na carreira das armas Jerônimo foi promovido ao posto de Major no Corpo de Engenheiros. Foi dispensado de suas comissões militares, retornando a Santa Catarina em novembro de 1837, sendo eleito deputado da Assembleia Provincial, da qual foi o 1º Secretário. Terminados os trabalhos na Assembleia, regressou ao Rio de Janeiro, exercendo comissões administrativas junto ao Ministério da Guerra.

Mas cedo voltaria Jerônimo à sua província. Em 5 de abril de 1839 foi nomeado por Carta Imperial Vice-Presidente da Província de SC. Aproximavam-se as eleições para a Assembleia Geral. Havia na Assembleia Provincial catarinense um grupo que deseja ter como seu representante na Câmara dos Deputados gerais o Tenente Coronel José da Silva Mafra, que nas cortes portuguesas tinha sido suplente do Padre Lourenço de Andrade. Contudo, Mafra recusou a indicação, apontando Jerônimo Coelho como o candidato ideal para o cargo. Grupos políticos catarinenses, liderados por portugueses adesesistas opunham-se à candidatura de Coelho, apoiados pelo presidente da província, o Brigadeiro Carlos Pardal. Apesar da ferrenha oposição, Jerônimo foi eleito para aquele alto posto. Tinha então 32 anos.

Na Câmara dos Deputados Gerais, Jerônimo logo se destacou. Sua capacidade oratória, firmeza e lucidez de pensamento logo despertaram a atenção dos parlamentares. Intervenções incisivas unidas à serenidade e cortesia com que

respondia aos revides tornaram-no conhecido como “*Espada falante*”. Suas manifestações, especialmente em assuntos relativos ao exército, quase sempre orientavam a votação da Câmara. Em 23 de junho de 1840, em um movimento articulado por parlamentares liberais, D. Pedro II foi declarado maior de idade, aos 14 anos. Com a coroação termina a 2ª Regência e inicia-se novo governo no Brasil. O primeiro ministério era composto apenas por liberais. Como parte das comemorações foi concedida anistia aos presos políticos de então, oferecida também aos farrapos, que se recusaram a depor as armas. Sendo Jerônimo Coelho deputado por ocasião da sagração e coroação do Imperador D. Pedro II, foi-lhe concedido o tratamento de *Senhoria*, e a comenda da Ordem de Aviz.

Em maio de 1842 o Governo decreta o fechamento das Câmaras devido a tumultos e irregularidades ocorridos em recentes eleições. Jerônimo foi então comissionado pelo Ministério da Guerra para fazer o levantamento das defesas do Império nas províncias do Sul, apresentando relatório sobre obras e equipamento necessário para seu aprimoramento. Nesse mesmo ano, o Barão de Caxias Luís Alves de Lima e Silva foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul, com o encargo de reprimir a rebelião.

Jerônimo foi promovido ao posto de Tenente-Coronel em 7 de setembro de 1842, continuando a representar Santa Catarina no Parlamento. Seus conhecimentos como engenheiro eram também requisitados. Em 1843 Jerônimo foi encarregado de desenvolver o planejamento de obras para resolver os problemas de abastecimento da água potável da cidade do Rio de Janeiro. Sua seriedade, honestidade e coerência atraíram o respeito não só de seus correligionários, mas também de seus opositores. Assim, em 2 de fevereiro de 1844 foi chamado a integrar o Conselho da Coroa, como Ministro da Marinha, e interino da Guerra, passando mais tarde a Ministro da Guerra, recebendo em 16 de fevereiro o título de Conselheiro.

A ascensão política de Jerônimo foi festejada em Santa Catarina. Seu nome foi imediatamente indicado para substituir no senado o Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, recém falecido. Na época, o mandato de senador era vitalício. Jerônimo não aceitou a indicação, e lembrando-se da atitude de seu conterrâneo José da Silva Mafra, seis anos antes, declarou: "*Não aceitarei outro candidato que não seja o Tenente-Coronel Silva Mafra, que tem se destacado por sua bravura e inteligência.*" Mafra foi eleito em outubro e empossado em dezembro daquele ano.

Em suas funções de Ministro da Marinha aconselhou a construção de melhores navios, com maior tonelagem e armamento. Transferiu a pasta da Marinha ao Visconde de Albuquerque, em 23 de maio, permanecendo como Ministro da Guerra. Jerônimo passou a receber ferrenha oposição do partido Conservador, que se empenhava em promover sua queda. Tendo sempre uma visão unificadora e pacificadora do País, Ele pediu à Coroa clemência para os vencidos nas rebeliões de São Paulo, e de Minas Gerais. Na abertura da sessão legislativa de 1844 o Gabinete governante enfrentou forte oposição, com cerca de três quartos do número dos Deputados. Os votos de graça propostos pelo Ministro da Guerra encontraram intransigente oposição. A Câmara sugeriu a retirada do Gabinete, apresentando seu voto de desconfiança. Em discurso contundente, Jerônimo Coelho denuncia a atitude da Câmara, concluindo sua fala dizendo:

"Temos recursos na Constituição, apelaremos para a Coroa e para o país, e o seu juiz supremo decidirá quem deve governar o Estado: ou nós, ou vós.

No dia seguinte, foram dissolvidas as Câmaras, entre as aclamações do povo que ocupava as galerias e o Paço da Câmara dos Deputados.

A capacidade de tomar rápidas e decisivas resoluções de Jerônimo Coelho também foi responsável pela pacificação de Alagoas. O vapor Imperador entrara no porto do Rio de Janeiro com notícias alarmantes, em 17 de outubro de 1844. O Partido da Ordem em Alagoas pegara em armas e com o auxílio de conhecido

jagunço Vicente de Paula atacara o palácio do Presidente. Sem meios para resistir, o Presidente refugiara-se em um navio de guerra, e pedia socorro. O Ministro tomou imediatas providências, fazendo partir no dia seguinte o mesmo vapor, levando um batalhão com 400 soldados, sob o comando do general Seabra. No dia 24 do mesmo mês a tropa chega a Alagoas e reinstala o presidente no palácio no dia seguinte. Em seguidos combates, as forças militares derrotaram os revoltosos, restabelecendo a ordem.

No Sul, tropas uruguaias invadem o Rio Grande. As tropas farrapos e imperiais uniram-se para expulsar os invasores, terminando assim a revolução farroupilha.

O Ministro da Guerra vinha mantendo contato com o Barão de Caxias na busca de condições para a paz. Uma comissão foi enviada pelos rebeldes ao Rio de Janeiro, contando entre os seus membros o coronel Manoel Marques de Souza, futuro Barão de Porto Alegre e o tenente-coronel Antônio Vicente de Fontoura. Em reunião com o Ministro Jerônimo, combinaram as condições para a pacificação. Jerônimo Coelho, de próprio punho, redigiu as instruções estabelecendo as condições oferecidas aos adversários, fazendo-lhes várias concessões, reintegrando-os à nação. Era dada anistia geral, devolvendo-se terras confiscadas. Os escravos que tinham participado da luta seriam alforriados, recebendo a liberdade. Os soldados e oficiais farrapos, se assim o desejassem, seriam incorporados ao Exército Imperial. Em 28 de fevereiro de 1845 o Brasil estava em paz.

Uma nova Câmara dos deputados foi reunida em fevereiro de 1845. Muitos deputados atacavam o Ministro da Guerra, censurando-o pelas concessões, dizendo que ele havia “mareado o brilho da coroa”. Jerônimo respondeu em eloquente discurso, concluindo com as célebres palavras: “*Senhores, está unida a família brasileira; o Império está em paz. Rendamos graças a Deus.*”

Mas a oposição ao Ministro Jerônimo continuava com veemência, atacando-o também através do jornal *O Brasil*,

comentando a habilidade com que “*A espada falante*” desviava os golpes que tentavam atingi-lo. Jerônimo rebatia as críticas também através do jornal *Íris*, expondo com clareza seu pensamento e suas posições. A pressão oposicionista que tramava a queda do Ministro, contudo alcançou o nível mais elevado. Em 25 de maio de 1845 o Ministro da Guerra foi demitido, em uma reforma ministerial.

Durante sua gestão no Ministério da Guerra, Jerônimo reorganizou sua secretaria, o arsenal e a contadoria. Criou o Hospital Geral do Exército, com específicos regulamentos. Deu também novos regulamentos à Escola Militar, normatizando suas doutrinas. Também operacionalizou o Observatório Astronômico da Escola Militar, mandando consertar e aferir instrumentos que se achavam abandonados, ordenando a aquisição de outros para permitir seu funcionamento. Atualizou equipamentos da fábrica de pólvora Estrela, para aumentar sua produção, insistindo na utilização de salitre nacional, de excelente qualidade. Reformulou também o Corpo de Engenharia do Exército, separando os ramos de engenharia civil e engenharia militar, criando também o corpo de engenheiros geógrafos. Deixando o Ministério, Jerônimo reassumiu seu assento na Assembleia Legislativa. Em setembro de 1845, Jerônimo Coelho foi então escolhido pelo Imperador para chefiar a comissão de engenheiros designada para demarcar as 25 léguas de terras componentes do dote da princesa D. Francisca em seu casamento com o príncipe de Joinville. Parte então o engenheiro e sua equipe para Desterro, onde toma as últimas providências para o início da tarefa. Jerônimo Coelho e sua equipe então partiram de Desterro para São Francisco, de onde iniciaram os trabalhos de demarcação das terras da princesa de Joinville. A tarefa durou 5 meses, durante os quais a comitiva percorreu as florestas daquela região pernoitando em rudes abrigos por eles mesmos construídos, expostos às difíceis condições do tempo e do terreno. Foi devido a essas condições insalubres que Jerônimo contraiu a doença que iria acompanhá-lo até o final de sua existência. Como recompensa pela maneira

precisa com que se desincumbira da tarefa, em 15 de fevereiro de 1847, Jerônimo foi promovido ao posto de Coronel Graduado.

Em 1848 o Partido Conservador assume o poder em Santa Catarina. Dois partidos haviam surgido a partir da discussão a respeito do melhor local para a construção do mercado público de Desterro. O grupo chamado *Cristão* era dirigido por José Pinto da Luz e apoiava a candidatura de Joaquim Augusto do Livramento, para a Assembleia Provincial. O outro, chamado *Judeu*, era liderado por Amaro José Pereira e apoiava Jerônimo Coelho. Realizadas as eleições, venceu o candidato do partido *crístão*.

Mas a capacidade administrativa do ex-Ministro da guerra seria novamente convocada pelo Império. Em março de 1848 Jerônimo foi chamado para administrar a província do Grão-Pará, sendo seu Presidente e também seu Comandante de Armas. A administração de Jerônimo naquela Província teve como um dos destaques o saneamento das finanças, organizando os dispositivos de arrecadação e definindo sua aplicação. Criou um fundo especial para financiamento de obras públicas, que propiciou a construção de cais para a marinha, quartel para a Polícia Militar, reparo de igrejas hospitais e edifícios públicos, estradas, (onde trabalhava também como engenheiro) entre inúmeras outras obras.

Quando não estava envolvido com problemas administrativos, Jerônimo pessoalmente realizava levantamento topográfico de regiões prevendo construção ou alargamento de estradas, canais, traçando plantas e definindo orçamentos. A instrução pública também teve sua atenção, com o melhoramento de escolas e do Liceu Provincial.

Sua capacidade de decisões rápidas e precisas foi decisiva no evento que poderia ter gerado grande conflito internacional. Jerônimo teve notícia de que navios de guerra franceses com soldados armados desciam da Guiana para a embocadura do Amapá, com intenção de tomar posse do território. Imediatamente mandou os navios de guerra brasileiros que estavam no porto entrarem em prontidão enquanto o brigue Niteroi zarpava com

destino a Caiena. Enviou também mensagem à corte, dando conta dos fatos e das providências tomadas. Criado o impasse, a questão foi resolvida por via diplomática, com a retirada dos navios franceses.

Duas grandes epidemias ocorreram durante seu governo: bexiga e febre amarela. Jerônimo também sofreu seus efeitos, sendo contagiado pela febre amarela. Forçado pela doença, repassou suas funções ao Vice-Presidente em 2 de abril de 1850, reassumindo o cargo no mês seguinte. Contudo, não se livrara completamente da moléstia, vendo-se forçado a deixar definitivamente o cargo no final de julho de 1850. Na noite de 31 de outubro grande comitiva dirigiu-se ao porto de Belém à luz de archotes. Jerônimo Coelho partia para a corte, sendo acompanhado até o navio pelo seu sucessor, autoridades, personalidades de destaque e grande multidão. Em todo o trajeto era ele aclamado pela multidão.



Retrato de Jerônimo Coelho por A. Sisson, em 1858

Embarcou no vapor Baiana com destino ao Rio de Janeiro. Durante a viagem, em agradecimento às homenagens recebidas, Jerônimo deu vazão à sua sensibilidade poética, escrevendo um soneto dedicado ao povo da Província que deixava. Enviou o soneto a um amigo paraense, que o fez publicar nos jornais Treze de Maio, o Planeta, e Publicador Paraense em 14 de dezembro daquele ano. Em 29 de dezembro de 1850 Jerônimo recebeu no Rio de Janeiro a comenda da Ordem da Rosa. No ano seguinte, em junho foi comissionado pelo Ministério do Império para organizar a carta topográfica do Pará, e em julho de 1852 assumiu a direção da Fábrica de Pólvora da Estrela. Jerônimo alcançou o posto de coronel efetivo em 15 de abril de 1854. No mês de junho desse ano, deixou a direção da fábrica de pólvora para assumir a Diretoria do Arsenal de Guerra. Como contraponto ao sucesso de sua carreira, vem o destino aplicar-lhe mais um rude golpe. Depois de 27 anos de vida conjugal, falece sua esposa em agosto de 1854, deixando-o mais isolado e vulnerável. No ano seguinte, em março sua carreira alcança o ápice: é promovido ao posto de Brigadeiro e nomeado Guarda-roupa de S. M. o Imperador. Entretanto, esse seu momento de glória teve sua contra- parte de angústia, pois suas antigas enfermidades voltaram a exigir atenção. Foi forçado novamente a pedir licença para tratamento de saúde, ficando afastado de suas funções por alguns meses. Com as forças restauradas, em setembro do mesmo ano, Jerônimo deixa o comando do Arsenal. Foi nomeado Diretor da Escola de Aplicação do exército, onde permaneceu até ser nomeado por Carta Imperial Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 20 de fevereiro de 1856.

Em viagem para o Rio Grande do Sul Jerônimo aportou em Desterro. Os líderes de seu partido vieram recebê-lo, comentando seus planos de apresentar a candidatura de Jerônimo nas próximas eleições para a Câmara Geral. Em 28 de abril Jerônimo Coelho assume o governo em Porto Alegre. Sua visão de engenheiro levava-o a prontamente identificar as deficiências e tomar as devidas providências no planejamento e execução de obras públicas, executando drenagens, valas, estradas, pontes,

reparo de igrejas e edifícios públicos, calçamentos, casa para escolas, encanamentos e fontes. Dedicou-se a conhecer e resolver os problemas da terra que governava, destacando-se entre eles a solução para o abastecimento de água de Porto Alegre. Mandou orçar e planejar uma estrada ligando Porto Alegre a Laguna. Como Comandante de armas da Província, preocupou-se com as fronteiras, organizando brigadas com membros da divisão do coronel Francisco Felix Pereira Pinto, reforçadas com tropas da província para patrulharem a região fronteira. Jerônimo procurou governar sem se envolver nas disputas partidárias provinciais, às quais era estranho. Seu espírito harmonizador acabou por atrair simpatia dos partidos contrários. Em 22 de junho de 1856 foi realizado um baile em sua homenagem. O texto do convite ressaltava a atuação de Jerônimo quando Ministro da Guerra na pacificação da Província, e era assinado, pelo Barão de Porto Alegre, entre outras autoridades.

Sua Província natal, contudo, requisitava seus serviços: foi eleito Deputado a Assembleia Geral, representando Santa Catarina. Repassou então a administração da província ao Vice-Presidente no dia 13 de março de 1857. Viajando para o Rio de Janeiro aportou em Laguna para visitar sua cidade natal. Hospedou-se na casa de seu Tio, coronel de milícias Francisco Coelho, recebendo a visita de inúmeros conterrâneos orgulhosos em cumprimentar o célebre filho daquela cidade. Do mesmo modo, ao chegar a Desterro foi recebido com festividades pelo povo.

No Rio de Janeiro, assumiu seu lugar no Parlamento, retomando a prestígio que alcançara dez anos antes. Em 4 de maio de 1857 foi chamado para novamente ocupar o Ministério da Guerra.

Analisando a conjuntura política da época, Jerônimo convencia-se cada vez mais da tendência para eminente conflito com o Paraguai. Por isso iniciou providências para abastecer adequadamente os arsenais, ordenando também o deslocamento de tropas para posições estratégicas. Organizou um corpo do

exército no Rio Grande do Sul e fez transportar material de guerra para o Mato Grosso, deixando também tropas em prontidão em Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Urgia resolver os problemas da deficiência das tropas. Mandou construir quartéis no Chuí e Pirai Grande, para abrigo das tropas, que até então viviam em ranchos de palha, sofrendo as agruras do inverno. Em sua opinião, os efetivos do exército brasileiro estavam muito aquém do que deveria e poderia ser. Seus opositores classificavam como visionárias suas preocupações.

Porém, Jerônimo nunca ficara definitivamente curado de suas enfermidades, que retornaram em último e definitivo ataque. Em 1º de julho de 1858 passou interinamente seu ministério ao seu colega da marinha. Com o agravamento de seu estado, afastou-se definitivamente do cargo em 11 de dezembro. Em 18 de dezembro foi nomeado Vogal do Supremo Tribunal Militar de Justiça. Apesar de seus heroicos esforços para exercer suas funções, a doença que o minava ficava cada dia mais intensa. Em 9 de fevereiro de 1859 recebeu 3 meses de licença para tratamento de saúde. Retirou-se para Nova Friburgo, em busca de melhor clima para alívio da “moléstia do peito” que o torturava. A licença foi prorrogada por três vezes, pois ele não conseguia se recuperar. Sentindo a proximidade da morte, escreveu seu testamento, legando seus bens a seus filhos e sua mãe, que ainda vivia. Jerônimo Francisco Coelho faleceu na tarde de 16 de janeiro de 1860, em Nova Friburgo. Foi sepultado no cemitério da cidade, em um jazigo de mármore de Carrara, financiado por oficiais do exército do Rio de Janeiro. Hoje não mais existem vestígios daquele túmulo, mas a memória de Jerônimo Coelho permanece viva, sendo seu nome lembrado em ruas, escolas, lojas maçônicas e corporações militares. É o Patrono da imprensa catarinense, sendo sua memória celebrada todos os anos em cerimônias públicas. A seu respeito disse o ilustre Desembargador José Artur Boiteux:

Si é uma verdade que nas fileiras do Exército, no quadro da Armada, nas carreiras liberais e outras, contrastando com a sua exígua

extensão territorial, conta Santa Catarina uma vasta galeria de homens ilustres, nenhum se destacou superiormente a Jerônimo Francisco Coelho no conjunto de qualidades, no cômputo de valores, pois foi ele um homem de letras, um cientista, um administrador, um técnico, um parlamentar.

Seu biógrafo, Almirante Henrique Boiteux conclui;

Jerônimo Coelho foi uma dessas personalidades que não saem da história de um povo. Os predicados com os quais a natureza lhe foi pródiga, ele os empregou no engrandecimento de sua Pátria. Serviu e servirá de exemplo. Por onde andou semeou.

Referências

ASLAN, Nicola. *História Geral da Maçonaria- Fastos da Maçonaria brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1979.

BOITEUX, Henrique. *Santa Catarina no Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.

CORRÊA, Carlos Humberto. *História da Cultura catarinense – O Estado e as Ideias*. Florianópolis

CORRÊA, Carlos Humberto. *História de Florianópolis Ilustrada*. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1975.

GONDIN, Arlindo. *Jerônimo Coelho – Traços Biográficos*. Opúsculo publicado pela Loja Maçônica Jerônimo Coelho N°13.

LUZ, Aujor Ávila da. *Santa Catarina, Quatro Séculos de História*. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de S. Catarina, 1994.

DOS SANTOS, Silvio Coelho, organizador...[et al.]. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

ZIRAVELLO, Mara et alii. *Brasil 500 anos*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MIRANDA, Orlando P. et alii. *Grandes Personagens de Nossa História*, Vol.2, São Paulo: Editora Abril Cultural, 1969.

JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE ARAÚJO

(JOAQUIM NABUCO)

Alexandre Gomes Galindo
Cadeira nº 07

1. Preâmbulo

É esperado de cada Membro de uma Academia a elaboração de um elogio solene ao patrono de sua cadeira. Desta forma, teço a abertura desta prazerosa tarefa com algumas reflexões iniciais.

Ao cruzar o portal desta Confraria, geralmente carregamos uma expectativa sobre nosso real papel como membros de uma entidade desta natureza. Sobre este aspecto, acho oportuno resgatar um breve trecho das palavras de Joaquim Nabuco que, em seu Discurso de Posse ¹⁵ na qualidade de Secretário da Academia Brasileira de Letras durante a Sessão de sua Fundação em 1897, destacou o papel a ser assumido pelos integrantes da primeira geração.

Nós, os primeiros, seremos os únicos acadêmicos que não tiveram mérito em sê-lo, quase todos entramos por indicação singular, poucos foram eleitos pela Academia ainda incompleta, e nessas escolhas cada um de nós como que teve em vista corrigir a sua elevação isolada, completar a distinção que recebera; só dora em diante, depois que a Academia existir, depois de termos uma regra, tradições, emulação, e em torno de nós o

¹⁵ Disponível em: Academia Brasileira de Letras
(<https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-de-posse>)

interesse, a fiscalização da opinião, a consagração do sucesso, é que a escolha poderá parecer um plebiscito literário. Nós de fato constituímos apenas um primeiro eleitorado.

As Academias, como tantas outras coisas, precisam de antiguidade. Uma Academia nova é como uma religião sem mistérios: falta-lhe solenidade. A nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia dos nossos sucessores.

Vejo a Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras como fruto do transbordamento do amor manifesto de escritores que, no início da segunda década do Século XXI, assumiram corajosamente o desafio de congregar pessoas com intuito de implementar esforços inovadores voltados para o desenvolvimento da cultura e das letras maçônicas em geral, bem como discutir e produzir estudos nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o crescimento da literatura brasileira.

Esta iniciativa de homens de letras que surge do seio maçônico carrega em si o peso natural da responsabilidade dos seus integrantes em consolidar os alicerces desta casa para que as novas gerações possam dispor de uma tradição que seja vista como diferenciada e como promotora do desenvolvimento da cultura humana.

Ainda em seu discurso, Joaquim Nabuco aponta para esta responsabilidade, inerente aos fundadores e primeiros integrantes das cadeiras, afirmando que *“a nossa principal função não poderá ser preenchida senão muito tempo depois de nós, na terceira ou quarta dinastia dos nossos sucessores”*.

As pedras em lapidação que passam a integrar os alicerces, colunas, paredes e outras estruturas desta catedral, representadas pelos nossos acadêmicos, darão contorno a uma tradição que certamente estará alinhada com o fomento da

essência para além da mera produção ou do capricho humano. Neste ponto, resgato novamente o discurso do patrono desta Cadeira. Nas palavras de Nabuco: “(...) *a uma Academia importa mais elevar o culto das letras, o valor do esforço, do que realçar o talento e a obra do escritor.*”.

E é sustentado nestas reflexões, que entendo não haver margem ao nosso papel para além de honrar em pensamentos, palavras e ações, os patronos, bem como, os contemporâneos e as gerações futuras, primando pela manifestação da “*mocidade perpétua*” a ser refletida em nossas obras.

Aqui, nos remeto mais uma vez ao Patrono da Cadeira 07 da nossa Confraria quando comenta sobre mocidade perpétua do escritor de uma Academia, ao afirmar que “*quando se fala da mocidade perpétua de um escritor [...], não se quer dizer que não envelheceu, mas que o fundo de verdade humana que ele recolheu e exprimiu continua a ser sempre verdadeiro.*”.

Eis a nossa senda comum. Que seja trilhada com amor.

2. Trajetória de Joaquim Nabuco

Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo) nasceu em 19 de agosto de 1849 no Recife (PE) e faleceu com um pouco mais de 60 anos, em 17 de janeiro de 1910, em Washington (Estados Unidos).

Atuando como político, diplomata, jornalista, jurista, escritor, abolicionista e transformador social, Joaquim Nabuco se configura na história da construção da Nação Brasileira como um agente ativo e determinante de rumos em um período em que o Brasil migrava de uma Monarquia para República.

Em sua trajetória, lançou várias obras que foram relevantes para o pensamento social e político brasileiro, como por exemplo *O Abolicionismo* (1883); *O erro do Imperador* (1886); *Escravos* (1886); *Porque continuo a ser monarquista*

(1890); *Balmaceda* (1895); *Um estadista do Império*, em 3 volumes, (1897-1899); *Minha formação* (1900), dentre outros.

Filho de uma família aristocrata, cujo pai era o Senador do Império (José Tomás Nabuco de Araújo) e a mãe era irmã do Marques de Recife Francisco Pais Barreto (Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo), Joaquim Nabuco viveu o começo de sua infância no Engenho de Massangana, localizado no Cabo de Santo Agostinho-PE, período este, que marcou o início de sua formação humanista ao ter contato estreito com a sua madrinha e com as contradições provenientes da escravatura vigente na época.

Aos oito anos, se desloca de Pernambuco para o Rio de Janeiro e em 1866 inicia sua formação em Direito na Faculdade de São Paulo. Destacado orador e defensor do fim da escravidão, Nabuco transfere-se para a Faculdade de Recife em 1869, diplomando-se em 28 de janeiro de 1870 em Ciências Sociais e Jurídicas. Após formar em direito, viaja para a Europa e durante um ano tem contato com a elite cultural e política europeia, fazendo profundos contatos com abolicionistas britânicos.

Nabuco, mesmo educado em família aristocrata, liderou ao lado de outras personalidades o movimento abolicionista, sendo esta considerada como uma das principais e mais profundas campanhas sociais na história do Brasil. Sua defesa estava ancorada em uma proposta que ia além de mera aprovação de uma lei, onde mais importante do que abolir os escravos, era acabar com a obra da escravidão, isto é, com suas maselas na medida em que o preconceito e a falta de condição de vida e de liberdade dos escravos corrompia e penetrava todas as camadas da sociedade brasileira.

Sobre esta perspectiva, Nabuco defendia uma bandeira que apontava para a necessidade de banir o estigma da escravidão através de implementação de medidas de combate às consequências da cultura escravocrata, inserindo os ex-escravos na cidadania brasileira através da universalização da educação, onde o Estado deveria conseguir meios de proporcionar educação para todos, e democratização do solo, onde o Estado deveria

disponibilizar lotes de terra e meios para os ex-escravos produzirem.

Em 13 de maio de 1888, é sancionada a Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.353/1888), com apoio de Nabuco e em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República Federativa do Brasil.

Em sua trajetória político-ideológica, Nabuco, inicialmente defensor do Estado Brasileiro fundamentado em uma Monarquia Constitucional associada ao federalismo das províncias, não se desvincula de sua coerência como homem estadista com a instalação da república. Após um tempo de afastamento, assume a defesa do novo regime de governo, sobre uma perspectiva que incorporasse um pan-americanismo caracterizado por uma aliança política e econômica de todos os países da América, tendo como preocupação de fundo a manutenção da integridade territorial do Brasil como uma república.

Em 1896, Joaquim Nabuco participa como secretário geral da fundação da Academia Brasileira de Letras, ao lado de Machado de Assis que assumiu a função de primeiro presidente da instituição. Em seu discurso de posse, ocupando a cadeira nº 27 (que tem como patrono Antônio Peregrino Maciel Monteiro, conhecido como 2º Barão de Itamaracá), Nabuco discorre sobre as bases ideológicas fundantes de uma Academia que surgia no final do século XIX, trazendo em si uma miríade que também refletia as características e os desafios da consolidação de uma nação que se reconfigurava.

Dentre as várias contribuições dadas na esfera pública, durante o período da república, destaca-se a sua participação como representante do Brasil para defender o País na questão dos limites da Guiana Inglesa em 1899, como chefe da legação em Londres em 1900 e como o primeiro Embaixador do Brasil nos Estados Unidos em 1905.

Em 17 de janeiro de 1910, aos 60 anos, Joaquim Nabuco faleceu por motivo de doença em Washington, sendo sepultado no dia 17 de abril, sua cidade Natal, no Cemitério Senhor Bom Jesus da Redenção (mais conhecido como Cemitério de Santo Amaro),

após longos cortejos nos Estados Unidos e no Brasil. Em 1949, sob a liderança de Gilberto Freire, foi criada a Fundação Joaquim Nabuco cujo propósito fundante residia no estudo e pesquisa em Ciências Sociais.

Na perspectiva da Maçonaria, os registros relacionados com a trajetória de Joaquim Nabuco na Ordem, mesmo não se mostrando extensos, apontam para um vínculo estreito ligado as causas abolicionistas. Sua iniciação foi realizada na Loja América, do Grande Oriente do Brasil do Vale dos Beneditinos (São Paulo) em 1º de dezembro de 1868, sendo contemporâneo de vários irmãos de Loja declaradamente abolicionistas como Ruy Barbosa, Luiz Gama e Américo Brasiliense.

A Augusta e Benemérita Loja América, fundada no dia 09 de novembro de 1868 (e regularizada em 07 de julho de 1869 no Grande Oriente do Brasil do Vale dos Beneditinos), nasceu como filha legítima da fase de combate a escravidão no Brasil, precedendo em nascedouro a Lei do Ventre Livre e servindo, através de sua Oficina, de núcleo onde partiram explícitos protestos e ações contra a exploração do negro escravo, a exemplo da promoção de fuga de escravos e da criação e sustento do Quilombo de Jabaquara em Santos.

A trajetória de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, Patrono da Cadeira nº 07 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, nos concede um legado que deve ser cuidadosamente acolhido em nossos pensamentos, palavras e ações como homens pertencentes a uma contemporaneidade que deve ter a gratidão pelas gerações anteriores e a responsabilidade de deixar um mundo melhor para as gerações vindouras.

3. Fontes recomendadas

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Joaquim Nabuco*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco>> Acesso em: 10 ago. 2015.

CASTELLANI, José; CARVALHO, Willian Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009. p. 138.

CAVALCANTE, Lailson de Holanda. *Joaquim Nabuco: a voz da abolição*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

FILHO, Luís Viana. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Martins/MEC, 1973.

FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco. *Joaquim Nabuco*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2858&Itemid=866> Acesso em: 10 ago. 2015.

GASPAR, Lúcia; BARBOSA, Virginia; MALTA, Albertina; RAMOS, Carlos; FALCÃO, Maria. Arquivo Joaquim Nabuco: Catálogo. Recife-Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco-Diretoria de Documentação, 2008. Disponível em: <<https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dimeca-1/biblioteca/acervos/inventarios-documentais-e-indices/arquivo-joaquim-nabuco-catalogo>> Acesso em: 16 nov. 2021.

NABUCO, Carolina. *Joaquim Nabuco: Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1967.

NABUCO, Joaquim. *Discursos e Conferencias nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilá, 191(?).

NABUCO, Joaquim. *Discursos Parlamentares: 1879-1889*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2010.

NABUCO, Joaquim. *O que é o abolicionismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

4. Cronologia – Joaquim Nabuco

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (Por Manuel Correia de Andrade)

1849, agosto, 19 - Nasceu às 8h30 da manhã, em velho sobrado na Rua do Aterro da Boa Vista (atual Rua da Imperatriz Tereza Cristina), filho do futuro senador José Tomás Nabuco de Araújo e de sua esposa, Ana Benigna de Sá Barreto. Era um rebento de estirpe ilustre, de vez que os Nabucos de Araújo eram uma influente família baiana que dava senadores ao Império desde o Primeiro Reinado, e os Paes Barreto se constituíam em uma família de grande influência em Pernambuco, desde o século XVI, estando a ela vinculado Francisco Paes Barreto, último morgado do Cabo e marquês do Recife.

1849, dezembro, 8 - Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo foi batizado no Cabo, tendo como padrinhos os senhores do Engenho Massangana, Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e d. Ana Rosa Falcão de Carvalho. Esta madrinha teria uma grande influência na sua formação, pois muito criança ainda ficou sob seus cuidados quando os pais viajaram para a Corte. Em Massangana ele passou a infância, até a morte da madrinha, tendo contato direto com a escravidão, podendo compreender a sua crueldade e o mal que fazia ao País.

1857 - Com a morte de d. Ana Rosa transferiu-se para a residência dos pais, no Rio de Janeiro, onde realizou os estudos de nível primário e secundário, este último feito na cidade de Nova Friburgo, em colégio dirigido pelo famoso barão de Taubthoeus.

1866 - Iniciou os estudos de Direito na Faculdade de São Paulo, destacando-se entre os colegas, como orador. Assim, a 2 de abril de 1868, foi o orador que saudou José Bonifácio, o moço, quando este regressou à sua cidade, após perder o lugar de ministro, com a queda do Gabinete Zacarias.

1869- Transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde se aproximou dos seus parentes maternos e de amigos; escreveu A escravidão, que permaneceu inédito até 1988, quando foi publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, e escandalizou a elite local, por defender, em um júri, um escravo negro que assassinara o seu senhor.

1870, janeiro, 28 - Diplomou-se no Recife em Ciências Sociais e Jurídicas. Após a formatura retornou ao Rio, tentando advocacia - o pai tinha um excelente escritório - e iniciando-se no jornalismo em A Reforma, defendendo princípios monárquicos.

1872 - Publicou o seu primeiro livro Camões e os Lusíadas, com 294 páginas. Anteriormente publicara dois opúsculos: O gigante da Polônia, em 1864, e O povo e o trono, em 1869; publicou ainda, neste ano,

um outro trabalho *Le droit du meurtre*, em homenagem a Renan, que exercia grande influência no seu espírito.

1872- Com o dinheiro obtido com a venda do Engenho Serraria, herdado de sua madrinha, passou um ano na Europa, viajando, fazendo contatos com intelectuais e políticos e se preparando para o futuro.

1876, abril, 26 - Obteve o seu primeiro cargo público, o de adido de legação nos Estados Unidos, cargo que lhe proporcionou um melhor conhecimento do país, onde na velhice seria embaixador, contatos e estudos em Nova Iorque (onde viveu a maior parte do tempo) e em Washington.

1878- Foi eleito, graças ao apoio do Barão de Vila Bela, deputado geral pela província de Pernambuco, passando no ano seguinte a participar do parlamento, com destaque, em face da sua origem, ao valor de sua oratória e da independência frente ao governo Sinimbu, do seu próprio partido. Ele, ao lado de outros jovens deputados, iniciou então a campanha contra a escravidão, em favor da abolição da escravatura. Nessa legislatura Nabuco combateu um projeto de exploração do Xingu, defendendo os direitos dos indígenas (1º de abril) e criticou o envio de uma missão governamental à China, visando estimular à migração de chineses que deveriam substituir os escravos nas fainas agrícolas. Nabuco verberou este projeto que classificou de tentativa de "mongolização do país".

1880- Comemoração do terceiro centenário de Camões, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Nabuco sido o orador oficial, realizando brilhante discurso.

1880, setembro, 7 - Nabuco organizou e instalou em sua residência a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, desafiando a elite conservadora da época, que considerava a escravidão uma instituição indispensável ao desenvolvimento do Brasil. Assim ele aprofundou as divergências com o seu partido, o Liberal, e inviabilizou a sua reeleição.

1882, fevereiro, 1 - Derrotado nas eleições para a Câmara dos Deputados, quando disputou um lugar pela Corte, como representante dos abolicionistas, partiu para a Europa, para o que chamou de exílio voluntário. Em Londres viveu como advogado e jornalista (representante do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro) e escreveu um dos seus principais livros, *O abolicionismo*, publicado em 1884.

1884- Realizou a campanha para a eleição, por Pernambuco, à Câmara dos Deputados, defendendo ao lado de José Mariano, a causa do abolicionismo. Seus discursos e conferências foram reunidos no livro A campanha abolicionista, publicado em 1885, onde defendeu idéias bastante avançadas. Vitorioso sobre o candidato conservador, Machado Portela, foi entretanto expurgado pela Câmara.

1885, julho, 7 - O expurgo de Nabuco causou a maior revolta em Pernambuco, e o 5º Distrito, por decisão dos chefes liberais Ermírio Coutinho e Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti, que renunciaram a disputa da vaga de deputado, elegeu Joaquim Nabuco para a Câmara. O 5º Distrito era formado pelos municípios de Nazaré e Bom Jardim.

1885- Atuação de Nabuco na Câmara dos Deputados, defendendo o Gabinete Dantas e o seu projeto de libertação dos sexagenários, apesar de considerá-lo muito moderado. Em seguida à queda de Dantas, ele atacou as modificações feitas ao projeto pelo novo presidente do Conselho, J. A. Saraiva, que seria transformado em lei pelo Gabinete Cotejipe, a 28 de setembro.

1885, setembro, 14 - Nabuco apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei em favor da federação das províncias, tentando concretizar velha aspiração regionalista brasileira.

1886, janeiro, 15 - Nabuco foi derrotado em eleição para a Câmara dos deputados ao tentar eleger-se pelo Recife. Dedicou-se ao jornalismo escrevendo uma série de opúsculos, em que identificou a Monarquia com a escravidão e fez sérias críticas ao governo. Estes opúsculos se intitulavam O erro do Imperador, O Eclipse do Abolicionismo e Eleições liberais e eleições conservadoras, publicados em 1886.

1887, setembro, 14 - Nabuco derrotou Machado Portela em eleição memorável no Recife, quando este, ministro do Império, tentava confirmar o seu mandato, voltando à Câmara para concluir o seu apostolado em favor da abolição.

1888, fevereiro, 10 - Teve audiência particular com o papa Leão XIII e relatou a luta pelo abolicionismo no Brasil, tendo possivelmente influenciado o grande pontífice na elaboração de uma encíclica contra a escravidão.

1888, março, 10 - O Gabinete João Alfredo assume o governo com o propósito deliberado de abolir a escravatura no Brasil. Nabuco, apesar de o Gabinete ser conservador, o apoiou e deu uma grande contribuição

à aprovação da Lei Áurea. Em seguida, quando os ressentidos com a abolição se lançaram contra João Alfredo, Nabuco veio em sua defesa, realizando, a 22 de maio de 1889, um dos seus mais memoráveis discursos na Câmara dos Deputados.

1889, abril, 28 - Casou-se com d. Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inhoã e fazendeiro em Maricá, na então província do Rio de Janeiro.

1889, agosto, 21 - Nabuco foi eleito deputado por Pernambuco, para a última legislatura do Império, sem ir ao Recife e sem solicitar o apoio do eleitorado. Começava a se desiludir dos processos políticos no País e temia pela queda da Monarquia, a quem era fiel, embora procurasse liberalizá-la e não poupasse críticas à instituição e ao próprio Imperador.

1889, novembro, 15 - Proclamação da República e posicionamento de Nabuco em favor da Monarquia, recusando-se inclusive, apesar de solicitado, a postular uma cadeira na Assembléia Constituinte de 1891. Justificou sua posição no opúsculo *Por que sou monarquista*.

1891, junho, 29 - Surgiu o *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas, com a finalidade de bem informar a população e de defender, de forma moderada, a restauração da Monarquia. Nabuco, convidado, tornou-se colaborador desse jornal. Naquela ocasião, lutando pela vida, voltou à advocacia, abrindo escritório em sociedade com o conselheiro João Alfredo. Não foram bem sucedidos na profissão e um ano depois fecharam o escritório.

1892 - Viajou à Inglaterra com a família, aí permanecendo por alguns anos. Fazendo um balanço de sua vida, voltou à Igreja Católica, que havia abandonado na juventude, passando a frequentar as cerimônias religiosas e se confessando, em 28 de maio, na Capela de Nossa Senhora das Dores. Sua comunhão só seria feita no Rio de Janeiro a 22 de dezembro do mesmo ano. O livro *Minha Fé*, publicado em 1986 pela Fundação Joaquim Nabuco, relata o processo de conversão do ilustre estadista.

1895 - No auge das disputas entre monarquistas e republicanos escreveu um opúsculo, *O dever dos monarquistas*, em resposta a outro escrito pelo almirante Jaceguai, favorável ao novo regime intitulado *O dever do momento*.

1896, janeiro, 12 - Foi publicado no *Jornal do Commercio* um manifesto do Partido Monarquista, recém-fundado, tendo como signatários, além

de Nabuco, os conselheiros João Alfredo, Lafaiete Pereira, o visconde de Ouro Preto, Afonso Celso e outros.

1893/1899 - Período de intensa atividade intelectual de Nabuco. Não aceitando os cargos nem encargos da República, Nabuco dedicou-se às letras, escrevendo livros e artigos para jornais e revistas. Alguns livros foram escritos inicialmente para publicação de seus capítulos, como artigos, nos jornais e na Revista do Brasil. Estes livros, quase sempre de comentários políticos, foram Balmaceda (publicado em 1895) sobre a guerra civil no Chile e A intervenção estrangeira na Revolta de 1893 (publicado em 1896) onde, além de analisar o desenrolar da luta, faz confronto entre Saldanha da Gama, maior líder da Revolta, e Floriano Peixoto, que encarnava a legalidade. Também deste período é Um estadista do Império (1896), seu principal livro, em que analisa a vida do senador Nabuco de Araújo e a vida política, econômica e social do País durante a atuação do mesmo. Ainda desta época é o seu livro de memórias, intitulado Minha formação, publicado parcialmente na imprensa e reunido em livro em 1900.

1896 - Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, que teve Machado de Assis como seu primeiro presidente e Nabuco como secretário perpétuo.

1896, janeiro, 25 - Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1899, março, 9 - Aceitou convite do governo da República para defender o Brasil na questão de limites com a então Guiana Inglesa de que seria árbitro o rei Victor Emanuel da Itália. Iniciou um processo de afastamento do grupo monarquista e a sua conciliação com a República.

1900, março - Morte de Sousa Correia, ministro brasileiro na Inglaterra, provocando o convite do gabinete do governo para que Nabuco aceitasse este lugar, passando a ser funcionário da República. Nabuco inicialmente aceitou ser "plenipotenciário em missão especial" deixando a chefia da legação com o encarregado de negócios.

1900, agosto - Aceitou o cargo de chefe da legação em Londres e tornou-se, finalmente, funcionário da República.

1900, dezembro - Proferiu, no Rio de Janeiro, em banquete que lhe foi oferecido, discurso considerado como a sua declarada adesão à República.

1903 - Publicou-se em Paris o livro O direito do Brasil (primeira parte) em que analisou as razões do Brasil na contenda com a Inglaterra a respeito de uma área territorial fronteira com a Guiana Inglesa.

1904, junho, 14 - O rei Victor Emanuel da Itália deu o laudo arbitral na questão da Guiana Inglesa, dividindo o território disputado em duas partes - 3/5 para a Grã-Bretanha e 2/5 para o Brasil - o que foi considerado por todos, inclusive por Nabuco, como uma derrota para o Brasil.

1905 - Criada a Embaixada do Brasil em Washington, Nabuco foi nomeado embaixador do Brasil, apresentando suas credenciais ao presidente Theodoro Roosevelt, a 25 de maio. Como embaixador em Washington ligou-se muito ao governo norte-americano e defendeu uma política pan-americana, baseada na doutrina de Monroe. Também viajou bastante pelos Estados Unidos e proferiu dezenas de conferências em universidades americanas.

1906, julho - Organizou a III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, com a presença do secretário de Estado dos Estados Unidos.

1910, janeiro, 17 - Faleceu em Washington, como embaixador, após um longo período de doença.

JERÔNIMO BORGES FILHO

Joel Guimarães de Oliveira
Cadeira nº 08

Nascido em Florianópolis, filho de Jeronimo Coelho Borges e Ivone Pavan Borges, era casado em segundas núpcias com dona Antônia Vidal Borges, possuindo um casal de filhos Humberto Jeronimo Vidal Borges e Ivone Ester Vidal Borges, ambos bacharéis em Direito.

Fez seus estudos primários no Colégio D. Pedro II em Blumenau, Ginásio e Clássico no Instituto Estadual de Educação, e em 1973 ingressou no Curso de Direito da UFSC. Já como advogado, cuidou de se especializar na área jurídica, como em Execução Penal e Direito Eleitoral.

Era também jornalista, com o registro profissional nº 2305 na DRT/SC, tendo sido correspondente do Jornal “O Estado do Paraná” em Florianópolis, de 1976 a 1978. Foi radialista, tendo trabalhado como locutor noticiarista nas Rádios Anita Garibaldi, Santa Catarina e Diário da Manhã, todas de Florianópolis, além da Rádio Tupi do Rio de Janeiro. Foi Diretor Seccional no Estado de Santa Catarina da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão – LABRE – de 1971 a 1973.

Em 1963 ingressou no Banco do Estado de Santa Catarina, de onde saiu em 1979, por acordo, para radicar-se no Estado do Acre. Aprovado nos Concursos do Ministério Público e Magistratura no Estado do Acre, foi nomeado e empossado como Juiz de Direito junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Teve sua competência prorrogada em duas oportunidades como Juiz Auditor Militar do Estado do Acre.

Foi Juiz Eleitoral nas cidades de Xapuri, Tarauacá, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Foi professor convidado de Direito Civil na Universidade Federal do Acre durante o primeiro semestre de 1993, tendo vários trabalhos de ordem jurídica publicados.

Aposentou-se em fevereiro de 1996 como Juiz de Direito da Entrância Especial do Tribunal de Justiça daquele Estado. Foi nomeado Procurador Geral do Estado e Chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado do Acre, cargo que exerceu de março a outubro de 1996.

Regressou a Florianópolis em 1998 e, mesmo distante do Acre, foi colunista do Jornal *A Gazeta*, de Rio Branco, escrevendo sobre assuntos culturais e diversos semanalmente, de janeiro a novembro de 1999.



Vida Maçônica:

- Iniciado na Loja “7 de Setembro” nº 7 de Rio Branco, da Grande Loja do Estado do Acre, no dia 9/09/1992, onde chegou a Companheiro, Mestre e Mestre Instalado. Fundador das Lojas “União e Trabalho” nº 9 de Rio Branco, tendo sido o seu primeiro Venerável Mestre. (14/03/1995); “Juruá, Força e Trabalho” nº 10, de

Cruzeiro do Sul, AC (02/12/1995); e “Adonay Barbosa dos Santos” nº 11 de Rio Branco AC (28/03/1996)

- Juiz do Tribunal de Justiça Maçônico da Grande Loja do Estado do Acre. Alcançou o Grau 33 do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil em 15/11/1996 (Cadastro nº 41.898)
- Uma vez aposentado de suas atividades profissionais na magistratura no TJAC, retornou para Florianópolis, tendo uma curta passagem pelo Grande Oriente de Santa Catarina.
- Em 1999, foi Obreiro das Lojas “Fraternidade Catarinense” (REAA) e “Manoel Galdino da Silva” (do Rito Moderno ou Francês).
- Juiz Eleitoral do Tribunal Eleitoral Maçônico do GOSC, desligou-se do GOSC para tornar a residir no Acre, o que acabou não acontecendo. Ingressou, então, na Grande Loja de Santa Catarina em 2002, tendo sido por duas vezes Venerável Mestre da Loja “Manoel Gomes” nº 24 (2003/2004 e 2004/2005).
- Em julho de 2005 foi um dos fundadores da Loja “Templários da Nova Era” nº 91, tendo sido seu Venerável Mestre por quatro mandatos seguidos: 2007/2008 e 2008/2009, 2012/2013 e 2015/2016. Membro Honorário das Lojas “Alferes Tiradentes” nº 20 de Florianópolis e “Harmonia” nº 26 de Belo Horizonte. Membro Correspondente das Lojas “Fraternidade Brasileira de Estudos e Pesquisas”, de Juiz de Fora (COMAB) e “Francisco Xavier Ferreira de Pesquisas Maçônicas”, de Porto Alegre;
- Fundador e membro correspondente da Academia Maçônica de Letras do Brasil, com sede em Belo Horizonte.
- Foi Presidente e Vice-Presidente da Academia Catarinense Maçônica de Letras, onde ocupou a cadeira nº 40. Membro da Academia Maçônica de Letras do

Brasil – Arcádia de Belo Horizonte. Criador do Encontro de Cultura Maçônico.

- Entre outras comendas, foi agraciado com a “Ordem da Água”, pela Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e com a Comenda “Gonçalves Ledo”, a mais alta Condecoração do Grande Oriente de São Paulo.
- Criou e editou diariamente, a partir de 2010, um informativo virtual maçônico intitulado JB News, com tiragem em mala direta para mais de nove mil assinantes do País e do Exterior.

O JB NEWS era, na verdade, o maior informativo maçônico do mundo, transmitido de forma diária e ininterrupta a mais de 12 países simultaneamente, por mais de 13 anos, feito por apenas um Irmão, chamado Jerônimo Borges Filho, o JB.

Quis o Grande Arquiteto do Universo que tivesse tais iniciais em seu nome e se tornasse Maçom, vindo posteriormente a talhar esse verdadeiro monumento cultural cujo nome remete ao seu artífice e também às colunas do Templo.

Seu legado é motivo de orgulho para a maçonaria de Santa Catarina e para a maçonaria universal. Jerônimo Borges foi um Irmão à frente do seu tempo, um verdadeiro Mestre.

Os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo se maravilhavam com o tamanho de sua sabedoria, desprendimento, humildade e carinho para com tudo e com todos.

Sua falta é apenas parcialmente atenuada pela *Opus Magna* que nos legou: a coletânea do JB NEWS, monumento eterno à sua grandeza, às suas virtudes.



A COLEÇÃO COMPLETA do JB NEWS pode ser acessada e baixada lendo ou clicando em um dos QR Codes alternativos abaixo:



Em 2020, a ARLS “Alvorada da Sabedoria”, nº 4.285, do Or. De Florianópolis, SC, instituiu, em sua homenagem, o troféu Jerônimo Borges Filho, para premiar os três melhores trabalhos de um Concurso Literário anual, com isso perpetuando o culto à memória desse paradigma de Mestre Maçom.



ANTÔNIO FREDERICO DE CASTRO ALVES

Jonilson Silva Bogéa
Cadeira nº 10

Nascido em 14 de março de 1847, na zona rural da então Freguesia de Currealinho, na Fazenda Cabaceiras, em Muritiba, às margens do rio Paraguassu, na Bahia, local este, que posteriormente virou município, e hoje leva seu nome, a cidade de Castro Alves/BA. Filho de Antônio José Alves, médico cirurgião, que lecionou na Faculdade de Medicina da Bahia e Clélia Brasília da Silva Castro, filha do Major Periquitão, apelido de José Antônio da Silva Castro, comandante do 3º Batalhão de Infantaria, durante o processo de Independência da Bahia.

Castro Alves, oriundo de família rica e conhecida, em sua infância era chamado por sua mãe de “Cecéu”. Foi o segundo filho do casal; seu irmão mais velho era José Antônio e tinha ainda mais dois irmãos e três irmãs mais novas. Com seis anos se mudaram para Salvador onde foram morar num sobrado na Rua do Rosário, onde havia ocorrido o assassinato de Júlia Feital, esse fato ficou conhecido como o “Crime da Bala de Ouro”. Nessa época Castro Alves, ainda criança, passou ouvir histórias de que a casa era amaldiçoada e que o fantasma de Júlia habitava o local, e mais adiante, fatos dessa natureza vieram a influenciar sua produção literária.

Em 1856 a família de Castro Alves adquire o solar da Boa Vista, que pertenceu a um antigo senhor de escravos, foi justamente aí que o poeta viu pela primeira vez uma senzala e um tronco (instrumento usado para prender e castigar escravos), completando a sua impressão sobre os horrores da escravidão. Observando o trabalho escravo, as cenas de escravidão ficaram fixadas em sua mente, para mais tarde explodir em versos inflamados do Poeta dos Escravos. Em 1858, Castro Alves passa a estudar no ginásio baiano, fundado pelo Dr. Abílio César Borges,

que depois viria a ser conhecido como o “Barão de Macaúbas”. Nessa escola, em Salvador, foi contemporâneo de Rui Barbosa.

De forma precoce, aos 11 anos inicia sua produção poética. Sua mãe morreu quando ele tinha 12 anos de idade, vítima de tuberculose. Aos 13 anos apresentou seu primeiro recital na escola e aos 16 anos teve seu poema "Destruição de Jerusalém" publicado no Jornal de Recife e muito elogiado. Em 1864, aos 17 anos, iniciou os estudos na Faculdade de Direito de Recife, após passar por duas reprovações. Nesse mesmo ano, teve a alegria da aprovação interrompida justamente pelo fato de seu irmão José Antônio, ter cometido suicídio.

Em agosto de 1865, no salão de honras da Faculdade, obtém a sua primeira consagração pública, declamando o poema " O Século". Em 1866, fundou uma sociedade abolicionista (Bucha Paulista), tendo por companheiro Rui Barbosa. E ainda no mesmo ano, seu pai falece, portanto, ficando órfão aos 19 anos.

Naquela época, as duas grandes aspirações de liberdade eram a abolição e a república, que tiveram o poeta como precursor imortal. Certa feita, em um comício republicano, violentamente reprimido pela polícia, Castro Alves recitou de improviso "O Povo no Poder", contendo os versos imortais: "A praça é do povo, como o céu e do Condor."

Na Faculdade ficou conhecido por frequentar o Teatro Santa Isabel, tanto quanto às salas de aula, e ao assistir uma peça teatral, conhece e se apaixona pela atriz portuguesa, Eugênia Câmara, muito conhecida por todo país e com ela tem um relacionamento amoroso, que muito irá influenciar sua obra poética. Nessa época, ficaram conhecidas as disputas líricas entre Castro Alves e Tobias Barreto, ocorridas ao final das peças teatrais, onde Castro Alves exaltava sua musa Eugênia Câmara e Tobias Barreto enaltecia a sua musa, também atriz, Adelaide Amaral.

Eugênia Câmara, era 10 anos mais velha que Castro Alves e possuía uma filha. Aos 21 anos ele viajou com Eugenia para Bahia e ao Rio de Janeiro. Passou pouco tempo no Rio de Janeiro, mas o tempo suficiente para conhecer e receber a consagração dos dois

maiores vultos da literatura: José de Alencar e Machado de Assis. São Paulo era uma pretensão antiga do poeta, e para lá se dirigiu, chegando em março de 1868, transferindo-se no 3º ano do Curso, para Faculdade de Direito de São Paulo, onde novamente foi colega de Rui Barbosa. Nessa época, escreveu: "São Paulo era uma cidadezinha provinciana, das ruas estreitas e mal calçadas, casas que parecem antes do mundo, tanto são pretas, ruas que parecem ser feitas depois do mundo, tanto são desertas". Mas quanto ao ambiente de liberdade, inclinava-se ele a preferir São Paulo. Em São Paulo Castro Alves escreveu o melhor de sua obra abolicionista e republicana: "Os escravos"; "Navio negreiro"; "Vozes da África".

Seu relacionamento com Eugenia Câmara o inspirou a escrever a peça "O Gonzaga ou a Revolução de Minas", muito aplaudida e reverenciada; o término do relacionamento do casal, o fez escrever a obra "Espumas flutuantes", que foi a sua única obra editada em vida, já que a maioria dos seus escritos foram publicados postumamente, organizados por sua irmã Adelaide e por amigos.

Castro Alves concluiu o curso de Direito, em São Paulo, na Faculdade do Largo do São Francisco. E desde a juventude tinha problemas de saúde com sintomas de tuberculose e por conta disso, durante a Guerra do Paraguai foi reprovado, ao tentar se alistar.

Com relação ao fato de Castro Alves ser Maçom, há controvérsias, com relação à sua Iniciação, e é perceptível o desejo de muitos quererem ampliar a participação maçônica no processo abolicionista, conforme afirma D'Albuquerque, Castro Alves havia sido iniciado na Loja América em 1868(D'Albuquerque, 1970, p. 312), sendo que José Castellani sugere que Castro Alves havia pertencido à Loja Amizade, conforme trecho a seguir:

Embora não haja comprovação, dada à criminoso destruição dos arquivos da Loja "Amizade", de

São Paulo, é provável que nela tenha ocorrido a iniciação de Castro Alves, em 1868, quando estudava Direito, em São Paulo, numa época em que grande número de estudantes da Academia, engajados na campanha abolicionista, fazia parte das lojas maçônicas (CASTELLANI, 1973, p.39).

Já na fase final de sua vida, ele se apaixonou pela cantora italiana Agnese Trinci Murri, que o admira, mas não o correspondeu, sendo assim, um amor platônico. E diante dos desgostos amorosos, o ânimo do poeta enfraqueceu e para se distrair ele optava por caçar. Durante uma caçada, nos bosques da Lapa, sofreu um disparo acidental de espingarda, no pé esquerdo, que lhe causou a amputação, a qual teria sido realizada sem anestesia.

Após isso, começa uma jornada de martírio: mutilado e com a tuberculose corroendo seu organismo, ele volta à Bahia, em novembro de 1869, onde é recebido com o carinho de familiares e amigos.

A poesia de Castro Alves, chegou a ser considerada por alguns como sendo panfletária e política demais, contudo, justamente por isso, sua obra foi considerada como um retrato fiel da sociedade em que estava inserido, sendo assim, importante até nossos dias de hoje.

Castro Alves ficou conhecido como “Poeta dos Escravos”, justamente por empunhar a bandeira da abolição da escravatura. É conhecido também como sendo o “Poeta Genial”, pois em um de seus versos, menciona: "eu sinto em mim o borbulhar do gênio". Porém, apesar de ser abolicionista e republicano, não conseguiu presenciar o advento da abolição da escravatura, nem a República, por ter morrido muito jovem, com apenas 24 anos de idade, mas

nesse curto período de tempo, construiu uma das maiores obras da literatura brasileira.

Sua poesia foi chamada de “Condoreira”, pois o condor é uma ave cujo voo alcança alturas elevadas, sendo assim considerado um emblema da Liberdade, pois voando alto, com visão privilegiada, o condor consegue enxergar grandes distâncias. E assim, tal como o condor, o poeta buscava mostrar para sociedade qual o caminho ao longe a ser seguido.

No dia 6 de julho de 1871, aos 24 anos, vítima de severas complicações da tuberculose, ao lado de familiares, cerrava para sempre os olhos, Castro Alves.

Em sua obra podemos destacar ainda: "Ode ao Dois de Julho"; " Laço de fita"; "O Adeus de Teresa"; "Mocidade e morte"; "Quando eu morrer"; "A canção do africano"; "O Navio Negreiro"; "Vozes d'África"; “Anjos da Meia Noite” e “A cachoeira de Paulo Afonso”.

Castro Alves é Patrono da Cadeira Nº7 da Academia Brasileira de Letras e a data de seu nascimento, 14 de março, é considerado o Dia da Poesia no Brasil, por isso é um poeta eternizado.

Em 1971, no centenário de sua morte, seus restos mortais foram depositados sob a sua estátua, na praça que leva seu nome em Salvador.

Homenagem do Acadêmico JONILSON BOGÉA ao Patrono CASTRO ALVES:

Ter Castro Alves como Patrono
Da Cadeira de número Dez
Chega quase a ser um Trono
Exigindo trabalhos e produções fiéis.

Inspirado nesse inigualável Poeta

Cuja vida foi muito curta
Que fique um especial alerta:
Que o tempo, a morte furta.

E assim, possamos viver intensamente
Sem melindres, exageros ou arrependimentos
Com sabedoria e equilíbrio, realmente
Buscando avanços, prosperidade e sempre atentos

Para tudo aquilo que realmente interessa
Curtindo a vida da melhor forma possível
Evitando aquilo que nos estressa
Já que nossa vivência é imprevisível.

Que seu legado não seja esquecido
Nos servindo de inspiração
E que seu brado seja sempre ouvido
Na luta por qualquer escravidão.

Referências:

ASLAN, Nicola. Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros. Paraná, Londrina: A Trolha, 1973.

CASTELLANI, José. Os maçons que fizeram a história do Brasil. São Paulo: editora A Gazeta Maçônica, 1973.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. Memória da abolição na maçonaria paulista. Sankofa. Revista de história da África e de estudos da Diáspora Africana Ano XIII, N^oXXIII, 2020.

Endereços Eletrônicos:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Castro_Alves

<https://www.academia.org.br/academicos/castro-alves/biografia>

https://www.ebiografia.com/castro_alves/

Castro Alves, a escravidão e o condor | Nerdologia
<https://www.youtube.com/watch?v=SBK2FH-LNL0>

Historia do Poeta Castro Alves
<https://www.youtube.com/watch?v=eDfa7OVUgdI>

FILME | Castro Alves - Retrato falado do poeta, 1998
<https://www.youtube.com/watch?v=PIP28HbGu60>

JOSÉ BONIFÁCIO – O PATRONO DA INDEPENDÊNCIA

Márcio dos Santos Gomes
Cadeira nº 12

*“A maior corrupção se acha onde a maior
pobreza está ao lado da maior riqueza.”*

José Bonifácio

José Bonifácio de Andrada e Silva, naturalista, estadista e poeta luso-brasileiro, nasceu em Santos, no litoral da então Capitania de São Paulo, em 13 de junho de 1763, faleceu aos 74 anos em Niterói, em 6 de abril de 1838.

Descendente de antiga família portuguesa do Minho e de Trás-os-Montes, seu avô, o coronel José Ribeiro de Andrada, casado com Ana da Silva Borges, administrou o contrato da dízima da Alfândega do Rio de Janeiro e de Santos até 1721. Dentre outros cargos, foi capitão de infantaria da Ordenança de Santos, posteriormente promovido a coronel. Morreu pobre, ao amparo do filho Bonifácio José Ribeiro de Andrada. Este se casou aos 32 anos, em 1758, com D. Maria Bárbara da Silva, filha de portugueses, com quem teve dez filhos, quatro mulheres e seis homens, entre os quais José Antônio de Andrada e Silva, o segundo dos dez, que trocou o nome para José Bonifácio, após sua crisma.

O pai Bonifácio José ocupou vários cargos e ofícios da Coroa Portuguesa, o que lhe permitiu amearhar grande fortuna com a renda advinda de imóveis comprados na cidade e de terras onde seus escravos lavravam café, cana e arroz. Na lista censitária de 1765, aparece como segundo mais rico da vila de Santos. Quando nasceu José Antônio (José Bonifácio), a população da Vila era de 1.500 habitantes.

“Em criança, José Antônio via circular escravos, indo e vindo entre plantações de açúcar ou empurrando carrinhos

construídos de pranchas de pau sobre rodas, nos quais eram conduzidas as mercadorias” (Del Priore, 2019).

Enfrentou e resistiu, na infância, às doenças típicas dos manguezais, em decorrência dos mosquitos, além daquelas vindas dos quatro cantos do mundo. Morando com os nove irmãos em um sobrado, teria aprendido as primeiras letras com sua mãe. Com um caixeiro do pai, aprendera gramática latina.

Sua meninice foi curta. Aos 7 anos deixou de comer à mesa com os adultos e passou a ser castigado por todos: pai, mãe, tios, padrinhos, pelo padre-mestre ou pelo capelão, inclusive com a pedagogia sádica de então, à base de vara de marmelo, que era o tratamento usual com os filhos machos. À época, ensinava-se o latim, a gramática, a doutrina e as boas maneiras (Del Priore, 2019).

Aos 14 anos, partiu para São Paulo, agora como José Bonifácio, acompanhando seu pai, que havia sido nomeado provedor da Real Fazenda em 1771. Na capital, onde viu funcionar uma fabulosa teia de negócios e poderes, esteve aos cuidados de frei Manuel da Ressurreição, responsável pela instrução primária da diminuta elite paulistana, que reabriria o Seminário Episcopal para aulas de lógica, ética e retórica, e lecionava pessoalmente a língua francesa. Eram poucos os livros disponíveis. Em 1776, havia um único mestre régio ou professor público (Del Priore, 2019).

Aos 16 anos, em 1779, chegou a cogitar em seguir a carreira religiosa, mediante requerimento da “habilitação de genere”, requisito para o sacerdócio, juntamente com seu irmão mais velho, Patrício Manuel Bueno de Andrada. Mas, não era a sua vocação, pois desde cedo manifestara interesse pela literatura e pelas mulheres. Seria um poeta amador por toda sua vida, e um de seus temas prediletos sempre girava em torno das desídiadas do amor. Sua vida seria recheada por numerosos flertes e casos amorosos. Em São Paulo já revelava essa sua faceta, a ponto de seu tio, o padre João Floriano, certa feita ter sentenciado: “Para padre não dá” (Menck, 2019).

Aos 17 anos, com contatos comerciais entre agentes portuários, relações entre mercadores portugueses e o prestígio do nome um tanto declinante, rumou para o Rio de Janeiro, o maior porto da colônia. Naquela idade, qualquer jovem era considerado homem feito. Desconhecia-se a adolescência. Segundo Del Priore (2019), “teria sido acolhido numa família conhecida dos Andradas e moradora da Rua Grande ou da Direita ou da dos Pescadores, locais de muitas casas comerciais”.

Envolvido nos negócios, o que tinha a fazer era viajar. A viagem era considerada, no fim do século XVIII, o momento de transformação individual, oportunidade de tirar lições de observações. Aos 19 anos, embarcou num navio a vela para percorrer a costa na direção de Santa Catarina, onde fez anotações sobre a pesca da baleia. Esteve na Armação da Piedade, fundada em 1746. Depois, enveredou pelo caminho da Capitania de Minas Gerais para alcançar a Comarca de Serro Frio e Diamantina, onde conheceu a produção de ouro.

Mas, era preciso partir e o destino era a metrópole. Assim, em 1783, com o resto da fortuna do pai e amizades na rede mercantil, aliadas à certeza de que a experiência garantiria postos bem remunerados na administração judiciária ou fazendária, foi tentar a sorte do outro lado do atlântico. Mais tarde, seus irmãos Antônio Carlos e Martin Francisco dirigiram-se a Coimbra.

Cerca de dois meses durou a travessia. Desembarcou na Ribeira Nova, repleta de barracas sujas e malcheirosas, numa terra que tinha um século de atraso em relação à França e dois em relação à Inglaterra. A cidade ainda emergia dos escombros do terremoto de 1755. O povo era considerado bronco. Conforme comenta Del Priore (2019), Bonifácio teria registrado que um quinto da cidade era ocupado por capelas, igrejas e conventos, com suas hortas, vinhas e pomares. Depois se dirigiu a Coimbra.

A permanência de José Bonifácio em Coimbra abrange três fases distintas: a do aluno, a do professor e a do militar (Freitas, 1963). Em 30 de outubro de 1783, matricula-se na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, aos 20 anos de idade. A

Universidade oferecia os cursos de Teologia, Cânones, Medicina, Matemática, Filosofia e Leis.

Frequentou com regularidade e bom aproveitamento a Faculdade de Leis, tomando o grau de bacharel em 3 de julho de 1787 e o de formatura em 5 de julho do ano seguinte. Simultaneamente, frequentou a Faculdade de Filosofia (a sua primeira inscrição de matrícula data de 12 de outubro de 1784), obtendo o grau de bacharel em Filosofia Natural, em 16 de julho de 1787.

As ciências da natureza estavam na ordem do dia nas grandes Cortes europeias. Advogados abandonavam os tribunais e eclesiásticos os exercícios de teologia, para estudar as leis naturais. O grande número de naturalistas atuando em botânica teria despertado em Bonifácio o interesse no campo ainda inexplorado da mineralogia.

Em 11 de outubro de 1784 matriculara-se também na Faculdade de matemática, o que lhe permitiu familiarizar-se com algumas matérias que lhe interessavam no curso de Filosofia, organizado com as seguintes cadeiras: filosofia racional e moral, história natural, física experimental e química teórica e prática, consideradas como "cadeiras privativas", distribuídas pelos quatro anos do curso. Física experimental e astronomia despertavam grande interesse. "Burgueses seguiam cursos, pois era esta a moda: saber tudo sobre a criação".

Segundo Menck (2019), nos poemas que então escrevia, Bonifácio refletia as ideias de seu tempo e citava Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Alexandre Pope; mas também os clássicos Virgílio, Horácio e Camões. À época declarava abominar o despotismo e a intolerância, aliando o culto da liberdade ao amor da natureza. "Cursando as aulas de três faculdades diferentes, ao que parece, não se contentava com o que lhe ensinavam. Lia muito mais do que lhe sugeriam, 'estudava com a ânsia e o apetite dos que nasceram para a vida do pensamento', na poética descrição de Octávio Tarquínio de Sousa".

Após sua formatura em Leis, em 5 de julho de 1788, José Bonifácio mudou-se para Lisboa, para iniciar nova fase. Foi admitido como sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa em 1789, por indicação de João Carlos de Bragança, duque de Lafões, um de seus fundadores. Lá apresentou uma “Memória sobre a pesca da baleia e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito de nossas pescarias”, usando as observações que fizera em Santa Catarina (Del Priore, 2019).

A publicação nos anais da Academia da dissertação sobre a pesca da baleia produzida por Bonifácio chamou atenção do duque de Lafões, que ofereceu a seu autor a possibilidade de realizar uma longa viagem de estudos pela Europa.

A aproximação de José Bonifácio ao poderoso duque de Lafões ainda tem outra coincidência. Bonifácio fora aluno de Domenico Vandelli, então professor da cadeira de Química e História Natural em Coimbra, além de diretor do Jardim Botânico da universidade. O italiano Vandelli foi um dos que levara a maçonaria para Portugal, para onde se mudara em 1764 a convite do Marquês de Pombal. Tanto Lafões quanto Vandelli tinham sido iniciados na maçonaria no estrangeiro e a Academia das Ciências era a organização maçônica mais discreta, porém a mais conhecida (Del Priore).

Segundo Ferreira (1972), José Bonifácio teria sido iniciado na Maçonaria, ainda na Universidade de Coimbra, na ordem dos "Azuis", conforme sua formação monárquica. E monarquista seria para o resto da vida. Segundo ele, naquele tempo a Universidade era a sementeira de iluministas católicos portugueses filiados à Maçonaria. E a Maçonaria já estava dividida em duas ordens: a Maçonaria "Azul", monarquista constitucionalista, e a Maçonaria "Vermelha", republicana constitucionalista.

Em 1790, Bonifácio, o alentejano Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira e o mineiro Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt, obtiveram bolsa para realizar viagem científica por França, Itália, Alemanha, Dinamarca, Holanda e Suécia, para estudos nas áreas de química, mineralogia, geologia, exploração mineira e

metalurgia, especializando a sua formação como naturalista segundo os princípios da Ilustração portuguesa, em que o conhecimento científico tinha por objetivo a utilidade pública.

Aos 31 de maio, o ministro dos Estrangeiros e da Guerra baixara uma minuciosa “instrução” na qual um longo itinerário era prescrito. Feitos os preparativos, em junho de 1790, os estudantes deixavam Portugal em direção à França.

Entretanto, antes de partir na missão científica, Bonifácio havia se casado, em 31 de janeiro de 1790, com uma jovem irlandesa, Narcisa Emília O’Leary. Ela com 20 anos, ele com 26. Narcisa morava com sua tia, D. Isabel O’Leary. A cerimônia se realizou no oratório da residência do bispo de Mariana, freguesia de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa. Essa certidão de casamento nunca foi encontrada. Nove meses depois, Narcisa pariu. Bonifácio ficaria fora de casa por 10 anos. No período em que percorreu a Europa consta que teria recebido a visita de Narcisa entre setembro de 1796 e agosto de 1797, em Estocolmo. A filha Carlota ficara com a tia Isabel (Del Priore, 2019).

Em Paris, testemunhou em 1790 e 1791 o furor da Revolução Francesa. A propósito de seus estudos e das descobertas que fazia, Bonifácio se preocupava em comunicá-las às diversas sociedades científicas, escrevendo artigos às revistas especializadas, fossem elas francesas, inglesas ou alemãs (Menck, 2019).

Com o retorno a Portugal em setembro de 1800, aos 37 anos, cientista conhecido e consagrado, reencontrou os irmãos Antônio Carlos, então com 27 anos, e Martim Francisco, com 25, ambos formados em Direito e Filosofia, respectivamente, na Universidade de Coimbra, onde foram também iniciados na maçonaria.

Logo, Bonifácio foi designado para criar a cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra, por meio de uma carta-régia de 15 de abril de 1801, regida por ele durante seis anos. Foi então nomeado para o cargo de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino e de Superintendente do serviço de obras do Rio

Mondego, em 18 de maio de 1801. Teve uma bem-sucedida carreira na administração portuguesa: intendente-geral das Minas e Metais do Reino (1802); desembargador da Relação do Porto (1805); superintendente das Obras do Rio Mondego e das Obras Públicas de Coimbra; diretor das Obras de Encanamento e dos Serviços Hidráulicos; e provedor da Finta de Magalhães (1807).

Em 1807, por ocasião da invasão das tropas de napoleônicas, José Bonifácio prestou colaboração, no campo das armas, ao vice-reitor da Universidade. Alistou-se e frequentou os exercícios militares. Pela incorporação de 2 de janeiro de 1809, era major do 2º Batalhão. Fugindo da invasão francesa, D. João buscara refúgio em sua colônia, chegando ao Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808, depois de uma estada na Bahia, onde aportou em 22 de janeiro, trazendo a Corte para o Brasil.

Em 16 de abril de 1809 José Bonifácio já pertencia ao Estado Maior, indo nas expedições do Vouga e do Porto com a patente de tenente-coronel. Como chefe de polícia da cidade do Porto, reprimiu, com pulso de ferro, as atividades políticas dos republicanos, chamados então anarquistas ou carbonários. Em 4 de agosto, o Comandante em chefe deu autorização para que se retirasse, "fazendo público ao exército a grande aprovação que merecerão os seus bons serviços, como o da sua corporação, tão digna de louvor".

Entre 1810-1811 voltou à ativa, sendo tenente-coronel comandante do Corpo de Voluntários Acadêmicos. O 1º Batalhão Acadêmico, ao qual José Bonifácio prestou relevantes serviços, foi dissolvido por Alvará de 15 de abril de 1811 (Freitas, 1963).

Em 1812, tornou-se secretário da Academia das Ciências de Lisboa, encarregado de registrar a história da instituição. Era reconhecido como a maior autoridade científica do mundo lusófono. Entre outras realizações, publicou tratados para melhorar a pesca da baleia, o plantio de bosques e a recuperação de minas exauridas em Portugal. Usou a palavra tecnologia pela

primeira vez, na língua portuguesa, em dois artigos escritos em 1815 e 1819.

Conforme descrito no site da Universidade de Coimbra, José Bonifácio foi:

Membro das Academias de Estocolmo, Copenhaga e Turim, da Sociedade de Investigadores da Natureza de Berlim, das de História Natural e Filomética de Paris, da Geológica de Londres, da Wermerícia de Edimburgo, das Mineralógica e Linneana de Iena, da de Física e História Natural de Genebra, da Filosófica de Filadélfia, e da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, além de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

O referido site descreve, ainda, uma série de obras publicadas por José Bonifácio.¹⁶

Como mineralogista, sua especialidade, descreveu 12 novos tipos de minerais, sendo a petalita usada já no século XXI, em 2008, para tornar os fornos de micro-ondas mais eficientes e econômicos. Em homenagem a Bonifácio, em 1868 o cientista norte-americano James Dana batizou a descoberta de um mineral com o nome de andradita (Gomes, 2010).

Em 1819, conseguiu autorização do rei D. João VI para voltar a Santos, depois de viver 36 anos na Europa, dizendo sentir-se velho e cansado. Embarcou no dia 19 de agosto para sua terra natal. “Como era funcionário graduado da coroa portuguesa, dependia de aprovação para continuar a receber seus vencimentos no Brasil”. Acreditando já ter cumprido o seu destino, aos 56 anos e na condição de aposentado, voltou a Santos

¹⁶https://www.uc.pt/org/historia/ciencia_na_uc/autores/SILVA_josebonifaciodeandrade.

com a mulher, a irlandesa Narcisa O'Leary, e três filhas, das quais uma ilegítima, trazendo uma biblioteca particular com 6.000 volumes e uma grande coleção de minerais (Gomes, 2010).

Em março de 1820, na companhia de seu irmão mais novo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, saiu em excursão científica pelo interior de São Paulo, explorando a região de Sorocaba por aproximadamente 40 dias, após os quais elaborou um longo relatório sobre as potencialidades econômicas (mineral, agrícola e pecuária) da região. Recebeu de D. João VI, por carta de mercê de 18 de agosto de 1820, o título de conselheiro.

Com a chegada das notícias da Revolução do Porto, no final de 1820, passou a organizar as lideranças paulistas em torno da defesa dos interesses políticos e econômicos do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, condição essa decorrente da importantíssima lei de 16 de dezembro de 1815, quando D. João elevava o Brasil à categoria de reino. Bonifácio envolveu-se então num clima de efervescente agitação política, em vista das intenções recolonizadoras das Cortes convocadas em Lisboa.

Atendendo à exigência das Cortes e com o receio de perder o trono, em função do decreto-régio de 7 de março de 1821, e pressentindo a possibilidade de o Brasil tornar-se independente, D. João nomeou seu filho e herdeiro, D. Pedro, então com 22 anos de idade, como regente do Governo Provisório do Reino do Brasil e informou sua decisão de retornar a Corte para Lisboa. Esclareceu que a condição de “Governo Provisório” vingaria até o estabelecimento da Constituição em elaboração pelas Cortes Gerais de Lisboa (Del Priore, 2019). Em 26 de abril de 1821, D. João VI embarcou para Portugal.

Com a formação em todas as províncias de juntas governativas provisórias, Bonifácio iniciou seu papel político, no conturbado período que antecedeu o processo de independência, sendo eleito vice-governador da província em São Paulo, em 23 de junho de 1821, passando a articular o apoio de outras regiões do país à emancipação e à posterior manutenção da unidade territorial. Indicou seu irmão Martim Francisco como secretário.

A Junta de São Paulo foi a primeira a reconhecer a autoridade do príncipe regente D. Pedro de Alcântara.

Nesse mesmo ano redigiu “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório da Província de São Paulo” para os seus deputados, documento que pretendia orientar a bancada paulista em sua participação nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa que foram instaladas com o objetivo de elaborar uma constituição para Portugal e seus domínios ultramarinos.

Ainda em abril de 1821, um decreto das Cortes anulou o ato que havia nomeado D. Pedro regente. Por meio dos Decretos 124 e 125, de 29 de setembro de 1821, as Cortes ordenavam a abolição da regência e o imediato retorno de D. Pedro a Portugal. A partir daí se sobressaiu a maçonaria, com toda força e vigor. Os interesses de todos os setores envolvidos convergiam para uma independência feita sob o comando do príncipe regente D. Pedro. A reação dos brasileiros contra o decreto ordenando o retorno de D. Pedro ganha voz no discurso do maçom Cipriano José Barata, denunciando a trama contra o Brasil e publicado na íntegra, através da imprensa.

Três representações (Minas, Rio e São Paulo) foram encaminhadas a D. Pedro, rogando a sua permanência no Brasil e o descumprimento aos Decretos 124 e 125. A de São Paulo, redigida por José Bonifácio, partidário de uma monarquia constitucional, com D. Pedro no poder, foi enviada em 24 de dezembro de 1821, no qual criticava duramente a decisão das Cortes de Lisboa e chamava a atenção para o importante papel reservado ao príncipe naquele momento de crise.

No dia 9 de janeiro de 1822, diante de D. Pedro, na sala do trono, o maçom José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Câmara, fez seu discurso pedindo a permanência do príncipe. Então D. Pedro, compreendendo a magnitude do evento e reconhecendo a sua responsabilidade junto ao povo brasileiro, pronuncia o que a história reconhece a data como o “Dia do Fico”.

Aproveitando-se do apoio da população do Rio de Janeiro, o regente demitiu o ministério deixado pelo pai e nomeou outro.

Com a chegada de José Bonifácio ao Rio a 17 de janeiro, foi ele logo nomeado para chefiar o Ministério dos Negócios do Reino e Estrangeiros, sendo o primeiro brasileiro a ocupar um cargo semelhante. Ainda naquele mês, seguindo o conselho de José Bonifácio, D. Pedro assinou Decreto instituindo que só vigorariam no Brasil as Leis portuguesas que recebessem o “cumpra-se” do príncipe regente.

Em 2 de junho de 1822, José Clemente Pereira, em audiência com D. Pedro, fez saber o discurso redigido por Joaquim Gonçalves Ledo e Padre Januário da Cunha Barbosa sobre a necessidade de uma Constituinte. José Bonifácio manifestou-se contrário à convocação da Constituinte, mas acabou por aceitá-la. Em 3 de junho de 1822 foi expedido decreto em que José Bonifácio convocou a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.

Enquanto isso, as Cortes insistiam no retorno imediato de D. Pedro. Jornais e publicações da época reconheciam José Bonifácio como um dos primeiros a protestar contra a política recolonizadora das Cortes, além de um dos líderes da campanha pela permanência do príncipe no Brasil. Por isso, posteriormente, ficaria conhecido por seus partidários como “Pai da Pátria”, “Timoneiro da Independência”, “o Patriarca”.

Em 17 de junho de 1822, foi criada a primeira Obediência Maçônica do Brasil, o Grande Oriente Brasílico (ou Brasileiro), uma entidade dedicada, com exclusividade, à luta pela independência política do Brasil. José Bonifácio foi escolhido Grão-Mestre pela sua dimensão, não só na política nacional como Ministro, mas, também, na europeia, pela sua atividade científica e política, durante os 37 anos em que viveu e trabalhou na Europa. Não obstante referências de sua iniciação maçônica em fins dos anos de 1780 na Universidade de Coimbra, consta que teria sido realmente iniciado em 20 de maio de 1822, na Loja Comércio e Artes (RJ), aos 59 anos.

A liderança dos maçons cabia a Gonçalves Ledo, seu substituto imediato. Ledo era um político fluminense, considerado

a maior liderança maçônica da época, mas não tinha o prestígio nacional e internacional de José Bonifácio (Castellani, 1993).

Os grupos de Bonifácio e Ledo mantinham uma luta ideológica. Eram maçons em conflito, com agitação nas ruas e intrigas palacianas. Essa luta extrapolou as discussões no âmbito das lojas e assumiu caráter público e se estendeu através da imprensa (Castellani, 2007). Para José Bonifácio somente a forma de governo monárquica seria capaz de manter a unidade territorial. Ele temia as eleições diretas, opondo-se às ideias de fundo republicano (Mattos, 1991).

Por proposta de José Bonifácio, em 2 de agosto de 1822, o príncipe regente D. Pedro é Iniciado Aprendiz Maçom na Loja Comércio e Artes, adotando o nome histórico ou heroico de “Guatimozim”, em referência ao último imperador Asteca morto em 1522 (Ledo era “Diderot” e Bonifácio, “Tibiriça”). Logo em seguida, no dia 5 de agosto, Joaquim Gonçalves Ledo, que ocupava a presidência dos trabalhos, conduziu a cerimônia de Exaltação de D. Pedro ao grau de Mestre Maçom.

Em ato do início de agosto de 1822, D. Pedro declara inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil sem o seu consentimento. Convencido da necessidade de apoio das potências europeias, José Bonifácio desenvolveu intensa campanha junto aos governos estrangeiros e às embaixadas. Num manifesto redigido por ele, em 6 de agosto, em nome do príncipe e dirigido às “Nações Amigas”, garantia-lhes que os seus interesses seriam respeitados (Mota, 1972).

No dia 14 de agosto D. Pedro parte em viagem, com o propósito de apaziguar os descontentes em São Paulo, cujo governo reacionário parecia querer desacatar o poder dos irmãos Andrada (José Bonifácio e Martim Francisco), com a iminência de uma guerra separatista. Ao partir, entregou a regência à esposa, D. Leopoldina, para que o governo não ficasse paralisado. Chegando a Lorena no dia 19 de agosto, emite o decreto dissolvendo o governo provisório de São Paulo. No dia 25 de agosto, já em São

Paulo, onde foi recebido com honrarias, hospeda-se no Colégio dos Jesuítas.

No dia 2 de setembro, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Estado sob a presidência da princesa D. Leopoldina, onde foram lidas as cartas chegadas de Lisboa com as abusivas decisões das Cortes, anunciando o propósito de enviar tropas ao Brasil e contendo afirmações ofensivas ao príncipe. José Bonifácio, que já vinha percebendo que a solução de uma monarquia dual era impossível, escreveu a D. Pedro, concitando-o à ação rápida e que nada mais havia a fazer senão proclamar o rompimento definitivo com Portugal.

De São Paulo, em 5 de setembro, D. Pedro parte para Santos, regressando dois dias depois, na madrugada do dia 7. No percurso, às margens de um riacho localizado na colina do Ipiranga, foi surpreendido pelo Major Antônio Gomes Cordeiro e pelo ajudante Paulo Bregaro, portadores de urgentes notícias enviadas pelo seu primeiro ministro José Bonifácio. Então, ao tomar ciência dos fatos D. Pedro proclamou a independência ¹⁷.

A partir de então, o clima político do período ficou tenso, ganhando corpo o conflito entre os dois grupos à frente do Grande Oriente. “De um lado, a elite brasiliense, liderada pelo prócer da maçonaria no Brasil, Joaquim Gonçalves Ledo, e formada por aqueles que desejavam um governo baseado na soberania popular, tendo dom Pedro como chefe escolhido pelo povo e subordinado aos seus representantes. Do outro lado, a elite coimbrã, liderada por José Bonifácio e formada pelos que defendiam uma Constituição que limitasse os poderes da Assembleia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano como um direito legalmente herdado através da dinastia” (Lustosa, 2000).

¹⁷A partir deste ponto aproveito partes do artigo de minha autoria denominado “A Independência do Brasil e a Maçonaria”, publicado no Blog “O Ponto Dentro do Círculo”, citado nas referências bibliográficas.

Os inimigos de José Bonifácio procuravam intrigá-lo junto a D. Pedro e passaram a contar com uma aliada poderosa, a futura marquesa de Santos, com quem o Príncipe iniciara uma ligação amorosa e que logo se tornou desafeta de José Bonifácio. No Grande Oriente, em nova iniciativa política, em 4 de outubro de 1822, Gonçalves Ledo promove o golpe da eleição e posse de D. Pedro no cargo de Grão-Mestre, sem que José Bonifácio houvesse renunciado a ele e sem que a Assembleia Geral o houvesse destituído. Tal ato demonstrava que Ledo dominava o Grande Oriente. Sabe-se que José Bonifácio não compareceu a nenhuma sessão importante do Grande Oriente, e que teria sido colocado no cargo sem ser consultado.

Segundo alguns autores, dando o revide, José Bonifácio fundara o “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz”, uma sociedade secreta, nos moldes da Carbonária europeia, com o objetivo de combater os chamados liberais mais radicais liderados por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que não contavam com o apoio popular. Porém, Castellani (2007) afirma que isso não representa uma verdade histórica, pois o Apostolado fora fundado no dia 2 de junho de 1822, quinze dias antes, portanto, de ser criado o Grande Oriente e dele faziam parte, além de José Bonifácio e de D. Pedro, Ledo e os seus seguidores.

Na instalação do Apostolado, que pregava uma comunidade luso-brasileira de países autônomos, de orientação conservadora e monárquica, por manobra de José Bonifácio e seus irmãos, D. Pedro fora eleito seu chefe com o título de Arconte-Rei. Segundo o historiador Mello Moraes (2004), essa foi uma atitude desesperada de José Bonifácio para contrabalançar o poder e guerrear com os maçons do Grande Oriente.

Ao perpetrar o golpe político, elegendo o regente Grão-Mestre do Grande Oriente, que tinha um caráter liberal e republicano e defendia um rompimento total dos laços com a metrópole portuguesa, Ledo procurava diminuir a influência de José Bonifácio sobre o príncipe, rompendo o tênue elo existente

entre eles. Ambos os grupos disputavam as boas graças do príncipe regente, visando, cada um deles, o esmagamento do adversário e com isso declarou-se abertamente as hostilidades com um fervedouro de intrigas e perseguições entre os dois grupos.

Em outra ação política importante, D. Pedro foi aclamado como “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, em 12 de outubro de 1822, data de seu aniversário. Gonçalves Ledo e seu grupo, naquela oportunidade, exigiram de D. Pedro, três assinaturas em branco e o juramento à Constituição que fosse aprovada por uma Assembleia Constituinte. Diante disso, José Bonifácio se opôs terminantemente e deu o troco no campo político, convencendo o Imperador de que havia uma rede de intrigas e “a luta da independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrado pelo grupo adversário, com exigências descabidas” (Castelani, 1993). José Bonifácio mostrou a D. Pedro que as exigências do grupo de Gonçalves Ledo eram altamente prejudiciais e perigosas à estabilidade de seu governo.

A resistência de José Bonifácio e do próprio D. Pedro ao projeto que limitava os poderes do Imperador fez com que, ao se definir o regime de governo que seria adotado, a opção democrática viesse a ser definitivamente afastada. A postura mais moderada da elite coimbrã, com a instalação de um Estado cuja concepção não se afastava tanto das práticas do absolutismo ilustrado, sairia vencedora.

A repressão aos ex-aliados do acontecimento de 7 de setembro, representados pelos liberais radicais de Gonçalves Ledo (democrático e republicano) foi então deflagrada pelo ministério liderado por José Bonifácio. O Grande Oriente que abrigava desde monarquistas constitucionais até republicanos tornou-se um problema para o governo. Diante de tais fatos, 17 dias depois de ascender ao grão-mestrado e aconselhado por José Bonifácio, D. Pedro enviou uma carta ao 1º Grande Vigilante,

Joaquim Gonçalves Ledo, em 21 de outubro de 1822, com a ordem de fechamento do Grande Oriente, que se deu em 25 de outubro.

Segundo Mello Moraes (2004), “José Bonifácio, para conhecer praticamente a sua influência pessoal, e política, em vista do estado convulso da capital do Império, no dia 28 de outubro do mesmo ano, pediu a sua demissão de ministro do Império. Os andradistas, com este inesperado acontecimento, saem pelas ruas e praças a obterem numerosas assinaturas, e com elas vão pedir ao Imperador a reintegração dos Andradas no Ministério, o que teve lugar no dia 30 de outubro...”. O Rio de Janeiro mergulhou, então, num clima de medo e repressão.

No retorno ao Ministério, o primeiro ato de José Bonifácio foi mandar instaurar uma devassa contra os maçons do grupo político de Gonçalves Ledo, que ficou conhecida como “Bonifácia”, acusando-os de conspirar contra o governo, que levou quase todos os membros do Grande Oriente à prisão. Ledo fugiu para Buenos Aires, para não ser preso e deportado.

Em 1º de dezembro de 1822, D. Pedro foi sagrado e coroado não rei, mas Imperador do Brasil, para mostrar que, apesar do direito monárquico, também fora eleito pelo “povo”. A Assembleia Constituinte Legislativa, para confeccionar a Constituição política do Império, foi instalada no dia 3 de maio de 1823.

Quanto ao Apostolado, segundo Castellani (2007), sua existência foi curta. D. Pedro recebera uma carta denunciando uma conjuração contra ele, o que redundou em imediata ação comandada pelo próprio D. Pedro, que acompanhado de cinquenta soldados, no dia 15 de julho de 1823, invadiu a sede do Apostolado e ordenou seu fechamento. No dia seguinte, deu-se o rompimento de José Bonifácio e de seus irmãos Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva com o imperador. D. Pedro demitiu o ministério e José Bonifácio passou à oposição.

Em 12 de novembro de 1823, D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte e mandou o exército invadir o plenário. Muitos deputados foram presos e exilados. José Bonifácio foi

banido e se exilou em Bordeaux, na França, por quase seis anos. A maçonaria que havia entrado em longo período de aparente adormecimento desde 25 de outubro de 1822, somente ressurgiu em 1831, por obra dos maçons do Grande Oriente e dos membros do Apostolado, que tinham visto suas entidades fechadas pelo imperador e haviam se unido contra ele, “num processo de solapamento do trono, o qual viria a culminar na abdicação de 7 de abril”, organizando-se em dois grandes troncos: o Grande Oriente Brasileiro, que desapareceria cerca de 30 anos depois, e o Grande Oriente do Brasil (Castellani, 2007).

D. Pedro, após nove anos como imperador, enfrentando constantes crises políticas e rebeliões, e perdendo a cada dia o apoio da opinião pública e das elites, por seu autoritarismo, abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho mais novo Pedro II, em 7 de abril de 1831.

José Bonifácio de Andrada e Silva, após sua queda e exílio em 17 de julho de 1823, mediante autorização voltara ao Brasil em julho de 1829, aos 66 anos. Desembarcou no Rio de Janeiro. A viagem de volta durou um mês. Sua esposa Narcisa Emília morreu durante a travessia. Trouxe uma filha bastarda, Narcisa Cândida, assim batizada em homenagem à esposa.

Num primeiro momento, Bonifácio isolou-se em Paquetá, onde estudava e mantinha correspondência com cientistas de renome na Europa. Após a abdicação, D. Pedro o constituiu tutor do futuro D. Pedro II e das princesas imperiais. Bonifácio participou da reinstalação do Grande Oriente, voltando a ser seu Grão-Mestre. “Assumindo o cargo de chefe da corte imperial, Bonifácio passa a ser o principal líder dos antigos cortesãos e, ao mesmo tempo, opositor dos novos donos do poder, nas Regências, identificados com o liberalismo moderado...” (Morel, 2008).

Em 1832 foi destituído da tutoria pelo governo da Regência devido a disputas por poder dentre as facções que o compunham, além de ser processado, preso e absolvido, em seguida. Morreu aos 74 anos, em 6 de abril de 1838. Seus restos mortais jazem no Panteão dos Andradas, em Santos (SP), ao lado dos despojos de

seus irmãos. Conhecido pelo epíteto de "Patriarca da Independência" passou a ser considerado oficialmente o Patrono da Independência do Brasil em 12 de janeiro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.615, de autoria do Deputado Federal João Paulo Papa, de São Paulo.

No que se refere às ideias de José Bonifácio sobre a escravidão, esclarece Del Priore (2019, p.163): "Enquanto não fossem libertados, que fossem bem tratados, pois não eram 'brutos animais, explicava Bonifácio" "Em público, gostava de acusar 'o urro dos sórdidos interesses que protegiam a escravatura e contra o lucro dos traficantes de escravos'. Mas, em privado, o tom polêmico era substituído pela ambiguidade e a cautela".

Segundo Del Priore (2019), o colega Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato teria afirmado: "Eu conhecia já de Coimbra a José Bonifácio; era um homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de gênio forte e empreendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos".

Morel (2008) destaca que ficaram conhecidas as propostas de José Bonifácio para incorporar os índios e os descendentes dos africanos na argamassa que deveria formar um povo brasileiro homogêneo. Reforça que, em relação aos escravos, pregava uma paulatina reforma nas instituições para que a situação dos cativos fosse suavizada e, em longo prazo, deixasse de existir o cativo. Quanto aos índios, condenava as guerras de extermínio, defendia que se tornassem cidadãos úteis e produtivos.

Laurentino Gomes (2010) destaca que Bonifácio passou à história como um homem sisudo e austero, mas esclarece que se trata de uma imagem equivocada, e que na realidade era um boêmio e bom de copo, poeta e contador de histórias. Prendia o cabelo em forma de rabo de cavalo na nuca. Teve inúmeras amantes que lhe deram dois filhos bastardos. Manejava bem uma espada e havia rumores de que tinha matado quatro homens em duelo. Citando a viajante inglesa Maria Graham que o teria encontrado no Rio de Janeiro e ficado imediatamente seduzida

por Bonifácio, e escrevera em seu diário que ele “era um homem pequeno, de rosto magro e pálido; (...) suas maneiras e sua conversa impressionavam logo o interlocutor”. Já o Barão Guilherme Luiz Von Eschwege, mineralogista alemão, que o teria conhecido em Portugal, afirmou que Bonifácio lhe parecera vaidoso e arrogante.

No exílio, segundo Gomes (2010), José Bonifácio se converteria num áspero crítico de D. Pedro e, nesse período, brotaria também mais um dos seus muitos e surpreendentes talentos, a poesia. Suas composições, publicadas mais tarde no livro “O poeta desterrado”, sob o pseudônimo de Américo Elísio, mostram uma obra de qualidade bastante razoável.

Na surpreendente decisão que em que o imperador D. Pedro nomeia José Bonifácio pela educação dos filhos, conforme acima citado, fica registrado no texto do decreto o respeito que havia entre os dois principais artífices da Independência brasileira: “Nomeio tutor de meus amados filhos o muito probo, honrado e patriótico cidadão, o meu verdadeiro amigo José Bonifácio de Andrada e Silva” (Gomes, 2010).

Machado de Assis escreveu que Bonifácio soube dignificar a Pátria “e honrar a espécie humana.” Para Machado, “As odes de José Bonifácio são magníficas. As belezas da forma, a concisão e a força da frase, a elevação do estilo, tudo encanta e arrebatava (...) José Bonifácio foi a reunião dos dois grandes princípios pelos quais sacrificava-se aquela geração: a literatura e a política.”

Dentre outras referências à sua memória, o nome de José Bonifácio foi inserido no Livro dos Heróis da Pátria, em 21 de abril de 2007, nas comemorações do quadragésimo sétimo aniversário de Brasília. O Senado Federal instituiu a Medalha José Bonifácio, em sua homenagem. A Universidade de Coimbra deu seu nome a uma das galerias do seu Museu Mineralógico e Geológico. A effigie de José Bonifácio constou da cédula de “quinhentos mil reis”, em dois modelos emitidos em 1923 e 1925. A moeda de 10 centavos da era 1947 passou a retratar José Bonifácio, Patriarca da Independência.

Enfim, ao completar 199 anos da Independência do Brasil, a Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, através de sua Cadeira de N^o 12, presta sua homenagem a esse ilustre brasileiro, considerado um dos mais influentes de sua época, que concebeu estratégica política para a consolidação da independência do Brasil e atuou decisivamente em evento de significativa relevância para a formação de um país independente e de dimensões continentais, com a preservação da unidade territorial brasileira, construindo as bases de uma nação calcada em muito trabalho e luta.

Ali, no Rio, um só homem, José Bonifácio de Andrada e Silva, com a energia de seu caráter improvisa forças de mãos e ferro, acha recursos em abundância, e nos põe pela porta fora com maior sem cerimônia possível (Borges Carneiro, 1822).

Referências:

Blog MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes/70-assuntos/producao/publicacoes-2/biografias/431-jose-bonifacio-de-andrada-e-silva>, acesso em 31.08.2021;

Blog “bonifacio.net.br”, em <https://bonifacio.net.br/o-estadista/>, acesso em 08.09.2021;

CÁCERES, Florival. História do Brasil. São Paulo: Moderna, 1995;

CASTELLANI, José. Os Maçons na Independência do Brasil. Londrina: A Trolha, 1993;

CASTELLANI, José. A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial. São Paulo: Landmark, 2007;

FERREIRA, Tito Lívio; Manoel Rodrigues. A Maçonaria na Independência Brasileira – Volume I. São Paulo: Gráfica Biblos, Ltda. Editora, 1972;

FREITAS, Divaldo Gaspar. José Bonifácio em Coimbra. 1963. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/122129/118884/228440>, acesso em 30.08.2021;

GOMES, L. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010;

GOMES, Márcio dos Santos. A Independência do Brasil e a Maçonaria. Publicado no Blog "O Ponto Dentro do Círculo", em: [https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2017/09/15/a-independencia-do-brasil-e-a-maconaria-parte-i/\(ii,iii e iv\):](https://opontodentrodocirculo.wordpress.com/2017/09/15/a-independencia-do-brasil-e-a-maconaria-parte-i/(ii,iii-e-iv):)

LUSTOSA, Isabel. Revista Trópico. Uma história da Independência, com base na tese de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves "Corcundas e Constitucionais – A Cultura Política da Independência (1820-1822)", 2000:

<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1769.1.shl:>

MATTOS, Ilmar Rohloff. Independência ou morte: a emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991;

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. José Bonifácio de Andrada: patriarca da nacionalidade: obra comemorativa dos 200 anos do retorno de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. PDF disponível em <https://livraria.camara.leg.br/jose-bonifacio-de-andrada-patriarca-da-nacionalidade>

MORAES, Alexandre José de Mello. A Independência e o Império do Brasil. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000045.pdf>

MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. – 1822: Dimensões. Perspectiva. São Paulo, 1972;

PRIORE, Mary Del. As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019;

PRIORE, Mary Del. A Carne e o Sangue: A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Rocco, 2012;

Site da ARLS COMÉRCIO E ARTES: <https://comercioartes.com.br/historia-da-loja/>.

DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO

Jorge Bernardi
Cadeira nº 15

O olhar sereno deste homem dirigido ao infinito, com se a vida fosse muito além do que se vê, ouve e sente, não engana. É de um ser que dedicou sua vida na busca das verdades eternas que inquietam o espírito humano desde tempos imemoriais.

Para muitos foi o primeiro ocultista brasileiro, iniciado na maçonaria, e nos mistérios do martinismo. Percorreu também os caminhos da teosofia, sendo pioneiro a explorar as obras de Madame Blavatski e seus discípulos em território nacional.

Tornou-se um dos maiores poetas simbolistas de todos os tempos. Sua obra-prima Atlântida, versos dedicados a Platão, sobre o continente perdido que foi registrado nos diálogos de Timeu e Crítias pelo filósofo grego, é um memorável poema a história oculta da humanidade.

Por mais de meio século ele percorreu as ruas da pacata capital paranaense, no final do século XIX e meados XX, espalhando poesia e luz a juventude curitibana, cavando masmorras aos vícios, e levantando virtudes à liberdade de pensamento.

Este panegirico é dedicado a Dario Persiano de Castro Vellozo, patrono da Cadeira nº 15, da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, nascido no Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, em 26 de novembro de 1869. No ano de 1885, com 16 anos de idade, com sua família passou a morar em Curitiba, onde construiu sua vida maçônica e profana, com educador, poeta, escritor.

Quando de sua morte, em 28 de setembro de 1937, um de seus inúmeros discípulos Dario Nogueira dos Santos, no Centro de

Letras do Paraná assim se expressou em sua homenagem, no Centro de Letras do Paraná:

...a divulgação da partida para crótonas do céu, do grande idealista, mestre, filósofo, orador, poeta simbolista, apóstolo da renúncia, essencialista, historiador, maçom eminente, iniciado martinista, humanista convicto, e, talvez dos helenistas um dos últimos verdadeiramente pitagórico, Dario Persinano de Castro Vellozo (SANTOS, 2021).

Dario Vellozo era filho do baiano e oficial da Armada, Ciro Persiano de Almeida Vellozo, que serviu na Guerra do Paraguai, e da carioca Zulmira Mariana Dias de Castro.

Iniciou seus estudos no Liceu de São Cristóvão e concluiu em Curitiba, primeiro no Parthenon Paranaense e, posteriormente, no Instituto Paranaense. Não fez curso superior, mas tinha uma formação universal, além de português, lia, escrevia e falava francês. Nunca ocupou cargos políticos.

Foi professor de 1898 a 1930, titular catedrático por concurso público, da cadeira de História Universal e do Brasil, no Ginásio Paranaense e na Escola Normal em Curitiba. Trabalhou como redator do Congresso Paranaense, atual Assembleia Legislativa, na polícia e na Secretaria de Fazenda.

Iniciou-se na literatura logo que chegou a Curitiba, no jornal O Mosqueteiro, entre os anos de 1885 e 1889. Foi tipógrafo do jornal 19 de Dezembro, o mais antigo de Curitiba, e redator da Revista do Clube Curitibano a partir de 1890. Nesta revista publica artigos abolicionistas e, em defesa do regime republicano, que há poucos anos se instalara no Brasil.

Dario Vellozo, em 21 de outubro de 1892, casou-se com Escolástica Moraes, que lhe fez pai de 12 filhos: Porthos, Cyro, Zulmira, Carmem, Violeta, Valmiki, Ilian, Athos, Alcione, Lysis, Isis e Alyr.



Dario Vellozo no início do século XX

Com os intelectuais, Júlio Perneta e Antônio Braga, fundou a “Revista Azul”, suspensa em 1893, durante a Revolta da Armada. Tempos depois ele cria “O Cenáculo”, no ano de 1895, com a colaboração de Rocha Pombo, Carvalho de Mendonça e Albino Silva.

Como redator da revista do Clube Curitibano, Dario Vellozo, traduz do francês, da “*Revue Encyclopédique Larousse*”, o artigo “Teosofia e Ocultismo”, publicado naquele periódico na edição de 15 de setembro de 1896. Com este artigo dá-se início ao movimento teosófico no Brasil. Posteriormente, funda a primeira loja teosófica no Paraná, a Nova Crotona, em homenagem a Pitágoras.

Entre os membros desta loja estavam sua esposa Escolástica Moraes Vellozo. A Nova Crotona foi uma das lojas que organizaram a Sociedade Teosófica do Brasil, no ano de 1919.

Foi redator da revista “Esfinge”, da Loja Maçônica Fraternidade Paranaense, da qual foi membro, dedicada a divulgação de estudos esotérico e ciências ocultas, de 1899 a

1908. Esta revista foi substituída pela de nome, “Ramo de Acácia”, que Dario Vellozo lançou, dedicada a propaganda e a divulgação do Pitagorismo e da Teosofia. Ela circulou de 1909 a 1912.

Esteve ainda entre os fundadores do Instituto Histórico Geográfico do Paraná, com ocorreu durante as comemorações do quarto centenário do “descobrimento do Brasil” pelos portugueses. Estavam com ele neste empreendimento, Romário Martins, General José Bernardino Bormann, seu primeiro presidente, Candido de Abreu, Emiliano Pernetá, Nestor de Castro, Júlio Pernetá, Sebastião Paraná e outras ilustres personalidades políticas e literárias paranaenses.

O Instituto Neopitagórico, espaço cultural, literário e onde se divulga a cultura helênica, foi fundado por Dario Vellozo em 1909. No ano de 1918 ele inaugura a sede própria do instituo, o Templo das Musas, num quarteirão no bairro de Vila Isabel, em Curitiba, com um bosque, biblioteca e editora onde suas obras são publicadas. O Instituto Neopitagórico mantém cursos na modalidade a distância, com alunos no Brasil e no exterior, sobre ocultismo e princípios pitagóricos, tais como: iniciação aos estudos filosóficos; história das religiões; parapsicologia, teosofia, ocultismo, hierologia e iniciação ao estudo do pitagorismo.

Sobre a maçonaria Dario Vellozo escreveu em sua obra, o Templo Maçônico que:

Pelos estudos analógicos dos principais elementos que concorreram para a Franco-Maçonaria, cheguei aos seguintes resultados, que... A maçonaria é a continuação dos antigos mistérios” (Obras IV, p. 31). E a respeito dos símbolos maçônicos afirmou: “o símbolo é a afirmação discreta da verdade não revelada (Obras, IV, p. 33).

O espírito inquieto e empreendedor de Dario Vellozo fez com que ele, nesta linha do ocultismo, publicasse mais quatro revistas: “Mirto e Acácia”, de 1916 a 1920, dedicada a divulgação de estudos iniciáticos; “Pitágoras” e “Luz de Crotona”,

consagradas aos estudos teosóficos, maçônicos e ao pitagorismo, entre os anos de 1920 e 1927. E, no ano de 1930, funda a revista “Lâmpada”, que circula até os dias de hoje abordando estes mesmos temas.

Anos mais tarde, com outros 65 intelectuais paranaenses, escritores e muitos poetas simbolistas, como Emiliano Pernetá, Rocha Pombo, Euclides Bandeira, foi um dos fundadores do Centro de Letras do Paraná, em 19 de dezembro de 1912.

A sua produção intelectual não ficou apenas em temas literários e ocultistas. Autor do livro “Lições de História”, em 1902, e Competência de Pedagogia, em 1907, que tiveram várias edições até o final dos anos 40. A revista “Pátria e Lar”, especializada a estudos de sociologia, que circulou entre os anos de 1912 do 1913, também fora fundada por Dario Vellozo.

Outra iniciativa memorável de nosso homenageado, foi a Escola Brasil-Cívico fundada em Rio Negro, Pr, em 1914, objetivando a educação integral dos jovens com a prática de esportes, agricultura, iniciação científica e humanidades. Esta escola, com a deflagração da Guerra do Contestado, teve que transferir seus alunos para Curitiba e vindo, posteriormente, a fechar.

Posicionou-se sempre a favor da integridade do território do paranaense. Após a decisão, na questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, pelo Supremo Tribunal Federal, dando ganho de causa ao estado vizinho, Dario Vellozo esteve, em 1909, em União da Vitória ao lado dos paranaenses, manifestando seu apoio aos revolucionários que desejavam criar um estado, na região do Contestado, com a denominação de Estado de Missões (CLETO, 1978, p. 68/9).

Já no final de seus dias, Dario Vellozo participou da criação da Academia Paranaense de Letras, em 1936. Foi o fundador da cadeira 17, que tem por patrono Eusébio Silveira da Motta.

Profundamente religioso, mas anticlerical, escreveu duas obras que marcam sua posição contra o obscurantismo da igreja

católica daquele período na capital paranaense: o romance “No s6lio do Amanhã” e “Voltaire”, que reúne artigos de sua autoria em defesa da separação de igreja e estado publicados na imprensa paranaense.

Sua posição anticlerical sempre foi respeitada pelos intelectuais paranaenses que o defendiam dos ataques do clero cat6lico, como fez Euclides Bandeira ao prefaciar seu livro, Voltaire.

Num tempo em que a maçonaria sofria forte preconceito por parte dos líderes religiosos, além de divulgar as ideias maçônicas e ocultistas, Dario Vellozo também participava ativamente de suas atividades, como simples obreiro ou fundando lojas. A loja maçônica Luz Invisível e o Centro Esotérico Luz Invisível foram organizadas por ele, que adotava o nome maçônico de Apolônio de Tyana,

Participou do Congresso do Livre Pensamento e Maçônico, em Buenos Aires, na Argentina, em 1906; e em congressos maçônicos do Rio de Janeiro nos anos de 1904 e 1906.

Traduziu, do francês, os Versos de Ouro de Pitágoras, obra prima do pensamento helênico, que até hoje é declamado na abertura dos trabalhos do Instituto Neopitagórico e da Loja Teos6fica Dario Vellozo, de Curitiba. Esta maravilhosa poesia, atribuída a Pitágoras, aparenta ser o verdadeiro ensinamento do poeta simbolista.

Começa com a dedicat6ria (VELLOZO, 1969):

Aos deuses imortais o culto sagrado
Rende; e tua fé conserva. Prestigia
Dos sublimes heróis a imárcida lembrança
E a memória etereal dos supernos espíritos.

Poesia esta, espécie de manual para a vida, que conclui com um ensinamento apoteótico, após 70 versos, assim diz:

Homem sábio e ditoso, a paz seja contigo.
Observa minhas leis, abstém-se das coisas

Que tua alma receie, em distinguindo-as bem;
Sobre teu corpo reine e brilhe a inteligência
Para que, te ascendo ao eiter fulgurante,
Mesmo entre os imortais consigas ser um
deus.

A Festa da Primavera foi um dos eventos de maior repercussão no início do século 20 em Curitiba. Dario Vellozo, como professor do Ginásio Paranaense, constituído apenas de rapazes, e da Escola Normal, onde havia apenas moças, por meio do Centro Estudantil Paranaense e do Grêmio das Normalistas, criou a Festa da Primavera com seu colega, Emiliano Pernetta, o Príncipe dos Poetas Paranaenses.

Nesta festa ocorriam competições entre os jovens atletas, em que os vencedores recebiam uma coroa de louros; e, entre as jovens, elegia-se a deusa da primavera. Com roupas típicas do período clássico grego, os jovens de ambos os sexos desfilavam pela avenida XV de Novembro, no centro de Curitiba. Os festejos encerravam-se com o Baile da Primavera, no Clube Curitibano.



Dario Vellozo e a Festa da Primavera, no Templo das Musas, sede do Instituto Neopitagórico (Fonte: acervo Casa da Memória).

Entre as obras deste grande maçom brasileiro, elencadas por seu discípulo Dario Nogueira dos Santos, de literatura, romance, conto e poesia, filosofia maçônica, teosofia, martinismo, educação, polêmicas, escritos doutrinários e científicos, destacam-se: 1) “Primeiros ensaios”, contos; 2) “Efêmeras”, versos; 3) “Esquifes”, contos; 4) “Alma Penitente”, poema espiritualista; 5) “Altair”, contos esotéricos; 6) “Templo Maçônico”, 7) “Esotéricas”, versos; 8) “Lições de História”: 9) “Compêndio de Pedagogia”; 10) “No sólio do amanhã”, romance; 11) “Voltaire”, polêmica; 12) “Moral dos Jesuítas”, polêmica; 13) “Helicon”, versos; 14) “Ramo de Ouro”, doutrina pitagórica; 15) “Pelo aborígene”, com Júlio Perneta; 16) “Rudel”, poema; 17) “A cabana Felah”, conto; 18) “Da tribuna e da imprensa”, estudos; 19) “Da terapêutica oculta”, estudos; 20) “Four L’Humanite”, tradução francesa de Phileas Lebesque; 21) “Mansão dos amigos”, novela pitagórica; 22) “O Habitat e a integridade nacional”, tese ao 69 Congresso de Geografia, apresentado em Belo Horizonte; 23) “Símbolos e miragens”, contos; 23) “Horto de Lísis”, estudos pitagóricos; 24) “Os cavaleiros da tábua redonda”, tradução do francês; 25) “No limiar da paz”, estudo interamericano; 26) “A trança loura”, romance; 27) “Cinerários”, versos; 28) “Atlântida”, poema, obra máxima do mestre; 29) “Encantadas”, romance; 30) “Psiques e flauta rústica”; 31) “Jesus pitagórico”, 32) “Fogo sagrado”; 33) “Terra das araucárias”, em colaboração com Gustavo de Medeiros Pontes (SANTOS, 2021).

O Instituto Neopitagórico, sob o título de Obras Completas de Dario Vellozo, publicou em 5 volumes, 18 de suas produções literárias, filosóficas, doutrinárias e científicas.

No estado do Paraná e, em especial em Curitiba, Dario Vellozo dá nome a ruas, praças, escolas, colégios, bibliotecas, lojas maçônicas e loja teosófica. A sua poesia continua sendo declamada, estudada, e os seus romances lidos, bem como os ideais pitagóricos ensinado por seus discípulos.

Mais de 80 anos de sua ascensão ao oriente eterno, inspira filmes, como “Dario Vellozo: O Filho das Estrelas”, e artigos

científicos, dissertações de mestrados, teses de doutorado que têm sido escritas analisando sua vida, e a sua obra acadêmica, literária e espiritualista.

Dario Vellozo, uma voz que não se cala, um investigador da verdade que ainda inspira a todos a descobrir os arcanos que encobrem a existência humana.

Um maçom, um exemplo de maçom, que em vida desbastou a pedra bruta em busca do aperfeiçoamento ético e espiritual.

Referências:

BORGES, Isabela Melim. Discussões acerca do esoterismo em versos de Dario Vellozo. Disponível em:

<https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/1804>.

Acesso em 05/10/21;

CLETO, Joseph Porto Lona Cleto, O Estado das Missões e sua Efêmera Existência, Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1978

DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO. In: Wikipedia. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Dario_Persiano_de_Castro_Vellozo.

Acesso em 03/10/21.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. A espada pela pena: o discurso anticlerical de Dario Vellozo (1890-1905). Disponível em:

[https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/24733)

[publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/24733](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/24733). Acesso

em 03/10/21;

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA ANTIGA. Festa da Primavera: Antiguidade e Celebração. Disponível em:

<https://antigaeconexoes.wordpress.com/2020/07/31/festa-da-primavera-antiguidade-e-celebracao/>. Acesso em 12/10/21.

_____. Intelectuais e República: Educação Integral no pensamento de Dario Vellozo. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5492/3422>. Acesso em 14/10/21.

MOREIRA, Caio Ricardo Bona. Ruínas de um tempo/templo, ou sobrevivências de Dario Vellozo na literatura do Presente. Tese de Doutorado em Literatura, UFESC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95405>. Acesso em 10/10/21.

SANTOS, Dario Nogueira dos. De DARIO NOGUEIRA DOS SANTOS (Apolônio de Tyana IIº) A DARIO VELLOZO (Apolônio de Tyana) Do I.N.P. Curitiba - Paraná (26 - Agosto - 1949) - homenagem prestada pelo "Centro de Letras do Paraná", ao sócio fundador Dario Persiano de Castro Vellozo, em 26 de agosto de 1949, pelo *Prof. Dario Nogueira dos Santos*, orador do Centro de Letras, na ocasião. Disponível em: <http://www.pitagorico.org.br/fundador/>. Acesso: 12/10/21,

VELLOZO, Dario. Obras I, Instituto Neopitagórico, Curitiba, 1969;

_____. Obras IV, Instituto Neopitagórico, Curitiba, 1975.

JOAQUIM GONÇALVES LÊDO: O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Sebastião Joaquim Lima Bonfim
Cadeira nº 17

Joaquim Gonçalves Lêdo ou apenas Gonçalves Lêdo como ficou conhecido, nasceu em 11 de dezembro de 1781. Foi o primogênito de Joaquim Antônio Gonçalves Lêdo e de Antônia Maria Reis Lêdo, altura de seu nascimento o Brasil era governado pelo Vice-Rei D. Luis de Vasconcelos. (ASLAN, s.d., p. 33).

Segundo Max Fleiuss (apud ASLAN, s.d., p. 33), Gonçalves Ledo era

Dotado de inteligência rutilante e precoce, tal aproveitamento mostrou cursando as aulas de humanidades, existentes em exíguo número, no Rio de Janeiro, inclusive a **Aula do Comércio**, em começo do século XIX, que, aos quatorze anos incompletos, resolvia o pai mandá-lo ao reino, a fim de completar o curso secundário e doutorar-se em Direito por Coimbra. (ASLAN, s.d., p. 33, grifo do autor).

Chegou a Portugal em 1795 em pleno período revolucionário, onde os princípios liberais e democráticos tinham provocado e feito triunfar a Revolução Francesa. (ASLAN, s.d., p. 33).

As ideias liberais foram difundidas por sociedades políticas e maçônicas em meio aos estudantes e Lêdo não pode fugir à influência do liberalismo revolucionário que dominava o ambiente acadêmico, pois este estado de coisas fortaleceu o seu lado patriota e idealista.

Napoleão Bonaparte em guerra contra a Inglaterra, decreta o Bloqueio Continental, ao qual D. João VI não aderiu. Desta forma,

Portugal foi invadida pelo General Andoche Junot e D. João VI se viu obrigado a partir para o Brasil. No mesmo período, Gonçalves Lêdo é obrigado a retornar ao Brasil em razão da morte do seu genitor, pois não dispunha de recursos para continuar os estudos em Portugal sendo necessário também que viesse cuidar dos negócios da família. Retornou de Portugal sem o diploma de Coimbra, mas trouxe

[...] no bolso o diploma de Maçom e no cérebro a idéia nova de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Foi isso que o levou a aceitar um emprego com salário modesto [...] verificamos que foi por cálculo que ele escolheu esse emprego. Ele sabia que nesse lugar poderia conseguir a adesão de novos e utilíssimos elementos para levar adiante os seus ideais republicanos. (ASLAN, s.d., p. 39).

Pouco se sabe da vida de Lêdo no Rio de Janeiro até o ano de 1820, entretanto, é sabido que continuou os estudos sozinho no Brasil. Apesar de não ter concluído sua várias formação era considerado advogado por defender vários pleito com sucesso. Serviu como Oficial-Mor na contadoria do Arsenal de Guerra, onde percebia modestos vencimentos. Fazendo justiça a Gonçalves Lêdo, uma carta do brigadeiro Luis Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, dirigida ao proprietário do Jornal "Malagueta", informa que Lêdo aceitou o cargo na tesouraria da Guerra para melhor propagar as ideias liberais entre os militares graduados e levá-los para a Maçonaria onde se conspirava pela liberdade de nosso Brasil. sendo seu propósito alcançado em cooptar os militares que metade das tropas se levantariam contra as cortes e contra o Príncipe. A alma de todo o movimento revolucionário foi Joaquim Gonçalves Ledo. Apesar das modestas funções que exercia e que sabemos agora tinham finalidades patrióticas, Gonçalves Lêdo "soube angariar [...] graças ao brilho da inteligência, a cultura de que dispunha e a facilidade de escrever, grande prestígio nas principais rodas fluminenses". (ASLAN, s.d., p. 40).

Em 1815, tinha sido fundada a Loja Comércio e Artes, que funcionava sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano, entretanto, os seus membros ansiavam por acabar com esta tutela e o Irmão que tomou a iniciativa foi Joaquim Gonçalves Lêdo. A loja tinha propósitos políticos. Nesse período eram intensas as atividades em favor da independência, que na altura só podia ser alcançada através da República.

Em 1818, o rei D. João VI proibiu, através de Alvará, a existência de qualquer sociedade secreta em Portugal e nas Colônias, determinando a pena de morte para os recalcitrantes, com o confisco de seus bens. Apesar da proibição real, a Maçonaria continuou a trabalhar em Portugal e no Brasil. No Rio de Janeiro a Loja Comércio e Artes entrou em recesso em 1818 e só veio a ser reativada em 1821, mas durante este período os maçons se reuniam no clube recreativo e Cultural da Vela Guarda que tinha sido formado por Gonçalves Ledo. Com o retorno de D. João VI a Portugal deixando o Príncipe D. Pedro como regente do Brasil, a repressão à Maçonaria abrandou. A Loja Comércio e Artes foi reativada em 24 de junho do mesmo ano com o títulos de Loja Comércio e Artes na Idade do Ouro e trabalhando inicialmente no Rito Adonhiramita e contava com o entusiasmo e a dedicação de Maçons ilustres, como Gonçalves Lêdo e o Cônego Januário da Cunha Barbosa que imprimiram um ritmo dinâmico aos seus trabalhos pela independência do Brasil. Lêdo e Cônego Januário editaram, em setembro de 1821, o primeiro número do periódico quinzenal "Reverbero Constitucional Fluminense", que teve grande importância para a causa da independência e também para a formação de uma consciência nacional. Na edição de 30 de abril de 1822, um artigo de Gonçalves Lêdo apresentava a necessidade de ser proclamada a independência e sugeria a D. Pedro que o fizesse. (SANTIAGO, 1992, P,147).

Joaquim Gonçalves Lêdo, foi notadamente, umas das figuras mais importantes do Brasil, tanto como agente indispensável para a Independência do Brasil, como Irmão Maçom onde uma e outra atividade por muitos momentos se fundiram. Segundo Aslan (s.d., t.1): Joaquim Gonçalves Lêdo [foi] "um herói esquecido e

injustiçado, inteligência rara e fulgurante, caráter nobre e intímorato, homem íntegro e cidadão modelar, de quem se podem orgulhar o Brasil e a Maçonaria [...]", contudo, esta é uma falha da história que urge ser reparada.

Importa saber também que Lêdo, nada quis receber dos cofres públicos pelos cargos eletivos que exerceu, recusou todos os oferecimentos de recompensa do Imperador, inclusive os de Ministro. (ASLAN, s.d., p.79, t,1); Foi maior em trabalhos pela causa nacional, em abnegação e esforço; Foi ele o fundador Maçonaria Política em favor da Independência. Foi ele o fator magno da conspiração separatista a que se refere o decreto de 16 de março de 1821; Foi ele quem fundou o Jornal *reverbero Constitucional Fluminense* que se tornou o porta-voz da campanha nacionalista dos amigos da Independência do Brasil; Foi ele quem, guiando a Maçonaria, rodeado de um pugilo glorioso de fluminenses, obrigou José Bonifácio e Pedro I a aderirem ao movimento emancipador, obrando para tal, com uma habilidade inacreditável; Foi quem acelerou a marcha dos acontecimentos, instigando, com sua palavra de fogo, o sentimento nacional. (CINTRA apud ASLAN, s.d., t.1, p. 80).

A modéstia de Gonçalves Lêdo pode ser observada em uma carta enviada a José Clemente Pereira. Na missiva ele define os acontecimentos de 1922 da seguinte forma:

A independência não fui eu, não fomos nós, não foi José Bonifácio, nem Pedro I, que a fez. Foi a vinda de D. João VI ao Brasil, foi o decreto de 16 de outubro de 1815, foi a estupidez das cortes portuguesas querendo recolonizar o Brasil, foi a vontade popular exigindo do príncipe a Assembléia Constituinte (facho luminoso de toda a história da independência, fato culminante), foi enfim a fatalidade dos tempos. A independência dum povo não pode ser feita por um só homem[...] é obra da opinião pública que é soberana, que é invencível

quando lateja a consciência nacional na ânsia de liberdade, aniquilando déspotas e tiranos [...] (ASSIS apud LINHARES, 1992, p. 159).

A perda de visibilidade da contribuição efetiva de Gonçalves Lêdo nos movimentos de ruptura com a coroa Portuguesa objetivando a emancipação do Brasil, ocorreu principalmente, pela sua modéstia, mas sobretudo pela perseguição política que sofreu, pelas calúnias alardeadas e comentários maldosos que destoavam da verdade. A despeito disto, ele continuou em sua luta, patriota que era, sem se deixar abalar.

A 7 de outubro de 1823, o tribunal da Relação do rio de Janeiro absolveu por falta de provas, os acusados Joaquim Gonçalves Lêdo, José Clemente Pereira Brigadeiro Luís Pereira da Nóbrega, e os Padres Januário da Cunha Barbosa e Antonio Lessa, demonstrando assim que as acusações contra eles lançadas pelos Andradistas eram simples calúnias para a execução de uma 'força adredemente preparada'.

E assim, enquanto no dia 20 de novembro daquele ano, a charrua 'Lucônia' levou para o exílio, os Andradas, seus amigos e famílias, no dia seguinte, por uma ironia do destino, desembarcava Lêdo em liberdade, no Rio de Janeiro, lavado o negrume das calúnias contra ele assadadas." (ASLAN, s.d.,p. 137, t.2).

Em seu retorno do exílio, Lêdo ocupou sua cadeira de deputado e assumiu uma postura independente, equidistante e equilibrada, tal postura desagradou alguns políticos da época, mas " [...] qual o homem de caráter, político ou não que não é geralmente antipatizado pelos seus contemporâneos, principalmente quando traça para si uma linha de absoluta independência e recusa obedecer a pressões? (ASLAN, s.d., p.170, t.2).

Lêdo, foi um grande espírito, uma nobre alma de um grandioso sentimento patriota, chefe verdadeiro da revolução emancipadora de 1822.

Retirado do cenário político e do cenário maçônico, depois de 1835 e retirado na sua propriedade agrícola do Sumidouro, Lêdo

[...] redigiu nos últimos anos da sua existência, a sua autobiografia e as memórias do seu tempo, vultoso número de documentos para a história da Independência. Mas inteiramente desiludido de tudo, com o último malogro político e com o falecimento da esposa - D. Ana Carolina de Araújo Lêdo - que de um ano o precedeu no túmulo, assim como de seu leal amigo e inseparável companheiro Revérbero e de lutas pela Independência, o cônego Januário, reduziu a cinzas esse preciosíssimo acervo. (MAX FLEIUSS apud ASLAN, s.d. p.176, t. 2).

Segundo Isa Ch'an (apud ASLAN, s.d. p.177, t. 2):

Faleceu como quis, praticamente ignorado por todos os seus antigos correligionários, depois de ter queimado antes todos os documentos que possuía sobre a independência, 'para que seu nome fosse esquecido'. Mas fechou os olhos com a consciência tranqüila do dever cumprido com a Pátria . Tinha sido Lêdo o verdadeiro fundador do Grande Oriente do Brasil, 1822, e na verdade um dos principais colaboradores na proclamação da Independência do Brasil, e graças ao seu entusiasmo e esforço foi mantida de 1823 até 1831 a flama do ideal maçônico entre nós.

Sua partida para o Oriente Eterno se deu aos 66 anos de idade e suas cinzas repousam nas catacumbas de São Francisco ad

Penitência. Entretanto, falta a seu respeito os valiosos documentos que com ele desapareceram, para mais esclarecidamente o julgarmos em seu belo perfil moral e histórico de grande agitador do movimento político de 1822. Até seu retrato artístico, guardado na galeria dos heróis da Independência, não tem sua validade comprovada. (ASLAN, s.d. p.177, t. 2).

Assim foi retratado por Taunay (apud ASLAN, p.178, t. 2):

Joaquim Gonçalves Lêdo fulgurou na tribuna parlamentar. Orava como escrevia, com precisão, eloquência, estilo florido e por assim dizer assetinado; era orador de primorosa cortesia e de encantadora forma; as palavras lhe saíam pronunciadas quase com exagerado requinte de pureza na acentuação das sílabas, e sem precipitar-se; ao contrário, suficientemente pausado no discurso, corria-lhe entre margens cobertas de flores.



Foto 1 – Suposta Foto de Joaquim Gonçalves Lêdo¹⁸

¹⁸ Fonte: <https://www.freemason.pt/jose-bonifacio-e-goncalves-ledo-macons-antagonistas/>

Joaquim Gonçalves Lêdo, em sua trajetória foi jornalista, editor do Revérbero Constitucional Fluminense, Procurador Geral da Província do Rio de Janeiro, Deputado da Assembleia Constitucional do Brasil pelo Rio de Janeiro, eleito para as duas primeiras legislaturas do Brasil Império pela Província do Brasil, além de Deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, Deixou extensa gama de feitos como marco da sua história (BRASIL, 2019).

Na Maçonaria levava com afinco a ideia da República, havendo registros históricos que demonstram sua atuação no movimento de independência, Em sua atuação, é possível observar a fundação do Grande Oriente do Brasil, em 17 de junho de 1822, resultado do desdobramento da Loja Comércio e Arte em outras duas a saber: União e Tranquilidade e Esperança de Niterói. Quer formaram a tríade de sustentação do Grande Oriente, cujos membros eram José Bonifácio como Grão-Mestre e Gonçalves Lêdo como 1º Vigilante que objetivavam a Independência do Brasil (BRASIL, 2019).

Gonçalves Lêdo, com sua eloquência e pensamento visionário era capaz de movimentar a opinião pública, podendo-se afirmar, pela presença constante nos estudos históricos que tratam da independência do Brasil onde atuou como um dos seus grandes idealizadores. Foi um dos responsáveis pelo Dia do Fico e pela convocação da Assembleia Constituinte de 1822. (BRASIL, 2019).

Neste contexto, vê-se a relevância da Historiografia Crítica, que tem como alguns de seus ilustres representantes, Caio Prado Júnior e Emília Viotti da Costa na qual tem crescido o prestígio e o reconhecimento à importância histórica de Gonçalves Lêdo, ao tempo em que surgem estudos mais completos e profundos sobre os fatos ocorridos à época (BRASIL, 2019, p.4).

Gonçalves Lêdo era grande patriota, de semblante sério, de caráter irretocável, de convicções firmes, chegando até a recusar o cargo de Ministro de D. Pedro I e o título de Marquês que lhe foi oferecido. Em contrapartida, assumiu diversos mandatos como

Deputado da Província do Rio de Janeiro, pois esta era uma honra concedida pela vontade do povo, que para ele era soberana (BRASIL, 2019).

Pelo exposto, nota-se a inegável contribuição histórica de Joaquim Gonçalves Lêdo para a libertação do povo brasileiro da Corte Portuguesa e, desta forma, nada mais justo ser-lhe concedido o título de Patrono da Independência.

Referências:

ASLAN, Nicola. **Subsídios para uma biografia de Joaquim Gonçalves Lêdo**: textos e documentos. Rio de Janeiro: ed. Maçônica, [s.d.], t.1.

_____. **Subsídios para uma biografia de Joaquim Gonçalves Lêdo**: textos e documentos. Rio de Janeiro: ed. Maçônica, [s.d.], t.2.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei de autoria do Senador Izalci Lucas. Inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Lêdo no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília-DF, 2019.

LINHARES, Marcelo. **História da Maçonaria**. Londrina-PR: Ed. Maçônica "A Trolha", 1992.

SANTIAGO, Marcos. **Maçonaria**: história e atualidade. Londrina-PA: Ed. Maçônica "A Trolha", 1992.

MÁRIO MARINHO DE CARVALHO BEHRING: Soberano Protetor do R.:E.:A.:A.:

Aldino Brasil de Souza
Cadeira nº 18



Mário Marinho de Carvalho Behring (1876/1933), ou simplesmente Irmão Mário Behring, filho de José Ribeiro Behring e de Maria Francisca Behring. Mário Marinho de Carvalho Behring nasceu a 27 de janeiro de 1876 na cidade de Ponte Nova/MG, mudou-se para o Rio de Janeiro ainda jovem onde cursou o Colégio Pedro II, formando-se em engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola da Bahia, em 1896. Retornou a sua cidade natal em Minas, onde ocupou o cargo de Diretor de Obras do Município, época em que fundou o externato Pontenovense. Fundou o jornal Tupinambá, com alcance restrito à sua cidade, com a finalidade de acompanhar o desempenho da administração municipal. Em 1902 mudou-se em definitivo para o Rio de Janeiro onde prestou concurso e foi aprovado em primeiro lugar na Biblioteca Nacional, onde ocupou o cargo de Chefe da Seção de Manuscritos. Em 1924 o Presidente Artur Bernardes o nomeou Diretor da Biblioteca Nacional, posto que ocupou até 1932.

Na área das comunicações criou várias revistas como: Cinearte, Para-todos, Revista da Estrada de Ferro, Cosmos, Ilustração Brasileira, Fon-Fon, Careta, esta, importante revista humorística que satirizava o governo, além de escrever para os jornais O Imparcial e Jornal do Comércio. É destaque a criação da Revista Astrea, órgão de divulgação do Supremo Conselho do Grau 33 da Maçonaria do Rito Escocês Antigo e Aceito, com publicação regular até os dias de hoje.

Foi iniciado na Maçonaria em 1897 em Ponte Nova (MG) na Loja União Cosmopolita, tendo sido seu Venerável Mestre. Mudando-se para o Rio de Janeiro, foi filiado na Loja Ganganelli (Rito Moderno), sendo também Venerável Mestre em duas gestões (1903 e 1910). Na capital da República, foi, também, filiado à Loja “Comércio e Arte”, vindo a ser nomeado Membro da Comissão de Redação do Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil, criado em 17 de junho de 1822. Ainda nas funções da referida Comissão, desde 1902 até 1905, foi eleito em 1906 Grande Secretário Adjunto. Em 1902 atingiu o Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito. Em 1907 foi convidado a elaborar o projeto da Constituição do GOB, formado por 18 membros encarregados da sua redação final.

Com o falecimento do Grão-Mestre Adjunto Luiz Soares Horta Barbosa, a 28 de janeiro de 1921, realizaram-se novas eleições, a 25 de abril seguinte, para preenchimento do cargo, sendo apresentados dois candidatos: Mário Behring e o general José Maria Moreira Guimarães. Com o apoio de São Paulo, o general Moreira Guimarães obteve a maioria de sufrágios (2.770 contra 2.124 dados a Behring). Manipulados, todavia, os dados, a junta apuradora anulou votos de ambos os lados, principalmente os do general, de tal maneira que Mário Behring acabaria sendo eleito com 1.410 votos.

No Grande Oriente do Brasil ocupou diversos cargos até ser eleito Grão-Mestre em 20 de maio de 1922, tendo como Adjunto Bernardino de Almeida Senna Campos. Naquela época o Grão

Mestre das Lojas Simbólicas também era o Soberano Grande Comendador do Rito Escocês, administrando os graus 4 ao 33. Isso provocava enormes consequências nas atividades das Lojas Simbólicas, que deviam obediência aos Irmãos com Graus superiores. Em 1921 Mário Behring como Grão Mestre Adjunto participou do Congresso Maçônico em Lausanne (Suíça), quando foi justamente alertado da irregularidade no Brasil da interferência dos Graus Superiores nas Lojas Simbólicas.

A partir de então, iniciou um trabalho no sentido da separação entre as duas entidades (Graus Superiores e Lojas Simbólicas), o que culminou com a fundação das Grandes Lojas Estaduais em 1927. Em 20 de maio de 1925 é eleito e assume o Grão-Mestre Vicente Neiva, vindo a falecer em 18 de fevereiro de 1926, assume o Adjunto Fonseca Hermes, com quem Behring assinaria um tratado a 17 de junho, estabelecendo que o Rito Escocês Antigo e Aceito e os Graus Simbólicos ficariam com o Grande Oriente, enquanto os Altos Graus com o Supremo Conselho. Fonseca Hermes renuncia e é eleito o Grão-Mestre Otávio Kelly que não aceita e rompe o tratado assinado com o Supremo Conselho e reivindica para si o cargo de Soberano Grande Comendador. No dia 27 de junho de 1927, na Rua da Quitanda, 32, em reunião extraordinária do Supremo Conselho, que contou com a presença de 13 membros efetivos de sua administração declara a sua separação do Grande Oriente e funda-se o Sistema de Grandes Lojas.

As primeiras Grandes Lojas do Brasil foram fundadas por Carta Constitutiva expedida pelo Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil a partir do ano de 1927, após o célebre manifesto de Mário Behring.

As nove primeiras a serem fundadas foram: Amazonas, Bahia, Rio De Janeiro, São Paulo, Pará, Paraíba, Minas Gerais, Rio Grande Do Sul e Ceará.

Em 14/06/1933, MÁRIO MARINHO DE CARVALHO BEHRING veio a falecer deixando como grande legado as Grandes

Lojas Estaduais que formam a Confederação da Maçonaria Simbólica (CMSB) do Brasil cujo Secretário-Geral é o ocupante da cadeira nº 18 da AMVBL, Irmão Aldino Brasil de Souza e o Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil, que tem como atual Soberano Grande Comendador o Irmão Jorge Luiz de Andrade Lins, instituições devidamente regularizadas, operando com os demais Supremos Conselhos do mundo.

As Grandes Lojas Estaduais, desde sua fundação em 1927, foram legitimadas e autorizadas pelo Supremo Conselho, detentor da Carta Constitutiva emanada do Supremo Conselho da Bélgica e trazida pelo Ir. Francisco Gê Acaiaba Montezuma, Visconde de Jequitinhonha em 1832. No início não foram poucas as dificuldades, como organizar o funcionamento em cada Estado, reunir as Lojas Simbólicas, fundar novas Lojas, ampliar o número de obreiros, conseguir reconhecimento internacional, adquirir sede e uniformizar os procedimentos em todos Estados, visto que cada Grande Loja Estadual é soberana e independente.

Vencidos os desafios iniciais, restava ainda o maior de todos: obter o reconhecimento do Grande Oriente do Brasil, o que foi conseguido após muitas negociações e trabalho incansável de muitos Irmãos. Um Tratado de mútuo reconhecimento foi assinado, abrindo caminho para o reconhecimento da Grande Loja Unida da Inglaterra e de vários outros países.

É possível afirmar hoje que a semente lançada pelo nosso Irmão Mário Behring floresceu e permanece de pé. Hoje as Grandes Lojas Estaduais (CMSB) unidas fraternalmente ao Grande Oriente do Brasil fortalece a Maçonaria do Brasil.

Como é possível observar, Mário Marinho de Carvalho Behring foi um cidadão inovador, visionário, proativo, disseminador da cultura, preocupado em preservar o conhecimento com sua atuação na Biblioteca Nacional e em compartilhar com a sociedade através das revistas que criou e escrevendo em jornais importantes. Na Maçonaria teve papel de destaque ocupando cargos de liderança e promovendo mudanças,

buscando sempre respeitar as antigas constituições, mesmo que precisando se contrapor a forças retrógradas que procuravam manter erros passados de interpretação e resistentes a alterações legais. As Grandes Lojas Estaduais foram criadas sob sua inspiração e apoiada por muitos valorosos Irmãos e Lojas conscientes do acerto do rumo a ser tomado. O tempo veio a mostrar que o caminho, apesar de apresentar obstáculos, era correto e hoje as duas potências convivem na mais absoluta paz e em fraterna união, formando uma das mais importantes forças da Maçonaria mundial, representando o Brasil.

Referências:

DIAS, João. Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo – Quem e Como Fizeram sua História – Volume 1. Fundação Biblioteca Nacional. 2009.

Loja Maçônica Mário Behring 33 – Glesp:
<https://mariobehring.sigloja.com.br/pagina/lojamariobehring>. em 01/09/2020

Revista do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil 'Astrea'.

Site: <http://matheusconstantino.org/breve-relato-sobre-mario-marinho-de-carvalho-behring/> em 01/09/2020

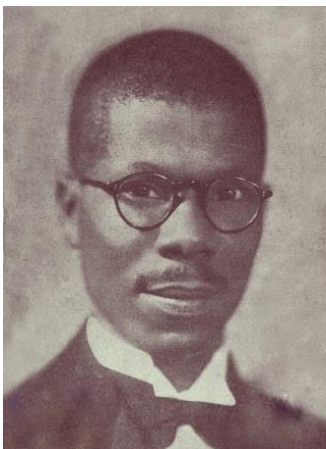
Site: https://academiamaconicarpdeletras.com.br/?page_id=342
ACADEMIA MAÇÔNICA RIBEIRÃO PRETANA DE LETRAS

JOSÉ DE SOUSA MARQUES

Denizart Silveira de Oliveira Filho
Cadeira nº 19

1. Apresentação

José de Souza Marques (1894-1974) foi um educador, político, advogado, pastor e teólogo brasileiro.



2. Infância e juventude

José de Souza Marques era neto de escravos, filho de trabalhadores humildes (pai marceneiro e mãe lavadeira) nascido na Zona Norte do Rio de Janeiro em 1894, e criado, dos dois aos dezessete anos, no distrito de Pinheiral, hoje município, que na época pertencia ao município de Pirai. Retornou ao Distrito Federal aos dezessete anos de idade, sem escolaridade, semianalfabeto, e prático nas artes da marcenaria e carpintaria, que aprendera com o pai.

3. Formação e vida como educador

Sendo de origem humilde, estudante negro num país recém-saído da abolição da escravatura, numa situação incomum para sua época, com esforço e grande mérito conseguiu bacharelar-se em Ciências e Letras, no Colégio Batista do Rio, tendo, posteriormente, se graduado em Teologia no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, na turma de 1922, com 28 anos de idade.

Casou-se com Leopoldina Ribeiro, com quem teve sete filhos. Foi pastor no Paraná durante algum tempo. Voltou ao Rio de Janeiro e formou-se em Direito.

Foi secretário e vice-diretor do Colégio Batista do Rio de Janeiro, na época do Dr. Shepard. Por concurso público de provas e títulos, tornou-se professor no então Distrito Federal.

Em 1929 fundou uma Escola Primária que se transformou no Colégio Souza Marques, posteriormente integrado na Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, na região de Cascadura, no Rio de Janeiro, que também mantém uma Faculdade de Medicina.

4. Carreira maçônica

Seguindo uma tradição norte-americana, de militância de líderes cristãos namaçonaria, foi um destacado membro do Grande Oriente do Brasil. Foi iniciado na Loja Maçônica Brasil nº 0953, em 14/04/1943.

Exerceu cargos importantes na administração maçônica, tendo sido inclusive presidente, por muito tempo, do Supremo Tribunal de Justiça Maçônica. Ainda hoje, a única foto existente no Salão do Conselho do Palácio Maçônico do Lavradio, é a do Pr. Souza Marques. No mesmo Palácio, a sala de Tribunal de Justiça tem o nome de José de Souza Marques. Foi também Membro Efetivo do Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito, encontrando-se em sua sede em

exposição, um retrato pintado a óleo do Pastor Souza Marques.

5. Academia Maçônica de Artes, Ciências e Letras do Estado do Rio de Janeiro

Na Academia Maçônica de Artes, Ciências e Letras do Estado do Rio de Janeiro, que é composta de 33 Cadeiras, cada uma delas sob um Patronato, José de Souza Marques é o patrono do número 24.



Loja Maçônica José de Souza Marques

Em sua homenagem, em 19 de junho de 1981, foi criada a Loja Maçônica ARLS José de Souza Marques, no local da antiga Gráfica Souza Marques, pertencente à família de Souza Marques, localizada na rua Nerval de Gouveia, no bairro de Cascadura, Rio de Janeiro.

6. Carreira religiosa

Convertido ao protestantismo na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, em 1910, Souza Marques foi batizado pelo Pastor J. W. Shepard. Após, graduou-se no Colégio Batista e já formado em Teologia pelo Seminário Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro, foi consagrado Ministro Evangélico, tornando-se Pastor Batista, vinculado à Convenção Batista Brasileira, tendo

sido Pastor da Igreja Batista do Engenho Novo, no Rio de Janeiro (substituindo seu irmão, Antônio de Souza Marques, que havia falecido). E da Primeira Igreja Batista de Campo Grande no período de 1923a 1925. Foi também pastor, pelo tempo de 8 meses na hoje, Primeira igreja Batista de Bonsucesso, no período de setembro de 1924 a maio de 1925, (Livro de Ata da Igreja), também pastor da Primeira Igreja Batista de Realengo, entre 1934 e 1942, e da PIB em Osvaldo Cruz.

Fundou a Igreja Batista Jardim da Prata, em Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, em 2 dezembro de 1951, com 20 membros e o apoio da membresia da Igreja Batista do Engenho Novo, sendo então seu primeiro obreiro o pastor no até 09Março de 1952.

Construiu vários templos batistas, dentre outros, nos bairros cariocas de Realengo, Osvaldo Cruz e Engenho Novo.

Em várias ocasiões, foi presidente da Convenção Batista do Distrito Federal (depois, da Guanabara, atual Convenção Batista Carioca), por doze vezes, entre 1924 e 1960.

Em 1935, aos 41 anos de idade, foi presidente da Convenção Batista Brasileiro, realizada na Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi presidente da Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, em 1958, com 64 anos de idade, quando se deu o Primeiro Congresso de Pastores Batistas do Brasil.

7. Orfanato Batista do Distrito Federal

Fundado em Campo Grande, no Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, em 1925, por pastores da Igreja Batista do Brasil para atender crianças carentes em situação de risco social. O Orfanato Batista do Distrito Federal, hoje Cidade Batista da Criança, sob a responsabilidade da Junta de Ação Social da Convenção Batista Carioca, teve como um dos mais ativos participantes e colaboradores José de Souza Marques.

Num edital de convocação, de 1933, realizado pela então Divisão de Obrigatoriedade Escolar e Estatística do Departamento de Educação, aos diretores do estabelecimento de ensino particular, José de Souza Marques é convocado como Diretor do Colégio Souza Marques e concomitantemente como Diretor do Orfanato Batista do Distrito Federal.

8. Carreira política

Na política, foi fundador e presidente do Partido Republicano Democrático,[5] em 1945. Que posteriormente, no ano de 1949 passaria a denominar-se Partido Republicano Trabalhista.

Foi deputado constituinte à Primeira Legislatura do antigo estado da Guanabara, pelo PTB, em 1960, além de vereador do antigo Distrito Federal. Quando morreu, era novamente deputado estadual, eleito no pleito de 1960, pelo MDB.

José de Souza Marques lutou desde seu primeiro mandato pela aprovação de um projeto de lei que assegurasse o financiamento a estudantes carentes em todos os níveis, em particular a alfabetização e o ensino básico e médio.

Como vereador do então Distrito Federal, deputado constituinte do estado da Guanabara, em 1960, principal aliado na campanha de Leonel Brizola para deputado federal em 1962 e um dos principais aliados do deputado federal Miro Teixeira a partir de 1969, José de Sousa Marques foi um dos principais e mais eficientes construtores das institucionalidades cariocas e fluminenses dos anos 1940 até 1974.

Como político era um ativista convicto, que agia de maneira gentil, bondosa e conciliadora. Era considerado por seus pares um sábio e um magnífico conselheiro. Essa característica fez com que José de Souza Marques, sem ser contra a construção da estátua do Cristo Redentor na Floresta da Tijuca em área da União Federal, articulasse um pacto de tolerância e respeito ao estado laico e às demais religiões na

cidade do Rio de Janeiro.

9. Cristo Redentor: monumento e não santuário

O Cristo Redentor foi inaugurado em 12 de outubro de 1931. Sua construção foi precedida de uma intensa controvérsia liderada por adeptos da Igreja Batista do Brasil, da Igreja Metodista do Brasil, e da Igreja Presbiteriana do Brasil, apesar das divergências denominacionais. Outros grupos também fortaleceram as manifestações, tais como os cidadãos sem religião definida e militares positivistas da ativa e da reserva que eram contrários à Igreja Católica Apostólica Romana, hegemônica e majoritária na época, e que até o início da República Federativa Brasileira em 1889 era a religião oficial do Brasil.

Apesar das controvérsias, o vereador do então Distrito Federal José de Souza Marques, pastor da Igreja Batista Brasileira, liderou um acordo entre os diversos grupos de interesse e o Estado Nacional Brasileiro. José de Souza Marques assegurou que o monumento ao Cristo Redentor fosse utilizado e administrado pela Igreja Católica Apostólica Romana, porém não fosse um santuário católico, mas um símbolo do humanismo cristão e universalista.

Sem dúvida, tal política, contribuiu para que o Cristo do Corcovado fosse um lugar de turismo e não de culto, um monumento e não uma imagem.

A engenharia política que teve José de Souza Marques como artífice perdurou até o século XXI, quando por decreto papal e do arcebispo do Rio de Janeiro de 12 de outubro de 2006 o monumento foi transformado em santuário. Em 21 de novembro de 2007 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – por intermédio de seu superintendente regional Rogério Rocco, ratifica o decreto papal e do arcebispo do Rio de Janeiro de 12 de outubro de 2006, que é também referendado pelo presidente da

República Luiz Inácio Lula da Silva.

O monumento humanista e universalista representado pela imensa estátua de Jesus Cristo – um monumento à paz, à tolerância e ao humanismo laico da República tornou-se um santuário da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, referendando o decreto papal e do arcebispo do Rio de Janeiro.

10. Carreira editorial e jornalística

Redator do jornal O BATISTA FEDERAL, foi fundador do jornal NOVA ERA, diretor da Editora Souza Marques, diretor-proprietário da Livraria Evangélica Suburbana e diretor-proprietário da Revista Seleções Brasileiras.

11. Academia Evangélica de Letras do Brasil

Em 23 de Outubro de 1962, reuniu-se com outros intelectuais evangélicos, na sala do Conselho da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, na Rua Silva Jardim, na cidade do Rio de Janeiro, no antigo Estado da Guanabara e lá eles fundaram a Academia Evangélica de Letras do Brasil, assumindo o cargo de presidente o pastor presbiteriano Bolívar Ribeiro Pinto Bandeira, e José de Souza Marques, o cargo de vice-presidente (23/10/1962 a 11/12/1964). Tornou-se posteriormente presidente (12/12/1964 a 11/12/ 1966) na segunda gestão da entidade.

Na Academia Evangélica de Letras do Brasil foi o primeiro ocupante da Cadeira 4 que tem como patrono ele mesmo, José de Souza Marques. A mesma cadeira tem como segundo ocupante Roque Monteiro de Andrade, como terceiro ocupante Miguel Ângelo da Silva Ferreira e como quarto ocupante José Alencar Lopes.

12. Homenagens

12.1. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

A prefeitura municipal do Rio de Janeiro homenageou Souza Marques, dando o seu nome a uma praça ("*Praça José de Souza Marques*"); localizada no bairro de Cascadura, faz ligação com uma das principais avenidas do bairro, a Av. Ernani Cardoso, onde abriga o terminal rodoviário da região (Terminal de Cascadura), oficialmente: "*Terminal Deputado José de Souza Marques*".

No dia 28 de Março de 2013, O prefeito Eduardo Paes e o secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, Hans Dohmann, inauguraram a 58ª Clínica da Família do município do Rio de Janeiro, com o nome "Clínica da Família Souza Marques", homenageando a memória de Souza Marques pela atuação sócioeducacional naquela região. A unidade foi construída no antigo prédio do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ), no bairro do subúrbio de Madureira.

12.2. Governo do Estado do Rio de Janeiro

O governo do estado do Rio de Janeiro também homenageou-o batizando um Colégio Estadual com o seu nome: "Colégio Estadual Professor José de Souza Marques", localizado na Estrada do Quitungo, 551, Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro.

13. Discriminação referencial

Apesar da sua trajetória pessoal, política e religiosa, é uma personagem pouco retratada em verbetes bibliográficos, principalmente por ter realizado seu trabalho nos subúrbios cariocas e por integrar um perfil dissonante no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX: ser evangélico, negro e maçom.

Discreto, Souza Marques nunca fez militância ferrenha da sua condição de integrante da raça negra, ou do fato de ser batista ou maçom, despontando como um construtor moderado e conciliador, jamais como radical adepto de rupturas.

É muito bem estudado no livro História dos Batistas no Brasil (JUERP, 2001), de José dos Reis Pereira, mas pouco analisado na Enciclopédia de Literatura Brasileira, de Afrânio Coutinho e J. Galante, edição do MEC, 1990, com revisão de Graça Coutinho e Rita Moutinho, em 2001.

Apesar de sua importância, não é estudado no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001, 5 volumes, 6.211 páginas), da Fundação Getúlio Vargas e nem é convenientemente referido, em nenhuma das enciclopédias nacionais, Delta, BARSA, Larousse, Mirador, Abril, Koogan/Houaiss, Larousse Cultural, etc.

É verbete do Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil, de Mário Ribeiro Martins.

14. Referências:

- (1) Wikipédia, a enciclopédia livre.
- (2) MATTOS, M. Divisão de Obrigatoriedade Escolar e Estatística. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 33, 24 dez. 1933.
- (3) BAÍA, P. Pensamento Social e Político de José de Souza Marques: Análise da trajetória de vida de um afrodescendente pioneiro das ações afirmativas no Brasil. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, p. 113. Janeiro-Abril. 2013.
- (4) Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica - Rio de Janeiro: vol. 5, no.1, janeiro-abril, 2013, p. 102-125.
- (5) fonte:
<https://www.facebook.com/gilsondocarmo.batista/posts/1333378330068462>.

MANOEL JOSÉ DE SOUZA FRANÇA

Walter Celso de Lima
Cadeira nº 20

Manoel José de Souza França, Barão de Laguna, natural de Laguna, Santa Catarina, nasceu em 1780. Matriculou-se no Seminário São José, Rio de Janeiro, para seguir a carreira eclesiástica, da qual desistiu.

- Secretário do Conselho da Fazenda, em 1808, Oficial de Registro do Expediente do Conselho da Fazenda.
- Conselheiro honorário do Conselho da Fazenda pelo seu merecimento como Escrivão Supranumerário do referido Conselho, em 12 de outubro de 1828, Oficial de maior graduação do Conselho da Fazenda, desde 1811.
- Deputado à Assembleia Nacional Constituinte pela Província do Rio de Janeiro, 1823. Ministro da Justiça, de 12 de fevereiro de 1831 a 7 de abril de 1831.
- Ministro do Império, acumulando como Ministro da Justiça, em 5 de julho de 1831. Presidente da Província do Rio de Janeiro de 2 de agosto de 1840 a 1º de dezembro de 1841.
- Deputado Geral pela Província do Rio de Janeiro de 1842 a 1844, de 1845 a 1847 e de 1848 a 1851.

Influiu na política catarinense na eleição para Senador pela Província em 1º de agosto de 1824. Quando ministro do Império nomeou Feliciano Nunes Pires como Presidente da Província de Santa Catarina.

Patrono da cadeira número 31 da Academia Catarinense de Letras. Faleceu no Rio de Janeiro em 1º de fevereiro de 1856. Foi

casado e deixa descendência. Foi iniciado maçom em 1809, na Loja Maçônica “Comércio e Artes”, destacando como seus companheiros Gonçalves Ledo, Souza Coutinho, José Clemente Pereira, cônego Januário Barbosa e outros.

Referências:

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, Documentos Bibliográficos, C952.3, c 906.8 e c 904.36.

BLAKE, A.V.A.S. “Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro, vol. 6. Pag.144.

BOITEAUX, H. “O Conselheiro Manoel José de Souza França”.. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 190, Imprensa Nacional jan. a mar. 1946.

BOITEAUX, L.A. “Apanágio de Manuel Joaquim de Almeida Coelho”. Revista da Academia Catarinense de Letras, nº3, ano 3, pag. 91-247, Tomo I, 1970.

ULYSSEA, R. “O Conselheiro Souza França”. Santo Antônio dos Anjos da Laguna, Florianópolis, Edição Governo do Estado 1976.

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA PEREIRA: O maçom patrono da imprensa brasileira

Gustavo Vernaschi Patuto
Cadeira nº 21

Escrever um panegírico referente ao patrono da cadeira 21 da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras e da Imprensa Brasileira é uma honra e um grande desafio.

O seu legado maçônico e social para o Brasil, Portugal e Inglaterra foram imensos. Tenho oportunidade, com este panegírico, de pesquisar ainda mais sobre este maçom que se não foi o maior expoente maçônico do Brasil, está entre os 3 maiores maçons de nossa constelação Brasileira na minha visão.

Tive um primeiro contato com este patrono, quando escrevi o capítulo 10, referente “*A fusão da Grande Loja de Londres (Modernos) com a Grande Loja da Inglaterra (Antigos) e a figura de um brasileiro envolvido*” no livro “*Introdução ao Rito Moderno ou o Rito de Fundação da Maçonaria Especulativa*”¹⁹ lançado em 2020.

Afinal, quem foi Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça? (**Fig.01** – Retrato, a óleo, de Hipólito da Costa, tendo nas mãos o Correio Braziliense, em poder de sua bisneta Sra. Mary da Costa Bates. Pertenceu ao Duque de Sussex, passando, por sua morte à viúva do jornalista, Mary Ann da Costa).

¹⁹ Patuto, Gustavo Vernaschi, 1980 – Introdução ao Rito Moderno ou o Rito de Fundação da Maçonaria Especulativa. Editora Independente. Curitiba, 2020.



Figura 01

Foi um jornalista, diplomata brasileiro nos EUA e México e fundador do primeiro jornal brasileiro e que, naqueles tempos, vivia exilado na capital britânica. Frise-se que seu jornal, o *Correio Brasiliense ou Armazém Literário* circulou de 01/06/1808 até 01/12/1822. É por este motivo que “O Dia Nacional da Imprensa no Brasil”, a partir da lei 9.831, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 13 de setembro de 1999, é comemorado em 1º de junho, quando começou a circular o jornal, em Londres.

Além da enorme obra do *Correio Braziliense*, Hipólito também publicou livros, sendo eles: *Narrativa da Perseguição*, publicado em 1811; *Gramática Ingleza*, publicada em 1811, com edição mais conhecida de 1825; *História de Portugal*, composto por uma sociedade de Literatos, no qual redigiu o capítulo referente ao reinado de D.Maria I, na edição de 1809; *Sketch for the History of the Dionysian Artificers*, monografia de 47 páginas publicada em 1820²⁰.

José Agostinho de Macedo atribuiu a autoria das *Cartas sobre a Framaçonaria* à Hipólito, apesar desse a ter negado.²¹ As *Cartas sobre a Framaçonaria*, ou melhor dito à francesa da Franco-maçonaria, é o título – ao que se saiba - da primeira publicação em

²⁰ RIZZINI, 1957, p.16

²¹ DOURADO, 1957 p.124.

defesa da maçonaria publicada no início do século XIX, sendo uma das obras mais inovadoras do universo da maçonaria, pelo seu aspecto pedagógico e objetividade, pouco apologética da organização, embora aponte a defesa dos respectivos princípios.

As *Cartas sobre a Framaçõnaria* revelam a defesa dos princípios maçônicos, mas de uma forma crítica, lógica e racional, onde se apontam os argumentos a favor e contra ela, acabando o autor por dar sua opinião, de modo mais ou menos isento. Nota-se que há primazia de uns temas sobre outros: acusação e perseguição dos maçons, relações entre a maçonaria e a sociedade civil e a posição de autores sobre a maçonaria, o que permite concluir que as Cartas são essencialmente uma defesa da maçonaria perante um ataque injustificado por um libelo acusatório perpetrado por homens da Igreja.

Já em sua passagem pela casa Tipográfica do Arco do Cego (foi uma editora localizada em Lisboa, Portugal²²), quando teve um trabalho vinculado às publicações oficiais e régias, Hipólito publicou: *“Descrição da árvore açucareira”*, em 1799, ainda na Filadélfia. *“Descrição de uma máquina para tocar bomba a bordo dos navios”*, em 1800. *“História do Banco da Inglaterra”*, em 1801. Nesse mesmo ano, ainda vinculado à casa editoria do Arco do Cego, publicou a tradução dos *“Ensaio Políticos, Econômicos e filosóficos, de Benjamin Rumford”*²³.

Nascido na Colônia de Sacramento em 25/03/1774, cursou as primeiras letras em Porto Alegre e se preparou para prestar o vestibular em Coimbra.

Em 29/10/1792, com 18 anos de idade, matriculou-se na Faculdade de Matemática e no mesmo mês na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. ingressou na faculdade de

²² MARTINS, Rui. A Casa Literária do Arco do Cego – Apontamentos para um estudo. Tertúlia Bibliófila. Sábado, 12 de novembro de 2011. Disponível em: <https://tertuliabibliofila.blogspot.com/2011/11/casa-literaria-do-arco-do-cego.html>

²³ DOURADO, 1957, op.cit, p.80.

Direito em 18/10/1793 onde se formou em 05/06/1798 com 24 anos de idade.

Após três meses de formado, no reinado de D. Maria I, foi nomeado por D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares e Ministro da Rainha), para uma missão nos Estados Unidos da América.

Hipólito embarcou para os Estados Unidos a 16 de outubro de 1798, chegando à Filadélfia, após 59 dias de viagem, em 13 de dezembro de 1798.

Viveria durante dois anos num país completamente diferente do seu, recebendo em cheio o impacto das ideias maçônicas, provenientes da França e da Inglaterra, nos recém libertos Estados Unidos.

Frequentou os meios profanos e maçônicos de Filadélfia. Tudo leva a crer que teria sido iniciado maçom no dia 12 de março de 1799 na loja George Washington nº 59 aos 25 anos de idade.

Em 1º de janeiro de 1799 foi apresentado ao Presidente John Adams, apreciando a simplicidade com que esse tratava as pessoas, de forma tão diferente da etiqueta da monarquia portuguesa. Um diplomata espanhol também apresentou Hipólito a Thomas Jefferson, tendo, inclusive, jantado ambos na casa deste, na Filadélfia.

Relacionou-se também com vários emigrados franceses, pois existiam mais de 2.500 naquela época na Filadélfia, fugidos primeiramente do Terror e posteriormente de Napoleão Bonaparte.

Hipólito retornou a Portugal no final de 1800. Em abril de 1802, D. Rodrigo, então ministro da Marinha e Ultramar, mandou-o a Londres para comprar livros, destinados à Biblioteca Pública e máquinas para a Imprensa Régia. A ida à Londres também possuía outro objetivo: estabelecer contato e reconhecimento da Maçonaria Inglesa no tocante à sua congênere Portuguesa.

Dos contatos com os principais próceres da Maçonaria Portuguesa e sendo um homem acatado pela sua posição e cultura, Hipólito apareceu, em 12 de maio de 1802, às portas da Premier Grande Loja e foi recebido como plenipotenciário de quatro lojas portuguesas que desejavam erigir uma Grande Loja Nacional em perfeita amizade com a Grande Loja dos Modernos.

Sabe-se que os contatos de Hipólito lograram êxito, sendo, esse fato confirmado por William Preston, seu contemporâneo, colega de loja e autor da obra clássica traduzida para o português, em 2017, “Esclarecimentos sobre a Maçonaria “. ²⁴ Contudo, as intrigas em Portugal, por causa de sua viagem a Londres, campeavam soltas.

Avisado de que seria preso se regressasse a Portugal, Hipólito fez ouvidos moucos. Assim aconteceu que, ao regressar a Lisboa, prende-o José Anastácio Lopes Cardoso, corregedor de crime da Corte, o qual tinha instruções de Pina Manique, chefe de polícia, no sentido de procurar insígnias ou papéis que comprometessem o brasileiro. Esteve detido na polícia em Lisboa desde 02/08/1802 e depois nos cárceres do Tribunal da Santa Inquisição até à sua fuga da prisão em 18/08/1805, data a partir da qual esteve escondido em Lisboa.

Ao sair da prisão, Hipólito refugiou-se na casa do Irmão Barradas e no convento de São Vicente de Fora, para ser, depois, entregue aos cuidados dos Irmãos Rodrigo Pinto Guedes e José Aleixo Falcão.

Ainda, em 1805, escapou para o Alentejo, como criado do Irmão desembargador Filipe Ferreira. Em seguida para Gibraltar, onde finalmente embarcou para Londres com a ajuda da Maçonaria, com a compra de guardas e a intervenção dos Irmãos José Liberato e Ferrão.

Vale lembrar que nos três anos de prisão de Hipólito nos cárceres da Inquisição, pelo motivo de ser um maçom, ele viveu

²⁴ Preston, William, 1742-1818 – Esclarecimentos sobre Maçonaria, 1^o Ed., RJ Arcanum Editora, 2017

sob condições deploráveis, tendo sua saúde fragilizada, o que o atormentou até seus momentos finais.

Hipólito dedicou o seu livro, *Narrativa da Perseguição*, ao príncipe regente Jorge IV, como prova de gratidão ao apoio e proteção.

O livro foi escrito para denunciar os abusos e as atrocidades do Tribunal da Inquisição, e, uma vez mais, carrega sua marca de combater o fanatismo religioso e de defender a liberdade religiosa, característica essa tão bem trabalhada por Hipólito, pelos modernos da Grande Loja de Londres e o Rito Moderno na contemporaneidade e de grande harmonia com o espírito das Luzes.

Posteriormente alcançou a Espanha, dirigindo-se, depois, à Inglaterra, onde acabou vivendo 18 anos até a sua morte em 1823. Lá radicado, exerceu as funções de professor, tradutor, jornalista, impressor, além de ativista político e maçônico.

Da vida doméstica de Hipólito em Londres é conhecido seu casamento com Mary Ann Troughton, filha de um rico funcionário aduaneiro. O duque de Sussex foi uma das testemunhas de seu casamento.



Figura 02

Com Mary Ann (**Fig.02**, retrato da esposa de Hipólito, pertencente à sua bisneta, Sra. Mary da Costa Bales), Hipólito teve

três filhos: duas moças e um rapaz. Seu filho que se chamava Augusto Frederico recebeu o nome em homenagem ao duque. Também é conhecido que Hipólito teve ao menos um filho fora do casamento.

Em Londres, participou de várias lojas maçônicas. Tanto assim que em 1807 foi membro da Loja das Nove Musas e, em março de 1808, ingressou na Loja Antiquity, cujo Venerável Mestre era o Duque de Sussex (**Fig.03**, retrato de Samuel Drummond c.1812 em Fresmasons hall).



Figura 03

Chegou a ser Mestre Adjunto (Deputy Master) em 1812/1813 quando o duque era venerável, ou seja, na ausência do duque, presidia as sessões. Consta, ainda, ter sido um dos fundadores da Loja Royal Invernes, em 1814.

Com Domingos José Martins (Brasileiro, do Espírito Santo, e que em Londres comerciava), Hipólito fundou a loja “Lusitana 184” em 1812, ao Grande Oriente de Londres, que, em ligação com as academias e clubes secretos do Recife, preparou a revolução pernambucana de 1817, à qual, na hora precisa, Hipólito negou apoio²⁵ pois sustentou a convicção do Império Luso-Brasileiro, sendo então contrário à ruptura do Brasil com Portugal.

²⁵ RIZZINI, 1957, p.09

Imerso na prestigiada rede social da alta sociedade inglesa, maçônica e política, Hipólito se envolveu comercialmente na luta pela independência da América Hispânica. Ele recrutou mercenários em território britânico e guarnecia de armamentos e munições aos rebeldes, em lugares como Colômbia e Chile.²⁶

Dessas agências, provieram a amizade com Francisco Zéa, vice-presidente da Colômbia. Zéa foi encarregado por Bolívar de tratar um empréstimo na praça de Londres, tendo Hipólito como intermediário. Hipólito, por sua vez, deu notícia do êxito do empréstimo no *Correio Brasiliense*.²⁷

Os negócios com estrangeiros era uma das várias atividades que Hipólito tinha para garantir seu sustento.

Foi muito chegado ao Duque de Leister e amicíssimo de Augustus Frederick, Duque de Sussex, um dos filhos de Jorge III, que foi primeiro Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra, desde sua criação em 1813 até 1843, quando veio a falecer. O duque de Sussex, em 1813, foi nomeado Grão-Mestre Adjunto dos Modernos, sucedendo ao seu irmão – o Príncipe de Gales – como Grão-Mestre dos Modernos.

Por ocasião da fusão, tornou-se Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra, tendo seu irmão – o Duque de Kent, Grão-mestre dos Antigos - como Grão-Mestre Adjunto.

Após a derrota de Napoleão, a monarquia inglesa unificou sua maçonaria para melhor dominar o mundo.

O duque de Sussex exerceu imensa influência sobre os destinos da maçonaria em seu tempo de grão-mestrado e teve, como seu secretário particular, o ‘nosso’ Hipólito que também participou, ativamente, até a sua morte em 1823, de todos os mais íntimos segredos da fusão maçônica de 1813.

Foi, também, membro da Loja de Promulgação (dos novos rituais) em 1809/1811, da Loja de Reconciliação 1813/1816 e do

²⁶ COSTA, *Apud, DOURADO, 1957, p.115.*

²⁷ COSTA, 2001, Volume XVIII, p.307.

Corpo de Mestres Instalados que existia na Grande Loja dos Antigos (mas inexistente nos Modernos).

Com as mais recentes pesquisas maçônicas inglesas descobriram manuscritos de HJC sobre a elaboração dos novos rituais que resultaram na união das duas Grandes Lojas rivais.

John Hammil chega a dizer que “H.J. da Costa, foi um homem de grande importância na história da Independência e da cultura do Brasil, e como se descobriu recentemente, de não menos importância no desenvolvimento de nossos rituais imediatamente antes e depois da União de 1813”.²⁸

Ainda hoje estão sendo encontrados diversos manuscritos de HJC sobre rituais pré e pós-União das Grandes Lojas na Inglaterra.

Existem ainda algumas raríssimas versões, editadas e manuscritas, do Syllabus de William Preston. A mais antiga e a mais rara pertenceu a HJC (AQC, 81:145). Tais versões encontram-se guardadas na seção de obras raras da biblioteca da Grande Loja Unida da Inglaterra.

Hipólito era tão íntimo do duque que chegou a ser nomeado Secretário para Assuntos Estrangeiros da Freemason's Hall, Presidente do Conselho de Finanças da Grande Loja de 1813 até a sua morte em 1823 e Grão-Mestre Provincial de Ruthland, apesar da inexistência de lojas nessa província. O duque foi padrinho de seu casamento em 1817 e liderou uma petição para a construção de um monumento em sua homenagem a ser construído na Igreja de Hurley em Maidenhead.

Hipólito era membro ativo do Royal Arch e acredita-se que tenha sido exaltado numa loja ligado aos Antigos.

Assim, quando o duque foi instalado como First Grand Principal em 1810, Hipólito era um dos dois nomeados para examiná-lo no Royal Arch. Em 1819, o Supremo Conselho de

²⁸ (AQC, 92:50).

França para o REAA conferiu, por patente, o grau 33 para ele e o duque.

Em 1955, Gastão Nothmann, a pedido do biógrafo de Hipólito, Carlos Rizzini, descobriu o túmulo de HJC na Igreja de St. Mary, na paróquia de Hurley, Berkshire, perto de Londres e onde existem duas lápides:

Uma com os seguintes dizeres da autoria do duque de Sussex e mandada colocar pelo próprio:

“À sagrada memória do Comendador Hipólito José da Costa que faleceu no dia 11 de setembro de 1823 com a idade de 46 anos. Um homem distinto pelo vigor de sua inteligência e seu conhecimento na ciência e na literatura, quanto pela integridade de suas maneiras e caráter.

Descendia de uma nobre família no Brasil, e neste país residiu nos últimos 18 anos, durante os quais produziu numerosos e valiosos escritos que difundiu entre os habitantes desse vasto Império pelo gosto de úteis conhecimentos, com amor pelas artes que embelezam a vida e amor pelas liberdades constitucionais fundadas na obediência às leis salutares e nos princípios de mútua benevolência e boa vontade. Um amigo que conhecia e admirava suas virtudes e que as registra para o bem da posteridade”;

A outra dos familiares: “Sob esta lápide estão depositados os restos do corpo do Comendador Hipólito José da Costa, Encarregado dos Negócios do Imperador do Brasil, que faleceu no dia 11 de setembro de 1823, com a idade de 46 anos”.

Tinha, em seu exílio londrino, estreitas vinculações com maçons famosos, seja William Preston, ex-Venerável da Antiquity e autor do clássico Ilustrações da Maçonaria (Illustrations of Masonry) em que Hipólito é citado como plenipotenciário em Londres para regularizar as Lojas portuguesas.

Seu exílio em Londres não o fez esquecer o Brasil e a luta pela Independência antes, pelo contrário, acirrou o seu fervor de luta. Tanto assim que a sua mais importante obra, todavia, foi a

criação, em 1808, do *Correio Brasiliense*, ou *Armazém Literário*, cuja publicação só seria interrompida em 1823 e que chegou a ter uma tiragem de 1000 exemplares em média.

A liberdade de imprensa foi uma das propostas inovadoras de Hipólito frente ao *Correio Braziliense*, uma das frases mais emblemáticas dessa percepção de Hipólito sobre a liberdade de imprensa: “*A discussão livre fará sempre sucumbir o erro*”²⁹

Em outra passagem, Hipólito demonstra a leitura do livro *O Espírito das Leis de Montesquieu*, dando ênfase à “preferência ao governo representativo. Interessante nesta passagem é a defesa que Hipólito faz do filósofo quando afirma:

A questão, sobre qual das formas de governo é a mais adequada para promover a felicidade dos povos, não pertence a este lugar; mas seguramente a decisão de Montesquieu, que a França respeita pelo seu mais profundo político, e que toda a Europa considera como um autor de primeira ordem, não pode ter mais conexão com os planos das sociedades particulares, de que se trata do que decisão de Aristóteles, ou de outros escritores, que se ocuparam da exposição das diferentes formas de Governo. (COSTA, 2001, Volume III, p. 142).

Hipólito não toma a defesa do Governo Representativo, tal como a proposta de Montesquieu, tão pouco condena o filósofo, se não, o exalta entre os povos da Europa, que em relação a Portugal estavam culturalmente à frente.

De forma sutil e direta, vinculou a Maçonaria e seu papel social naquele tempo, em especial para o progresso da cultura, da política, da moral e das ciências.

²⁹ COSTA, 2001, Volume XXV, p.570

A perseguição contra os maçons, ditos hereges por serem vinculados às corporações ou associações, tem grande recorrência histórica. Foi através de exemplos históricos que ele ilustrou seus argumentos contra às perseguições:

As acusações que agora se fazem, em Lisboa, contra os Framaçons, não são novas; por que o mesmo se tem dito deles em outras partes, quando os perseguiram; e o mesmo se tem imputado a outras muitas corporações; por exemplo , quando em Portugal se reputava um ato de religião perseguir os judeus, e queimá-los vivos, ficando-lhes com os bens, disse-se que eles nas suas sinagogas só se ajuntavam para cometer abominações; que furtavam crianças para as matar e crucificar, na celebração da sua Páscoa; que tramavam conjurações contra todas as pessoas que não seguiam a sua seita; e outras coisas desta qualidade, que se podem ver em uma obra, que se imprimiu, e reimprimiu muitas vezes em Lisboa, intitulada Sentinelas contra os Judeus. Quando se extinguiram os Templários, disse-se outro tanto contra eles ou ainda mais. No tempo da perseguição dos Cristãos, em Roma, também espalharam os ignorantes, ou malévolos, que esses cristãos faziam as suas assembleias ocultas para nelas cometer incestos, matar crianças, e fazer bruxarias; e toda a pureza de costumes, que os cristãos primitivos tinham, não bastava para justificar as continuas imputações que lhes faziam; atribuíram-lhe os incêndios, os roubos, em uma palavra tudo quanto acontecia de mau; até mesmo as tempestades (COSTA, 2001, Volume III, p. 145).

Com um estilo de escrita elegante, coeso e, com uma erudição clássica, apoiada também nos inovadores filósofos

contemporâneos, Hipólito propôs reformas e melhoramentos de administração pública e do governo, e com isso, estabeleceu a crítica política.

Tal qual a Maçonaria utilizou do processo histórico do mundo ocidental como a propagação das Luzes científicas, através de um pensamento progressista, ocupando-se muitas vezes da difusão moral pública, que se chocou violentamente com o Estado absolutista. O pensamento de Hipólito buscou contar os traços mais radicais, como a revolução e, para isso, propôs o progressivo implemento de reformas na sociedade brasileira.

A proliferação do saber, o ensinamento da virtude e a pedagogia fizeram parte do espírito das luzes. O discurso das luzes dizia que deveria ter a expansão da luz sobre as trevas e que deveria haver o prevaecimento do conhecimento sobre a ignorância. Foi nesse sentido do virtuosismo pedagógico e filantrópico que ocorreu a edição do *Correio Braziliense*.

Hipólito foi um entusiasta das letras e do desenvolvimento científico, da propagação do ensino e da cultura, pensamento este que estava em harmonia com o pensamento ilustrado da sua época e totalmente alinhado com a proposta da Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras e com a Maçonaria.

Encerro este Panegírico rememorando o passado à exemplo de Hipólito, pois é através deste conhecimento e exemplos históricos que reforçamos as bases para manter os nossos argumentos à luz da razão contra o obscurantismo, intolerância e ignorância e outras mazelas nos ajudando pavimentar o nosso presente para um futuro melhor.

Referências:

ASLAN, N. *Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia*. Vol.1. 3ª ed.Londrina, A Trolha,2012;

BENTO, Cláudio Moreira. *Hipólito da Costa, O Gaúcho fundador da Imprensa no Brasil*. Academia de História Militar Terrestre do Brasil, Resende. RJ. 2005;

BUVALOVAS, Thaís Helena dos Santos. O “*Hipólito da Costa em Londres. Libertadores, Whigs e radicais no discurso político do Correio Braziliense (1808-1812)*”; USP, São Paulo, 2012;

CARVALHO, William Almeida de. Monografia Maçônica sobre Hipólito José da Costa: *Um Maçom Brasileiro que foi Grão Mestre Provincial na Inglaterra*; acessado em 02/11/2021: <https://hipolitodacosta48.blogspot.com/2009/08/hipolito-jose-da-costa-um-macom.html>;

CARR, Harry, *O Ofício do Maçom*, São Paulo, Madras, 2018;

COSTA, Hipólito José da. *Diário de Minha Viagem à Filadélfia*. Edição E-book. Brasília: Senado Federal, 2004;

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, vols I, II, III, IV, XXIX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Porto Alegre, RS: Edições URGs, 1974

COSTA, Hipólito José da. *A Narrative of the Persecution of Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça*. VOL.I London, Printed by W.Lewis, 1811

COSTA, Hipólito José da. *A Narrative of the Persecution of Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça*. VOL.II London, Printed by W.Lewis, 1811

COSTA, Hipólito José da. *Cartas sobre Framaçonaria*. Madrid, 1805

DIAS, Miguel Antonio – *Biblioteca Maçônica* – Paris – 1840;

DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

FERRÉ, Jean – *Dictionnaire des symboles maçonniques* – Ed. Du Rocher , 1997;

Figueiredo, Joaquim G. – *Dicionário de Maçonaria* – 2º Ed. 2016;

JANCSÓ, I. & SLEMIAN, A. Em Costa, Hipólito José da, *Correio Braziliense ou Armazém literário*. Ed. fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília,

Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, vol. 30, pp. 605-669, 2001-03.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Hipólito da Costa Pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília, DF, Fundação Assis Chateaubriand/Verano Editora, 1996;

MARQUES, A.H. de Oliveira. *História da Maçonaria em Portugal: Volume I das Origens do Triunfo*. Lisboa, Editorial Presença, 1989;

MARTINS, Rui. A Casa Literária do Arco do Cego – Apontamentos para um estudo. Tertúlia Bibliófila. Sábado, 12 de novembro de 2011. Disponível em: <https://tertuliabibliofila.blogspot.com/2011/11/casa-literaria-do-arco-do-cego.html>

MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979;

PATUTO, Gustavo Vernaschi, 1980 – *Introdução ao Rito Moderno ou o Rito de Fundação da Maçonaria Especulativa*. Editora Independente. Curitiba, 2020

PRESTON, Willian – *A História da Maçonaria na Inglaterra, - Dyer, Colin – O Simbolismo na Maçonaria – Madras. 2003 –Paulo Fuchs – 2001 – La Masoneria Jacobita, Alberto Moreno;*

RIZZINI, Carlos – *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957;

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). “União sem sujeição”. Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense. Alberto Dines e Isabel Lustosa (eds). Vol. XXX, t.1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado,2002; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: Pioneiro da Independência no Brasil*. Brasília. Fundação Assis Chateaubriand, 1996.

__. “A Pátria de Hipólito”, Em Costa, Hipólito José da, Correio Braziliense ou Armazém literário. Ed. fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília; Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, vol. 1, pp. XXXIX a LIV. 2001- 03.

__. Correio Braziliense ou Armazém Literário. Edição Fac-Similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. Volumes I,III,IV, VIII, IX, X, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXIII, XXV.

__. “Hipólito da Costa e o Rio Grande”. Em: Revista do Livro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

___ . “His Royal Highnesse e Mr. da Costa”. Em Costa, Hipólito José da, Correio Braziliense ou Armazém literário. Ed. fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, vol. 30, pp. 15-60, 2001-03.

____. “União sem sujeição”. Em Costa, Hipólito José da, Correio Braziliense ou Armazém literário. Ed. fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, vol. 30, pp. 515-553, 2001-03.

RUI BARBOSA: O ESTADISTA DA REPÚBLICA

Vanderlei Coelho dos Santos
Cadeira Nº 22

1 Introdução

Quando me foi apresentada a lista de nomes para escolha do patrono de minha cadeira na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, não tive dúvida, dentre tantos notáveis, escolhi Rui Barbosa.³⁰

Desde muito cedo Rui Barbosa já se mostrava prodigioso com as letras, influenciado pelo seu pai desenvolveu o amor à leitura. Rui Barbosa era um homem versátil, viveu entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República, era versado nas letras e afinado no discurso.

Como muitos homens da elite brasileira foi iniciado na maçonaria, aos 29 anos de idade iniciou sua carreira política, como deputado Provincial pela Bahia. Inaugurou o Senado da República, em 1890, e só o deixou em 1923, quando morreu, aos 72 anos de idade.

Viveu pelos seus ideais, abolicionista convicto, defendia o

³⁰ Nota explicativa: Encontra-se grafado o nome de Rui Barbosa com *i* e com *y*, mesmo em órgãos oficiais é possível encontrar divergência quanto a forma correta de sua escrita. Nas fontes pesquisadas, encontra-se Rui e Ruy. A Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição pública federal vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil, foi criada com a grafia Rui. No Senado Federal, seu nome está grafado Ruy, já na Academia Brasileira de Letras, Rui. Optou-se por grafar seu nome com *i* – mesmo que na fonte pesquisada esteja com *y*, em razão do Formulário Ortográfico de 1943, recomendar que todos os nomes de personalidades brasileiras já mortas sejam reescritos de modo a adequar-se às regras ortográficas da língua portuguesa, desta forma Ruy Barbosa, – grafia original – seja grafado Rui Barbosa.

Estado laico, era polêmico,coleccionou admiradores e detratores, travou embates com a Igreja e seus e adversários políticos.Teve importante participação na transição do Império para a República, fez parte do governo provisório, deixou sua indelével contribuição na segunda Constituição do Brasil e a primeira republicana, da mesma forma com o Civil Brasileiro.

Seu prestígio tomou proporções mundiais, ficou conhecido com o epíteto de Águia de Haia e colocou o Brasil numa posição que até então não se tinha visto por nenhum país da América Latina.

Rui Barbosa nos enche de orgulho de ser brasileiro, por sua postura, erudição e exemplo de cidadão, deixa como legado, discursos, pareceres, artigos, produções jornalísticas e livros. Para se ter uma ideia de sua contribuição para a literatura, 05 de novembro, data do seu nascimento, é o dia da língua portuguesa no Brasil, uma justa homenagem.

Sinto-me honrado por ter escolhido Rui Barbosa como patrono de minha cadeira na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, a seguir meu panegírico ao Estadista da República.

2 A vida e a obra de Rui Barbosa

2.1. Os primeiros anos de vida

Rui Barbosa de Oliveira, nasceu em Salvador, BA, a 5 de novembro de 1849, um homem versátil, foi jurista, jornalista, político, diplomata, escritor, ensaísta, filósofo, tradutor e exímio orador.

Desde muito cedo já se mostrava prodigioso com as letras, foi para escola aos 5 anos de idade e em apenas quinze dias, já sabia ler e conjugar verbos, segundo Castellani (2016, p. 71) o pai obrigava-o a ler os clássicos portugueses e, com 10 anos de idade, ele recitava Camões e Vieira.

Já a Academia Brasileira de Letras, ressalta a importância

de seu pai, João Barbosa de Oliveira, afirmando que ele teve papel importante na sua formação e a principal influência orientando-o no amor à leitura dos clássicos e no respeito à documentação em suas pesquisas.³¹

Ainda muito jovem, ou melhor um garoto, ingressou no Ginásio Bahiano, concluindo o curso de Humanidades, em 1864, aos 15 anos de idade (CASTELLANI, 2016, p. 71).

2.1. Rui Barbosa, um idealista

Em 1866, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, tendo concluído o curso em São Paulo, quatro anos depois. Castellani (2016, p. 71) revela que Rui Barbosa fez parte de uma sociedade abolicionista fundada por Castro Alves, Augusto Guimarães, Plínio de Lima, dentre outros.

Quando ainda estudava Direito, foi iniciado maçom em 01 de julho de 1869, pela Loja “América” de São Paulo, SP, da jurisdição do Grande Oriente do Brasil (BURITY, p. 151, 2009). Em sessão da Loja, a 4 de abril de 1870, Rui Barbosa apresentou um projeto com o escopo de libertar as filhas de escravos de maçons, ou de candidatos à iniciação (CASTELLANI, 2016, p. 71).

2.2. Jovem e brilhante advogado

Com o diploma de advogado nas mãos, Rui Barbosa regressa à Bahia e, após longa enfermidade, inicia carreira no escritório do Conselheiro Dantas e de Leão Veloso. Em março de 1872 estreia no júri, obtendo a condenação de réu que seduzira uma moça de condição socialhumilde. A vitória daquele rapaz de

³¹ Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>> Acessado em: 14/11/2021.

apenas 22 anos foi amplamente divulgada pela imprensa.³²

2.3. Um homem de família

Em 1876 casa-se com Maria Augusta Viana Bandeira, com quem permaneceria por toda a vida. Da união nascem cinco filhos: Maria Adélia (1878), Alfredo Rui (1879), Francisca (1880), João (1890) e Maria Luísa Vitória (1894).³³

2.4. Início da carreira política

Aos poucos, a política vai entrando na vida de Rui Barbosa. Em 13 de janeiro de 1878, aos 29 anos, é eleito deputado à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia pelo Partido Liberal. Em setembro do mesmo ano elege-se deputado geral e muda-se para a Corte, no Rio de Janeiro.³⁴

2.5. Rui Barbosa se destaca no parlamento

Rui Barbosa chega ao Parlamento Imperial, em 1878, destacando-se pela elaboração da reforma eleitoral (1881), pelos pareceres sobre a reforma do ensino (1882) e sobre o elemento servil (1884), este último não teve êxito em razão da Câmara ser constituída em sua maioria por deputados apoiados por fazendeiros escravistas e pela Igreja (CASTELLANI, 2016, p. 71).

2.6. Atrito com a igreja

No Rio de Janeiro, iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa inicial a abolição da

³² Disponível em: <

<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo1/lamina5/index.htm>> Acessado em: 14/11/2021.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

escravatura. Fez a tradução da obra "O Papa e o Concílio". A edição, financiada pelo próprio Rui Barbosa, em 1877, ficou encalhada nas livrarias e a resistência de setores católicos contra ele acompanhou-o por muito tempo.

O livro atacava o dogma da infalibilidade papal, Rui Barbosa aproveitava a introdução – de sua autoria –, para fazer uma crítica ao imperador D. Pedro II, pela atitude que tomara na chamada Questão Religiosa (CASTELLANI, 2016, p. 71).

2.7. Questão religiosa

A Questão Religiosa é considerada um dos momentos mais marcantes do Segundo Reinado, foi um grave conflito entre a Igreja Católica e a Maçonaria, que apoiava abertamente a abolição da escravatura no Brasil.

A crise foi desencadeada, quando o padre e maçom José Luiz de Almeida Martins, pronunciou um veemente discurso enaltecendo a Maçonaria em favor da abolição da escravatura. O discurso causou reação do bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda, que exigiu que o padre abandonasse a Maçonaria. A desobediência do padre Luiz de Almeida custou-lhe a suspensão, desencadeando a crise entre a Igreja Católica e a Maçonaria (CARVALHO, 2010, p. 41).

2.8. Movimento abolicionista

É sabido que a Maçonaria teve participação nos mais importantes acontecimentos da história do Brasil, o movimento abolicionista – objetivando combater a escravatura e promover a alforria de escravos – foi um deles.

2.9. Lei Eusébio de Queirós

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravatura, a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, que ficou conhecida como lei

Eusébio de Queirós, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo brasileiro para a extinção da escravidão no país.³⁵

Eusébio de Queirós foi um implacável repressor do tráfico de escravos, mas não foi o único, junta-se a ele no movimento abolicionista, notáveis maçons: Luís Gama, Antônio Bento, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Silva Jardim e é claro, Rui Barbosa.

2.10. Lei Visconde do Rio Branco

Visconde do Rio Branco aproveitando a viagem do imperador e da imperatriz Tereza Cristina à Europa, apresenta à princesa Isabel projeto que declarava livres, as crianças nascidas de escravas, a lei foi aprovada a 28 de setembro de 1871, apesar de levar o nome do autor, ou seja, Lei Visconde do Rio Branco, ficou popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre (CARVALHO, 2010, p. 41).

2.11. Divisão ideológica no Brasil

O antagonismo e a divisão ideológica explicitada no Brasil é antiga. A pesar da Questão Religiosa ter unido a Maçonaria brasileira na defesa do maçom José Luiz de Almeida Martins, é sabido que, em muitos acontecimentos importantes em que a Maçonaria teve participação, seja direta, ou indiretamente, houve maçons em lados antagônicos, como se vê na Independência do Brasil, entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo:

Existia luta ideológica entre os grupos liderados por esses dois próceres de nossa independência, pois enquanto José Bonifácio defendia a ideia de independência dentro de uma união brasílico-lusa, já Gonçalves Ledo

³⁵ Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz>> Acessado em: 14/11/2021.

propugnava pelo rompimento total com a metrópole portuguesa, em um regime republicano (GENZ, 2013, p. 22).

E continuou na República, como revela (CASTELLANI, 2016, p. 101):

(...) desde os primeiros momentos da República, havia duas correntes com ideias antagônicas. Uma desejava uma república democrática representativa, enquanto a outra queria uma ditadura sociocrática do tipo comtista, ou seja, de acordo com a doutrina positivista de Augusto Comte. Acabaria vencendo a corrente democrática, sustentada por Rui Barbosa, o seu maior expoente e a cuja diligência deve-se a elaboração do projeto de Constituição Provisória, a partir do qual se instalou o Congresso Constituinte.

2.12. Rui Barbosa no governo provisório

Quando Deodoro da Fonseca assumiu o governo provisório, após a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, montou um ministério composto em sua totalidade por Maçons, como revela Castellani (2016, p. 101):

Quintino Bocayuva, na Pasta dos Transportes; Aristides Lobo, na do Interior; Benjamin Constant, na da Guerra; Rui Barbosa, na da Fazenda; Campos Salles na da Justiça; Eduardo Wandenkolk, na da Marinha; e Demétrio Ribeiro, na da Agricultura.

Como ministro da Fazenda no Governo Provisório, implantou a política de encilhamento, que permitia, aos bancos particulares, emitir dinheiro. Apesar das boas intenções de Rui Barbosa, essa política levou o país a uma calamitosa inflação, desgostoso, deixou o governo, em janeiro de 1891 (CASTELLANI (2016, p. 71).

2.13. Estado laico

Rui Barbosa defendia a liberdade de expressão e de culto. Questionava o catolicismo como o credo oficial imposto a toda a população e, acima de tudo, pregava um Estado laico, completamente separado da Igreja. Ele apresenta projeto estabelecendo a plena liberdade de culto e a proibição às autoridades federais ou estaduais de intervir em matéria religiosa, em 7 de janeiro de 1890, Deodoro da Fonseca assina decreto, separando Igreja do Estado.³⁶

2.14. Constituição de 1891 e a indelével marca de Rui Barbosa

Eleito senador pela Bahia à Assembleia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas reformas principais e a sua cultura modelou as linhas fundamentais da Carta de 24 de fevereiro de 1891.

O projeto apresentado pela Comissão de juristas, presidida por Saldanha Marinho não foi aprovado pelo Governo Provisório, que encarregou Rui Barbosa de revê-lo.

Rui Barbosa deu forma definitiva ao projeto que contemplava a federação, o presidencialismo e a divisão dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário.

³⁶ Disponível em:

<<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo2/lamina10/index.htm>> Acessado em: 14/11/2021.

A segunda Constituição do Brasil e a primeira republicana, foi promulgada a 24 de fevereiro de 1891, marcando a transição da monarquia para a república, tendo a indelével contribuição de Rui Barbosa.³⁷

2.15. O exílio

Como redator-chefe do *Jornal do Brasil*, Rui Barbosa fez oposição ao governo de Floriano, em 1893 foi obrigado a se exilar. Dirigiu-se, em primeiro lugar, para Buenos Aires, depois para Lisboa, onde alguns incidentes levaram-no a escolher Londres. Escreveu, então, as famosas *Cartas da Inglaterra* para o *Jornal do Comércio*.³⁸

Somente em 1895, no governo de Prudente de Moraes, Rui Barbosa regressaria ao Brasil, retorna ao Senado, sendo reeleito sucessivamente até a morte.

2.16. Rui Barbosa no senado da república³⁹

Rui Barbosa foi um dos personagens mais marcantes da história nacional, com sua oratória arrebatadora, demonstrava de forma didática aos brasileiros que é preciso exigir democracia e moralidade na política.

Sempre que Rui Barbosa pedia a palavra, os senadores já

³⁷ Disponível em:

<<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo2/lamina12/index.htm>> Acessado em: 14/11/2021.

³⁸ Página da ABL na internet dedica a biografia de Rui Barbosa < Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/rui-barbosa/biografia>> Acessado em: 14/11/2021.

³⁹ Disponível em: <

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ruy-barbosa-usou-tribuna-do-senado-para-mostrar-ao-pais-importancia-da-democracia>> Acessado em: 14/11/2021.

esperavam uma fala longa e inflamada. Foi o que aconteceu numa sessão em 1911, quando Rui Barbosa começou um furiosodiscurso contra os desmandos do presidente Hermes da Fonseca, que durou quatro horas.

De seus 55 anos de vida pública, Rui Barbosa passou 32 no Senado. Foi recordista de mandatos, cinco no total. Inaugurou o Senado da República, em 1890, e só o deixou em 1923, quando morreu, aos 72 anos de idade. Como mostra o quadro abaixo:

ORDEM	INÍCIO	FIM
1º:	1890	1896
2º:	1897	1904
3º:	1905	1914
4º:	1915	1921
5º:	1921	1923

Quadro 1: Mandatos no Senado da República

2.17. Rui Barbosa, o presidencialável⁴⁰

Em 1909, se lançou candidato presidencial na tentativa de conter o marechal Hermes daFonseca, que era o escolhido da elite política. Rui Barbosa batizou seu projeto presidencial de Campanha Civilista. Ele viajou a várias cidades para apresentar sua plataforma política em comícios e fazer corpo a corpo com eleitores. Foi a primeira vez que um candidato falou diretamente ao povo. Antes os presidencialáveis nem saíam de casa, já que as fraudes eleitorais típicas da Primeira República assegurariam o resultado desejado pela elite.

Em 1919, ele repetiu a atrevida fórmula da Campanha Civilista. A novidade dessa vez foi a inclusão de direitos trabalhistas na sua plataforma de governo. Perdeu para Epitacio Pessoa, o candidato oficial, que havia passado todo o período

⁴⁰ Ibidem.

eleitoral na França.

Embora tenha sido derrotado em 1909 e 1919, Rui conseguiu plantar nos brasileiros a semente de uma consciência político-eleitoral que até então não existia.

2.18. A águia de Haia

Rui Barbosa representou o Brasil, em 1907 na 2ª. Conferência da Paz, em Haia, atuando de forma brilhante, defendeu o princípio da igualdade jurídica das nações soberanas, apesar da resistência das grandes potências. Seu prestígio tomou proporções mundiais, ficou conhecido com o epíteto de Águia de Haia, contribuiu na formação da Corte Permanente de Justiça Internacional e colocou o Brasil numa posição que até então não se tinha visto por nenhum país da América Latina.

2.19. Brasil na 1ª guerra

Rui Barbosa foi conselheiro do presidente Wenceslau Braz e usou talento retórico para convencer colegas do Senado a aprovar a entrada do Brasil no conflito, que foi travado na Europa entre 1914 e 1918. No arquivo S do Senado, consta o episódio:

Quando a guerra é deflagrada, o Brasil opta pela neutralidade. A situação muda depois que submarinos alemães torpedeiam navios comerciais brasileiros. Inconformado, o senador Rui Barbosa insiste que o país não pode tolerar a ofensiva do “enxame de submarinos” (...).

A gota d'água é o torpedeamento do navio Macau, em outubro de 1917, na costa espanhola. Antes de a embarcação ir a pique, dois tripulantes foram capturados como prisioneiros de guerra. Dias depois, o

governo brasileiro finalmente declara guerra (WESTIN, 2015, p. 60).

2.20. Código civil e direito internacional

Em janeiro de 1916 o Código Civil Brasileiro era sancionado pelo presidente Wenceslau Braz. O novo código trazia a marca de Rui Barbosa que, desde 1899, acompanhava o trabalho de Clóvis Beviláqua, convidado para redigir o projeto ainda no governo de Campos Sales. Eleito em abril de 1902 relator da Comissão Especial do Senado encarregada de analisar o projeto, Rui elabora um longo e detalhado parecer, em que critica a linguagem e propõe emendas a quase todos os seus mais de 1.800 artigos, estabelecendo uma das maiores polêmicas sobre questões de gramática e estilo travadas no Brasil. A abrangência das contribuições de Rui ao Código Civil acabaria, porém, adiando por mais de dez anos sua entrada em vigor.⁴¹

2.21. Rui Barbosa sereno e sábio

Com sérios problemas de saúde, no final de 1920, Rui Barbosa é convidado para paraninfo dos bacharelandos da velha Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que chegam a adiar a formatura na esperança de contar com a sua presença. Impedido de comparecer, envia um discurso lido pelo professor Reinaldo Porchat. Equilibrando energia e brandura, a "Oração aos moços" revelou um Rui sereno e sábio, amadurecido pelos embates travados ao longo de sua trajetória de vida.⁴²

⁴¹ Disponível em:

<<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo4/lamina25/index.htm>> Acessado em:14/11/2021.

⁴² Disponível em:

<<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo4/lamina31/index.htm>> Acessado em:14/11/2021.

2.22. Morre Rui Barbosa

Na noite de 1º de março de 1923 Rui Barbosa, então com 73 anos, morre na sua casa em Petrópolis. O corpo é levado num trem especial para o Rio de Janeiro e permanece em câmara ardente na Biblioteca Nacional. Decretado luto oficial de três dias, aquele homem que jamais lograra ocupar o posto supremo da Nação recebe honras de chefe de Estado. Nos ombros do povo o esquife seguiu para o cemitério São João Batista, onde foi sepultado. Em 1949 seus restos mortais foram trasladados para o Tribunal de Justiça da Bahia, em Salvador - hoje Fórum Rui Barbosa.

A morte de Rui Barbosa repercutiu em todas as camadas da população. As casas de espetáculos fecharam suas portas e as diversões públicas foram suspensas em todo o país. Rui deixaria inacabada "A imprensa e o dever da verdade", obra sobre o papel do jornalismo na construção da cidadania.⁴³

Consta nos anais da Academia Brasileira de Letras que a notícia do seu falecimento foi comentada no mundo inteiro. O *Times*, de Londres, dedicou-lhe um espaço nunca antes concedido a qualquer estrangeiro (ABL).

2.23. Senado anuncia morte de Rui Barbosa, em 1923⁴⁴

Numa das primeiras sessões plenárias de 1923, os senadores fizeram silêncio.

Comovidos, eles ouvem o comunicado oficial da morte do

⁴³ Disponível em:

<<http://www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/periodo4/lamina32/index.htm>>

⁴⁴ Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ruy-barbosa-usou-tribuna-do-senado-para-mostrar-ao-pais-importancia-da-democracia>> Acessado em: 14/11/2021.

colega Rui Barbosa, aos 73 anos. O anúncio é feito pelo presidente do Senado, Estácio Coimbra:

Senhores Senadores, nenhum dever ser-me-ia mais penoso do que este, de comunicar-vos oficialmente o falecimento do Senador Rui Barbosa, que durante 32 anos foi o maior orgulho, a glória mais alta e mais pura do Senado da República.

Escritor: Rui Barbosa manteve sempre até o último alento o primado das nossas letras. Orador: Ninguém tentou disputar-lhe jamais no Parlamento, ou fora dele, o primeiro lugar que a sua mágica eloquência lhe granjeara ainda em plena mocidade.

Jornalista: Foi mestre incontestado, modelo ainda de beleza, de força e de ética profissional para as gerações da imprensa contemporânea.

Jurisconsulto: Cada parecer seu ficou como uma monografia exaustiva do assunto de que tratava.

Diplomata: Culminou na Haia o seu gênio, apostolando a igualdade das soberanias das grandes e das pequenas nações ante a força eterna do Direito.

Homem de governo: Ele foi não só o primeiro doutrinário da nossa incipiente democracia através da constituição de 24 de fevereiro de 1891, tão elevada e formosana sua estrutura, como também o seu principal aplicador.

Político: Político no auto e nobre sentido do vocábulo. Todos vós senhores senadores, e toda a nação, tendes vivos na memória o seu longo corajoso e fulgurante apostolado científico e a sua paixão por todas as liberdades públicas e individuais.

Depois de morto, vieram mais homenagens. Em 1924, o palacete em que viveu, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro,

foi comprado pelo governo e, pouco depois, transformado num museu dedicado à preservação de sua produção intelectual — hoje Fundação Casa de Rui Barbosa. Praticamente todas as cidades do país têm uma rua ou praça com o nome dele. No Senado, a única estátua presente no Plenário é um busto do senador baiano.

2.24. Discurso de Rui Barbosa em homenagem a Dom Pedro II

Teria Rui Barbosa se arrependido do modelo republicano, ou se decepcionado com os políticos? Seu discurso em homenagem a Dom Pedro II, mostra um Rui Barbosa desiludido:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto

... Essa foi a obra da República nos últimos anos.⁴⁵

2.25. Rui Barbosa, o imortal

Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, escolheu Evaristo da Veiga como patrono da cadeira nº. 10, Rui Barbosa deixa como legado literário, discursos, pareceres, artigos, produções jornalísticas e livros, a ABL destaca sua bibliografia⁴⁶ com as seguintes obras:

O Papa o Concílio, 1877; *Alexandre Herculano*, 1877; *Castro Alves*, 1881; *Reformado ensino*

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.itatiaia.com.br/noticia/ruy-barbosa-imortal>> Acessado em: 14/11/2021.

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/ruy-barbosa/bibliografia>>

secundário e superior, 1882; O Marquês de Pombal, 1882; Reforma do ensino primário, 1883; Swift, 1887; Cartas de Inglaterra, 1896; Parecer e Réplica acerca da redação do Código Civil, 1904; Discursos e conferências, 1907; Anatole France, 1909; Páginas literárias, 1918; Cartas políticas e literárias, 1919; Oração aos moços, 1921; Queda do Império, 2 vols., 1921; Orações do Apóstolo, 1923; Obras completas, organizadas pela Casa de Rui Barbosa, 125 vols.

3 Conclusão

Rui Barbosa é, sem sobra de dúvidas, um dos mais importantes personagens do Brasil, seu prestígio tomou proporções mundiais e elevou o país a patamares nunca antes visto.

Participou ativamente na formação da república, lutou pelos seus ideais, era polêmico emuitas vezes incompreensivo, como acontece com os gênios.

Não é difícil encontrar no Brasil, ruas, praças e espaços públicos com seu nome. Imortalna mais ampla acepção da palavra, seu legado permanece vivo ainda hoje, Rui Barbosa nos enche de orgulho de ser brasileiro, por sua postura, erudição e exemplo de cidadão.

Muito me honra ter escolhido Rui Barbosa como patrono de minha cadeira na Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras, a admiração que nutria por ele se eleva ainda mais como presente panegírico, espero ter atingido a expectativa com essa singela homenagem ao Estadista da República.

4 Referências

BURITY, Elvandro. **Maçons do passado**. Edição Virtual, Rio de Janeiro, 2009.

GENS, Plínio Virgílio. **A maçonaria inglesa no Brasil**. São Paulo: Medras, 2013.

CARVALHO, William Almeida de. **Pequena história da maçonaria no Brasil**. Revista de Estudios Históricos de la Masonería, 2010.

CASTELLANI, José. **Uma coletânea da rede mundial**, 2ª Edição, Brasília, 2016.

WESTIN, Ricardo. **Arquivo S: O senado na história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2015.

MANOEL GOMES

Ademar Valsechi
Cadeira Nº 23

1. Vida Familiar e Profissional:

Nasceu em Pelotas RS em 17 de junho de 1.910. Faleceu em Florianópolis em 24 de abril de 1.996.

Seus pais eram imigrantes portugueses. Seus avós moravam na Freguesia de Vila Nova de Gaia, uma pequena e pacata aldeia, que vivia da lavoura de milho, no Norte de Portugal, às margens do Douro, rio que vem dos contrafortes da Serra de Mogadouro, já na divisa com a Espanha, cortando Portugal, indo desaguar no Atlântico, junto à cidade do Porto.

O pai, Manoel Gomes, era filho único e estava sendo preparado a seguir a profissão do avô, que era marmorista da cidade, dispondo de razoável situação financeira. Sua mãe, Dona Maria Domingues Leite Gomes, da mesma aldeia, era caçula entre seis irmãs, sendo o seu pai lavrador. Como as outras moças do lugar, além dos afazeres da casa, cuidavam também dos trabalhos comunitários da Igreja local. Numa dessas festas comunitárias conheceram-se e o namoro progrediu. Casaram-se pouco tempo depois. Ainda recém-casados, para espanto dos amigos e parentes, resolveram abandonar tudo que lá possuíam e, dando asas à aventura, partiram para o Brasil.

Foram à cidade do Porto de carroça lá embarcaram num pequeno navio de 3ª classe, dos muitos destinados aos imigrantes. Sua mãe relatou que passaram a maior parte num porão. Chegaram na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, em abril de 1.903. Pelo Serviço de Controle Imigratório, foram encaminhados para Pelotas, onde se instalaram e recomeçaram uma nova vida. A família cresceu, nascendo seis filhos, mas apenas dois

sobreviveram: Manoel Gomes, o filho, nosso homenageado e sua irmã, Marina Gomes.

Seu pai, enfrentando sérios problemas financeiros, resolve em 1.912, retornar com a família para Portugal. No porto de Florianópolis, ao descer para conhecer a cidade, verificou que não havia marmorarias nesta região, desceu a família do navio e resolveu ficar. Montou uma oficina de marmoraria na rua Conselheiro Mafra nº 150, na época a principal rua de Florianópolis, residindo no mesmo local. Estava indo muito bem, pois reformou a residência, ampliou a oficina e contratou um empregado como auxiliar de marmoraria.

Em 1.914 com a situação financeira restabelecida, os Gomes resolvem passar férias em Portugal, para rever seus pais. Em agosto de 1.914 explode a Primeira Guerra Mundial na Europa e a família fica impedida de sair de Portugal. Manoel Gomes, o pai, já tinha dado entrada nos papéis para a naturalização brasileira e tinha sido indicado para entrar na maçonaria em Florianópolis. Graças ao cônsul brasileiro na cidade do Porto, que era maçom, conseguiu retornar ao Brasil em meados de 1.916, colocando mãos à obra para reativar a oficina de marmoraria.

Em 10 de novembro de 1.916 é iniciado Aprendiz na Loja Regeneração Catarinense de Florianópolis. Foi elevado a Companheiro em 12 de dezembro de 1.916 e exaltado a Mestre em 12 de dezembro 1.917. Foi a Cavaleiro Rosa Cruz em 1.918 e Cavaleiro Kadosch, grau 30, em 24 de junho de 1.918.

Em 1.922 com a oficina em pleno funcionamento, ficou responsável pelo trabalho de mármore dos altares, na reforma da Catedral de Florianópolis. Além de marmorista, era letrista, o que o diferenciava dos demais. Tanto Manoel Gomes, o pai, quanto Manoel Gomes, o filho, conheciam muito bem a arte de aplicar os mais variados tipos de letras no mármore.

O filho, Manoel Gomes, em 1.925 graduou-se como “guarda-livros” pela Academia do Comércio de Santa Catarina e passa a ajudar o pai na contabilidade da empresa de mármore.

Nesse período de juventude, Manoel Gomes (o filho) atuou no teatro em várias peças de comédias, no Teatro Álvaro de Carvalho.

Em 21 de fevereiro de 1.926, com 16 anos de idade, morre o seu pai e ele, que já sabia os segredos da profissão de marmorista, assumiu o controle da oficina. Mas agora havia uma forte concorrência dos “irmãos italianos”, exímios marmoristas recém-chegados. Para compensar, passou a restaurar túmulos, indo diariamente a pé ao cemitério do Itacorubi.

Em 1.930, com 20 anos, entrou na Força Pública de Santa Catarina, hoje Polícia Militar. Em 1.935 completou o Curso de Formação de Sargentos. Em 1.936 casou-se com uma jovem carioca recém-chegada do Rio de Janeiro, Elza de Araújo e Silva.

Foi promovido a Sargento e apresentou-se como voluntário para servir no oeste catarinense, naquela época ainda uma região a desbravar. A viagem com a família foi de muitos dias em carroça. Como Comandante do destacamento policial ajudou no desenvolvimento de várias cidades, entre elas, Campos Novos, Xanxerê e Chapecó. Retornou a Florianópolis após bem cumprir o seu papel.

Deu baixa da carreira militar em 1.940 e foi tentar a vida em São Paulo. Em pleno tempo de guerra, com a mulher e três filhos viajou a Santos num pequeno navio da empresa Carls Hoepke. O navio se mantinha próximo à costa, com receio dos submarinos alemães. Em São Paulo foi morar com a irmã de sua mulher, Dona Ana, que havia se casado com um imigrante italiano que possuía, por ironia do destino, uma marmoraria. Logo tornou-se sócio da oficina de mármore, mas em 1.943, recebeu o chamado de seu amigo, o Coronel Antonio de Lara Ribas para retornar a Santa Catarina.

Apresentou-se na Chefia de Polícia, onde recebeu ordens para assumir, como 2º Sargento, a vice interventoria de Chapecó, na época pertencente ao recém-criado Território do Iguçu. A indicação se deveu a pedidos de amigos deixados no oeste pelos

excelentes trabalhos realizados anteriormente. No final da década de 40, como subtenente, retorna à capital.

Em 1.950 concluiu o Curso de Formação de Oficiais de Intendência, sendo promovido ao posto de 2º Tenente. Passou para a reserva da Polícia Militar em 1.956, no posto de Capitão. Como maçom já altamente considerado pelos seus pares, mergulhou nos estudos espiritualistas. Em 1.960, na reserva como Capitão, foi chamado mais uma vez pelo amigo Coronel Lara Ribas, que havia assumido o Comando Geral, para retornar ao serviço ativo, como fizeram muitos outros oficiais, e assim entrar para reserva num posto mais avançado, com melhor salário. Recusou o convite. Mais uma vez, recusou em 1.964, outro convite do Coronel Lara Ribas, agora Diretor Nacional do SESI, para morar no Rio de Janeiro, assumindo um alto cargo de confiança. Dizia que se dedicava em tempo integral aos estudos espiritualista, não querendo abandoná-los. Essas recusas representaram consequências economicamente negativas, que não eram bem compreendidas por sua esposa e filhos.

Para ajudar no orçamento familiar, abriu uma oficina de marmoraria nos fundos da casa alugada na Av. Mauro Ramos. Dava, à noite, aulas de taquigrafia. Aprendeu e executou serviços de topografia. Depois construiu sua própria pequena casa de madeira, na rua Ângelo Laporta.

2. Vida social e maçônica

Foi iniciado, como o seu pai, na Loja Maçônica “Regeneração Catarinense” do Grande Oriente do Brasil, em 31 de maio de 1.934. Elevado em 31 de julho e exaltado em 04 de setembro do mesmo ano, adotando o nome simbólico de “Platão”. Foi indicado e nos primeiros anos apoiado pelo seu grande amigo e padrinho, Irmão Rodolfo Bosco. Foram mais de 60 anos de vida maçônica ativa.

Em 22. 04. 1951 transferiu-se para a Grande Loja do Rio Grande do Sul e foi um dos fundadores da Loja “14 de Julho” de Florianópolis.

Em 21 de abril de 1.956 é um dos fundadores da Muito Respeitável Grande Loja de Santa Catarina, que foi apadrinhada pela Grande Loja do Rio Grande do Sul. As Lojas fundadoras da MRGLSC foram: “Acácia Itajaiense” de Itajaí”; “Presidente Roosevelt” de Criciúma; “14 de Julho” de Florianópolis; “Amizade ao Cruzeiro do Sul” de Joinville; “Cruzeiro do Sul” de Joaçaba e “Fraternidade Blumenauense” de Blumenau. Ainda em 1.956 foi fundador da loja “Lauro Muller”. Em 1.959 retorna à Loja “14 de Julho” permanecendo até 1.981, quando se transfere para a Loja “Duque de Caxias”. Nesses anos, sempre arrumava tempo para colaborar com a sua querida Loja 14 de Julho e, principalmente, com a Grande Loja, onde foi o Grande Secretário por muitos anos. Sua presença associou-se à visão do andar de cima do prédio na Av. Hercílio Luz, onde se localizava o Templo e a Grande Secretaria. A qualquer hora do dia estava alí trabalhando. Chegava à Grande Secretaria pela manhã e só ia embora ao entardecer. Ao meio-dia, um de seus filhos trazia algo para comer, apesar de algumas críticas da esposa.

Na maçonaria ocupou todos os graus do REAA, do 1 ao 33. Foi Venerável Mestre da Loja !4 de Julho, Presidente do Triângulo Pitágoras e Grão-Mestre da Grande Loja de Santa Catarina na gestão 1.965 - 68. Maçonólogo de renome nacional, publicou “O Manual do Mestre Maçom”, com cinco edições esgotadas e “A Maçonaria na História do Brasil” com três edições. Em 1.991 foi escolhido para ocupar a Cadeira nº 15 da Academia Catarinense Maçônica de Letras, quando fez o panegírico ao patrono, discorrendo sobre “A Vida e Obra de Lauro Muller”. Publicou outros livros, como “Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz de Souza”, reunindo notas históricas sobre o antigo Palácio do Governo, desde a sua construção em 1.739 e, “Memória Barriga Verde”, onde reuniu mais de 600 biografias de catarinenses ilustres. Era Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Era um autêntico pesquisador de história. Certa vez foi chamado pelo governador Colombo Machado Sales para auxiliá-lo na resposta que deveria dar ao Museu Histórico Nacional sobre a obra de um dirigente do Estado, no tempo imperial. Não havia

nada a respeito. Mergulhou de corpo e alma na pesquisa, perdendo-se dias a fio no arquivo estadual e nos seis meses seguintes conseguiu montar um vultuoso acervo da vida e obra administrativa de Francisco Luis da Gama Rosa, Presidente da Província, de 1.883 a 1.884. Assim era Manoel Gomes.

Espiritualista, historiógrafo, professor, filósofo, estudou por 30 anos o movimento Rosa Cruz. Dedicou-se, pelo menos por 20 anos ao estudo do espiritismo. Tinha amigos em quase todas as religiões. Entre tantos amigos, destacamos um que, enquanto viveu lhe era particularmente afetuoso: O professor A. Seixas Neto. A partir da década de 70 foi morar no bairro Estreito, na mesma rua, Matos Areas, onde morava o amigo Seixas Neto. Passaram a conversar todas as noites, entre 20 e 21 horas. As discussões eram, muitas vezes acaloradas, voltando para casa nervoso, mas estas tensões apenas duravam até o dia seguinte.

Respeitava intensamente a filosofia católica e procurava conversar com os sacerdotes. Gostava, socratesmente, preparar o que chamava de “armadilhas dogmáticas” para ver até onde ia o conhecimento do interlocutor sobre teologia e a vida de Cristo. Em Chapecó esteve duas vezes, comandando o destacamento policial e mais tarde como vice interventor. Tornou-se muito amigo do vigário, mais velho que ele, um homem de cultura refinada. A amizade perdurou por toda a vida do padre. Conhecia pessoalmente todos os arcebispos que ocuparam a Casa Diocesana da rua Esteves Júnior. Desfrutou particularmente da amizade do Arcebispo Dom Afonso Niehus, com visitas frequentes. Tornou-se amigo do pároco do Estreito e as discussões teológicas se prolongavam noite adentro.

Mas era apaixonado pela filosofia e ritualística maçônica. Foi também durante muitos anos, o Grande Inspetor Litúrgico da Grande Loja de Santa Catarina. Incentivou a criação de bibliotecas maçônicas e frequentemente providenciava cópias de rituais para as Lojas do Estado.

Com 85 anos e 61 anos de atividades maçônicas, numa quarta-feira, dia 24 de abril de 1.996 dormiu e não mais acordou.

Em acordo com suas concepções, partiu para uma dimensão superior, para o Oriente Eterno, ao Encontro do Grande Arquiteto do Universo. Deixou 6 filhos e, na época, 7 netos.

Em entrevista concedida ao “Anuário Maçônico”, por ocasião dos 30 anos da Grande Loja e 50 anos de sua iniciação, o Ir. Manoel Gomes respondeu às perguntas:

- O que o Irmão ganhou nestes 50 anos de maçonaria?

- “Amigos, muitos amigos, inúmeros, mais que amigos, Irmãos”.

- Se tivesse que recomeçar, recomeçaria?

- “Sou um homem pobre e por isso estou morrendo em Prestações. Se fosse rico, talvez morresse à Vista. Recomeçar não significa continuar. Eu acredito não ter mais tempo nem saúde para recomeçar, mas gastaria o que me resta na continuação”.

3. Referências:

CONCEIÇÃO, Eleutério Nicolau da. **A vida de Manoel Gomes** – Power Point.

GOMES, Manoel. **A Maçonaria na História do Brasil**. Gráfica e Editora Aurora, 1975.

GOMES, Manoel. **O Manual do Mestre Maçom**. 1996.

JUNIOR, Jair Carqueijo. **História da Grande Loja de Santa Catarina**. Vol. 1 Editora Lexia, 2011.

SANTOS, Gerson dos. **Manoel Gomes, Sua Vida e Sua Obra**. Academia Maçônica de Letras, 1999.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR

(BARÃO DO RIO BRANCO)

Almir Sant'Anna Cruz
Cadeira Nº 24

Em 1845 (20 de abril), nasceu no Rio de Janeiro, o filho do ilustre Maçom José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819 – 1880).

Iniciou seus estudos no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, onde muito cedo interessou-se pelos estudos histórico-geográficos.

Em 1862, com 17 anos de idade, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo.

Em 1864, transferiu-se para a Faculdade de Direito de Recife.

Em Pernambuco, teve sua primeira experiência como jornalista, escrevendo no hebdomadário *O Vintee Cinco de Março*.

Em 1866, com 21 anos, formou-se em Direito.

Retornou ao Rio de Janeiro onde, por alguns meses, foi professor interino de História e Corografia do Brasil no Colégio Pedro II, substituindo Joaquim Manuel de Macedo, eleito para a Câmara.

Também por pouco tempo foi promotor público em Nova Friburgo.

Em 1869, foi eleito deputado por Mato Grosso, representando aquela província por duas legislaturas, até 1875.

Em 1870, seu pai, o Visconde do Rio Branco, é eleito Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil, cargo que ocupou durante 10 anos, até a sua morte em 1º de novembro de 1880.

Em 1872 (3 de fevereiro), com 26 anos, foi iniciado na Maçonaria, na Loja Estrela do Norte, Rio de Janeiro, no Rito Escocês Antigo e Aceito.

Em 1873, foi eleito Venerável Mestre da Loja Estrela do Norte, colou o Grau 18 e ocupou, cumulativamente, o cargo de Orador na Loja Capitular.

Nesse ano retornou ao jornalismo, primeiro como redator, depois como diretor ao lado de Gusmão Lobo, no periódico *A Nação*, de propriedade do Padre João Manuel.

Mais hábil com a pena do que com as palavras, destacou-se no jornalismo como paladino da luta pela emancipação dos escravos, secundando com grande eficiência a ação de seu pai, e debatendo questões de política internacional, especialmente a de limites territoriais.

Em 1874 (1º de julho), colou o Grau 31.

Em 1875, foi reeleito Venerável Mestre da Loja Estrela do Norte.

Desiludido com a política, ingressou na carreira diplomática, que de há muito o seduzia.

Em 1876 (17 de junho), no Grau 33, recebeu o título de filiado livre do quadro da Loja Estrela do Norte.

Abandonou o jornalismo para assumir o cargo de Cônsul-Geral em Liverpool, graças ao empenho do Duque de Caxias e apesar da oposição de D. Pedro II, que desejava que continuasse na carreira política.

Em Liverpool, longe de sua terra natal, reacenderam seus pendores para os estudos históricos, iniciando os projetos para uma série de livros, entre os quais as anotações da obra traduzida de L. Schneider, *História da Guerra do Paraguai e História Militar do Brasil*, que não chegou a concluir.

A divisa que escolheu, *Ubique patria memor* (Lembrando da Pátria onde estiver), traduzia seu estado de espírito durante sua longa permanência na Europa.

Em 1880 (1º de novembro), morre no Rio de Janeiro seu pai, o Visconde do Rio Branco.

Em 1884, foi Delegado do Brasil à Exposição de São Petersburgo. Depois, fez parte do Conselho privado do Imperador D. Pedro II.

Em 1888 (3 de maio), recebeu o título de Barão do Rio Branco, por seus serviços prestados ao Império.

Em 1889, redigiu uma *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, publicada especialmente para a Exposição Universal de Paris, o longo verbete *Brésil*, para a *Nova Geografia Universal* de E. Reclus e também para a *Grande Encyclopédia* de Émile Levasseur e uma biografia do Imperador, intitulada *D. Pedro II, Imperador do Brasil*.

Nesse mesmo ano, casou-se com Marie-Philoméne Stevens, a quem conhecera vinte anos antes no Rio de Janeiro.

Com a Proclamação da República passou por uma fase de retração e esquecimento.

Em 1891, passou a colaborar com seu amigo e fundador do Jornal do Brasil, Rodolfo Dantas, escrevendo artigos sob pseudônimo.

Nesse jornal do Rio de Janeiro, mantinha uma seção intitulada *Cartas de França* e deu início à publicação das famosas *Efemérides*, mais tarde reunidas em livro sob o título de *Efemérides Brasileiras*.

Em 1893, foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo dos Estados Unidos da América pelo presidente Floriano Peixoto, a fim de tratar da delicada questão que envolvia o Território das Missões, reclamado também pela Argentina.

Apresentou a defesa em 1894, em 6 volumes, decisiva para que o Presidente Grover Cleveland, árbitro internacional da pendência, reconhecesse, em 5 de fevereiro de 1895, já no governo do presidente Prudente de Moraes, os direitos do Brasil sobre a região, uma área de mais de 30.000 km², consagrando sua

capacidade de trabalho, sua competência histórico-geográfica e sua erudição.

Em 1898, idêntica missão lhe foi confiada pelo presidente Campos Sales junto ao presidente Hauser, da Suíça, juiz na questão de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, que, graças às suas ponderações e réplicas aos argumentos franceses, decidiu em favor do Brasil em 1º de dezembro de 1900.

Em 1902, foi nomeado Ministro do Brasil em Berlim e posteriormente convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para assumir o Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceria durante dez anos, até a sua morte.

Como Chanceler, orientou a política externa do Brasil durante os governos dos presidentes Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, emprestando ao Itamaraty um relevo incomum e o reconhecimento internacional até os dias atuais.

Em 1903, prestou mais um relevante serviço ao país, com o *Tratado de Petrópolis*, firmado em 17 de novembro, pelo qual a Bolívia cedeu o Acre Boliviano ao Brasil, em troca de pequena área do estado do Mato Grosso, o compromisso da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e mais uma compensação de 2 milhões de libras esterlinas.

Em 1906, obteve a realização, no Rio de Janeiro, da *III Conferência Pan-Americana*.

Também nesse ano, graças a seus esforços, o Brasil teve reconhecido o primeiro cardeal sul-americano, D. Joaquim Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro, criado cardeal em 1905.

Em 1908, resolveu as questões diplomáticas com o Uruguai através do *Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão*.

Em 1909, resolveu em definitivo a questão do Acre junto ao governo do Peru, que reivindicava parte do território, com o *Tratado de Limites* firmado em 8 de setembro.

Em 1912 (10 fevereiro), faleceu no Rio de Janeiro, antes de completar 67 anos, exercendo o cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Entre suas obras escritas, destacam-se: *Efemérides Brasileiras*, *História do Brasil*, o volume de anotações à *Guerra da Tríplice Aliança* de Schneider, *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, e as biografias do Capitão-de-Fragata Luís Barroso Pereira, do General José de Abreu, Barão do Serro Largo, do Almirante James Norton, do Imperador Pedro II e de seu pai, o Visconde do Rio Branco.

Foi um estudioso invulgar da história do Brasil, especialmente da militar e da que trata das questões de limites.

Em 1945, quando do centenário de seu nascimento, o Ministério das Relações Exteriores publicou suas *Obras Completas*.

Foi presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira Nº. 40).

Considerado a figura-símbolo da diplomacia brasileira, além de emprestar seu nome ao órgão do Ministério das Relações Exteriores responsável pela formação dos jovens diplomatas, o *Instituto Rio Branco*, o próprio Itamaraty é geralmente conhecido como a *Casa de Rio Branco*.

A capital do estado do Acre, inicialmente denominada Penápolis em homenagem ao Presidente Afonso Pena, teve seu nome alterado para Rio Branco em 1912, ano de sua morte, em louvor à sua fecunda ação diplomática, que resultou na cessão do território ao Brasil pela Bolívia e pelo Peru e incorporando ao território brasileiro uma área de mais de 150.000 km².

Referências:

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril, 1993.

CASTELLANI, José. Os Maçons que fizeram a História do Brasil. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 2ª. Edição, 1987.

CRUZ, Almir Sant'Anna. Dicionário de Símbolos Maçônicos: Graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre. Rio de Janeiro: Zurc, 2ª. Edição, 2020.

ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: W. Benton, 1973.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998

PROBER, Kurt. História do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil: 1832 a 1927. Rio de Janeiro: Kosmos, 1981.

RAIMUNDO ACREANO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE

Oduvaldo Álvaro
Cadeira Nº 25

Raimundo Acreano Rodrigues de Albuquerque, conhecido na Literatura como RAIMUNDO RODRIGUES, nasceu na Vila Seabra em Tarauacá, no Acre, em 26 de outubro 1919, e faleceu em 03 de outubro de 2010, em São Paulo.



Era um homem das florestas do Acre, percorreu todo o Brasil desde os planaltos de Goiás e as paisagens marcadas por montanhas de Minas Gerais, passando pelos pampas gaúchos até, por fim, estacionar na Capital de São Paulo, que chamava o centro maior da cultura do país.

Sempre afirmou que era um homem do Acre, cuja bandeira nas cores verde e amarela simbolizam as matas e as riquezas minerais do seu estado. O vermelho da estrela da bandeira representa os brasileiros mortos em lutas contra bolivianos na disputa pelo Acre. Maior produtor brasileiro de borracha e de castanha-do-pará.

Rumo ao Sul, enfrentando obstáculos, tornou-se um educador, plantando escolas, transformando-se em um dos mais ferrenhos defensores da Educação.

Foi professor, jornalista, romancista, poeta, cronista e trovador. Foi verbete na Enciclopédia de Literatura Brasileira, edição MEC, 1990; verbete em Estudos Literários de Autores Goianos, de Mário Ribeiro Martins, 1995; está presente em “A Poesia em Goiás”, de Gilberto Mendonça Teles, em Estudos da Literatura do Triângulo Mineiro.

Cantou em versos e trovas o amor por seu rincão, último povoamento do Brasil a ver o sol nascer, na serra da Moa, divisa com o Peru. Tendo nascido em Tarauacá, no estado do Acre, passou a infância nadando no rio alagado, jogou bola e engraxou sapatos, vendeu cocadas, e de lá saiu, aos sete anos, para ir morar com uma tia no Rio de Janeiro.

Aos 11 anos foi internado no Seminário do Caraça, nas Minas Gerais, mais precisamente no Colégio do Caraça, Seminário Escola Apostólica Santa Catarina de Siena, tendo lá fundado um jornalzinho denominado Labor da Paz, onde transcrevia trovas e poesias. Teve ali uma formação brilhante, com anos de estudos, fé e esperança. Mas o Seminário não era o seu caminho.

Era então, um jovem professor primário de 20 anos com asas nos pés, e sonho de encontrar um promissor futuro, sempre com o coração cheio de esperança e otimismo, continuou a cumprir a promessa de lutar até o fim de seus dias, pelo seu amor aos estudos empunhando a bandeira da Educação.

Aos 37 anos, produziu o seu primeiro livro (romance), O RIACHÃO (1956), relançado em segunda edição em São Paulo e em Goiânia.

Aos 46 anos, casou-se com aquela que seria a grande mulher de sua vida, Lazinha, com quem teve uma filha Cristina, que foi a grande alegria dessa união. E, depois foi agraciado com os netos Larissa e Rafael. Por isso dizia sempre, “que nada neste mundo trocava pela glória de ser avô”.

Aos 55 anos, ingressou na Ordem Maçônica. No princípio, uma incógnita, um segredo; caminhando inicialmente em completa escuridão, aos poucos foi superando a incerteza e o medo, para se encantar com a bela liturgia e a maravilhosa encenação da Iniciação, diante da qual a sua alma se extasia. E ao receber a Luz torna-se Maçom, para depois se transformar em um Irmão da Fraternidade dos mais produtivos e estudiosos. Chegando a afirmar “Da Sublime Ordem sou seu cavaleiro e a serviço dela minha espada foi consagrada. Que eu possa, então, ser um digno guerreiro de uma causa digna. Sabendo, porém, que sou pedra bruta lançada à beira da estrada, mas vale toda uma luta para vê-la desbastada”.

Sempre havia afirmado que não havia outra bandeira senão da Educação. Pois agora tinha um novo desafio.

Entrou para a Maçonaria e ficou tão fascinado pela sua beleza, que decidiu dedicar-lhe tempo integral, escrevendo intensamente mais de 12 livros dedicados a desvendar os segredos e caminhos da Sublime Ordem.

Cursou os altos graus, do SCREAAA, e foi investido no Grau 33. Iniciado na Loja Primeiro de Janeiro Nº 113, foi um dos fundadores da Loja Ponto no Espaço nº 279, e membro da Loja Pelicano Nº 233, todas da GLESP.

Tinha plena consciência dos encantos da Fraternidade, reafirmando que os Irmãos estavam sempre prontos a auxiliar nos transe mais difíceis da vida, desde que observasse escrupulosamente as suas leis.

Passou então a se dedicar a produzir uma Obra Maçônica de altíssimo valor e com os 73 anos cria o Boletim IOD. De início denominava-se “Boletim Ponto no Espaço”.

Criado com o intuito de incentivar os Irmãos da Loja a escreverem, a colocar no papel seus conhecimentos para maior divulgação dos ensinamentos da Arte Real. Em seu editorial nº 1, já dizia quais eram os seus propósitos e finalidade do Boletim recém-criado, afirmando:

A Maçonaria é, sem dúvida, uma verdadeira universidade e, cada Loja, uma faculdade onde se estuda um maravilhoso conjunto filosófico, através do qual o maçom procura crescer intelectual, moral e espiritualmente. Pensando assim, resolvemos criar este Boletim, cujo intuito primeiro, ao lado do conagraçamento entre os irmãos, é publicar trabalhos que possam auxiliar-nos no aprimoramento intelectual.

Pretendemos reservar uma página para nossos poetas e trovadores e desejamos publicar trabalhos de nossas cunhadas, sobrinhos e sobrinhas. Como este é um boletim para distribuição interna, trataremos apenas de assuntos de nossa Loja e os artigos serão sempre de caráter filosófico-maçônico. Uma coisa é certa: enquanto Deus nos der vida e saúde continuaremos com nosso trabalho em prol da Maçonaria. Contudo, o IOD não terá mais razão de existir quando a minha vida se findar.

Aos 90 anos passou a fazer uma profunda reflexão sobre a sua obra e suas atividades na Maçonaria, quando começou a sentir que sua saúde definhava e olhava o futuro como carregado de nuvens negras, chegando a escrever:

Que cruel natureza. O corpo murcha, se enrug; os atrativos e a força desaparecem, o coração está cansado. A velhice é uma piada que transforma um ser humano. Sinto-me triste, cheio de saudades, de amarguras, de arrependimentos... O coração já bate diferente. De vez em quando, dá uma paradinha. Meu coração velho de guerra está cansado, tão cansado. A vida se esvai mansamente, lentamente, penosamente...Estou ouvindo o toque do silêncio. O silêncio embala a madrugada e

escorre dentro do meu quarto, sobe pelas paredes, pendura-se no teto, joga-se sobre mim. O silêncio escorre na minha alma. O silêncio da minha alma é o silêncio dos anos que me pesam sobre os ombros... Silêncio da madrugada, silêncio que esmaga a minha solidão. Pobre do meu corpo tão próximo do eterno silêncio. Meu corpo tem 90 anos, mas não o cérebro que mercê de Deus, não conhece a senilidade.

Em momentos de muita dor, iludo o meu interior, me agarro ao Grande Arquiteto do Universo. No entanto, nestas ruínas, ao pensar no meu destino, com tristeza ou alegria, que saudades do menino de 7 anos que fui um dia e ainda está vivo no meu coração cansado. Rememorando aquele tempo, agora, fico pensando no viver de outrora, no vai-e vem sem fim do meu destino (...).

Meu Deus! Que coisa boa seria se por milagre do Onipotente ou por qualquer magia, eu pudesse voltar a ser menino? Na minha mente a lembrança dos tempos da mocidade recorda os dias felizes e tristes; em meus pensamentos volto a amar e a viver o meu passado. Nestas ruínas de agora, o rapaz ainda está vivo e o coração ainda está repleto de sentimentos vivos e conhecidos. Hoje, se a velhice se compraz em mudar minha feição, ela não será capaz de mudar meu coração. Avistando já perto, as sombras no horizonte, levanto com altivez a minha fronte, indagando a mim mesmo – o que restou? – restou-me apenas a realidade de que tudo se resume em saudade de quem viveu, lutou, sofreu e amou (...).

Idealizou e foi um dos fundadores da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, onde ocupou a cadeira 11, cujo patrono é

Bernardo Guimarães. Idealizou também a Academia Paulista Maçônica de Letras. Iniciou sua vida literária em Goiás, quando a “Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos” publicou o seu romance “Riachão”, sendo considerado o iniciador do romance social em Goiás. Têm vários livros publicados entre ficção, poesia, trova e didáticos. Morava em São Paulo desde 1965.

Foi membro efetivo das seguintes instituições de cultura:

- Academia de Letras do Triângulo Mineiro;
- Academia Tambauense de Filosofia, Ciências e Letras;
- Academia Brasileira Maçônica de Artes, Ciências e Letras;
- Academia Paulista Maçônica de Letras;
- Membro Correspondente da Academia Pernambucana Maçônica de Letras;
- Academia Paranaense de Letras Maçônicas;
- Academia Catarinense de Letras Maçônicas;
- Academia Sorocabana Maçônica de Artes, Ciências e Letras;
- Academia Maçônica do Ceará;
- Membro Emérito de Honra da Academia Portuguesa de Letras, Artes e Ciências Maçônicas;
- Membro correspondente da Loja de Pesquisas Brasil (Londrina- PR);
- Loja de Pesquisas Fraternidade Brasileira (Juiz de Fora –MG);
- Loja de Pesquisas do Grande Oriente do Brasil (São Paulo – SP);
- Membro Honorário da Grande Loja Maçônica do Estado do Espírito Santo;
- Membro Honorário da Grande Loja Maçônica do Estado do Acre;
- Fundador do Informativo IOD.

Obras do autor:

- Riachão (romance);
- Trovas;
- Gramática Histórica;
- Literatura Portuguesa;
- Cadernos de Literatura Portuguesa;
- Análise sintática;
- Trovas de Ontem e do Hoje;
- Análise da Constituição de Anderson (com José Castellani);
- Cartilha do Companheiro (com José Castellani);
- Filosofia Maçônica Simbólica –I;
- Filosofia Maçônica Simbólica –II;
- Maçonaria, Filosofia e Doutrina;
- Os Pré-Socráticos;
- Os Três Gênios da filosofia grega;
- Poesias Esparsas;
- Sonetos;
- Filosofia Medieval – Patrística e Escolástica;
- Filosofia da História Moderna;
- Flor da Serra (romance).

Considerações finais e agradecimentos

Homenagem Póstuma - Finalizo esta homenagem ao meu Patrono Raimundo Rodrigues, sem deixar de agradecer a colaboração do Mestre Valdemar Sansão, que recentemente passou para o Oriente Eterno, com quem escrevi este opúsculo a quatro mãos, uma vez que o Mestre Sansão, foi um grande colaborador da Loja de Estudos Maçônicos do Círculo Hermético, uma Loja de Estudos que presidi por quase 20 anos, desde a sua fundação em 2002 até 2020.

O Mestre Valdemar Sansão e alguns valorosos irmãos, fundaram em São Paulo, a ARLS Raimundo Rodrigues, N^o 726 e, neste ano de 2021, depois de uma longa internação no Hospital do

Exército no Bairro do Cambuci, em São Paulo, veio a falecer vítima do Covid, uma das metas agora e escrever em 2022, um Livro em Homenagem ao Mestre Valdemar Sansão, que deixou uma quantidade enorme de artigos e pranchas sobre a nossa Ordem, sendo um grande colaborador do Círculo Hermético.

Agradecimento especiais:

1. Ao V.M. Celso de Lima Buzzoni, da ARLS Raimundo Rodrigues, que nos forneceu dados importantíssimos sobre o nosso inesquecível Mestre Raimundo Rodrigues.
2. Mestre Luiz Baumann que colaborou com dados e informações sobre o nosso Mestre, inclusive um destaque sobre a série Maçons ilustres no site abaixo.

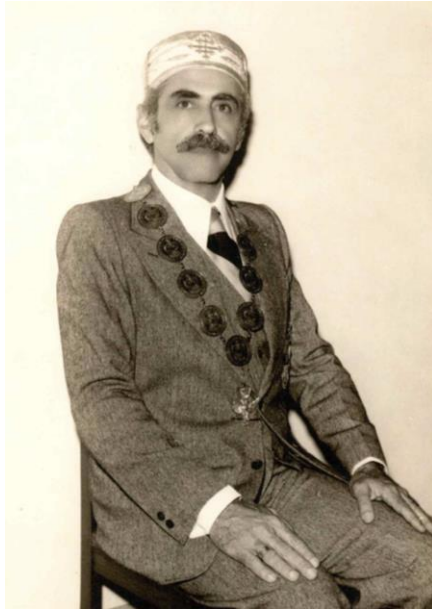
Fonte:

<http://weber-varrasquim.blogspot.com/2011/10/raimundo-rodrigues-serie-macons.html?m=1>

ALBERTO MANSUR

Ailton Elisiário de Souza
CADEIRA Nº 26

1. Introdução



Alberto Mansur era filho de Antonio Nehmetalla e Ranza Mansur, imigrantes libaneses. Seu paiveio para o Brasil antes da guerra, tendo sua mãe permanecido no Líbano e aqui chegando terminado o conflito mundial. No Brasil seu pai foi recebido por seu irmão José Nehmetalla, tornando-se sócio deste.

Alberto nasceu na cidade fluminense de Vargem Alegre no dia 7 de setembro de 1922, vindo seus pais a residir em Paraguaçu Paulista, no Estado de São Paulo. Por ocasião do seu batismo ocorrida na cidade de Aparecida, seus pais lhe deram o nome de

Alberto, em homenagem a Alberto I, da Bélgica, herói da I Guerra Mundial.

Em 1933 seus pais residiam no Rio de Janeiro, onde Mansur concluiu seus estudos secundários. Dalí eles se mudaram para Miguel Pereira. Nesta cidade, Mansur conheceu uma jovem de nome Célia, com quem se casou em 15 de maio de 1948, de cuja união nasceram dois filhos, Cristina Maria Mansur e Jorge Alberto Mansur.

Após o casamento, em busca de oportunidades para trabalhar, Alberto Mansur mudou-se para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para Valença, situada no Vale do Paraíba Fluminense. Voltou a residir no Rio de Janeiro, onde faleceu em 17 de julho de 2012, com a idade de 89 anos. Suas cinzas foram espalhadas entre vários Capítulos da Ordem DeMolay.

Alberto Mansur era comerciante. Tinha seu próprio negócio já com 28 anos de idade. Tinha formação em Contabilidade, Relações Públicas e Humanas, Promoções e Publicidade, Marketing e Administração de Empresas. Gostava de literatura e de música, tocava violino. Seu escritor preferido era o russo Dostoiévsky. Falava inglês, que se preocupava em aperfeiçoar.

2. Maçonaria

Alberto Mansur conheceu a Maçonaria por intermédio de seu tio José Nehmetalla, que o levou em 1939 ao templo maçônico da Loja Alva Estrela de Paraguaçu. Todavia, só em 30 de setembro de 1950 foi iniciado Aprendiz Maçom na Loja Perfeita União, nº 13, filiada à Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro, sediada no oriente de Valença. Em 7 de setembro de 1951 foi elevado a Companheiro Maçom e em 5 de setembro de 1952 exaltado a Mestre Maçom. Em 23 de maio de 1969 foi eleito Venerável Mestre da Loja Romã, nº 23, no oriente do Rio de Janeiro.

Foi fundador das Lojas Maçônicas Igualdade, nº 93;

Fraternidade, nº 100; Isabel Domingues, nº109; Igualdade II, nº 122; José Rocha Neto, nº 133; Antônio Monteiro Martins, nº 139; Francisco Cândido Xavier, nº 153 e Padre Cícero Romão Batista, nº 155, todas filiadas à Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro.

Ascendeu aos graus superiores do Rito Escocês Antigo e Aceito, desempenhando funções e imprimindo sua marca administrativa. Em 24 de novembro de 1974, Alberto Mansur assumiu o cargo de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria para a República Federativa do Brasil, o ocupando até ser sucedido por Venâncio Pessoa Grejas Lopes, em 1988.

Naquela época, o Supremo Conselho estava instalado à rua Professor Gabizo, centro do Rio de Janeiro. Era uma pequena sala de 12 m², com uma mesa e alguns arquivos, sem presença que demonstrasse ser uma forte instituição nacional. Estavam filiados ao Supremo Conselho quase

1.000 maçons brasileiros do Rito Escocês Antigo e Aceito, número que ao deixar o cargo multiplicou para mais de 30.000 maçons filiados, ocupando uma sede com cerca de 20.000 m² em Jacarepaguá.

Seu governo foi de austeridade e permanente preocupação com a imagem vigorosa do Supremo Conselho do Brasil, notadamente no seio dos Supremos Conselhos do Mundo. Com as Grandes Lojas Brasileiras mantinha uma política de bom relacionamento, sempre dispensando prestígio aos Grão-Mestres.

Duas questões de fundamental importância para a vida do Supremo Conselho, decididas pela visão de futuro e coragem de Alberto Mansur, devem estar ressaltadas na vida deste maçom empreendedor.

Alberto Mansur quando assumiu o Supremo Conselho da Maçonaria, em seus Estatutos estava assegurada a vitaliciedade no cargo de Soberano Grande Comendador. Após tê-lo exercido

por 14 anos,decidiu quebrar essa tradição estabelecendo o tempo de mandato para 5 anos, cláusula estatutária que semantém até o presente. Esta é a primeira questão. A extinção da vitaliciedade pela temporariedade do mandato, permitindo a renovação de lideranças no Supremo Conselho e conseqüente maior desenvolvimento.

A segunda questão foi o reconhecimento pelo Supremo Conselho da condição de regularidade do Grande Oriente do Brasil que havia sido perdida pela Cisão de 1927, quando os tratados firmados pelo Supremo Conselho com as Grandes Lojas estabeleciam o reconhecimento apenas dos maçons pertencentes a estas Potências. O Decreto nº 75-83/88, de 01.01.1988 reconhecendo como Potência regular o Grande Oriente do Brasil, permitiu atrair os irmãos desta potência para os graus superiores administrados pelo Supremo Conselho, em detrimento do Supremo Conselho do Grau 33 para o Rito Escocês Antigo e Aceito ligado ao Grande Oriente do Brasil.

Alberto Mansur ao entregar em 1988 o Primeiro Malhete do Supremo Conselho da Maçonaria ao seu sucessor, passou a se dedicar à Ordem DeMolay. O Irmão Alberto Mansur saiu do Supremo Conselho da Maçonaria, aonde foi por muitos anos o Soberano Grande Comendador e que sempre o defendeu como o Supremo Conselho Regular do Brasil e ingressou no Supremo Conselho ligado ao Grande Oriente do Brasil, quando passou a defendê-lo como o regular Supremo Conselho do Brasil.

Minhas ligações com Alberto Mansur foram iniciadas em 1976, quando por ele fui investido noGrau 33 em Campina Grande, Paraíba. Essas ligações se estreitaram mais quando por ele em 1981 fui nomeado Grande Inspetor Litúrgico do Supremo Conselho para o Estado da Paraíba, cargo que exerci por 10 anos consecutivos. Tornei-me Membro Efetivo do Supremo Conselho por eleição em 13.03.1983,tendo sido apresentado por Alberto Mansur, para ocupar a vaga aberta por falecimento do irmão Pedro d’Aragão, então Membro Efetivo e Soberano Grande Inspetor Litúrgico, tendo exercido ambos os cargos até 1991,

quando passei a Membro Emérito até os dias atuais.

Como dirigente maior do Rito Escocês Antigo e Aceito no Brasil, Alberto Mansur sonhou no conagraçamento da família maçônica, com a expectativa de entrelaçamento dos segmentos sociofamiliares em entidades próprias de união e desenvolvimento. Daí suas iniciativas de trazer ao Brasil a Ordem DeMolay, a Ordem Internacional das Filhas de Jó e a Ordem da Estrela do Oriente.

3. Ordem DeMolay

A Ordem DeMolay foi fundada em 18 de março de 1919, em Kansas City, Missouri, Estados Unidos, pelo maçom Frank Sherman Land e um grupo de jovens. Tem por finalidades criar bons cidadãos, que convivam em harmonia e que auxiliem o próximo em suas necessidades básicas e educacionais.

Alberto Mansur tomou conhecimento da existência da Ordem DeMolay em 1969 e decidiu trazer para o Brasil essa Organização, no propósito de preencher uma lacuna existente no seio da Maçonaria do Brasil, que era a não presença de jovens dentro da Fraternidade.

Tentou, então, alguns contatos com o Supremo Conselho Internacional da Ordem DeMolay, sem êxito, até que em meados de 1974 veio a conhecer George A. Newbury, 33°, Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito dos Estados Unidos da América do Norte, que participava no Rio de Janeiro da VII Reunião dos Soberanos Grandes Comendadores das Américas, a quem confiou seu desejo de trazer para o Brasil a Ordem DeMolay.

O contato com o Irmão George Newbury resultou no recebimento de uma carta do Supremo Conselho Internacional da Ordem DeMolay, mas sem indicações de maiores perspectivas de que um trabalho mais concreto pudesse ser iniciado com vistas à realização desse sonho. Mesmo assim, Alberto Mansur começou um trabalho de divulgação da Ordem DeMolay, em todo o

território nacional, buscando despertar o interesse dos maçons e reunir bons colaboradores para a obra.

Em 1979, Alberto Mansur conheceu em Boston o então Grande Mestre Internacional da Ordem DeMolay, C. C. "Buddy" Faulkner, 33°, com o qual obteve a autorização de fundar a Ordem DeMolay no Brasil, sendo nomeado membro do Supremo Conselho Internacional da Ordem e Oficial Executivo para o Brasil.

De imediato Alberto Mansur deu início à tradução dos rituais para a língua portuguesa, folhetos cerimoniais e outras publicações, contando com o auxílio de diversos irmãos, com os quais veio a fundar o primeiro Capítulo da Ordem DeMolay no Brasil, no Rio de Janeiro, em data de 16 de agosto de 1980, sob o patrocínio do Supremo Conselho da Maçonaria, do qual era o Soberano Grande Comendador, sendo Mestre Conselheiro o seu filho Jorge Alberto Mansur e, mais adiante, sua esposa Célia Mansur, falecida em 25 de dezembro de 2016, cognominada de Madrinha da Ordem DeMolay.

Estabelecendo assim em 1980 a Ordem DeMolay no Brasil, Alberto Mansur trabalhou para o seu desenvolvimento junto aos maçons nos Estados da Federação. Na Região Nordeste o primeiro Capítulo fundado foi na cidade de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte, sendo o segundo em Campina Grande, no Estado da Paraíba, o Capítulo Deus, Pátria e Família, por mim fundado com a colaboração de vários irmãos.

Foi em 9 de maio de 1984, na cidade de Saratosa, Flórida, que o Supremo Conselho Internacional resolveu conceder à Oficialaria Executiva da Ordem no Brasil, o direito de trabalhar soberanamente, resultando em decorrência a fundação do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, órgão soberano, autônomo e independente, por Carta Constitutiva expedida pelo Supremo Conselho Internacional da Ordem DeMolay, com sede em Kansas City, Estados Unidos da América do Norte.

Em 12 de abril de 1985, quando o Grande Mestre Internacional da Ordem DeMolay, Irmão Don

W. Wright veio ao Brasil trazendo a Carta Constitutiva para a instalação do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, já existiam no país 26 Capítulos com mais de 3.300 jovens iniciados.

Em 1988 Alberto Mansur decidiu dedicar-se inteiramente à Ordem DeMolay, deixando o cargo de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho da Maçonaria e assumindo o cargo de Grande Mestre do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil.

Em 1997, por descontentamento de irmãos maçons com Alberto Mansur, surge um Supremo Conselho Independente da Ordem DeMolay apoiado pelo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, Irmão Salim Zugaib, o qual não se sustentou. Em 1999 Alberto Mansur registra as marcas da Ordem DeMolay no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Em 2000, sendo o Irmão Alberto Mansur questionado por sua administração, mormente no tocante a questões ventiladas de ordem orçamentária e de abuso de poder no exercício do cargo, o Supremo Conselho da Ordem DeMolay retira-se da sede do Supremo Conselho da Maçonaria. O Irmão Mansur perde com isto o seu sustentáculo e a batalha começa a tomar grandes proporções. A Ordem já contava com cerca de 500 Capítulos espalhados pelo Brasil.

Em 2002 o Irmão Jorge Luís de Andrade Lins, por força de liminar concedida por juiz comum, diz ter sido eleito Grande Mestre da Ordem DeMolay, tendo Alberto Mansur revertido a situação impondo-se novamente como Grande Mestre, sendo seu Adjunto o Irmão Francisco de Assis Santiago.

Em 2003 Francisco Santiago cria um Supremo Conselho com a denominação de Supremo Conselho da Ordem Jacques DeMolay, tendo assumido Alberto Mansur o compromisso de não mais continuar como Grande Mestre do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil. Este novo Supremo Conselho não obteve respaldo dos líderes nos Estados da Federação.

Na Paraíba, representando o Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba no XI Congresso Estadual Paraibano da Ordem DeMolay, realizado em Campina Grande, consegui desviar a intenção dos DeMolays que se declaravam unânimes no apoio pretendido pelo Irmão Francisco Santiago, quanto à desfiliação de todos os capítulos paraibanos, postergando a crítica decisão até que aCMSB – Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil se pronunciasse e editando nesse sentido a Carta da Paraíba encaminhada a todos os Grão-Mestres das Grandes Lojas do Brasil.

Tendo o Irmão Wilson Filomeno assumido o cargo de Secretário Geral da CMSB, declarou apoio ao Irmão Jorge Luís de Andrade Lins, denunciou ao Supremo Conselho Internacional da Ordem DeMolay, nos Estados Unidos, a situação caótica em que se encontrava a Ordem DeMolay no Brasil, solicitou a retirada de seu reconhecimento ao Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil, com sede no Rio de Janeiro, e a autorização para a criação de um novo Supremo Conselho com sede em Brasília e sob os auspícios da CMSB, que veio a ser denominado Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil.

Alcançando em 2004 o objetivo pretendido junto ao Supremo Conselho Internacional, a Ordem DeMolay passou ao comando direto da CMSB, que adotou nova estrutura com a criação dos Grandes Conselhos Estaduais, subordinados ao novo Supremo Conselho e ligados às Grandes Lojas Maçônicas em cada Estado da Federação. Ao Supremo Conselho capitaneado por Alberto Mansur foi retirado o reconhecimento, que mesmo assim continuou operando e desaparecendo o Supremo Conselho chefiado por Francisco Santiago.

De 2004 a 2019 permaneceram atuando ambos os Supremos Conselhos, o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para a República Federativa do Brasil com sede em Brasília e o Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil com sede no Rio de Janeiro. Foram 15 anos de lutas, avanços e recuos, notadamente a disputa judicial no tocante ao registro de

propriedade das marcas da Ordem, até que veio a ocorrer a unificação de ambos os Supremos Conselhos, pondo fim a desgastante pendenga.

No Encontro de Líderes da Ordem DeMolay realizado em 08.12.2019 (Dia de Nossa Senhora da Conceição) para a assinatura do Tratado de Unificação anunciado em 09.11.2019 (Dia da Queda do Muro de Berlim), estiveram presentes as lideranças de ambos os Supremos Conselhos, Grandes Mestres Nacionais Edgley Lívio Bezerra da Silva (SCODRFB) e Guilherme de Castro C. Santos (SCODB), do Grande Secretário do DeMolay Internacional Greg Kimberling, do Grande Mestre Internacional John

W. Whitaker, do Soberano Grande Comendador Jorge Luís de Andrade Lins (SCG33REAA-RFB), do Grão-Mestre Múcio Bonifácio Guimarães (GOB), dos Grão-Mestres das Grandes Lojas Brasileiras confederadas a CMSB, representada pelo Secretário Geral Cassiano Teixeira de Moraes e dos Grão-Mestres dos Grandes Orientes Estaduais confederadas a COMAB, representada pelo Presidente Ademir Lúcio de Amorim, renascendo a Ordem com a denominação Supremo Conselho DeMolay Brasil, com cerca de 944 Capítulos e 85.000 demolays. Na Paraíba o Tratado de Unificação recebeu minha assinatura, para minha imensa alegria e honra como fundador da Ordem DeMolay no Estado.

Com a unificação, todas as honrarias concedidas por ambos os Supremos Conselhos extintos, os cargos ocupados e as prerrogativas litúrgicas deles decorrentes ficam reconhecidas. O Museu da Ordem DeMolay receberá o nome de Centro Cultural Alberto Mansur e terá por finalidade a preservação do patrimônio histórico da Ordem DeMolay e de seu fundador no Brasil.

4. Filhas de Jó Internacional

Alberto Mansur não se restringiu a trazer a Ordem DeMolay para o Brasil. Na sua visão globalista de família maçônica era preciso complementar o quadro com a inserção do

sexo feminino na Maçonaria. Foi, pois, em busca de também inserir a juventude feminina pela Ordem Internacional das Filhas de Jó.

A Ordem das Filhas de Jó foi fundada em 20 de outubro de 1920, na cidade de Omaha, no Estado de Nebraska, Estados Unidos, pela Sra. Ethel T. Wead Mick, nascida em 9 de março de 1881 em Atlantic, Iowa. Apoiaram-na o irmão J. B. Fradenburg, Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado de Nebraska, a Sra. Anna J. Davis, Grande Mãe da Ordem Estrela do Oriente de Nebraska e James E. Bednar, Grande Patrono.

Seu principal objetivo é reunir moças para o aperfeiçoamento do seu caráter, através do desenvolvimento moral e espiritual, encontrado nos ensinamentos que destacam reverência a Deus e às Sagradas Escrituras, lealdade com a bandeira do país e às coisas que ela representa e amor para com ospais e familiares.

A Ordem chegou ao Brasil vinda dos Estados Unidos da América do Norte por intermédio de Alberto Mansur, ocasião em que fundou o Bethel nº1, denominado Mater da América Latina, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1993. Mas, já na década de 1970 Alberto Mansur já se esforçava para convencer os maçons brasileiros a patrocinarem essa Organização. Juntamente com outros maçons verteu do inglês para o português o ritual, montou o primeiro Estatuto e as Regras Gerais.

Designado Supremo Deputado de Promoção das Filhas de Jó para o Brasil, Alberto Mansur conseguiu fundar no Nordeste os primeiros Bethéis, em 10.06.1993 na cidade de Caicó no Rio Grande do Norte, com a participação do Irmão Francisco de Assis Santiago, sendo este o segundo Bethel do Brasil, em 23.10.1993 na cidade de Paulo Afonso na Bahia e em 21.11.1993 na cidade de Mossoró. Desempenhou também por alguns anos o cargo de Supremo Deputado Assistente para o Estado do Rio de Janeiro. Na Paraíba, em 16.01.1994 foi criado em Cajazeiras, em 04.06.1994 surgiu em João Pessoa e em 14.02.2009 em Campina Grande.

5. Ordem da Estrela do Oriente

De idêntico modo Alberto Mansur trouxe a Ordem Estrela do Oriente, entidade paramaçônica criada nos Estados Unidos, que congrega familiares dos maçons, criada em 1850 pelo maçom Robert Morris, nascido em Massachusetts, em agosto de 1818, advogado, escritor, poeta e Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Kentucky. Para ser uma Estrela do Oriente é preciso ser esposa ou viúva, filha, filha adotiva, mãe, madrasta, irmã, neta, avó, bisavó, sobrinha, nora, sogra, ou cunhada de Maçom regular.

Seus propósitos são ressaltar valores morais, espirituais, edificar caráter, educar, fazer caridade, servir ao próximo e dar suporte a Ordem Meninas do Arco-íris (Rainbow Girls), Filhas de Jó Internacional e Ordem DeMolay, preparando os jovens para uma vida de liderança dentro dos valores da Ordem Estrela do Oriente.

Alberto Mansur fundou a Ordem em 02 de agosto de 1997, no Rio de Janeiro, juntamente com sua esposa Célia Mansur e recebendo o apoio da Grande Loja Maçônica do Rio de Janeiro e do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito para a República Federativa do Brasil. Os primeiros Capítulos instalados no Rio de Janeiro foram Electa n° 1, Rio de Janeiro n° 2, Charlotte Mendehall n° 3 e Grande Rio n° 4, patrocinadas por Lojas Simbólicas. A Ordem tem crescido paulatinamente no país e se instalando em vários Estados da Federação. Já se fazem presentes nos Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

6. Alberto Mansur, arauto da família maçônica

Era o fim da tarde do dia 12 de março de 1981, na calçada do Hotel Glória, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Eu era o Venerável Mestre da Loja Regeneração Campinense e Grande

Inspetor Geral da Ordem, visitando o Supremo Conselho da Maçonaria presidido por Alberto Mansur, que se preparava para realizar uma sessão de investidura ao Grau 33, como sempre ali fazia anualmente.

Nossa conversa tratava da sucessão do Soberano Grande Inspetor Litúrgico para a Paraíba, Irmão Pedro d'Aragão, 33°, Membro Efetivo do Supremo Conselho, que havia falecido. A Inspetoria Litúrgica da Paraíba estava estabelecida no prédio da Loja Simbólica Regeneração Campinense.

Francisco Mariano era o Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica do Estado da Paraíba e ventilava para candidato a Inspetor Litúrgico o nome do irmão Fernando Filogônio do Ó, 33°, Past Venerável Mestre da Loja Regeneração Campinense. Todavia, o Eminentíssimo Past Grão-Mestre Adjunto da Grande Loja da Paraíba, Irmão José de Almeida Torreão, juntamente com os irmãos Severino Gaudêncio de Queiroz, José Leite, Demétrio Demerval Trigueiro do Vale e outros batalhavam pela nomeação do meu nome.

Alberto Mansur já havia tomado conhecimento dos possíveis nomes e a minha visita tinha também o objetivo de manter contato para falar sobre o assunto, além de prestigiar alguns irmãos nossos que seriam investidos naquela sessão do Supremo Conselho. O Irmão Francisco Mariano já tinha conversado com Mansur, que comigo teve uma conversa franca e direta, dizendo de suas pretensões e ouvindo meus pensamentos e projetos para a Inspetoria Litúrgica.

Falava-me Mansur sobre a Ordem DeMolay que havia trazido dos Estados Unidos e seu projeto de instalação em todo o território nacional. Falei-lhe que havia criado a Associação das Samaritanas na Loja Regeneração Campinense e que via a necessidade de maior interação da família maçônica. E ao final, Mansur afirmou que me nomearia Inspetor Litúrgico, o que ocorreria após o término do meu mandato de Venerável Mestre.

Ao assumir a Inspetoria Litúrgica dei início ao trabalho programado de expansão dos graus filosóficos no Estado,

aliando a Loja Regeneração Campinense no projeto de interiorização da família maçônica, vindo a Loja a assumir o patrocínio do Capítulo Deus, Pátria e Família, da Ordem DeMolay, o segundo do Nordeste, oitavo do Brasil e Mater da Paraíba, por mim fundado no dia 10 de agosto de 1982.

Alberto Mansur era o Oficial Executivo da Ordem DeMolay para o Brasil e eu o Delegado para o Estado da Paraíba, por ele nomeado em 27.10.1982. Com a criação do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil em 1985, Alberto Mansur passou à dignidade de Grande Mestre Nacional e eu à de Oficial Executivo da Paraíba.

Durante 10 anos mantive um estreito relacionamento maçônico com Alberto Mansur, que tinha uma ampla visão de futuro da Ordem Maçônica no Brasil, dirigindo o Supremo Conselho da Maçonaria do Brasil com técnicas empresariais, reforçando o conceito deste no seio mundial dos Supremos Conselhos. De idêntico modo administrava o Supremo Conselho da Ordem DeMolay, até quando o deixou em 2004, numa crise em que ensejou a cisão e a convivência de dois Supremos Conselhos por 15 anos, que se unificaram em 2019.

Eleito Membro Efetivo do Supremo Conselho da Maçonaria, mantive os cargos de Soberano Grande Inspetor Litúrgico e Oficial Executivo da Ordem DeMolay, expandindo na Paraíba os Corpos Subordinados e Capítulos de ambos os Supremos Conselhos, respaldado no apoio de Alberto Mansur, que tinha comigo a mesma visão de família maçônica carente de integração. Este era o ponto de convergência entre nós, a imagem familiar da Maçonaria. Alberto Mansur usava sempre nas aberturas de seus discursos a expressão “Minha querida família da Maçonaria”.

Alberto Mansur desenvolveu com muita competência a Ordem Maçônica e a Ordem DeMolay, elevando-as a patamares inestimáveis, pela influência e prestígio de que gozava perante a comunidade mundial. Tinha um profundo respeito pelos maçons e um carinho especial pela juventude, a quem creditava o futuro

de nossas Instituições.

De temperamento forte, Alberto Mansur tomava decisões levando-as à realização, atitudes que às vezes desagradavam pessoas. Mas, não fazia por mero capricho, se não para a consecução de suas ideias e projetos, sempre resguardando os interesses de ambos os Supremos Conselhos. Isto o fazia muitas vezes incompreendido e, por consequência, muitos tentaram desconsiderar o seu trabalho.

Tinha, no entanto, uma alma que se comprazia na felicidade geral da família maçônica. Em seus pronunciamentos a tônica era a de permanente aconselhamento para o aperfeiçoamento humano interior, dentro dos princípios filosóficos e doutrinários da Maçonaria. Exercia os cargos de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho da Maçonaria e de Grande Mestre Nacional do Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil com competência e responsabilidade, preservando o respeito e a autoridade.

Dedicava-se ao trabalho diuturno, compenetrado da gerência administrativa que se coadunava com a política de desenvolvimento institucional, não lhe sobrando tempo para os trabalhos de natureza intelectual traduzidos na produção de escritos literários. Mesmo integrando o quadro de membros efetivos da Academia Maçônica Brasileira de Letras, não encontramos livros por ele escritos, porém, suas mensagens e seus discursos de bom gosto intelectual eram plenos de preocupação com a vida, com a felicidade, com a espiritualidade, com a amizade, com o amor. Seus dizeres transmitiam o respeito pela condição humana, sempre em busca da felicidade. Por isto que se transmutava sempre no objetivoprimal da Maçonaria de tornar feliz a humanidade.

Daí sua compreensão da Ordem como família, suas permanentes preocupações no aperfeiçoamento dos maçons, no encaminhamento da juventude, no aprimoramento das cunhadas, pela extrema dedicação à Maçonaria, aos DeMolays, às Filhas de Jó e à Estrela do Oriente. Foi, pois, uma vida inteira de

idealismo, de intensa vontade de mudar o mundo pelo ideal sagrado da Maçonaria, a transformação da pedra bruta em pedra polida.

A Academia Maçônica Virtual Brasileira de Letras ao se dignar incluir Alberto Mansur no rol dos Patronos de suas Cadeiras Simbólicas, o reconheceu como escritor das letras maçônicas escritas em sua obra de construção de uma nova Maçonaria engendrada pelas famílias de todos os maçons do Brasil, tendo eu a honra de escolhê-lo para a Cadeira que ocupo, como luminar dessa Maçonaria que com ele comunguei. O seu pensamento permanecerá vivo na Ordem Maçônica, inspirando especialmente os jovens maçons advindos das fileiras da Ordem DeMolay.

7. Referências

SOUSA, A. E. *Fragmentos da História da Ordem DeMolay na Paraíba*. Edição da Loja de Estudos e Pesquisas Renascença nº 1. Campina Grande. PB. 2008.

_____. *Memorial Maçônico de Campina Grande. 8 décadas e mais de Regeneração Campinense*. Edição da Loja Maçônica Regeneração Campinense nº 2. Campina Grande. PB. 2006.

_____. *Comentários das Constituições de 1786*. Editora Maçônica A Trolha. Londrina. PR. 1994.

SANTOS, G. C. C. *Minha Família, a Maçonaria*. Supremo Conselho da Ordem DeMolay para o Brasil. Rio de Janeiro. 2010.

DEMOLAY BRASIL. <https://www.demolaybrasil.org.br> – Capturado em 17.09.2021.

DEMOLAY BRASIL. [Ordem DeMolay no Brasil – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_DeMolay_no_Brasil) – Capturado em 17.09.2021.

FILHAS DE JÓ. [Ordem Internacional das Filhas de Jó – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_Internacional_das_Filhas_de_J%C3%B3)

– Capturado em 22.09.2021.

FILHAS DE JÓ. [Ordem Internacional das Filhas de Jó – Brasil Maçom \(brasilmaçom.com.br\)](http://brasilmaçom.com.br) – Capturado em 22.09.2021.

ESTRELA DO ORIENTE. [A ORDEM DA ESTRELA DO ORIENTE | Grande Capítulo \(grandecapitulosp.com\)](http://grandecapitulosp.com) – Capturado em 29.09.2021.

ESTRELA DO ORIENTE. [pt.wikipedia.org/wiki/Ordem da Estrela do Oriente](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_da_Estrela_do_Oriente) – Capturado em 29.09.2021.

BENJAMIN CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES

Michael Winetzki
Cadeira Nº 27

CONSTITUIÇÃO DE 1891 – Disposições Gerais

*Art. 8º - O Governo federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o **Doutor Benjamin Constant Botelho de Magalhães** e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota - o fundador da República.*

Parágrafo único - A viúva do Dr. Benjamin Constant terá, enquanto viver, o usufruto da casa mencionada. Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a executem e façam executar e observar fiel e inteiramente corno nela se contém. Publique-se e cumpra-se em todo o território da Nação.

Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, na Cidade do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1891, 3º da República.

*PRUDENTE JOSÉ DE MORAES BARROS, PRESIDENTE DO
CONGRESSO, SENADOR POR SÃO PAULO*

1. Apresentação

Parecia pouco provável que o filho mais velho de cinco irmãos, alfabetizado em casa, vivendo graves problemas financeiros, mudando constantemente de domicílio, órfão de pai e com a mãe sofrendo de demência pudesse se tornar alguma coisa na vida. Desde tenra idade precisou sustentar sua família, a mãe, os irmãos e uma tia idosa, desdobrando em trabalhos como professor e estudante da Escola Militar. Pois Benjamin Constant Botelho de Magalhaes, nome que o seu pai escolheu em homenagem ao pensador e constitucionalista suíço, tornou-se,

entre outras coisas, o “Fundador da República” como está expresso na primeira Constituição da República.

O pai, Leopoldo Henrique Botelho de Magalhaes era um tenente da Marinha portuguesa que veio para o Brasil em 1822 participar das lutas pela Independência e se casou com a gaúcha Bernardina Joaquina da Silva Guimarães. Vivendo sempre em dificuldades financeiras a família morou em diversas cidades, em Niterói, onde o pai teve uma modesta escola e lhe ensinou as primeiras letras e depois em Macaé, Magé, Petrópolis e finalmente no interior de Minas Gerais, em uma das fazendas do Conde de Lajes, amigo da família, onde Leopoldo faleceu de tifo.

Nascido em 9 de fevereiro de 1837, em São Lourenço, Niterói, perdeu o pai aos 11 anos de idade. Com a viuvez sua mãe teve um colapso nervoso que se converteu em demência e muito jovem precisou tornar-se arrimo de família. O peso de tamanho responsabilidade o fez tentar suicídio. O Conde de Lajes e outros amigos da família ajudaram-nos a se transferirem para a Corte, o Rio de Janeiro, onde estudou no externato do Mosteiro de São Bento e devido ao seu empenho nos estudos tornou-se, ainda adolescente, professor auxiliar de Latim e Matemática Elementar.

A família sempre lutou com dificuldades. Na Escola Militar da Praia Vermelha o ensino era gratuito e assentando praça receberia um pequeno soldo. A escola exigia idade mínima para ingresso e para poder cursa-la alterou a data de seu nascimento para 1833. Também dava aulas em escolas particulares para ajudar a garantir o sustento da família. Aos 19 anos, promovido a alferes, melhorou um pouco os seus rendimentos.

A Escola Militar apresentava forte ênfase em estudos de ciência e matemática e foi campo fértil para o desenvolvimento do pensamento filosófico de Augusto Comte, o Positivismo. Foi quando Benjamin Constant conheceu a filosofia positivista, que norteou toda a sua carreira, levando-o a ser um divulgador da doutrina e um dos fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, criada em 1876. As suas relações com essa escola de pensamento determinariam as posições que teria nas atividades

profissionais e políticas, na guerra, no sistema educacional e até na vida familiar.

Continuava com brilho os estudos e atuava como professor reforçador de matemática. Aprovado com distinção na Escola Militar a partir de 1858 passou a cursar a Escola de Aplicação do Exército formando-se engenheiro militar. Por ocasião de uma formatura na Escola, mais uma vez mostra o seu caráter inconformista com injustiças e protesta contra as acusações levantadas contra os alunos por causa de um roubo. Em razão disso, passou alguns dias preso na Fortaleza de Santa Cruz recebendo solidariedade dos corpos docente e discente.

Bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas em 1860 e foi promovido a 2º. Tenente. Participou de concursos para o magistério para o Colégio de Pedro II em 1860 e para a Escola Normal da Província do Rio de Janeiro em 1862. Apesar de aprovado em primeiro lugar em ambos não foi nomeado, preterido por indicações políticas. Recusou o convite para lecionar matemática às filhas do imperador Pedro II. Devido a suas posições republicanas não havia admiração recíproca ente ele e o imperador. Em 1862, foi nomeado lente de matemática e ciências naturais do Imperial Instituto de Meninos Cegos, dirigido pelo médico Dr. Cláudio Luís da Costa, que seria de grande importância para a sua vida e em apenas em 1863 consegue, por concurso, a vaga de docente para o Instituto Comercial. Também atuava como observador no Imperial Observatório Astronômico.

No Imperial Instituto dos Meninos Cegos criou a cadeira de matemática, elaborando um resumo de álgebra elementar, que foi transcrito no sistema Braille e criando figuras geométricas em relevo. Lá conheceu a menina Maria Joaquina da Costa, então com 14 anos de idade e com ela se casou em 1863 quando a jovem completou 15 anos. Teve oito filhos, porém dois meninos faleceram nos primeiros anos de vida.

Promovido a capitão de Estado-Maior de 1ª Classe em 1866 e convocado para a Guerra do Paraguai (1864-1870) atuou por treze meses no Corpo de Engenheiros como estrategista,

engenheiro militar e em atividades administrativas como abastecimento, gestão de depósitos e de transporte e executando diversas obras. Em cartas escritas para a esposa e para o sogro criticou duramente a Caxias e seus oficiais pela condução da guerra. Desencantado com a carreira militar e muito doente, acometido de malária, febres altas e com inflamação no fígado, obtém licença para tratamento de saúde e sua esposa vai buscá-lo no Paraguai em setembro de 1867 levando-o de volta ao Rio de Janeiro. As cartas retratando os problemas de desorganização administrativa e desperdício de recursos no campo de batalha foram publicadas por Renato Lemos, no livro *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*.

2. O primeiro projeto pedagógico

De volta ao Brasil retoma as atividades de magistério. Seu sogro falece em 1869 e Constant assume a direção da instituição que foi criada em 1854 por D. Pedro II para cuidar da educação de crianças com deficiência visual. Ele a desenvolveu e modernizou estudando as teorias e técnicas pedagógicas aplicadas aos cegos, inclusive em outros países. Aumentou o número de alunos, preocupava-se com os que envelheciam e não tinham para onde ir, com os alunos que tendo aprendido um ofício não conseguiam vagas no mercado de trabalho. Lutou por maiores verbas e para a obtenção de uma sede própria que acabou concretizando em um 1890. Buscou mecanismos que reforçassem os recursos para atenção aos deficientes visuais, e permaneceu por longos anos à sua frente. Em 1890 o Governo da República a renomeou como Instituto Benjamin Constant e permanece em atividade até os dias atuais.

Desde 1872 dava aulas como professor coadjuvante da Escola Militar tendo sido efetivado por concurso 1873. Em 1875 lecionou ciências físicas e matemáticas na Escola Politécnica, recém-criada em substituição à Escola Central.

O fim da Guerra do Paraguai e a participação de soldados negros no conflito fez aumentar pressões abolicionistas que

vinham se manifestando há décadas e Constant, com sua mentalidade positivista dedicou-se a atividades de reforma social. Tornou livres alguns escravos que sua esposa havia trazido como dote. Tentou elaborar planos de loterias destinadas a arrecadar recursos para a formação de fundos com diversos fins: criar o *“patrimônio dos meninos cegos e surdos-mudos”*; construir *“uma vasta casa para asilo dos voluntários da pátria e guerreiros inutilizados”* e para beneficiar *“instituições mantidas pelo Estado, à escolha do Governo”*.

Criou um Fundo de Emancipação para as crianças recém-nascidas de escravas, que nasceriam livres a partir da Lei Rio Branco de 28 de setembro de 1871, mas ficariam, até os oito anos, sob os cuidados dos senhores de suas mães. Esse Fundo seria composto com recursos reunidos a partir de impostos sobre escravos, multas, contribuições e loterias nacionais. O Fundo funcionou mal. Constant procurou o Visconde do Rio Branco, que ocupava a pasta da Fazenda e a presidência do Conselho de Ministros e apresentou-lhe dois projetos de loterias para arrecadar recursos para o Fundo. Os resultados de todos estes projetos foram pouco expressivos.

Lembrando-se das dificuldades vividas por sua mãe com a morte do marido e tendo lutado com dificuldades financeiras por muitos anos de sua vida planejou um sistema que amparasse e pudesse assegurar arrimo às famílias que ficassem, por qualquer motivo, desassistidas. Estudou o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado e viu que as modalidades de seguro então praticadas não previam assistência à pessoas impedidas de trabalhar momentânea ou definitivamente. Idealizou então uma associação chamada Previdência – Associação de Socorros à Invalidez. Reuniu um grupo que aprovou os estatutos em setembro de 1873 e em janeiro de 1875 foi oficializado por meio de decreto assinado pelo ministro do Império Conselheiro João Alfredo. Esta associação tornou-se uma das precursoras dos Institutos de Previdência e Montepios que seriam criados no Brasil.

Constant também tentou o mundo dos negócios. Participou da iniciativa de alguns empresários que procuraram organizar uma loteria para o governo do Uruguai levantar 15 milhões de pesos em Londres e da criação de uma empreiteira. Seus conhecimentos matemáticos eram importantes para o desenvolvimento destes negócios, mas nenhuma destas atividades obteve sucesso.

Estava sempre muito mais dedicado a causas sociais como a educação e a disseminação da filosofia positivista do que ao empreendedorismo. Foi um dos fundadores da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, que pregava aquela filosofia aos alunos e a alguns professores do Instituto Politécnico e da Escola Militar e cujo objetivo era formar uma biblioteca e dar cursos para reunir os adeptos e instruí-los no Positivismo. Entre o corpo docente as suas ideias tiveram grande repercussão. Cinco anos depois a Sociedade Positivista, agora comandada por Miguel Lemos, transforma-se em Igreja ou Centro Positivista Brasileira e profundas divergências entre Constant e seus dirigentes faz com que ele se afaste da Sociedade, embora mantivesse vivas as suas ideias.

Em abril de 1880 foi fundada a Escola Normal da Corte, atualmente Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) e Constant tornou-se o seu primeiro diretor. No ano seguinte o governo convoca o Congresso Pedagógico Brasileiro com a intenção de discutir reformas e melhorias no ensino. Formou-se uma comissão para formular um projeto neste sentido constituída por Benjamin Constant, o conselheiro e ex-ministro Rodolfo de Sousa Dantas; o jornalista e deputado Rui Barbosa e o político e jornalista Balduino José. O relatório do projeto foi apresentado em março de 1883 e Constant apresenta um trabalho sobre *“escolas normais – sua organização, plano de estudos, métodos e programas de ensino”*. Nele criticava o ensino público primário no país, defendendo melhorias no plano pedagógico orientadas pela visão positivista e sua extensão ao conjunto da população brasileira. Em 1885, deixa a direção da

Escola Normal, mas continua a lecionar na cadeira de elementos de mecânica e astronomia.

3. A questão militar

A tentativa de cortes nos orçamentos da Marinha e do Exército criou desentendimentos entre as Forças Armadas e o governo e resultou em algumas punições. Esses conflitos intensificaram-se a partir de 1880 e para defender os seus interesses os militares tentaram em vão eleger um representante ao Congresso nas eleições de 1881. Os candidatos militares foram derrotados e ampliou-se o mal-estar entre a corporação e os políticos imperiais.

Os problemas diziam respeito ao baixo valor dos soldos, aos atrasos nos pagamentos de pensões a órfãos, viúvas e inválidos; a lentidão nas promoções; a inexistência de uma lei de aposentadoria compulsória que abrisse vagas para oficiais jovens; o descumprimento da promessa do governo de priorizar para os veteranos da Guerra do Paraguai o preenchimento de vagas no serviço civil e as más condições de trabalho. Ampliaram-se também as críticas ao regime escravocrata com os militares exigindo a abolição da escravatura, uma política imigratória, a construção de ferrovias e a proteção a atividade industrial.

Enquanto isso, na Escola Militar, os jovens candidatos a oficiais, atentos as tensões entre as Forças Armadas e o governo, insuflados pelos mestres e pela filosofia positivista, tornavam-se cada vez mais empolgados pelo abolicionismo e pelo republicanismo. Diversas atitudes da Corte aumentavam a agitação e aprofundavam a politização dos alunos. As punições impostas aos coronéis Sena Madureira e Alfredo Chaves que haviam exposto suas críticas na imprensa e que receberam punições do Ministério da Guerra acabaram por provocar violentos protestos e tornaram-se questões nacionais. O General Manuel Deodoro da Fonseca que tomara o partido dos militares inconformados foi punido com a demissão do cargo de

comandante das armas e vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Esses fatos acabaram por gerar manifestações de solidariedade nos quartéis de todo o país. O Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), órgão máximo da justiça militar, decidiu que os oficiais tinham o direito de discutir e publicar qualquer assunto que não se referisse a matéria de serviço. O governo com base no parecer do CSMJ, entendeu que os avisos em que se baseara para punir os oficiais eram inconstitucionais e informou que suspenderia as notas de repreensão se os prejudicados requeressem a medida, mas estes argumentaram que se os avisos eram inconstitucionais, deveriam ser revogados por iniciativa das próprias autoridades.

O Coronel Sena Madureira pede a convocação de um Conselho de Guerra – primeira instância da justiça militar – para provar que fora punido injustamente. O governo se recusa a convocar o conselho e isso provoca o engajamento de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, e muitos outros oficiais na chamada Questão Militar. Os militares reivindicavam direitos políticos iguais aos dos civis o que implicava na contestação dos padrões de disciplina e hierarquia das armas.

A imprensa republicana politizava as crises militares radicalizando as tendencias republicanas dos jovens oficiais que já vinham doutrinados da Escola Militar. Entre esses veículos estavam o “Diário de Notícias” de Rui Barbosa e “O País”, de Quintino Bocaiúva, que publicavam que militares tinham o direito de questionar as normas disciplinares sempre que aplicadas contra a sua consciência, criando uma figura de “soldado-cidadão” e abrindo caminho para a inserção de novos grupos das Forças Armadas na vida política do país. Isso vinha em direção contrária a “obediência passiva e inconsciente” que era o padrão então vigente.

A Questão Militar ainda prosseguia acalorada e depois da intervenção do Senado, o governo, já bastante desgastado, cancelou as punições. Conscientes da força que haviam adquirido

os setores militares resolveram organizar-se em âmbito nacional. Benjamin Constant, Deodoro e Sena Madureira, baseados no modelo do Clube Naval, procuraram organizar na Corte e em todas as guarnições importantes do país, clubes militares com a finalidade de, como dizem os seus estatutos: *estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais do Exército e Marinha e defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da "classe militar"*. Em dia 26 de junho de 1887, foi criado o Clube Militar da Corte. Deodoro da Fonseca foi eleito presidente e Benjamin Constant inicialmente eleito como tesoureiro foi, pouco depois designado vice-presidente, que lhe conferiu grande autoridade na transição do Império para a República.

Constant também lutava por seus direitos como professor. Aborrecido com a triste experiência de ter sido preterido em tantos certames anteriores apesar de sua óbvia superioridade sobre os concorrentes decidiu não participar mais de concursos. Não acreditava no governo, não respeitava os partidos políticos e tinha motivos para desgostar do imperador. Então com mais quatro colegas requereu a suspensão do concurso para lente catedrático da Escola Militar. O concurso foi suspenso e decidido que as vagas de lente catedrático, uma das quais Benjamin Constant pretendia ocupar, não seriam preenchidas.

É então convidado pelo diretor da Escola Militar do Rio de Janeiro, General Severiano Martins da Fonseca, irmão do general Deodoro da Fonseca a apresentar uma proposta de reforma do seu regimento interno. Ele o faz em janeiro de 1887 e entre outras coisas aponta a existência da heterogeneidade cultural no Exército, causada pela inferioridade da formação dos oficiais de infantaria e cavalaria comparada a seus colegas das armas chamadas "científicas".

A sua ideia central era a educação como um direito para todos. Já havia desenvolvido essa teoria quando dirigiu o imperial Instituto dos Meninos Cegos e iria evoluir para uma visão ainda mais abrangente, quando, como Ministro da Instrução da

Instrução Pública, Correios e Telégrafos, empreenderia uma reforma educacional de caráter liberal para a reorganização dos conteúdos da educação básica, assim como do método adotado nos processos de ensino e aprendizagem.

4. A abolição da escravatura

Com a organização do Clube Militar surgiu a proposta de lançar a candidatura militar a uma vaga que no Senado. Benjamin Constant declarou em linhas gerais qual deveria ser o programa: um candidato militar que não tivesse vínculos partidários e que pugnassem pela abolição da escravatura, pela autonomia das províncias, pelo casamento civil, além da separação da Igreja e do Estado e a secularização dos cemitérios, ideias republicanas liberais fundamentadas no ideário positivista. Apresentou-se como candidato o general Deodoro da Fonseca.

Apesar do apoio dos republicanos e abolicionistas Deodoro ficou em último lugar com pouco mais de mil votos, mas como a eleição foi realizada no Rio de Janeiro, que era um forte reduto conservador e escravagista, tornou-se evidente a força dos movimentos que o apoiaram uma vez que o eleitorado era composto apenas pela elite da sociedade.

Em 1850, em função de pressões internacionais, um decreto-lei havia proibido e cominava rigorosas penas ao tráfico internacional de escravos. Mas o café era o principal produto de exportação do país e especialmente as lavouras de café do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, não podiam prescindir desta mão-de-obra de forma que surgiu o tráfico interno, com o comércio de escravos que já se encontravam no país.

Porém movimento abolicionista crescia exponencialmente, unindo forças políticas e intelectuais como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio e a jovem oficialidade das Forças Armadas. Crescia também a fuga de escravos das propriedades rurais, que atingiu o seu auge em 1887. Os militares foram chamados a intervir e se negaram a perseguir os fugitivos. Finalmente, por intervenção de

Constant, o Clube Militar envia uma petição a regente Princesa Isabel, para que não autorizasse mais o emprego do exército na perseguição e captura dos escravos fugidos. Em 1888, a princesa Isabel, cedendo às pressões abolicionistas assina a Lei Aurea. Uma vitória para Constant que em 1889 é promovido a tenente-coronel graduado e nomeado lente catedrático da Escola Superior de Guerra e a general de brigada, em 1890.

5. A Proclamação da República

Mais uma vez atitudes desastradas do governo realimentaram conflitos com os militares. Em 13 de setembro, o visconde de Ouro Preto ao chegar ao Ministério da Fazenda não encontrou o chefe da guarda, tenente Pedro Carolino Pinto de Almeida e determinou sua prisão. O oficial explicou que saíra para atender necessidades fisiológicas, mas a prisão foi mantida. Este incidente, sem qualquer relevância, foi exacerbado pela ação política de setores civis e militares e pela imprensa oposicionista que o aproveitava para criticar o governo.

Este fato provocou manifestações militares que envolveram Benjamin Constant. Quarenta jovens oficiais do Clube Militar, solicitaram ao general Deodoro a convocação de uma sessão para tratar do “caso Carolino”. Deodoro se recusou, mas os Estatutos do Clube Militar garantiam a convocação da sessão e os oficiais recorreram a Benjamin Constant, que pressionou Deodoro a realizar uma sessão de protesto, que acabou sendo por ele presidida em função da doença de Deodoro.

Outro conflito envolveu a punição do tenente-coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet que se sentiu desprestigiado por um ato político e foi demitido e punido por infração das regras de disciplina e desrespeito à hierarquia militar. Neste mesmo dia, a convite dos alunos da Escola Militar Benjamin Constant, compareceu a uma festa em homenagem aos oficiais do cruzador chileno Almirante Cochrane, que estava em visita de ao Rio de Janeiro. Alguém propôs um brinde a ele que foi entusiasticamente saudado pelos alunos presentes. Discursou defendendo a ideia do

soldado-cidadão e a doutrina da destinação pacífica para os exércitos e por fim, criticou o governo, estando presente o ministro da Guerra, responsabilizando-o pelos conflitos entre o Exército e o poder.

Começaram a circular rumores de que ele seria punido e os jovens militares, alarmados, puseram-se em pé de guerra para o defender. Ele passa a receber demonstrações em forma de festas, discursos, mensagens e declarações dos alunos da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra que lhe proclamavam apoio incondicional e solidário, declaravam os políticos como inimigos da Pátria e o exortavam a liderar um movimento pela liberdade.

Líderes republicanos maçons como Quintino Bocaiuva e Aristides Lobo o convidam para sucessivas reuniões e a imprensa republicana dá início a uma forte campanha endossando as ideias expostas pelos jovens militares. Uma sequência de punições das autoridades aos alunos militares e a oficiais acirra ainda mais os ânimos e a conspiração crescem e tomam vulto, mas na Corte, embora informada do que estava ocorrendo, as preocupações giravam em torno do grandioso baile da Ilha Fiscal que viria a ser a última comemoração do Império.

A maioria das reuniões era realizada de maneira discreta na casa de Constant. Embora alguns dos conspiradores mais exaltados opinassem pelo fuzilamento do Imperador se ocorresse a queda da monarquia, e apesar de ele não ter simpatia por D. Pedro II defendeu um tratamento respeitoso para o imperador. No Clube Militar Constant pediu que lhe fossem dados *“plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com sua honra e dignidade”*. Convenceu Deodoro a liderar um movimento pela implantação da república no país. Organizou uma reunião entre os irmãos maçons Deodoro, Rui Barbosa, Francisco Glicério, e alguns oficiais e defendeu a proposta de uma intervenção militar voltada para a destruição da monarquia, após o que o Exército se recolheria aos quartéis, entregando o governo da nação ao poder civil.

Na primeira quinzena de novembro, a situação se precipitou. Inúmeras reuniões e contatos ocorriam a toda hora e o governo foi informado de que algo estava sendo tramado nos bastidores, mas o Ministro da Guerra e seu gabinete tranquilizavam o imperador e as autoridades afirmando que estava tudo sob controle. Porém o grupo de Benjamin Constant mantinha contato com os líderes republicanos, com maçons e oficiais de alta patente e em especial com o General Floriano Peixoto, ajudante-general do exército, convidando-os aderirem ao movimento. Conseguiu também a adesão da Marinha através do contra-almirante Eduardo Wandenkolk e de outros oficiais da Armada.

No dia 14 de novembro reunião entre Benjamin Constant, Aristides Lobo, o tenente Lauro Sodré, o general Almeida Barreto, o coronel Cândido José da Costa e o major Sólton Ribeiro, definiu a data de 16 de novembro para a insurreição e foi feito o planejamento do deslocamento das tropas que fariam a tomada do poder. No mesmo dia circularam notícias de que o governo, ciente dos fatos, mandaria prender Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Esses rumores precipitaram os acontecimentos e os militares leais ao movimento, aquartelados no bairro de São Cristóvão, puseram-se em alerta aguardando as ordens dos seus chefes.

O boato destas iminentes prisões chegou a Benjamin Constant e fez com ele que saísse de casa no Instituto dos Cegos para o Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, para comandar a 2ª Brigada do Exército composta pelo 1º e 3º regimentos de cavalaria e 2º Regimento de Artilharia de Campanha. Deodoro se encontrava doente, mas avisado por Constant, saiu de sua casa, que era próxima, e em função de sua patente assumiu o comando das tropas rebeldes. As tropas leais ao governo se renderam sem resistência e o governo foi deposto. Deodoro manda dizer ao Visconde de Ouro Preto que mandaria buscar o Imperador, de quem era muito amigo e que estava em Petrópolis, para compor um novo gabinete. Benjamin Constant faz então ver ao General o perigo que estariam correndo por sua

rebeldia se o governo imperial se mantivesse. Deodoro acata os argumentos e na Câmara Municipal o vereador José do Patrocínio declara oficialmente proclamada a República.

Deposto o governo, reuniram-se Deodoro, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa e outros líderes do movimento para compor o governo provisório republicano que ficou assim constituído, conforme consta no primeiro número do Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil: *Presidente*: Deodoro da Fonseca; *Guerra*: Benjamin Constant; *Interior*: Aristides Lobo; *Fazenda*: Rui Barbosa; *Marinha*: Eduardo Wandenkolk; *Relações Exteriores*: Quintino Bocaiúva; *Agricultura, Comércio e Obras Públicas*: Demétrio Ribeiro e *Justiça*: Manuel Ferraz de Campos Sales. Neste governo, composto somente por maçons, estavam representadas todas as forças que haviam derrubado o Império, os militares, os positivistas, os conservadores liberais e os republicanos radicais.

O novo governo envia um emissário ao imperador informando a sua deposição e D. Pedro II, e este ao invés de reagir militarmente e talvez criar um banho de sangue entre os cidadãos brasileiros, emite a seguinte nota:

À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família, para a Europa, deixando esta Pátria, de nós tão estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranho amor e dedicação, durante mais de meio século em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo os mais ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

6. Ministro da Guerra

A transição não foi pacífica. Em todo o país arranjos locais tentavam obter uma posição de força para consolidar seu poder e participação na nova República e Benjamin Constant era o responsável pelo deslocamento de batalhões e munições pelas estradas de ferro do país, visando a definição e consolidação de situações políticas. Enquanto procurava resolver esses problemas e pensava como tratar os líderes da monarquia esses conflitos chegaram ao governo central. Para auxiliar a administração destas questões foi criado o Conselho de Ministros, cuja principal atribuição era a definição da forma que seria dada ao Estado republicano.

Os republicanos desejavam um modelo liberal federalista. Outros temiam uma ditadura republicana. Para definir o processo de reorganização política do país foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte cuja primeira atitude foi determinar que todo cidadão brasileiro que soubesse ler e escrever seria eleitor, encerrando o ciclo do voto privilegiado das elites que vigorou no Império. Constant gozava de grande simpatia junto aos jovens oficiais positivistas de quem tinha sido mestre e esse apoio gerava apreensões no governo. Aqui e ali ocorriam movimentos de resistência e para evitar estas perturbações o governo baixou um decreto, que seria conhecido como “decreto-rolha” e que punia com pesadas penas, inclusive com a pena de morte, a qualquer tentativa de sedição. Jornais monarquistas foram fechados.

O estado de saúde de Deodoro piorou e Benjamin foi nomeado segundo vice-presidente (o primeiro vice-presidente foi Rui Barbosa), porém suas relações com o Presidente pioraram em função de desavenças na condução de assuntos do exército e divergências na condução da política do país. Sua agenda positivista desagradava setores militares, que mantinham uma rígida centralização em torno de Deodoro, enquanto Constant era adepto de maior liberdade de ação para o ministério. Apoiou os projetos que estabeleciam a liberdade de cultos, aboliavam a união legal da Igreja com o Estado, secularizavam os serviços prestados

por hospitais e cemitérios, bem como os registros de nascimentos e óbitos e restringiam o reconhecimento oficial ao casamento civil.

Como Ministro da Guerra apresentou ao Conselho de Ministros o projeto de reforma do ensino nas escolas do Exército. Preconizava que os futuros oficiais deveriam receber uma educação integral positivista, científica, para melhor prepará-los para sua atuação como "cidadão-armado". Visava à modernização moral e teórica do militar, sem, contudo, *"desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da Pátria"*. Definiu numa frase sua crença de que a participação dos militares na política deveria ser baseada estritamente no respeito à lei: - *"Esta é a posição única que deve ser tomada, porque, (...) se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências"*.

A doutrina do "Soldado-Cidadão", baseada no positivismo de Comte, diz que antes de serem soldados, os membros das Forças Armadas são cidadãos e como tais devem comportar-se. Essa doutrina, inculcada por Constant como professor na Escola Militar e como Ministro da Guerra permanece viva até nossos dias.

7. Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos

As dificuldades encontradas por Constant no Ministério da Guerra para controlar os problemas disciplinares da tropa, especialmente da jovem oficialidade ao qual era ligado, determinaram que o Governo o substituísse por um militar mais experiente e rigoroso e o cargo foi entregue a Floriano Peixoto. O governo buscou uma posição mais condizente com a sua experiência e vocação e em 1890 foi lhe entregue a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, onde permaneceu até a sua morte.

Neste Ministério Benjamin Constant pode implantar os planos pedagógicos de inspiração positivista pelos quais sempre

lutara. Criou o *Pedagogium*, que devia ser o polo de irradiação de reformas e melhoramentos da formação dos professores. Bolsas de estudo e viagens para a Europa foram concedidas a mestres, pesquisadores e artistas para se atualizarem nos conhecimentos relativos às suas atividades. Mas além de cuidar dos assuntos da instrução pública continuava a agir politicamente e neste período foi promovido a general-brigadeiro. No entanto suas desavenças com Deodoro se acentuaram em função de indicações e nomeações em cargos de menor importância.

Um grave conflito com Deodoro em uma reunião do Conselho de Ministros fez com que pedisse demissão do Ministério. Sua importância política e simbólica na República, e sua popularidade entre a jovem oficialidade era de tal ordem que sua demissão poderia provocar grave crise no governo e ele foi convencido por seus pares e pelo próprio Presidente, a permanecer no cargo. No entanto há relatos familiares de que este incidente teve graves reflexos na sua saúde e prejudicou muito a sua capacidade de trabalho. Mais tarde se reconciliou com Deodoro.

Em 5 de novembro de 1890, poucos dias antes do primeiro aniversário da República aprovou a reforma da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, que estabeleceu o caráter livre, gratuito e leigo da instrução primária oferecida pelo governo na capital federal. Para o ensino secundário foi adotado o modelo positivista que incorporou as disciplinas sistematizadas na “escala enciclopédica das ciências”, inclusive a sociologia e a moral, como havia sido feito nas Escolas Militares e na Escola Superior de Guerra.

Com a saúde bastante deteriorada sua última aparição pública foi no Clube Militar, em sessão comemorativa da reunião que, um ano antes, lhe outorgara o mandato para negociar com o governo a “Questão Militar”. Seu discurso assegurou que Deodoro respeitaria o calendário eleitoral e a Constituição que o Congresso aprovasse. Defendeu, ainda, a tese de que o país não devia temer o militarismo, dadas a índole e a educação social do povo

brasileiro, que faziam o soldado distinguir-se do civil apenas pelo uso da farda.

A reforma de Benjamin Constant tinha foco em métodos e conteúdos científicos e era de cunho liberal e elitista. Incluiu disciplinas científicas, como a matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral, desde o nível primário ao ensino superior. Também incluiu na escola de primeiro grau trigonometria, ciências físicas e naturais visto que até então, as matérias eram de caráter humanista. O início da industrialização capitaneada por Mauá, a crescente imigração e a necessidade de formação de mão de obra exigiam esse caráter científico na instrução.

Suas principais medidas foram: criação dos regulamentos da Escola Normal, do Instituto Nacional dos Cegos, do Ginásio Nacional e da instrução primária e secundária do Distrito Federal; criação do Pedagogium; proibição do ensino religioso em estabelecimentos públicos de instrução leiga; reorganização da Biblioteca Nacional; criação da Escola de Astronomia e Engenharia Geofísica no Observatório do Rio de Janeiro; reorganização do Instituto Nacional de Música; supressão da cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos de Recife e São Paulo; novos estatutos da Escola Politécnica; criação do Conselho de Instrução Superior; regulamento da Escola de Minas de Ouro Preto e reorganização das faculdades de medicina do país. Propôs também a construção de prédios apropriados ao ensino, criação de novas escolas, inclusive Escolas Normais para a formação de professores e a instituição de um fundo escolar.

8. Positivismo e Maçonaria

O Positivismo é um sistema filosófico, político e científico criado no século 19 pelo filósofo e sociólogo francês Augusto Comte (Isidore Marie Auguste François Xavier Comte -1798-1857), que prega o conhecimento baseado exclusivamente em observações, experiências e dados empíricos e é contrário a especulações metafísicas ou teológicas. Defende um modelo de

sociedade organizada governado por sábios e cientistas. Caracteriza-se pela observação com os métodos e princípios adotados pelas ciências exatas e biológicas.

Quando dirigiu o Imperial Instituto dos Meninos Cegos Benjamin Constant adotou a filosofia da “regeneração social”, proposta por Comte. Tentaria através da educação, contribuir para a reforma de alguns aspectos da sociedade brasileira, e esse esforço o conduziu ao exercício de outras funções públicas na área da educação, e marcaria de forma contínua suas tensas relações com o Estado imperial e com as elites conservadoras.

A expressão Ordem e Progresso na Bandeira do Brasil tem origem no positivismo de Augusto Comte autor da frase: *“O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.”*

Na nova bandeira da República foram mantidos o desenho original do losango criado por Debret e as cores da Bandeira Imperial. Em 1889 por inspiração dos positivistas Raimundo Teixeira Mendes e Décio Villares, filósofo e artista, foram criadas a esfera e as estrelas, além do dístico, Ordem e Progresso, sugestão de Benjamin Constant. Os ideais e o lema de Comte serviram de inspiração para a elaboração da bandeira.

Benjamin Constant foi maçom e sempre esteve em meio aos irmãos maçons, que com ele participaram na construção da República. Sabe-se que pertenceu ao Grande Oriente do Brasil embora bons pesquisadores ainda não tenham encontrado referências de quando e onde ele teria sido iniciado na Maçonaria.

9. Reconhecimentos

No dia 17 de janeiro de 1891, gravemente doente, Benjamin Constant pediu demissão do ministério. Morreu na madrugada do dia 22 aos 57 anos sendo sepultado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.

Publicou *Teoria das quantidades negativas; A liberdade dos antigos comparada a dos modernos; Princípios de política aplicáveis a todos os governos e Princípios políticos constitucionais*.

Recebeu, entre outras, as seguintes homenagens póstumas: Conforme expresso na primeira Constituição republicana o governo adquiriu a residência de Benjamin Constant em Santa Teresa no Rio de Janeiro e a transformou no *Museu Casa de Benjamin Constant* que proporciona pesquisas acadêmicas sobre aquele momento da nossa história. Também foi erigida uma estátua na praça da República, no Rio de Janeiro; O Instituto Nacional dos Cegos recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant; seu nome foi perpetuado no Almanaque Militar entre os generais de brigada, de maneira que a sua vaga nunca possa ser preenchida.

Existem dois municípios com o seu nome, um no Amazonas e outro no Rio Grande do Sul e diversas Lojas Maçônicas além de muitas vias públicas em todo o Brasil chamadas Benjamin Constant.

10. Referências:

FREITAS, Maria V. S. Freitas - A reforma Benjamin Constant e a educação básica no início do séc. XX - Universidade Estadual da Paraíba

GRINBERG, Keila. Benjamin Constant. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002

MOREIRA, Eliezer. Benjamin Constant. In: ERMAKOFF, George (org.). *Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil*. Rio de Janeiro. G. Ermakoff - Casa Editorial. 2012.

NETO E LEMOS, R. L. DO C. Benjamin Constant, vida e história: reflexões sobre o fazer biográfico. *Artcultura*, v. 13, n. 22, 26 nov. 2011.

Na internet:

CARVALHO, William A. [bibliot3ca.com/pequena-história-da-maçonomia-no-brasil-](http://bibliot3ca.com/pequena-historia-da-maçonaria-no-brasil-) acesso 5/10/2021

ESCOLA, Equipe Brasil. "Benjamin Constant Botelho de Magalhães"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/benjamin-constant-botelho.htm>. Acesso em 06/10/2021.

FRAZÃO, Dilva - Biografia de Benjamin Constant – em eBiografia – acesso em 03/10/2021

Toda Matéria (todamateria.com.br)Auguste Comte: biografia, obras e principais ideias - acesso 6/10/2021

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre (wikipedia.org) - Benjamin Constant (militar) acesso 6/10/2021

JOSÉ CASTELLANI, FORTE LUZ DISSEMINADORA DO SABER

Aleksandar Jovanović
Cadeira Nº 29

Pode-se afirmar, sem temor, que há personagens cuja característica fundamental é espargir luz ao seu redor. Essa radiação eletromagnética é central para a sobrevivência das espécies, e já era utilizada como metáfora para o conhecimento há mais de dois mil anos. A disseminação do saber sempre foi, e continua sendo, atividade essencial para a existência dos seres humanos em todas as esferas. Grandes pensadores debruçaram-se sobre essa ideia. Lembremo-nos de Platão que sentenciou:

“ (...) no mundo visível, estamos certos em pensar que a luz e a visão tem analogia com o sol, da mesma forma no mundo inteligível, podemos olhar para a ciência e a verdade como imagens do Bem” (PLATÃO: 83).

José Castellani pertenceu à plêiade de homens disseminadores do conhecimento. Em seus 67 anos de vida, além de exercer a Medicina, escreveu dezenas de livros, e participou de, pelo menos, 16 coletâneas. Na vasta coleção de escritos legados, abordou temas ligados à sua especialidade profissional, à cultural geral, à história do Brasil e, sobretudo à Maçonaria. São cerca de dois mil e quinhentos artigos nas mais diferentes publicações, desde 1966, pelo País afora a respeito de temas como História, Ritualística, Liturgia, Simbologia.

Esse filho de Araraquara veio ao mundo em 29 de maio de 1937 e deixou-o em 21 de novembro de 2004. Fundou a Sociedade Paulista de Oftalmologia Preventiva, colaborou com jornais (por exemplo, *O Estado de São Paulo*, *Diário do Grande ABC*, *O Tempo*), foi membro da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores, da

Associação Brasileira de Escritores Maçons e da Academia Paulistana de História. Foi iniciado em nossa Fraternidade no ano de 1965 na Loja Comércio e Ciências, de São Paulo, fundada em 1899. Ocupou muitos cargos em Lojas simbólicas e chegou a exercer a função de foi Grande Secretário Geral de Educação e Cultura do Grande Oriente do Brasil na administração do Soberano Grã-Mestre Francisco Murilo Pinto.



Ir. José Castellani

Nosso Ir.: foi membro de oito Lojas do Grande Oriente do Brasil, em São Paulo, além da sua, e ainda das Lojas Coluna Paulista e Cavaleiros de São João, em São Paulo (Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo), República de França, em Porto Alegre (Grande Oriente do Rio Grande do Sul), Tradição Escocesa, em Recife (Grande Oriente de Pernambuco) e Liberdade, Justiça e Solidariedade, no Rio de Janeiro (Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro). Cabe destacar também da imensa relação de cargos e instituições de que participou de modo ativo ou fundou: foi assessor especial do Grão-Mestrado do Grande Oriente de Minas Gerais (de 1984 a 1987), fundador da Associação Brasileira de Imprensa Maçônica, presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Maçônica, presidente da Oficina de Pesquisas Maçônicas da Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo (entre 1990 e 1991), consultor da Grande Secretaria de Ritualística do Grande Oriente do Paraná, para o Rito Escocês Antigo e Aceito (1992),

consultor de Ritualística do Grande Oriente Independente de Pernambuco (entre 1993 e 1994).



Não por acaso, em 25 de outubro de 2007, Iir.: fundaram a ARLS José Castellani Nº 3883, no Distrito Federal, sob a jurisdição do Grande Oriente do Brasil. A denominação da Oficina representou o passo inicial de justa homenagem ao Maçom que dedicou toda a existência ao estudo, à pesquisa e à ampla difusão do conhecimento. Também foram instituídas as Comendas José Castellani do Mérito Maçônico bem como a do Mérito Literário. De maneira múltipla, a Loja não somente gravou para a posteridade o nome de um Ir.: laborioso mas também perpetuou-lhe o legado por incentivar o estudo, a pesquisa constante, ações de caráter educativo, e promover a interação, através do conhecimento, tanto entre os Ir.: quanto a da Maçonaria com a sociedade de modo geral.

Em verdade, ao examinar a jornada de nosso ilustre Ir.: vem à mente também o fato de que foi fundador - com o Ir. Raimundo Rodrigues e alguns outros Iir. - da Academia Brasileira Maçônica de Artes, Ciências e Letras, nos anos 90 do século passado. Isso exemplifica e sublinha que, por onde quer que tenha

passado, deixou a sua marca de homem comprometido, de maneira profunda, não apenas com o próprio conhecimento, mas, acima de tudo, com a pavimentação de um sólido caminho coletivo nessa direção. E o sodalício sobrevive firme, embora esses dois Iir.: fundadores já tenham abandonado este mundo há alguns anos.

A trajetória significativa de nosso Ir. e patrono, faz-nos refletir a respeito do papel que a Maçonaria exerce, e/ou pode efetivamente exercer, sobre cada um e como isso determina, ou não, o modo de agir dos iniciados em nossos Mistérios. Sabe-se que a instituição age sobre os indivíduos, através do compartilhamento de valores comuns e, ainda assim, as diferenças individuais desempenham papel importante que não deve ser menosprezado. Portanto, pode-se afirmar que são sons de instrumentos diferentes numa só orquestra tocando uma só partitura. Mas sempre há virtuosos na arte que se sobressaem. Semelhantes reflexões trazem-nos à seguinte afirmação de outro sábio Ir. nosso:

A Maçonaria procura ser esse guia benéfico, pouco ambicioso e desinteressado; é a própria condição de todas as grandes estruturas que o som do martelo e o tilintar da espátula deva ser sempre ouvido em alguma parte do edifício. Com fé no homem, esperança para o futuro da humanidade, amor e bondade com os nossos companheiros, a Maçonaria e o Maçom devem sempre trabalhar e ensinar. Que cada um faça aquilo para o que é mais adequado. O professor também é operário. Por mais louvável que seja o navegador ativo, que vai e vem e faz com que um clima participe dos tesouros do outro, e um para compartilhar os tesouros de todos, aquele que guarda o farol sobre a colina também está em seu posto (PIKE: 145).

José Castellani encarnou, de fato, essas ideias e transformou-as num lema e numa prática que lhe guiaram a vida: o mais adequado para ele foi trabalhar e deixar ensinamentos, como consequência direta de sua busca incessante do saber. Foi, portanto, esse *operário* a que Pike se refere. E, assim, de certo modo resgatou, materializou e perpetuou as nossas raízes operativas, com labor contínuo e exemplos de ação. Sem dúvida, guardou e o farol luminoso sobre a colina durante toda a sua existência. Todavia, não é figura de linguagem alguma, mas fato, afirmar que ele próprio representou esse facho fulgurante no topo da colina.



Para relacionar o nome e número de todas as Lojas que o homenagearam em vida seriam necessárias dezenas e dezenas de páginas, com exaustivas listas e mais listas. Também foi Grande Representante da Grande Loja do Estado de Israel perante o Grande Oriente do Brasil e ocupou inúmeros cargos nos Altos Graus do Rito Escocês Antigo e Aceito. Diante de seu profundo envolvimento com assuntos tão variados e de seu engajamento social, afirmação da historiadora norte-americana Margaret Jacob sobre o papel da Maçonaria e de seus membros durante o Iluminismo aplica-se a ele feito luva: “(...) *A busca da perfeição humana para os maçons transformou-se em racionalidade, tolerância, sociabilidade e comportamento ético*” (JACOB: *passim*).

Exemplos profícuos como os fornecidos em vida e o arco amplo de temas esmiuçados em sua bibliografia indicam que os ideais e valores atribuídos pela pesquisadora aos Maçons do século XVIII frutificaram em nossa época também, e de modo palpável, em figuras da estatura de Castellani.

Tendo em vista a vastidão de interesses e de temas que foram objeto da curiosidade, atenção, pesquisa pormenorizada de nosso Ir. torna-se difícil ressaltar apenas algumas obras no vasto rol de sua autoria. Apesar disso, parece-nos que dentre os volumes dedicados à participação direta de Maçons em eventos fundamentais da história de nosso País, devam ser lembrados, a título de exemplo importante: *Os Maçons que Fizeram a História do Brasil* (1973), *A Maçonaria e o Movimento Republicano Brasileiro* (1989), *Os Maçons na Independência do Brasil* (1993), *Os Maçons e a Questão Religiosa do Século XIX* (1996) e *Os Maçons e a Abolição da Escravatura* (1998). Ao mencioná-las e destacá-las do conjunto de sua produção, pode-se sublinhar que as publicações sinalizaram representam pequena amostra de um trabalho de pesquisa capaz de revelar o quanto, onde e como membros de nossa Fraternidade desempenharam papéis relevantes em episódios marcantes da história da Nação. Séculos depois do transcurso dos eventos ocorria a reconstituição meticulosa e o registro, realizados por um Ir. voltado de modo intenso para o saber e o esclarecimento de seus contemporâneos e das gerações porvindouras.

Ao buscar a explicação pormenorizada dos primórdios de nossa Fraternidade em solo nacional (sempre baseado em fontes confiáveis e citadas de modo correto) e conseguir fazê-lo, o Ir. Castellani conseguiu ombrear com o mundo acadêmico. Nas últimas décadas, cabe sublinhar, setores de várias universidades começaram a escavar fatos relacionados à atuação de Maçons pelo mundo afora nos mais diversos segmentos da sociedade na conquista de importantes avanços sociais. Ao descrever, de modo frequente e em quantidade abundante de textos, os primórdios de nossa Fraternidade na época do Brasil-Colônia, o nosso Ir. apontou, inclusive, quanto a instituição foi acossada pelos

colonizadores. E caminhou em seus relatos pelas mesmas sendas que historiadores, como Barata, que também menciona perseguições à Maçonaria pelo Tribunal do Santo Ofício e pela Intendência Geral da Polícia, em Lisboa e no Rio de Janeiro, por exemplo (BARATA: *passim*). Ao discorrer sobre o papel de nossos Iir. no movimento que foi coroado pela Independência, o personagem central do presente texto procurou escapar da habitual e simples contraposição radical das figuras de José Bonifácio e Gonçalves Lêdo, e conseguiu fazê-lo de maneira hábil e bem fundamentada. Mostrou quanto o *patriarca* de nossa independência era figura de destaque internacional e sublinhou o papel fundamental que desempenhou na criação de um novo e vasto império ao sul do Equador, sem menosprezar ou diminuir o papel de Lêdo.

Por outro lado, nosso Ir.: destacou - em numerosos e distintos momentos - fatos relacionados à construção de verdadeiros novos espaços de sociabilidade engendrados entre os séculos XVIII e XIX pelas Lojas maçônicas e por seus membros. É preciso lembrar que no exterior, a Universidade de Sheffield, na Inglaterra, no início dos anos 90 do século passado, constituiu grupo pioneiro de pesquisa histórica (chefiado pelo não-Maçom, Prof. Dr. Andrew Prescott, mas integrado também por uma plêiade de iniciados) com o propósito de cerzir novas telas da realidade histórico-social, baseadas em pesquisa científica, cujas molduras são *par excellence* a ação de Maçons e Corpos Maçônicos nos mais distintos pontos do globo. O trabalho de Barata, no Brasil, faz eco a esses esforços e destaca o fato de que a maçonaria era percebida como espaço de convívio, uma escola de virtudes, aprendizado do viver em coletividade, de espaço de circulação e debate de ideias (BARATA: *passim*).

Com precisão cirúrgica, nosso personagem principal foi às fontes primárias (atas do Grande Oriente Brasília) a fim de embasar o livro publicado em 1993 a respeito da participação de Maçons no processo que culminou com a proclamação da independência do Brasil em 1822. Em outras palavras: incorporou, sempre, procedimentos próprios à metodologia da

pesquisa científica ao examinar importantes temas vinculados à Fraternidade. Não se contentou em reproduzir versões de fatos e/ou feitos veiculados reiteradas vezes sem comprovação concreta. Trabalhou com seriedade e objetividade, a fim de lograr alcançar a verdade. Ao discorrer sobre o papel de nossos Ilr.: no movimento coroado pela Independência, procurou escapar, e o fez de maneira hábil e bem fundamentada, da habitual e simples contraposição de figuras históricas, avaliando o papel desempenhada por todos e cada um. Assim foi com relação ao texto sobre a Conjuração Mineira, que resultou, entre outras tantas coisas, na execução de Tiradentes. Não tentou idealizar os acontecimentos; apresentou-os com a imparcialidade de um observador munido de dados, a quem cabe expor prós e contras com a máxima isenção possível.

E tampouco lhe faltou o senso de humor, aquela fração de corrente de pensamento que pode levar ao riso diante do inusitado ou do pouco usual. É o caso do livro, publicado em 1987, *Histórias Pitorescas de Maçons Célebres*, em que coletou ditos curiosos ou bem humorados de iniciados que se tornaram muito conhecidos.

José Castellani evidenciou uma curiosidade intelectual pouco comum através da variedade e da amplitude dos temas que abordou em seus escritos. Em assim agindo, reificou com atitudes e volumosa e consistente produção a frase de Terêncio: *Homo sum, humani nil a me alienum puto*.⁴⁷

Referências:

BARATA, Alexandre Mansur. “Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade”. In: **REHMLAC** -Revista de Estudios de la História de la

⁴⁷ “Sou humano, nada do que é humano me é estranho”. Publius Terentius Afer (ca. 185 a.C.- 159 a.C.)

Masonería. Universidad de Costa Rica : San José, 2013, *passim* (cópia fac-similar eletrônica).

JACOB, Margaret. **Living the Enlightenment**, Oxford University Press, New York –Oxford, 1991.

PIKE, Albert. **Moral i Dogma** *Drevnog i prihvaćenog Škotskog obreda slobodnog zidarstva*. Prevod V.J. J. (Tradução de V.J.J.) Regularna Velika Loža Srbije: Beograd, 2015, p. 90.(cópia fac-similar eletrônica).

PLATON. **La République**, Livre VII, texte grec annoté par M. L'Abbé Humbert. Paris: Librairie Ch. Poussielgue, 1901, (cópia fac-similar eletrônica).

ARMANDO DE LIMA FAGUNDES

Antônio Teixeira de Medeiros
Cadeira Nº 30

1. Introdução

Nascido em 07 de junho de 1917 na cidade de Macaíba/RN e falecido no dia 18 de setembro de 2015, em Natal/RN, aos 98 anos de idade. Filho do Tabelião Público Bartolomeu da Rocha Fagundes e de D. Hilda Barbosa de Lima Fagundes. Casou-se com a senhora Maria Norma Marinho Coelho Fagundes; dessa união nasceram cinco filhas: Hilda, Kátia, Diana, Liane e Karina.

Em sua atividade escolar, fez o curso primário no Colégio Pedro II em Natal, no ano de 1936; concluiu o curso de humanidades no Colégio Atheneu Norte Rio-grandense; frequentou o curso pré Jurídico na Faculdade de Direito de Recife/PE, no período 1936 a 1938, interrompendo-o para retornar a Natal, com objetivos de auxiliar seu pai, Titular do 3º Cartório Judiciário da Comarca da cidade do Natal.

Suas atividades como Tabelião Público iniciaram com a nomeação ocorrida no ano de 1945, para substituir seu pai no 3º Cartório, exercendo-a por longos anos até sua aposentadoria.

2. Iniciação maçônica

Filho de tradicional família do Rio Grande do Norte, “os Fagundes”, com destaques na vida política, religiosa e cultural; considerada a maior e mais tradicional família maçônica da terra Potiguar, sendo tetraneto do velho Bartolomeu Fagundes, o Patriarca da cidade de Vila Flor/RN. Seu tetra avô iniciou-se Maçom na Loja maçônica “Sigilo Natalense”, hoje titulada Loja “21 de março”, ao Oriente de Natal/RN, jurisdicionada ao GOB/RN, segundo autores, sem maior precisão, entre março de 1837 a novembro de 1839.

A vida maçônica de Armando Fagundes, efetivamente começou com sua Iniciação no dia 16 de dezembro de 1954, na Loja Maçônica Filhos da Fé (fundada em 23.10.1899), ao Oriente de Natal, a época jurisdicionada ao GOB, tendo o seu pai, Bartolomeu da Rocha Fagundes como o Venerável Mestre que lhe concedeu a verdadeira Luz.

Tratava-se de um homem simples, atencioso com as pessoas e corretíssimo com seus amigos; porém um guerreiro ao defender seus pensamentos. Sempre mantinha a característica de pessoalmente fazer os convites para os eventos maçônicos que realizava, talvez por isso, sempre muito prestigiado. Prática essa, mantida por toda sua vida, mesmo quando do exercício nos altos cargos que lhe foram conferidos pela Instituição.

Decorrência de suas qualidades e dedicação a Maçonaria, o irmão Diógenes da Cunha Lima, ex Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras assim se expressou: “Armando Fagundes é um símbolo vivo da Maçonaria”. Frase dita no “Jornal de Hoje”, de Natal, edição do dia 18/4/2004.

3. Atividades maçônicas

Fundador da Loja Maçônica “Bartolomeu Fagundes” em 5 de agosto de 1964, e por oito anos, no período de 1965 a 1973, exerceu o cargo de Venerável Mestre daquela unidade. Um dos objetivos principais de criação daquela Loja foi homenagear seu pai. Em sua dinâmica gestão no veneralato, realizou quinze Sessões Magnas de iniciação, totalizando 158 neófitos Maçons e a promoção dos famosos churrascos, que a época ficaram conhecidos em toda Natal, objetivando adquirir fundos para a construção da suntuosa sede própria da Loja.

Principal artífice da construção do fabuloso Templo da referida Loja Bartolomeu Fagundes, e da Escola Bartolomeu Fagundes, situados na Av. Alexandrino de Alencar 1247, bairro do Tirol, ao Oriente de Natal, culminando com sua sagração no dia 24

de novembro de 1979, data de aniversário do seu pai, o título distintivo da Loja. Na época o irmão Givaldo da Silva Medeiros exercia o mandato de Venerável Mestre, cabendo ao líder e então Grão-Mestre do Grande Oriente Independente do Rio Grande do Norte - GOIERN, Armando Fagundes, o ato de Sagração do Templo.

Em 25 de agosto de 1973, como desdobramento da crise ocorrida em março daquele ano, decorrência de processo eleitoral no Grande Oriente do Brasil, foi criado o Grande Oriente Independente do Estado do Rio Grande do Norte - GOIERN, Potência maçônica jurisdicionada ao “Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira”. Esse Colegiado foi composto inicialmente pelos Grão-Mestres Estaduais: Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Essa Instituição maçônica foi à precursora da Confederação Maçônica do Brasil - COMAB.

Ao lado do Grão-Mestre do então Grande Oriente do Estado do Rio Grande do Norte - GOERN, jurisdicionado ao GOB, irmão Salatiel Vasconcelos da Silva e outras lideranças maçônicas, Armando Fagundes foi fundador do Grande Oriente Independente do Estado do Rio Grande do Norte - GOIERN, como já citamos antes, rompendo com o GOB, exercendo o cargo de Grão-Mestre daquela Obediência por cinco mandatos, totalizando dezoito anos, compreendidos nos períodos: 1973 a 1976, 1976 a 1979, 1979 a 1980, 1986 a 1989, 1989 a 1992.

Exerceu a presidência do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria Brasileira, no período compreendido nos anos de 1979 a 1980. Sua posse ocorreu numa Assembleia do Colegiado ocorrida no dia 8/7/1979 na cidade de Fortaleza/CE. Tratou-se de uma cerimônia muito concorrida, e graças ao seu prestígio, contando com numerosa delegação de irmãos do Rio Grande do Norte.

Em 8 de fevereiro de 1974, sob sua influência, e na qualidade de Grão-Mestre, o Grande Oriente Independente do Estado do Rio Grande do Norte, referendou um Tratado de

Reconhecimento e Amizade com o Supremo Conselho do 33º Grau do Rito Escocês Antigo e Aceito do Rio Grande do Sul. Tratado esse, que perdurou por vinte anos. Dessa forma os irmãos da Obediência puderam dar continuidade aos estudos dos Graus Superiores, haja vista, com a separação ocorrida com o GOB, estavam impedidos de freqüentar as Corporações jurisdicionadas ao Supremo Conselho do Brasil.

Em 25 de agosto do ano de 1994 fundou o Supremo Conselho do Estado do Rio Grande do Norte Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito, sendo seu Soberano Grande Comendador até o ano de 2012, quando em idade já avançada, aos 95 anos, passou a condição de Membro Emérito do referido Supremo Conselho.

Na qualidade de Soberano Grande Comendador, exerceu a presidência da Excelsa Congregação dos Supremos Conselhos do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito, entidade da qual o Supremo Conselho do Rio Grande do Norte é membro.

Presidiu em Natal nos dias 20 a 22 de novembro do ano de 2003, a “XXV Assembleia Ordinária da Excelsa Congregação dos Supremos Conselhos do Brasil” e o “III Encontro Internacional dos Supremos Conselhos do R.:E.:A.: A.:”.

Presidiu também em Natal o “Seminário Filosófico de Graus Intermediários do R.:E.:A.: A.:” no dia 6 de agosto do ano de 2005.

No ano de 2009, em um Congresso Trienal do Rito de York do Brasil, realizada na Cidade de Foz do Iguacu/PR, foi ungido na Ordem dos Sumo Sacerdotes e na Ordem da Cruz Vermelha, sendo essa a primeira Ordem da Comandaria de Cavaleiros Templários do Brasil.

4. Relações Nacionais e Internacionais

Suas atividades e liderança na Maçonaria brasileira, especialmente no âmbito da COMAB, levaram-no a um profundo

relacionamento internacional, sendo convidado para importantes eventos fora do território nacional, e dessa forma, o GOIERN firmando diversos Tratados de Reconhecimento e Amizade com importantes Potências Maçônicas estrangeiras, como veremos a seguir:

Em maio do ano de 1987 o Soberano Grão-Mestre Armando de Lima Fagundes acompanhado de uma comitiva, convidado pelo Grande Oriente da França, visita Paris, quando participou da "Grande Assembleia Maçônica Internacional".

No ano seguinte, isto é, em 1988, novamente viajou a Paris, também na qualidade de convidado, participando da "Convenção Anual da Grande Loja da França". Nessa ocasião, exercendo o Grão-mestrado, assinou Tratados de Reconhecimento e Amizade entre o GOIERN as Grandes Lojas da França e da Bélgica.

Em janeiro de 1990, visitam a cidade do Natal os Grão-Mestres das Grandes Lojas da França e da Bélgica, respectivamente os irmãos: Guy Piau e Georges Nesllany, acompanhados do irmão Renê Mayer, embaixador dessas duas Obediências no Brasil. Àquelas dignidades vieram retribuir a visita e ratificar os Tratados de Amizades entre as Obediências.

Em março de 1995, tendo como sede a cidade do Natal, por sua influência, é firmado Tratado de Amizade entre o GOIERN e a Grande Loja Unida da Costa do Marfim. Nas suas relações internacionais, rumando em direção ao continente africano.

Um mês depois, em abril de 1995, uma comitiva do GOIERN viaja a Espanha e Itália, atendendo convite para participar de um "Seminário Maçônico Espanhol" e "Seminário Maçônico Italiano", esse último, mais precisamente na Ilha de Elba.

Em 20 de agosto de 1997 o Grande Oriente Independente do Rio Grande do Norte e o Grande Oriente Lusitano, tendo como Garante de Amizade o irmão Carlos Morais, firmam Tratado de Reconhecimento e Amizade entre as duas Obediências maçônicas, tornando livre o trânsito entre irmãos portugueses e Potiguares.

No ano seguinte, 1998, uma comitiva do GOIERN, visitou Portugal, recepcionada naquela Pátria, mãe dos brasileiros, pelo Garante de Amizade Carlos Morais e autoridades do Grande Oriente Lusitano.

Em 26 de novembro de 1999, uma delegação do GOIERN empreendeu mais uma viagem a Portugal, objetivando a participar do “I Encontro da Maçonaria Latina”, visando os preparativos das comemorações dos 500 anos da descoberta do Brasil.

No ano de 2000, a convite do Grande Oriente da França, o irmão Adriel de Souza Lima, representando o Soberano Grande Comendador Armando de Lima Fagundes viajou a Paris, com o objetivo de participar das comemorações alusivas aos 200 anos de fundação do Supremo Conselho do R.:E.:A.:A.: da França.

5. Homenagens a Armando de Lima Fagundes

O Grande Oriente Independente do Estado do Rio Grande do Norte, hoje denominado, Grande Oriente do Rio Grande do Norte (GORN), teve e continua tendo “vida e alma na pessoa de Armando de Lima Fagundes”. Como nos referimos antes, tendo ao seu lado o Soberano irmão Salatiel Vasconcelos da Silva, além de outros amigos e colaboradores, foi seu idealizador, fundador, timoneiro e combatente guerreiro. É considerado por todos como o maior nome da Sublime Ordem no Rio Grande do Norte, admirado e respeitado em todo Brasil.

5.1. Templo Armando Fagundes

Em 29 de agosto de 1977, na gestão do Soberano Grão-Mestre João Batista Coringa da Silva, foi inaugurado o Templo Armando de Lima Fagundes, uma justa homenagem que lhe foi prestada. O suntuoso complexo abriga as administrações do GORN, Beneficência Maçônica das Lojas do Rio Grande do Norte, Sociedade hospitalar São João, Assembleia legislativa Maçônica do GORN, Centro de Documentação “Eufnan de Oliveira Souza” e Supremo Conselho do Estado do Rio Grande do Norte.

5.2. ARLS Armando Fagundes

Inicialmente denominada de Loja “7 de junho”, trabalhando no Rito de York. Em 07 de junho de 2008 ocorre a fundação da Loja, cujo título distintivo se traduziu numa providencial homenagem ao líder maçônico, data do seu aniversário, quando completava noventa anos de idade, haja vista, nossa legislação não permite conceder título distintivo de pessoas vivas às nossas Oficinas. Com sua passagem para o Oriente Eterno, em 18/10/2015, a Loja passou a denominar-se Augusta e Respeitável Loja Simbólica “Armando Fagundes”, continuando trabalhar no Rito de York.

5.3. Medalha Cinqüentenário

Conferida pela Academia Norte-Rio-grandense de Letras, uma homenagem maior daquela Casa de Cultura a personalidade que tenha prestado relevantes serviços comunitários e culturais.

6. Referências

FAGUNDES, Emygdio - Josué Silva - João Estevam: A Maçonaria no Rio Grande do Norte, Edição Fac Similar, Sebo Vermelho, 2001.

SILVA, Hélio Fernandes: Cinqüentenário da Loja Bartolomeu Fagundes - Halley Gráfica e Editora, 2015.

Secretaria de Educação e Cultura do GORN: Grande Oriente Independente do Estado do Rio Grande do Norte, História, Vida, Glória, 2021.

TEIXEIRA, Antônio Medeiros: Instruções Maçônicas - Solução Gráfica LTDA, 2016.

TEIXEIRA, Antônio Medeiros: Estudos e Pesquisas Maçônicas, Solução Gráfica, 2019.

OCTACÍLIO SCHÜLER SOBRINHO

Luiz Vitório Cichoski
Cadeira 31



O *homem* Octacílio Schüler Sobrinho nasceu em 1^o agosto de 1938 na cidade de Curitibanos/SC. Foi homem multifacetado culturalmente, sobejamente formado e adaptado ao seu tempo no qual deixou marcas profundas e proffcuas.

O *dedicado* Octacílio Schüler Sobrinho percorreu intensa e concreta busca pelo conhecimento graduando-se em:

- Economia e Direito na Universidade Federal de Santa Catarina;
- Sociologia pela USP, vindo a desenvolver trabalhos docentes nesta área junto a UFSC e também alcançou qualificação de Mestrado e Doutorado junto a Georgetown University (Washington DC-USA).

O *professor* Octacílio Schüler Sobrinho foi:

- Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC;
- Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais – CEPE;
Diretor geral da Faculdade de Educação da UDESC;
- Professor fundador da Fundação Educacional do Oeste Catarinense, hoje Universidade do Oeste Catarinense – UNDOESC;
- Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Curso de Psicologia da UFSC.
- Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC;
- Professor fundador da Fundação Educacional do Oeste Catarinense, hoje Universidade do Oeste Catarinense – UNDOESC.

O *homem público* Octacílio Schüler Sobrinho ombreou e desenvolveu, como Diretor ou Presidente, trabalho junto ao:

- Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC;
- Banco do Estado de Santa Catarina – BESC;
- Fundo de Estímulo e Apoio à Educação em Santa Catarina – PRODASC, hoje CIASC;
- Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina – CODESC, após TELESC e atualmente Brasil Telecom.
- Presidiu a implantação e implementação do serviço da automação do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TER/SC, bem como da apuração e automação eleitoral e foi membro da comissão com a mesma finalidade no Tribunal Superior Eleitoral- TSE.
- Na Sociedade dos Usuários de informática e Telecomunicações de Santa Catarina – SUCESU/SC, foi

Diretor de Eventos, diretor de Formação (ensino), Vice-Presidente e Presidente durante duas gestões.

- A nível nacional presidiu a SUCESU/NA, após ter sido Vice-Presidente. Neste exercício fundou as SUCESU's do Piauí, Roraima, Rondônia e Acre, além de ter incentivado a realização de congressos e feiras regionais que, até então se restringiam a SUCESU/SP.
- Diretor Geral do Instituto Virtual de Estudos Avançados – VIAS.
- Presidente da Fundação Hermon.

O incansável profissional Octacílio Schüler Sobrinho foi:

- Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais – CEPE;
Diretor geral da Faculdade de Educação da UDESC;
- Chefe do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Curso de Psicologia da UFSC.

O interessado e promotor da segurança Octacílio Schüler Sobrinho foi:

- Escrivão, escrivão e delegado de Polícia;
- Presidiu a Comissão de reestruturação da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, quando foi Governador do Estado, o doutor Ivo Silveira;
- Fundador e primeiro diretor da Escola de Polícia Civil, hoje Academia da Polícia Civil, onde permaneceu por quatro anos.
- Secretário interino das Secretarias da Segurança Pública e Educação do Estado de Santa Catarina.

O intelectual Octacílio Schüler Sobrinho foi membro do:

- Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;
- da Academia Desterrense de Letras (presidente);

- da Academia Catarinense da ARTE REAL de Letras (orador);
- da Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo;
- da Academia de Ciências, Artes e Letras do Brasil;
- da Academia de Letras de Biguaçu;
- Membro correspondente de outras doze Academias de Letras, instituições de ensino superior e da Escola Superior de Guerra.

O *escritor* Octacílio Schüler Sobrinho escreveu ao redor de 26 obras, entre elas citamos:

- Uma Luz na História, 1998
- Maçonaria: uma Escola do Conhecimento, 1999
- Maçonaria: Introdução aos Fundamentos Filosóficos, 2000
- Taipas: a Origem do Homem do Contestado, 2000
- O Desafio das Mudanças
- Ordem e Trabalho, esta é sua História,
- ...E a Revolução foi Feita,
- Psicanálise e Maçonaria

O irmão *maçom* Octacílio Schüler sobrinho foi iniciado em 24 de novembro de 1979, na Augusta Respeitável Centenária Loja Simbólica “Ordem e Trabalho” nº 3, ao Oriente de Florianópolis. Exerceu todos os cargos da Loja, cumprindo o mandato de Venerável Mestre no período de junho de 1989 a junho de 1991. Fundou e se filiou a várias Lojas da Obediência.

Ainda, Octacílio Schüler Sobrinho tornou-se o 17º *Grão-Mestre do Grande Oriente* de Santa Catarina, entre 2002 e 2005.

A posse se deu durante o 12º Colegiado, em Florianópolis, na data de 29 de junho de 2002, e o Grão-Mestre Adjunto sendo o Poderoso irmão Joaquim José Rodrigues.

Seus objetivos a serem realizados ao longo do grão-mestrado foram múltiplos e facetados como sua formação humanista e cultural; como exemplos alinhamos alguns itens abaixo:

1. Amparar a caminhada conjuntamente com os VVMM, que no âmbito do Colegiado, apresentarão os objetivos a serem observados e alcançados.
2. Implementar uma atualização e descentralização administrativa, representada e amparada na divisão jurisdicional do Estado em Delegacias Regionais observando-se os municípios catarinenses e não as Lojas Maçônicas.
3. Priorização especial para a fraternidade, concretizada nas ações da Hospitalaria e Previdência.
4. Revisão e atualização do processo de Sindicância, que resultou em um Manual de Sindicância.
5. Desenvolvimento e envolvimento maior com as atividades para-maçônicas, especialmente, o auxílio e participação nos trabalhos da Ordem DeMolay e Filhas de Jó.

Seu espírito inovador trouxe para o Grande Oriente de Santa Catarina a tecnologia na forma de uma *homepage* cujo objetivo era disponibilizar nova ferramenta que auxiliasse e concretizasse a integração de Lojas e dos irmãos. Complementarmente foi organizado e desenvolvido um *Portal* oportunizando os dados básicos nos campos administrativo, econômico, litúrgico-ritualístico, cultural, entre tantas possibilidades.

Citamos ainda sua disposição e concretização no campo formativo cultural com a realização de conferências e cursos como o de História da Maçonaria, organizado pelo historiador e irmão Eleutério Nicolau da Conceição.

Entre os cuidados e realizações culturais manteve ativa, sob sua liderança, a União Brasileira dos Escritores Maçons que dispuseram da Revista Maçônica O PRUMO, que reconhecia como a “mais antiga revista maçônica em circulação no Brasil”.

O academicismo do *escritor* Octacílio Schüler Sobrinho manteve-se ativo no *Grão-Mestre* Octacílio Schüler Sobrinho. Durante seu grão-mestrado foram realizados dois Congressos da Maçonaria Catarinense:

- I Congresso da Maçonaria Catarinense, com o tema ‘O Desafio das Mudanças’, cuja primeira edição ocorreu no Or.: de Blumenau no período de 24 a 26 de outubro de 2003: (ver capítulo sobre os Congressos do GOSC).
 - Palestrante: irmão Antônio do Carmo Ferreira, Or.: Pernambuco, “Maçonaria no III Milênio”.
- Atividades Paralelas: Curso de Dirigentes
 - Para Veneráveis, com irmão Rubens Ricardo Franz
 - Para Secretários, com irmão Jaime Marques
 - Para Tesoureiros, com irmão Ivan Borges
 - Para Oradores, com irmão Carlos Lange.
- II Congresso da Maçonaria Catarinense, Or.: de Balneário Camboriú, período de 15 a 17 de outubro de 2004.
 - Tema: “Unindo Forças para a Ação”.
 - Palestra de abertura, “Ação Maçônica no Terceiro Milênio – Ação e Prática nas Lojas e Triângulos”, ministrada pelo irmão Oswaldo Ortega, do Or.: de S. Paulo.
 - Encontro de Ritos: Adonhiramita, Rito Escocês Antigo e Aceito, Francês/Moderno, York, Brasileiro, Schroeder.
 - Palestra, ‘A Maçonaria sob a ótica feminina – eu como esposa de maçom, o que poço fazer’, pela cunhada Edis Mafra Lapolli.
 - Maçonaria e Escotismo, ‘Projeto Escotismo na Periferia’, irmãos da Loja ‘Jacques DeMolay’.

Também em 2004 organizou e executou o Encontro de Cultura Maçônica, no Or.: de Florianópolis, no período de 16 a 18 de julho de 2004. Este encontro contou com a participação de diferentes entidades maçônicas:

- Academia Brasileira de Imprensa Maçônica - ABIM,
- União Brasileira de Escritores Maçons - UBRAEM,
- Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Maçônicos Fernando Salles Paschoal - INBRAPEM
- Associação Brasileira Maçônica de Letras – ABML.

Ao longo de seu grão-mestrado considerou e organizou as normativas administrativas no seu “Glossário de Legislação” composto dos seguintes documentos:

- a) Constituição;
- b) Regulamento Geral;
- c) Código de Procedimentos; publicado nos Boletins Oficiais nº 446 e 448, do ano de 2003.
- d) Regimento Interno do Colegiado; (proposta deste documento foi apresentada na reunião do Colegiado de 26/março/2004)
- e) Normas de Indicação e Sindicância apresentada para estudo no mesmo Boletim Oficial nº446, set/out 2003 e publicado no Boletim Oficial nº 448;
- f) Ordem do Mérito Maçônico;
- g) Código Penal Maçônico; e
- h) Leis e Decretos.

A visão empreendedora do *Grão-Mestre* Octacílio Schüler Sobrinho, se consubstancia na disseminação da Maçonaria nos quadrantes de toda Santa Catarina com a criação de Lojas e Triângulos:

- Loja “Colunas do Vinhedo” (ex-Triângulo), ao Oriente de Urussanga.
- Loja “Léo Martins”, ao Oriente de São José;
- Loja “Energia das Águas” (ex-Triângulo), ao Oriente de Gravatal,
- Loja “Harmonia do Continente” (ex-Triângulo), ao Oriente de Florianópolis.

- Loja “Fraternidade Trêsbarrense”, ao Oriente de Três Barras;
- Loja “Zodiacal”, ao Oriente de Criciúma;
- Loja “Fraternidade Joinvillense”, ao Oriente de Joinville;
- Loja “Livres Pensadores”, ao Oriente de Lages;
- Loja “Milênio da Paz”, ao Oriente de Chapecó;
- Loja “Templários da Boa Ordem”(ex-Triângulo), ao Oriente de Jaguaruna.
- Loja “Artífices da Sabedoria”, ao Oriente de Pomerode;
- Loja “Luz Templária”(rito York), ao Oriente de Curitiba;
- Loja “Jaques DeMolay”(rito Brasileiro), ao Oriente de Itajaí;
- Loja Especial de Pesquisas Maçônicas “Livre Consciência”;
- Loja “Ordem e Fraternidade”, ao Oriente de Florianópolis;
- Loja “Ciência, Tecnologia e Misticismo” (R. De York), Or. de Florianópolis;
- Loja “Portal da Serra” (REAA), ao Oriente de Bom Retiro;
- Loja “Águas Mornas”, ao Oriente de Águas Mornas;
- Triângulo Maçônico “Harmonia” ao Oriente de Florianópolis;
- Triângulo Maçônico “União e Trabalho”, ao Oriente de Rodeio;
- Triângulo Maçônico “Itajaí Mirim”, ao Oriente de Brusque;
- Triângulo Maçônico “Liberdade e Luz”, ao Oriente de Florianópolis;
- Triângulo Maçônico “Ardósia do Vale”, ao Oriente de Chapecó;
- Triângulo Maçônico “Lysis Brandão da Rocha”, ao Oriente de Palhoça;
- Triângulo Maçônico “Hansa Humboldt”, ao Oriente de Jaraguá do Sul.

Durante a sua gestão frente ao Grande Oriente de Santa Catarina, o *Grão-Mestre* Octacílio Schüller Sobrinho, organizou e

executou os seguintes Colegiados – encontros administrativos com os Veneráveis Mestres:

- 12º Colegiado, em 28-29 de setembro de 2002, em Florianópolis;
- 13º Colegiado, em 14/15 de dezembro de 2002, em Florianópolis;
- 14º Colegiado, em 28/29 de março de 2002, em Blumenau, por ocasião do Jubileu de Ouro da ARLS 'Justiça e Trabalho' nº 10;
- 15º Colegiado, em 28/29 de junho de 2003;
- 16º Colegiado, em 27 de setembro de 2003, em Caçador;
- 17º Colegiado, de 5 a 8 de dezembro de 2003, em Florianópolis;
- 18º Colegiado, 19-20 de março de 2004, em Criciúma;
- 19º Colegiado, 25-26 de junho de 2004, em Águas Mornas;
- 20º Colegiado, 24-25 de setembro de 2004, em Águas Mornas;
- 21º Colegiado, 03-04 de dezembro de 2004, em Águas Mornas;
- 22º Colegiado, 18-19 de março de 2005, em Águas Mornas;
- 23º Colegiado, 24 de junho de 2005, em Florianópolis. Posse da nova administração do GOSC.

Lembrar ainda que o *criativo pensador* Octacílio Schüller Sobrinho cunhou alguns termos e expressões marcantes:

- a) prática ahedonista, ser ator participante da história em que se vive.
- b) Ação Metanóia, que vem a ser a busca da conversão e das mudanças na e da vida de todos os obreiros da Arte Real.
- c) bibliofilia, isto é, amor pelos livros, revistas, enfim, pela arte de ler, interpretar corretamente o que está lendo, tudo para apreender; para incorporar conhecimento.
- d) estado Uniderma, denominação dada a forma estrutural e política do Grande Oriente de Santa Catarina, após a reforma constitucional que aboliu os poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário, instituindo o Colegiado (com suas quatro comissões: de administração, Finanças, Constituição e Legislação e de Justiça) como único órgão deliberador.

- e) Escola de Conhecimento, o outro nome da Maçonaria.

Todos estes conceitos estão presentes na alocução em homenagem aos 54 anos do Grande Oriente de Santa Catarina, cujo parágrafo síntese transcrevemos abaixo:

Passados 54 anos esta Potência agigantou-se pelo valor de seus obreiros que estão sendo cristalizados em ideias que, paulatinamente vão se transformando em ideias, de uma Maçonaria Reformada: em Estado Maçônico moderno, que forma um só tecido e configurado em deliberações coletivas, sem a necessidade de carbonar o Estado não maçônico com seu poder executivo, legislativo e judiciário – Estado Uniderma; em Estado Maçônico limpo, que olha para frente e para o alto e não para baixo e para trás – Ação Metanóia; em Estado Maçônico onde não existem papas nem reis, mas onde todos são leais e sinceros irmãos – Prática Ahedonista; em Estado Maçônico que se situa à frente do tempo e se projeta no espaço ainda a ser conquistado – Maçonaria Vanguardeira; em Estado Maçônico onde impera a reforma do homem, do meio e do social – Microfísica, Mesofísica e Macrofísica da Reforma; um Estado Maçônico que não veja a Sublime Ordem como uma religião, mas sim o Maçom como um religioso resplandecente e renascido. Na ideologia da justiça e perfeição fecunda pela trilogia: liberdade, igualdade e fraternidade – Escola do Conhecimento”. Finalizando, um pensamento, muito caro ao irmão Octacílio Schüller Sobrinho, e que

norteou os trabalhos de seu grão-mestrado:
“O maçom é maior que seus erros e menor
que suas virtudes.

Por fim, o *homem* Octacílio Schüler Sobrinho, passou ao Oriente Eterno no dia 3 de junho de 2006, após várias internações hospitalares e cirurgias. Como homenagem póstuma, a Loja “Águas Mornas”, da qual foi um dos fundadores, solicitou ao Grão-Mestrado a mudança de denominação que, desde então, passou a ser Loja “Octacílio Schüler Sobrinho”.

Referências:

SOBRINHO, O. S.; RODRIGUES, J. J. ...E a Revolução foi feita. Florianópolis: Ed. GOSC, 2005.

NASCIMENTO, C. E. GOSC 60 anos, síntese histórica. Florianópolis: GOSC, 2010.

CICHOSKI, L. V. GOSC 70 anos, síntese histórica, 1950-2020. Florianópolis: GOSC, 2020.

RAUPP, G. Octacílio Schüler Sobrinho, patrono da cadeira 23, AMCLA.

JOSÉ EBRAM: IRMÃO, AMIGO, MESTRE E PATRONO

Carlos Brasília Conte.
Cadeira Nº 32

Há muitos lustros atrás, o inesquecível escritor Ernest Hemingway afirmou que nenhum homem é uma ilha e que somos todos seres gregários. Nossa civilização progride em vertiginoso ritmo porque sabemos incorporar, preservar e cultivar o enorme legado daqueles que nos antecederam, sabemos manter viva e acesa a herança cultural que recebemos e que temos, por dever, passar adiante.

O escopo da tradição acadêmica do panegírico talvez seja fornecer, aos que se iniciam nessas lides, subsídios, ideias, fatos, e exemplos por meio dos quais cada um possa, posteriormente, desenvolver o seu próprio trabalho, procurando nele imprimir um pouco da marca, do estilo e da personalidade de seu patrono.

Do meu, José Ebram, passo prazerosamente a discorrer, não sem antes assinalar a minha alegria e satisfação de ingressar, a convite de amados irmãos, no seletivo grupo de acadêmicos desta novel Casa de Letras e, ao fazê-lo, sentir-me duplamente honrado, seja pela oportunidade ímpar de homenagear aquele que em vida firmou-se como um dos meus grandes mestres, senão o maior, nos intrincados e árduos caminhos do conhecimento maçônico, esotérico, filosófico e espiritual:

Doutor José Ebram, filho do senhor João Ebram e da senhora Ludimila Borrielo Ebram, nascido no interior do estado de São Paulo, na cidade de Natividade da Serra, no distante ano de 1924 da Era Vulgar.

Descrever sua trajetória acadêmica, seus diplomas conquistados, suas realizações profissionais é tarefa hercúlea, além dos limites deste trabalho e muito além de minha competência como biógrafo e pesquisador, que não sou.

Limitar-me-ei, portanto, a enumerar apenas alguns de seus títulos honoríficos e qualificações maçônicas que, sob o prisma falível de minhas limitações, julgo e reputo importantes neste contexto:

- Mestre Maçom
- Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito.
- Presidente da Academia Paulista Maçônica de Letras, da qual tive a honra de participar e, inclusive, exercer o cargo eletivo de Segundo Secretário no período de 2004 a 2006.
- Membro da Academia Maçônica Fluminense de Letras.
- Membro Emérito do Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito para a República Federativa do Brasil.
- Representante do Brasil na Reunião dos Grandes Soberanos das Américas, realizado na cidade do México, em outubro de 1978.
- Integrou em 2002 a equipe do Grão Mestre da Grande Loja do Estado de São Paulo, desembargador Pedro Gagliardi, na Reunião das Grandes Lojas, em Adyar, na Índia.
- Sócio efetivo da Ordem dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro.
- Presidente da Associação Maçônica – UMBRA, que implantou, em terras brasileiras, a Escola de Filosofia Maçônica.
- Atuou sempre com extrema competência e invulgar brilho, na Secretaria Geral da Sereníssima Grande Loja do Estado de São Paulo.
- No mundo profano foi um brilhante advogado, formado em direito pela Universidade de São Paulo em 1953 e, nesse mesmo ano, filiado à Ordem dos Advogados do Brasil.

De nossa amizade e relacionamento maçônico relembro, com saudades, o dia em que o conheci, no distante ano de 2004, apresentado pelo saudoso irmão Wagner Veneziani Costa, presidente da Madras Editora e editor de nossas obras literárias. Foi uma longa e proveitosa conversa, que fluiu, agradavelmente, pelos caminhos do Pitagorismo, da Teosofia, do Rosacruzianismo, do Kardecismo e da Parapsicologia... Temas nos quais eu tinha profundo interesse e ele profundo conhecimento.

Tornei-me seu amigo e seu fã e, por inúmeras outras ocasiões nos encontramos em lojas e eventos maçônicos.

Algum tempo depois, José Ebram presenteou-me com dois de seus livros, “Uma Folha na Luz Astral” e “A Alma Maçônica”, ambos conservados na estante mais alta da minha biblioteca. A leitura dessas duas maravilhosas obras levou-me a procurar outros títulos seus e hoje orgulho-me de possuir sua obra quase completa; e assim digo por que em sua profícua e fecunda vida literária, ainda há muito a ser resgatado:

- Trabalhos em Loja dos Graus Simbólicos.
- Trabalhos em Loja dos Graus Filosóficos
- Artigos para revistas maçônicas.
- Panegíricos e ensaios acadêmicos.
- Discursos e muito mais.

No já distante ano de 2004 da Era Vulgar, José Ebram convidou-me a prefaciá-lo seu livro “O Arcano da Transmutação”, tarefa que prontamente aceitei, ao mesmo tempo agradecido pela honraria e temeroso pela enorme responsabilidade de vincular meu nome, ainda desconhecido, a sua obra já consagrada.

Esse prefácio foi a primeira, mas não a única, homenagem que a ele prestei e não posso me furtar do desejo de incluí-la neste trabalho;

O Arcano da Transmutação.

Prefácio

Foi com grande surpresa e enorme satisfação que recebi o convite para prefaciar este maravilhoso ensaio maçônico, pois, embora sendo leitor e admirador há muitos e muitos anos da enorme produção literária de José Ebraim, somente há poucos meses tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, ocasião em que constatei que o homem e sua obra se complementam e completam em cultura e simpatia.

Conhecedor, portanto, de seus livros – e qual o maçom que não o é? – preocupei-me em imaginar o que poderia ser acrescentado, com este pequeno prefácio, a tão precioso trabalho; e concluí, por fim, que em matéria de vivência maçônica, erudição e sabedoria, este livro se completa, podendo até dispensar apresentação e prefaciação; entretanto, desde o início, sua leitura causou-me uma profunda comoção, trazendo à tona indagações e questionamentos que eu nem mesmo julgava existirem em meu espírito e que, com o desenrolar do texto, foram se explicitando. Deste modo, tentarei descrever brevemente as impressões que o livro me suscitou, as respostas que me forneceu e a viagem que me fez empreender.

Desde o folhear das primeiras páginas, fui sendo envolvido por uma crescente aura de curiosidade, interesse e ânsia por respostas, ao mesmo tempo intrigante e fascinante, a respeito do Arcano da Loja; e é exatamente esta aura que guiará os demais leitores por todos os capítulos do livro, qual uma tocha ardente que ilumina o caminho e, gradativamente, vai revelando certos mistérios que poucos iniciados acessam e pouquíssimos conseguem vivenciar. Sua luz nos acompanhará para além dos desertos do Real, alcançando as serenas praias da Espiritualidade nas quais já poderemos pressentir e vislumbrar os Oceanos profundos da Metafísica e do Ocultismo; a aventura, contudo, está apenas começando.

Com rara maestria e eficiente desenvoltura, o autor nos remete aos grandes iniciados e mestres do passado, citando, ao

sabor do momento e da ocasião, Buda, Hermes, Plotino, Hegel, Aristóteles, Blavatsky, Jesus...

Aos profanos poderá parecer uma heresia agrupar em um mesmo ramalhete essas flores aparentemente tão díspares, excludentes, conflitantes e opostas, mas este não é um livro destinado a eles, pois aquilo que aos olhos vulgares é a heresia, para os que têm despertado o Olho de Shiva é o fulgor da Verdade e a percepção da Lei Una que rege a Vida e todo o Universo Manifestado.

Também não é um livro para ser simplesmente lido e, em seguida, depositado em uma estante; penso que o seu objetivo maior é despertar continuamente a consciência dos maçons para as realidades que estão além do plano físico, mostrando que o verdadeiro trabalho da Loja é no Astral, no Mental e no Espiritual, onde certamente encontraremos o verdadeiro e transcendental Mestre da Loja.

Muitos chegam ao Ápice da Pirâmide, mas somente aqueles que veem o Arcano da Transmutação conseguirão entender o que é a Arte Real da Maçonaria.

Hoje, decorridos dezoito anos do lançamento desse livro, ainda recordo o seu lançamento pela Madras Editora, em um evento do qual presentes estavam os mais ilustres representantes da literatura e cultura maçônicas. Seus livros tornaram-se meus livros de cabeceira e, ainda hoje, os releio surpreendendo-me a cada releitura:

- “Luz Astral sob o Altar”,
- “Aura Folha na Luz Astral”,
- “A Águia Bicéfala sobre o Altar”,
- “A Alma Maçônica”, e
- “Os /Chakras – Centros Energéticos”.

De sua vida profana pouco sei e pouco descobri; discreto, José Ebraim costumava afirmar, em seu curriculum vitae, que suas atividades não maçônicas eram despidas de interesse público.

Seu legado maior é seu exemplo de vida e sua obra literária que permanecerá para sempre.

Enquanto a Maçonaria existir, existirá José Ebram.

Referências:

Ebram, José. O Arcano da Transmutação. São Paulo. Madras Editora. 2004

Revista Astreia de Estudos Maçônicos, números 05, 08, 14, 28 e 29, editada pelo Supremo Conselho do Grau 33 do R.E.A.A. da Maçonaria para a República Federativa do Brasil.